

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA

NÍVEL DOUTORADO

FERNANDA ROSÁRIO DE MELLO

“ACABOU-SE O QUE ERA DOCE. QUEM COMEU SE REGALOU-SE”:

Uma análise do clítico *se* em João Pessoa na interface

Sociolingüística/Gramaticalização

JOÃO PESSOA

2009

Fernanda Rosário de Mello

“ACABOU-SE O QUE ERA DOCE. QUEM COMEU SE REGALOU-SE”:

Uma análise do clítico *se* em João Pessoa na interface

Sociolingüística/Gramaticalização

Tese apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Lingüística, pelo Programa de Pós-Graduação em Lingüística da Universidade Federal da Paraíba.

Orientadora: M.^a Elizabeth Affonso Christiano

Co-Orientadora: Odete Pereira da S. Menon

João Pessoa

2009

“ACAI

Tese ap
Lingüís
da Para

Mãe Mello, Fernanda Rosário de.

“Acabou-se o que era doce, quem comeu se regalou-se”: uma análise do clítico se em João Pessoa na interface Sociolinguística / Gramaticalização / Fernanda Rosário de Mello . - - João Pessoa : [s.n], 2009.

322 f.

Orientadora: Maria Elizabeth Affonso Christiano.

Co-orientadora: Odete P. S. Menon.

Tese (Doutorado) - UFPB/CTHLLA.

1. Linguística. 2. Gramaticalização. 3. Partícula “se”. 4. Variações linguísticas. 5. Funcionalismo-Linguística.

or em
ederal

Coordenadora: Prof.^a Dr.^a Regina Céli.

Banca Examinadora:

Prof.^a Dr.^a Maria Elizabeth Affonso Christiano
(Orientadora)

Prof.^a Dr.^a Odete Menon
(Co-Orientadora)

Prof. Dr. Camilo Rosa – UFPB (Examinador)

Prof.^a Dr.^a Edair Görski – UFSC (Examinadora)

Prof.^a Dr.^a Mariangela Rios de Oliveira – UFF (Examinadora)

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGÜÍSTICA

ATA DE DEFESA DE TESE DE
FERNANDA ROSÁRIO DE MELLO

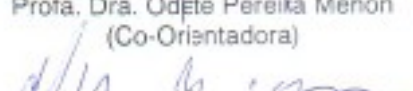
Aos sete dias do mês de dezembro de dois mil e nove (07/12/2009), às catorze horas, realizou-se na Sala 514-CCHLA a sessão pública de defesa de Tese intitulada "**Acabou-se o que era doce. Quem comeu se regalou-se: Um estudo sociofuncionalista do 'se' reflexivo em João Pessoa**", apresentada pelo(a) doutorando(a) Fernanda Rosário de Mello, Graduada em Letras pela UFSE, que concluiu os créditos para obtenção do título de DOUTOR EM LINGÜÍSTICA, área de concentração Teoria e Análise Lingüística, segundo encaminhamento da Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Lingüística da UFPB e segundo registros constantes nos arquivos da Secretaria da Coordenação do referido Programa. A professora Maria Elizabeth Affonso Christiano (PROLING/UFPB), na qualidade de orientadora, presidiu a Banca Examinadora da qual fizeram parte os Professores Doutores Odete Pereira Menon (UFPR – Co-orientadora), Camilo Rosa (UFPB), Edair Görski (UFSC), Mariangela Rios de Oliveira (UFF – Examinadora) e Rubens Lucena (UFPB). Dando início aos trabalhos, o(a) Senhor(a) Presidente, profa. Maria Elizabeth A. Christiano, convidou os membros da Banca Examinadora para compor a mesa. Em seguida, foi concedida a palavra a Doutoranda para apresentar uma síntese de sua Tese, após o que foi argüida pelos membros da banca Examinadora. Encerrando os trabalhos de arguição os examinadores deram o parecer final sobre a Tese, à qual foi atribuído o conceito aprovada com distinção. Proclamados os resultados pela Sra. Presidente da Banca Examinadora, foram encerrados os trabalhos e, para constar foi lavrada a presente ata que será assinada juntamente com os membros da Banca Examinadora. João Pessoa, 07 de dezembro de 2009.


Profa. Dra. Maria Elizabeth A. Christiano
(Presidente da Banca Examinadora)


Prof. Dr. Camilo Rosa
(Examinador)


Profa. Dra. Odete Pereira Menon
(Co-Orientadora)


Prof. Dr. Edair Görski
(Examinador)


Profa. Dra. Mariangela Rios de Oliveira
(Examinadora)


Prof. Dr. Rubens Lucena
Examinador

A meu pai Odilon (*in memoriam*) e a minha mãe Maria,
com muita gratidão, dedico.

AGRADECIMENTOS

Como quase todos os mestrandos e doutorandos que já conheci, fiz os agradecimentos quando tinha menos de umas 10 páginas da tese escritas, só pra ter aquela impressão de que ela estava “saindo”. E os meus agradecimentos seguiram o modelo clássico: “Ao fulano, por isso... Ao sicrano por aquilo...” Depois, quando as discussões *pesadas* sobre o *se* já não estavam fazendo sentido pra mim, eu voltava aos pré-textuais e ajeitava uma formatação, organizava o sumário, encarava os agradecimentos. Eu pensava: “Desse jeito tá certinho demais, organizadinho demais, eu não sou assim... esses agradecimentos não são meus...” Só que eu ficava receosa, imaginando que iriam achar minha tese muito informal. Até que, lendo trabalhos de alguns colegas, me veio um alívio tão grande! Ora, os agradecimentos são meus, nada mais justo comigo mesma que eu me reconheça neles.

Se não me engano, eu nunca escrevi nem um bilhete ao meu pai. Agora estou aqui, teclado e monitor, querendo dizer da importância dele nisso tudo. Mas é difícil, porque toda minha coerência vai se perdendo em meio a tanta saudade, e em meio a certos arrependimentos. Por que eu não lhe dei mais sorrisos? Por que cancelei encontros? Por que desviei abraços? Por que encurtei conversas? Chega a ser agonizante pensar nisso, e peço desculpas a quem possa estar parecendo demasiadamente sentimental, mas eu preciso falar dele. É o meu jeito de trazê-lo de volta nesse momento tão especial pra mim, é o meu jeito de vencer temporariamente essa saudade que não sara nunca. Pois bem, meu pai morreu. Todo pai morre. Agora preciso agradecer pelos bens que ele me deixou. Por bens materiais, não posso. Como li em algum lugar: “meu pai não tinha dinheiro. Muitas vezes ele não conseguia pagar suas próprias contas, mas sempre encontrava um jeito de pagar as minhas...” Agradeço ao meu pai pela minha família fortalecida, a minha mãe lutadora, o meu irmão amável. Pela dedicação interminável, pela ternura, pela bondade, pela generosidade. Por eu ter aprendido que é bom ficar em silêncio, entre palavras ausentes. Muita gente pode dizer: “Pra que isso tudo? Ele não está mais aqui!” Isso tudo, porque é bom acreditar que as palavras sinceras ultrapassam os limites do concreto, como uma oração; que as minhas palavras sinceras alcançam os ouvidos do meu pai, não importa tão longe ele esteja.

Minha mãe está tão presente nessas linhas. Sua confiança, seu carinho, seu apoio de todas as horas, a criação que me deu. A minha mãe, ela é a principal fonte de toda minha força, a pessoa por quem eu nunca desisto. O meu irmão e minha cunhada tão querida (mais irmã do que cunhada, na verdade!), eles sempre torceram tanto e sempre acreditaram que tudo daria certo. Essas coisas incentivam a gente.

As minhas orientadoras, Beth Christiano, pela paciência de ter me conduzido nos caminhos da pesquisa acadêmica e pelas orientações prudentes, sem as quais teria sido inviável realizar esse trabalho; por ter me apresentado ao funcionalismo, por ter aceitado o desafio de me fazer uma pesquisadora; e Odete Menon, primeiramente pela aceitação em me receber como aluna em intercâmbio na UFPR – um passo indiscutivelmente relevante para a feitura desta tese –, pela acolhida, pela atenção, e por ter compartilhado comigo tantos conhecimentos indispensáveis à realização desta pesquisa.

À professora Regina Celi, na figura de coordenadora do Proling, bem como aos professores e funcionários que fazem parte do Programa. Ao professor Dermeval da Hora,

sempre presente em todas as etapas importantes da minha vida acadêmica. A D. Cida, em especial.

Ao simpaticíssimo Odair, secretário do Programa de Pós-Graduação da UFPR, por nunca ter se negado a ser útil e jamais ter poupado esforços em me ajudar quando da minha situação de novata.

Aos professores Camilo Rosa, Edair Görski, Mariangela Rios e Rubens Lucena, que aceitaram muito gentilmente fazer parte de minha banca. Para mim, isso significa a certeza de discussões produtivas e contribuições pertinentes para o meu trabalho.

Aos meus colegas da UFPB e da UFPR, principalmente Iara, Neide, Luciene e Selma, com quem dividi discussões acadêmicas e boas risadas durante esses tempos de pesquisa. Ao meu espinhoso, porém singelo, amigo Camilo Rosa, pelas conversas ‘de adulto’ e nisso se enquadram todos os lembretes de “você tem que defender logo” (eis o lado espinhoso!); e pela graça das coisas comuns. Ao querido Marco Antônio, pela paciência das tardes de rodadas e mais rodadas no Gold...

Aos meus amigos de antes e de agora, de longe e de perto, de sempre. Saber que as pessoas que amamos confiam em nós e torcem por nós é um grande estímulo, um incentivo sem igual. Mano, Hugo, Déia, Rosendo, Laerte, Junior, Daniel, Ceiza, Nadja, Luzia, Marcelo, Carla, Mag, Heddy, André... Todos eles, um a um, participaram, a sua maneira, desta etapa da minha vida. Aos meus familiares, meus tios e meus primos, por aquela velha e boa torcida! Em especial a minha prima-amiga-irmã Priscila, aquela que melhor sabe se fazer mais perto estando mais longe. Ao Rafinha, com quem compartilhei dezenas de inseguranças, e insatisfações, e conquistas. Agradeço por eu me sentir muito melhor nesses últimos 4 anos.

Ao Ari e ao Ailton, agradeço de coração pela ajuda enorme que me deram, decisiva para que as coisas dessem certo. Mais do que pela acolhida, agradeço por terem me ensinado coisas importantíssimas, que nada têm a ver com teses de doutorado, por me ensinarem que ‘o essencial é invisível aos olhos’ e que ‘só se vê bem com o coração’...

As tantas experiências pessoais que sempre tive em minha vida jamais me deixariam não ser grata a Deus por todos os benefícios que Ele me tem feito. Não tenho mesmo palavras pra agradecer sua bondade e sua fidelidade, mas agradeço em sinceridade por Ele preservar em mim a certeza incorruptível de que todas as coisas que conquistei até hoje e tudo aquilo que sou vêm de Deus.

A Capes, pela contribuição financeira e ao CNPq, pela concessão e pelo financiamento da bolsa de doutorado-sanduíche no país.

*A verdadeira viagem da descoberta consiste
não em buscar novas paisagens, mas em ter
olhos novos.*

[Marcel Proust](#)

SUMÁRIO

Lista de Quadros.....	xi
Lista de Figuras.....	xii
Lista de Gráficos.....	xiii
Lista de Tabelas.....	xiv
Lista de Abreviaturas	xv
RESUMO.....	xvi
ABSTRACT.....	xvii
RESUMEN.....	xviii
INTRODUÇÃO.....	19
CAPÍTULO 1: DESCRIÇÃO DO OBJETO.....	28
1.1 As prescrições gramaticais para o <i>se</i> reflexivo.....	28
1.1.1 O <i>se</i> nas gramáticas latinas.....	31
1.1.2 O <i>se</i> nas gramáticas históricas.....	33
1.1.3 O <i>se</i> nas gramáticas normativas.....	36
1.1.3.1 Pronome reflexivo.....	38
1.1.3.2 Pronome recíproco.....	40
1.1.3.3 Pronome inerente.....	41
1.1.3.4 Pronome expletivo.....	43
1.2 Desacordos na classificação do <i>se</i>	45
1.3 Avaliação do Capítulo.....	46
CAPÍTULO 2: REVISÃO DA LITERATURA.....	49
2.1 Bandeira (2007).....	49
2.2 Pereira (2007).....	53
2.3 Lima (2006).....	57
2.4 Veado (1982).....	60
2.5 D’Albuquerque (1988).....	63
2.6 Freitag (2003).....	68
2.7 Nunes (1995).....	72
2.8 Fernandes (2000).....	73
2.9 Melo (2005).....	74
2.10 Christiano (1991).....	76
2.11 Lemle (1985).....	79
2.12 Seara (2000).....	84

2.13 Silveira (2007, 2008)	86
2.14 Avaliação do Capítulo	88
CAPÍTULO 3: AS CLASSES DE CLÍTICOS ANAFÓRICOS	94
3.1 Se-Reflexivo	94
3.2 Se-Recíproco	96
3.3 Se-Inerente	98
3.4 Se-Ergativo	100
3.5 Se-Apassivador	101
3.6 Se-Indeterminador	102
3.7 Se-Enfático	103
3.8 Avaliação do Capítulo	104
CAPÍTULO 4: FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	106
4.1 Funcionalismo e Gramaticalização	106
4.1.1 A motivação lingüística: Iconicidade e Marcação.....	108
4.1.2 A língua em uso: a emergência da gramática.....	115
4.1.3 O processo de Gramaticalização.....	119
4.2 Teoria da Variação e Mudança	131
4.3 Avaliação do Capítulo	137
CAPÍTULO 5: PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	142
5.1 A constituição da amostra	144
5.2 A codificação das ocorrências	145
5.2.1 A variável dependente.....	146
5.2.2 As variáveis independentes.....	147
5.2.2.1 Variáveis lingüísticas.....	147
5.2.2.1.1 Tipos de pronome.....	147
5.2.2.1.2 Pessoa pronominal dos clíticos.....	149
5.2.2.1.3 Colocação dos clíticos na sentença.....	150
5.2.2.1.4 Pessoas verbais.....	152
5.2.2.1.5 Transitividade do verbo.....	152
5.2.2.1.6 Traços semântico-pragmáticos do verbo.....	153
5.2.2.1.7 Tipos de discurso.....	161
5.2.2.1.8 Animacidade do sujeito.....	164
5.2.2.2 Variáveis sociais.....	164
5.2.2.2.1 Sexo.....	165

5.2.2.2.2 Idade.....	167
5.2.2.2.3 Escolaridade.....	168
5.3 A matriz sintático-semântica dos verbos.....	169
5.4 Procedimentos de contagem.....	181
5.5 Avaliação do Capítulo.....	182
6.APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS – PARTE I: ANÁLISE QUANTITATIVA.....	184
6.1 Traços semântico-pragmáticos do verbo.....	187
6.2 Tipos de pronome.....	188
6.3 Transitividade do verbo.....	195
6.4 Pronome pessoal.....	196
6.5 Tipos de discurso.....	198
6.6 Sexo.....	200
6.7 Faixa etária.....	201
6.8 Anos de escolaridade.....	202
6.9 Outros resultados.....	204
6.9.1 Os resultados “sem significância”.....	204
6.9.2 Os cruzamentos entre os GFs.....	210
6.10 Avaliação do Capítulo.....	218
7. APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS – PARTE II: CHECAGEM DE MODELOS TEÓRICOS.....	222
7.1 O princípio da marcação.....	223
7.2 O percurso diacrônico do <i>se</i>.....	237
7.3 A gramaticalização do <i>se</i> em João Pessoa.....	239
7.3.1 Os parâmetros de Lehman (1995 [1982]; 2002).....	246
7.3.1.1 Integridade.....	248
7.3.1.2 Paradigmaticidade.....	256
7.3.1.3 Variabilidade Paradigmática.....	257
7.3.1.4 Conexidade.....	260
7.3.1.5 Escopo.....	262
7.3.1.6 Variabilidade Sintagmática.....	264
7.3.2 Os princípios de Hopper (1991).....	266
7.3.2.1 Estratificação.....	267
7.3.2.2 Divergência.....	268

7.3.2.3 Especialização.....	270
7.3.2.4 Persistência.....	270
7.3.2.5 De-categorização.....	272
7.3.3 O modelo de Heine & Reh (1984).....	273
7.3.4 A proposta cognitivista.....	277
7.3.4.1 O modelo de Sweetser (1988, 1991).....	278
7.3.4.2 Os processos de Heine <i>et alii</i> (1991).....	280
7.3.5 Os critérios de Heine (2003).....	284
7.4 Avaliação do Capítulo.....	285
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	288
BIBLIOGRAFIA.....	301
ANEXOS.....	316

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Exemplos de generalização da regra no uso do reflexivo em João Pessoa...	23
Quadro 2: Sistema dos reflexivos em latim.....	32
Quadro 3: Fatores selecionados como significativos pelo programa estatístico.....	56
Quadro 4: Paradigma dos pronomes pessoais com a entrada de <i>você/vocês</i> e <i>a gente</i>	69
Quadro 5: Pronomes pessoais e reflexivos após a entrada de <i>você/vocês</i> e <i>a gente</i>	69
Quadro 6: Parâmetros da gramaticalização.....	122
Quadro 7: Unidirecionalidade vs mecanismos de gramaticalização.....	139
Quadro 8: Traços semântico-pragmáticos dos verbos.....	157
Quadro 9: Hierarquia dos pronomes pessoais.....	197
Quadro 10: Matriz de marcação nas diferentes funções do <i>se</i>	235
Quadro 11: Percorso diacrônico do <i>se</i> pronominal.....	236
Quadro 12: Correlação entre os parâmetros de gramaticalização.....	247

LISTA DE FIGURAS

Fig. 1: O princípio meta-icônico da marcação.....	114
Fig. 2: Ciclo de gramaticalização.....	121
Fig. 3: Modelo de <i>bleaching</i>	125
Fig. 4: Modelo de perda e ganho de Sweetser.....	125
Fig. 5: Escala de abstratização em gramaticalização.....	126
Fig. 6: O modelo metafórico-metonímico.....	129
Fig. 7: Escala de marcação: a frequência das variantes.....	225
Fig. 8: Escala de marcação: a complexidade estrutural das variantes.....	225
Fig. 9: Escala de marcação: a complexidade cognitiva das variantes.....	226
Fig. 10: Escala de marcação: o gradiente de marcação das variantes.....	227
Fig. 11: Escala de marcação: a frequência das funções.....	228
Fig. 12: Escala de marcação: a complexidade estrutural das funções.....	231
Fig. 13: Escala de marcação: a complexidade cognitiva das funções.....	235
Fig. 14: O gradiente de marcação das funções do <i>se</i>	235
Fig. 15: Cline de gramaticalização.....	241
Fig. 16: Trajetória de desenvolvimento do <i>se</i>	269
Fig. 17: Projeções metafóricas na transferência entre domínios conceptuais.....	278
Fig. 18: Atuação da polissemia na transferência entre conceitos.....	279

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: A gramaticalização do reflexivo no PB.....	59
Gráfico 2: Distribuição dos dados de Nunes.....	70
Gráfico 3: Percentual de presença x ausência do pronome em João Pessoa.....	186
Gráfico 4: Presença x ausência do clítico - Traços semântico-pragmáticos do verbo.....	187
Gráfico 5: Presença x ausência do clítico - Funções do clítico.....	188
Gráfico 6: Presença x ausência do clítico -Transitividade.....	196
Gráfico 7: Presença x ausência do clítico - Pronomes pessoais.....	198
Gráfico 8: Presença x ausência do clítico - Tipos de discurso.....	199

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Índice geral de realização do pronome em SP.....	53
Tabela 2: N° de ocorrências pela forma da anáfora.....	54
Tabela 3: Frequência do clítico nos grupos reflexivo e não-reflexivo.....	57
Tabela 4: Comparação dos totais do emprego do <i>se</i> em Manhauçu e RJ.....	66
Tabela 5: Grupos verbais e níveis de reflexividade.....	83
Tabela 6: Matriz sintático-semântica no processo de pronominalização verbal.....	170
Tabela 7: Grade sintático-semântica dos verbos.....	175
Tabela 8: Total de presença x ausência do pronome em João Pessoa.....	185
Tabela 9: Aplicação da regra com relação ao GF traços semântico-pragmáticos do verbo.....	187
Tabela 10: Aplicação da regra com relação ao GF funções do clítico.....	189
Tabela 11: Aplicação da regra com relação ao GF transitividade.....	196
Tabela 12: Aplicação da regra com relação ao GF pronomes pessoais.....	197
Tabela 13: Aplicação da regra com relação ao GF tipos de discurso.....	198
Tabela 14: Aplicação da regra com relação ao GF sexo.....	200
Tabela 15: Aplicação da regra com relação ao GF faixa etária.....	201
Tabela 16: Aplicação da regra com relação ao GF anos de escolaridade.....	203
Tabela 17: Total de ocorrência do clítico nas diferentes funções.....	227

LISTA DE ABREVIATURAS

OD – objeto direto
REG – regular
REF – reflexivo
REC – recíproco
INER – inerente
AN – animado
SGDO – significado
RV – regência verbal
PREP – preposição
APAG – apagamento
ExpS – sujeito experienciador
PB – português brasileiro
EST – estilístico
PRO – pronominal
PAS – passivo
IND – indeterminado
0V3PS – indeterminação de sujeito com verbo em 3^a p. singular
MG – Minas Gerais
RJ – Rio de Janeiro
SV – sujeito-verbo
PE – português europeu
SUJ_i – sujeito correferencial
Pro_i – pronome correferencial
V – verbo
VS – verbo-sujeito
SN – sintagma nominal
APL - aplicação
GF – grupo de fatores
ENF - enfático
ERG - ergativo

A flutuação nos usos do pronome reflexivo é uma questão que vem sendo abordada por muitos estudiosos do português. Habitualmente, os trabalhos dedicados ao tema apontam uma tendência geral para o apagamento do clítico, como em Veado (1982), D’Albuquerque (1988), Nunes (1995), Lima (2006) e outros. Se, por um lado, temos dialetos que sustentam tal posição, temos, por outro, regiões do Brasil em que o movimento é inverso: ao invés de sofrer apagamento, o uso do clítico se mantém e se estende a contextos diversos. As variações semânticas nas funções do pronome *se* parecem atuar como indícios de trajetórias de mudança, que fazem com que ele caminhe de uma função originária de clítico reflexivo a uma categoria de afixo verbal, mediante processo de gramaticalização (Cf. Bybee, 2001; Bybee *et alii*, 1994; Hopper & Traugott, 1993 e outros). Desse modo, enfocamos o quadro dos pronomes reflexivos, mais especificamente, o reflexivo *se* que na fala de João Pessoa, diferentemente de algumas regiões do Brasil, parece permanecer estável. A trajetória desse pronome é averiguada através de um controle quantitativo de fatores de ordem lingüística e social, observando a direção das influências que motivações comunicativas e sociais exercem no comportamento de tal pronome. Para esta proposta, me utilizo de dados extraídos de entrevistas fornecidas pelo VALPB – Projeto Variação Lingüística no Estado da Paraíba (Hora; Pedrosa, 2005). A hipótese geral lançada nesta tese é a de que os diferentes comportamentos do *se* nas várias regiões do Brasil indicam que o fenômeno em análise apresenta diferentes estágios em seu percurso de gramaticalização. Enquanto que em determinados dialetos ele já se encontra no estágio mais avançado do processo, na fala de João Pessoa, estaria ainda num estágio anterior, em que seu uso se expande a uma frequência bem mais elevada. Tanto fatores internos ao sistema lingüístico quanto fatores de cunho social atuam como favorecedores e/ou inibidores neste processo de mudança. A principal consequência disso é uma reanálise sofrida pelo item, com o rearranjo das fronteiras entre os constituintes da sentença, de modo que o *se* passa a ter alterado seu estatuto categorial, migrando da posição de clítico para a de afixo verbal.

ABSTRACT

The variation in the usage of reflexive pronouns in Portuguese is a subject which has been studied by many linguists. Most of these studies point to a general tendency for clitic deletion, as in Veado (1982), D’Albuquerque (1988), Nunes (1995), Lima (2006) and others. If, on the one hand, there are dialects which support that tendency, on the other hand there are other regions of Brazil where this movement is quite the reverse: instead of being deleted, the usage of the clitic pronoun is maintained and even applied in other contexts. The semantic variations in the functions of the pronoun *se* seem to provide evidence of linguistic processes of change, from the original function of a reflexive clitic pronoun to the category of a verbal affix, through a grammaticalization process (Bybee, 2001; Bybee *et alii*, 1994; Hopper & Traugott, 1993 and others). As such, we focus on the list of reflexive pronouns, specifically the reflexive pronoun *se*, which in the speech community of João Pessoa seems to be stable, different from other regions of Brazil. The trajectory of this pronoun is assessed through a quantitative control of linguistic and social factors, observing the direction of the influences that may affect the patterns of such pronoun. For that, I use data from VALPB (Projeto Variação Linguística no Estado da Paraíba (Hora; Pedrosa, 2005)) interviews. The general hypothesis raised in this doctoral thesis is that the different patterns of *se* in diverse regions from Brazil show that the phenomenon in analysis presents different stages of a grammaticalization process. While in some dialects the process is more developed, in the speech of the community of João Pessoa it would be less developed, where its usage expands to a higher frequency. In this process, both linguistic and social factors seem to favor and/or inhibit the changes. The main consequence is the reanalysis suffered by this item, with a rearrangement of the borders between the constituents of the sentences, so that *se* turns to have its categorical status altered, from its clitic position to verbal affix.

RESUMEN

La variación en los usos del pronombre reflexivo es una cuestión que viene siendo abordada por muchos estudiosos del portugués. Frecuentemente los trabajos dedicados a la temática apuntan a una tendencia general para la supresión del pronombre clítico, como en Veado (1982), D’Albuquerque (1988), Nunes (1995), Lima (2006) y otros. Si por un lado, hay dialectos que sostienen dicha posición, por el otro lado hay regiones en Brasil donde el movimiento es inverso: en lugar de supresión, el uso del clítico se mantiene y se alarga a diferentes contextos. Las variaciones semánticas en las funciones del pronombre *se* parecen actuar como indicios de trayectorias de cambio lingüístico, de su función originaria de clítico reflexivo a una categoría de afijo verbal, por medio de un proceso de gramaticalización (Bybee, 2001; Bybee *et alii*, 1994; Hopper & Traugott, 1993 y otros). Así, hemos enfocado el cuadro de los pronombres reflexivos, específicamente el reflexivo *se* que, en la habla de la comunidad de João Pessoa, distintamente de otras regiones de Brasil, parece mantenerse estable. La trayectoria del pronombre es evaluada por medio de un control cuantitativo de factores lingüísticos y sociales, observándose la dirección de las influencias que motivaciones comunicativas y sociales ejercen en los padrones de dicho pronombre. Para esta propuesta, he utilizado datos extraídos de entrevistas de VALPB – Projeto Variação Lingüística no Estado da Paraíba (Hora; Pedrosa, 2005). La hipótesis general formulada en esta tesis doctoral es la de que los padrones de *se* en las distintas regiones de Brasil indican que el fenómeno en análisis presenta estadios diferentes en su trayectoria de gramaticalización. Mientras en determinados dialectos se encuentra en un estadio más avanzado del proceso, en la habla de la comunidad de João Pessoa, está todavía en un estadio más temprano, en el cual su uso se expande a una frecuencia más elevada. Factores internos al sistema lingüístico así como factores de orden social actúan como favorecedores o inhibidores del proceso de cambio lingüístico. La principal consecuencia es una reanálisis sufrida por el ítem, con reordenamiento de las fronteras entre los constituyentes de la frase, de manera que *se* tiene alterada su categoría, de la posición de clítico para la de afijo verbal.

A perplexidade é o início do conhecimento
(Kahlil Gibran)

Você estranharia uma frase como:

(1) *João sustenta desde muito novo*¹.?

Assim como eu, também perguntaria:

(2) *Ele sustenta quem??*

E se você ouvisse:

(3) *João se desceu do trem na estação errada.*?

Acharia que há palavras de mais ali? A mim, as duas construções causam estranhamento; parece que a primeira delas peca pela omissão, enquanto que a segunda peca pelo excesso. A solução seria, então, retirar o *se* da última frase e inseri-lo na primeira:

(4) *João se sustenta desde muito novo.*

(5) *João desceu do trem na estação errada.*

Muitos vão concordar comigo, mas um falante do dialeto mineiro, por exemplo, pode garantir que não há absolutamente nada de errado com (1). E mais: acrescentar um *se* à construção poderia prejudicar sua interpretação. Diante disso, não há como negar: o *se*, em língua portuguesa, é mesmo um *famigerado*!

¹ Os exemplos de (1) a (5) foram criados por mim.

A flutuação nos usos do pronome reflexivo é uma questão que vem sendo abordada por muitos estudiosos do português. Habitualmente, os trabalhos dedicados ao tema apontam uma tendência geral para o apagamento do clítico, como em Veado (1982), D’Albuquerque (1988), Nunes (1995), Lima (2006), e outros. Se, por um lado, temos dialetos que sustentam tal posição, temos, por outro, regiões do Brasil em que o movimento é inverso: ao invés de sofrer apagamento, o uso do clítico se mantém e se estende a contextos diversos, o que nos permite ouvir que *João se desceu...*

Em Mello (2005), foram relacionados os usos do *se* na função reflexiva, em graus variados, adquirindo novas funções no discurso, como as de partícula de realce e de pseudo-reflexivo, com grupos de fatores que controlam propriedades ligadas a seu contexto de uso. Foram descritas diferentes matizes de significação dos *ses* encontrados na fala de João Pessoa, correlacionando-os a seu contexto de uso, para mapear, dessa maneira, semelhanças e diferenças entre eles.

Os resultados obtidos indicaram que o clítico *se* tem seu uso expandido na fala de João Pessoa, e de uma função originária, propriamente reflexiva, ele acaba assumindo novas subfunções. À medida que vai alargando seu contexto de ocorrências, ele vai se tornando mais opaco e passa a conviver em contextos mais abstratos de uso, deixando sua tarefa primeira – a de estabelecer uma correferencialidade entre o sujeito e o objeto, ou seja, a de ter um sujeito que é agente e alvo de uma ação verbal a um só tempo – adquirindo novas nuances menos concretas.

As variações semânticas nas funções do pronome *se* parecem atuar como indícios de trajetórias de mudança, que fazem com que ele caminhe de uma função originária de **clítico reflexivo** a uma categoria de **afixo verbal**, mediante processo de **gramaticalização**. Desse modo, o que esta pesquisa pretende, ampliando as discussões de Mello (2005), é focar o quadro dos pronomes reflexivos, mais especificamente, o pronome átono de terceira pessoa *se* que, diferentemente de algumas regiões do Brasil, na fala de João Pessoa parece permanecer freqüente.

Assim, destaco como objetivo geral a ser alcançado neste trabalho o de analisar, mediante o processo de gramaticalização, as estruturas formadas com o pronome oblíquo átono de terceira pessoa na fala de João Pessoa, averiguando, através de um

controle quantitativo de fatores de ordem lingüística e social, a trajetória do *se* reflexivo, observando a direção das influências que motivações comunicativas e sociais exercem no comportamento de tal pronome. Para esta proposta, me utilizo de dados extraídos de entrevistas fornecidas pelo VALPB (Hora; Pedrosa, 2005).

No intuito de alcançar este objetivo geral, secciono esta tese em 7 capítulos. No primeiro deles, apresento uma seleção de gramáticas latinas, históricas e tradicionais, destacando o tratamento que seus autores dão a um dos assuntos mais complexos do sistema lingüístico das línguas românicas, que é o da oposição entre pronomes reflexivos e não-reflexivos. A língua portuguesa compartilha dessa dificuldade em analisar os verbos pronominais e, como consequência, um número grande de estudos se dedica ao tema. Como diz Christiano (1991, p.15): “Com argumentações mais ou menos díspares, vários gramáticos procuram explicar o uso da forma ‘se’ e suas diversas funções, dando lugar não só a uma bibliografia complexa como também a inúmeras opiniões controvertidas”.

No capítulo 2, retomo alguns trabalhos feitos sobre o *se* no português do Brasil, visto de uma perspectiva lingüística. Assim, resgato textos embasados ora pela teoria do funcionalismo, ora pela teoria da sociolingüística variacionista, e ainda outros de base gerativista. Acredito que a diversidade de olhares sobre o objeto não prejudica a análise, nem a torna inconsistente ou fragmentada; pelo contrário, as diferentes formas de encarar o fenômeno suscitam questionamentos, levantam problemas e geram um debate bastante produtivo, que irá contribuir com a análise a que me proponho neste trabalho.

Na tentativa de minimizar as dificuldades classificatórias, apresento no capítulo 3 a descrição dada por Nunes (1995) para cada uma das classes de *ses* utilizadas para os fins desta pesquisa.

Embora sejam apresentadas visões distintas para o tratamento do *se*, neste estudo ele terá por base uma perspectiva funcional e variacionista da linguagem. Passo a apresentar, então, no capítulo 4, o referencial teórico que subsidiará a análise: o funcionalismo lingüístico, que coloca em evidência a inter-relação entre fatores estruturais e motivações comunicativas, e seus pressupostos basilares, sobretudo aquele referente ao processo de gramaticalização (cf. principalmente Hopper, 1987, 1991;

Hopper & Traugott, 1993; Bybee & Hopper, 2001; Traugott & Heine, 1991; Heine, Claudi & Hünemeyer, 1991a/b; Givón, 1995, 2001); e a sociolinguística variacionista, que prevê a possibilidade de sistematizar a variação numa língua natural: a heterogeneidade existe, é inerente ao sistema linguístico, e é também sistemática, ordenada, não-aleatória (cf. Labov, 1972, 1994, 2001).

No capítulo 5, com base no instrumental metodológico previsto pela sociolinguística quantitativa, explico o modo como a amostra foi constituída, o envelope da variação, com a variável dependente e as variáveis independentes, os procedimentos de contagem e a codificação das ocorrências, utilizando para isso o pacote de programas computacionais para a análise da variação linguística GoldVarb2001 (cf. Robinson; Lawrence; Tagliamonte, 2001). Além disso, apresento, ainda, uma matriz sintático-semântica dos verbos presentes na amostra para delinear os traços envolvidos em seu processo de pronominalização.

Finalmente, os capítulos 6 e 7 são dedicados à análise e à discussão dos resultados. No capítulo 6, apresento os resultados gerados pela análise quantitativa dos dados obtidos da língua falada na cidade de João Pessoa, através de um controle estatístico das ocorrências. É um capítulo recheado de números, dos quais me utilizo para chegar ao capítulo 7, onde encaminho uma discussão qualitativa do fenômeno, checando, com os modelos teóricos do funcionalismo, o percurso de gramaticalização do *se*.

A maioria dos trabalhos que vêm sendo desenvolvidos sobre o clítico reflexivo apontam para uma mesma direção, a de seu apagamento. Poucas são as exceções que observam o fenômeno “com outros olhos” e destacam não sua ausência, mas seu uso cada vez mais freqüente. À primeira vista, se poderia supor que os resultados dessas pesquisas geram uma contradição teórica: “Como pode? Os clíticos reflexivos estão ‘sumindo’ ou sendo usados cada vez mais?” Contudo, se se pensar na trajetória dos processos de gramaticalização, o que ocorre é perfeitamente plausível: num primeiro momento, um item linguístico começa a ser usado e esse uso vai ganhando, gradativamente, uma freqüência cada vez mais expressiva. É essa intensidade mesma de seu uso que faz com que ele se desgaste até atingir o ponto do desaparecimento (Cf. Givón, 1979; Hopper e Traugott, 1993). O que estou levantando como a principal

hipótese nesta tese é que os diferentes comportamentos do *se* nas várias regiões do Brasil indicam que o fenômeno em análise apresenta diferentes estágios em seu percurso de gramaticalização. Enquanto que num dialeto como o mineiro, por exemplo, ele já se encontra no estágio mais avançado do processo, na fala de João Pessoa, estaria ainda num estágio anterior, em que seu uso se expande a uma frequência bem mais elevada.

Exemplos disso são o que se chama de *se universal* e os casos de *redobro* do clítico. Na fala dos pessoenses, o pronome não apenas é empregado com a 3ª pessoa do singular e do plural, como também se espalha até mesmo para a primeira e a segunda pessoas do singular, e para a primeira do plural, ocorrendo com *eu*, *tu* e *nós*, respectivamente. Desse modo, podemos formular o seguinte quadro com exemplos retirados do VALPB²:

Eu	(a) “ <i>Eu queria mudá o meu jeito de eu falá, de eu sabê se explicá...</i> ”
	(b) “ <i>Eu nunca se meti na sua vida, eu nunca se meti na sua vida não...</i> ”
Tu	(c) “ <i>Não tinha mais jeito de tu se acordar...</i> ”
Você	(d) “ <i>Se você num se concentrá, ficá de cabeça pesada, cum certeza você num consegue pensá em nada</i> ”
	(e) “ <i>...e num existe coisa pior do que você se distanciar de você</i> ”
Ele	(f) “ <i>Ele, quando se juntô com aquela Berlânia, né, aí mudou totalmente de personalidade</i> ”
	(g) “ <i>Uma mulhé depende do marido, ele se senti lá em cima, né?</i> ”
Nós	(h) “ <i>Nós se vira comprano as coisa fiado</i> ”
	(i) “ <i>Hoje de manhã eu saí, eu e aquele colega que sentou-se aqui. .. Aí nós viemos, sentamo-se aqui, aí pronto</i> ”
A gente	(j) “ <i>Todo Sábado a gente se reúne lá na igreja</i> ”
	(l) “ <i>... aí quase a gente se separava...</i> ”
Vocês	(m) “ <i>E como foi, assim, que vocês se conheceram?</i> ”
	(n) “ <i>E como é que vocês estão se virando sem emprego?</i> ”
Eles	(o) “ <i>Elas se davam bem, elas gostavam muito de mim</i> ”
	(p) “ <i>Eu era muito pequena quando eles se separaram</i> ”

Quadro 1: Exemplos de generalização da regra no uso do reflexivo em João Pessoa

Esses exemplos podem ser um indicativo de que o clítico *se* passa pelas vias da gramaticalização, caminhando para uma função de afixo verbal. A idéia de

2 Projeto Variação Linguística no Estado da Paraíba, o VALPB, será utilizado nesta pesquisa como o *corpus* de onde serão retirados os dados para a análise. No decorrer da tese, sobretudo no capítulo 5, encontram-se informações detalhadas referentes a ele.

gramaticalização defendida para o caso do reflexivo em João Pessoa segue o que Freitag (2003) sugere para a cidade de Florianópolis e é proposta por Bybee *et alli* (1994), em que os autores acreditam ter a repetição papel fundamental no processo. Uma sequência de morfemas ou palavras freqüentemente utilizada se torna automatizada como uma única unidade no processamento. A alta freqüência de uso leva à reanálise, de modo que uma nova estrutura se desenvolve a partir de outra com o rearranjo das fronteiras entre os constituintes: [Suj_i + pro_i + verbo] > [Suj_i + (pro_i + verbo)]. O reflexivo *se* passa a se comportar, via gramaticalização, semelhantemente a um afixo, tornando-se parte integrante do verbo. Já os casos de redobro apresentam em sua estrutura um verbo que é, ao mesmo tempo, precedido e sucedido pelo clítico, como em:

(6) *aí foi pegaø a mãe dele que tava no banheiro, quando chegou lá + a mãe dele se agarrou-se com ele começou a chorar aí explodiu um negócio lá, o bujão aí: + morreu os doiø, + na casa peganøo fogo.* (VALPB - SMPS - F – 1).

Tanto os casos de *se* universal como os casos de redobro do clítico são relevantes para a pesquisa. Primeiramente, convém frisar que não foram encontradas ocorrências de outros pronomes oblíquos (*me*, *te* e *nos*) associados a outros pronomes-sujeito indicando correferencialidade como acontece nos casos de *se* universal. De igual forma, nenhuma ocorrência de redobro apresentou duplicação de clíticos que não fosse o *se*. Essa diferença no comportamento do *se* em relação aos demais pronomes pessoais oblíquos sugere certas especificidades em seu conteúdo semântico e morfossintático. Isso, por sua vez, se configura como um fator pertinente na discussão sobre a gramaticalização do item.

Como disse anteriormente, o objetivo geral desta tese é o de analisar o comportamento do clítico de 3ª pessoa, mediante o processo de gramaticalização, na fala de João Pessoa, através de um controle quantitativo de fatores de ordem lingüística e social, observando a direção das influências que motivações comunicativas e sociais exercem em seu comportamento. Para alcançar este objetivo, outros específicos foram traçados. São eles:

1. Recuperar, mediante a observação de gramáticas históricas e tradicionais, o tratamento dado ao *se* em suas diferentes funções;

2. Recuperar estudos sobre o tema em questão, apoiados em diferentes teorias linguísticas, levantando pontos convergentes e divergentes sobre o comportamento do clítico;
3. Levantar propriedades caracterizadoras das classes de clíticos;
4. Descrever os contextos que favorecem o apagamento do clítico;
5. Verificar a relação entre fatores de ordem linguística e social e a questão da presença/ausência do pronome;
6. Diagnosticar os diferentes graus de gramaticalização pelos quais o pronome reflexivo possa vir a passar;
7. Buscar evidências para as seguintes **hipóteses** sobre o clítico *se* no âmbito de sua gramaticalização:

(A) Enquanto em algumas regiões do Brasil, o reflexivo está se perdendo (Cf. Nunes, 1995; Bittencourt, 2005; Lima (2006) e outros), na fala de João Pessoa ele se mantém e parece estar sofrendo o processo de gramaticalização, passando de sua categoria-fonte de clítico a uma categoria de afixo verbal;

(B) As alterações no sistema pronominal do português, com a inserção de novos pronomes-sujeito, provocaram alterações no sistema verbal e, conseqüentemente, no quadro dos pronomes reflexivos (Cf. Menon, 1995). Uma das mudanças em seu quadro, ao contrário do que afirmam alguns estudos (Cf. Nunes, 1995), é a de que tais pronomes não se perdem; ao contrário, eles ocorrem inclusive em casos de redobro (Cf. Monteiro, 1996) e inseridos em novos ambientes sintático-semânticos (Cf. Oliveira, 2006; Silveira, 2007, 2008);

(C) As classes de clíticos não-reflexivos apresentam um aumento de sua frequência, enquanto que as classes dos reflexivos diminuem (Cf. Lima, 2006);

(D) A ordem de colocação dos clíticos pode inibir ou favorecer seu emprego (Cf. Fernandes, 2000);

(E) Os diferentes tipos de discurso favorecem mais ou menos ao emprego de uma das classes do *se*;

(F) Os traços semântico-pragmáticos dos verbos (Cf. Schlesinger, 1995) funcionam como elemento de restrição da expansão do uso do clítico a diversos contextos;

(G) No âmbito da gramaticalização do clítico, na fala de João Pessoa, as mulheres preferem o uso das formas de prestígio, ou seja, optam pela *presença* do clítico mais que os homens;

(H) Como a escolarização continuada contribui para a implementação de normas e regras, inclusive lingüísticas, os indivíduos com menor grau de escolarização, mais livres das pressões impostas pela escola, são os que mais apagam o clítico;

(I) A tendência geral é a de que novos usos de uma forma sejam mais recorrentes na fala de indivíduos de menor idade (Cf. Labov, 1972). O esperado é que a recorrência das variantes inovadoras cresça à medida que diminua a idade dos informantes. Tal fato gera uma distribuição linear crescente: numa ponta da escala, está a faixa etária mais jovem, com o apagamento ganhando relevo; na outra ponta, a faixa etária mais velha, com as frequências de uso mais expandidas³.

(J) Os usos mais marcados do *se* inibem sua supressão, enquanto que os usos menos marcados favorecem seu apagamento;

(L) Os modelos teóricos funcionalistas se aplicam ao item em estudo, fazendo do *se* em João Pessoa um caso legítimo de gramaticalização em língua portuguesa.

Será observado o comportamento dos itens que, ao sofrerem o processo de gramaticalização, passam por uma mudança categorial, na qual deixam o posto de clíticos e chegam ao posto de afixos ao verbo. Para isso, serão levados em consideração fatores morfológicos e sintáticos, como também fatores de ordem semântica e pragmática, trabalhados não de forma estanque, mas integrados uns aos outros.

3 Não podemos esquecer, quando pensamos no papel da faixa etária na variação e na mudança lingüística, daquilo que Labov (1994) chama de *fenômeno de gradação etária*.

Cabe, por fim, ressaltar a importância de se considerarem fatores de ordem social na análise dos dados. O estudo de **como e por que** a estrutura de uma língua se modifica ao longo do tempo não pode negligenciar a consideração também do contexto social em que a língua é falada. Como afirmam Bybee & Hopper (2001, p.20) “as situações comunicativas e seus participantes também são fenômenos repetitivos, repetição que está na base das rotinizações que originam a gramática”.

Labov (1972) sugere que o uso da língua pressupõe uma situação comunicativa na qual estão em jogo indivíduos interagindo mutuamente. Esses indivíduos, por sua vez, organizam-se em sociedade. Nessa concepção, toda lingüística é sociolingüística.

Finalmente, fica a citação de Ilari *et alli* (1992, p. 106) como um convite à leitura desta tese. Segundo eles, “as principais novidades na sintaxe dos pronomes afetam o reflexivo *se*, que assume algumas funções totalmente desconhecidas na sintaxe clássica”. Este espaço será usado para explorar alguns aspectos dessas novidades. Aos interessados, as próximas páginas!

Quanto mais se conhece, mais se aprecia

(Leonardo da Vinci)

Como bem disse Oscar Wilde, *definir é limitar*. Para muitos, a expressão se reveste de uma conotação bastante negativa, como se fosse a delimitação um erro, um ato condenável. Felizmente, mudam-se os contextos, mudam-se os sentidos.

Usarei este primeiro capítulo para definir o objeto de estudo, e para esse delineamento recuperarei algumas gramáticas latinas, históricas e normativas para verificar de que maneira e por quais critérios definem o pronome reflexivo.

1.1 As prescrições gramaticais para o *se* reflexivo

O latim originou, por seu viés popular, uma dezena de línguas românicas, dentre elas o português. Por isso mesmo, como lembra Furlan (2006), as gramáticas mais antigas em língua portuguesa procuravam imitar o modelo de gramática utilizada no latim clássico, tendo feito sucesso nas escolas até o século XVII e deixando marcas, até hoje, nas gramáticas modernas de cunho tradicional.

Ora, a língua latina é uma língua de declinações, em que *casos* implicavam *funções sintáticas* indicadas por *desinências*. As primeiras gramáticas do português optaram por descrever o sistema pronominal como uma expressão das declinações do latim clássico (Bandeira, 2007, p.10). Se concordamos com o que dizem Ilari *et alli* (1996, p. 155) – “quase nada restou que lembre as antigas funções dos casos” –, estamos, aqui, diante de uma incongruência.

Qual a motivação, então, para a prática de aproximar o português às antigas marcas do latim clássico, buscando travar entre eles alguma correspondência sintática ou morfológica? A resposta parece vir de um *status* de prestígio que a língua passaria a adquirir se adotasse como referência o modelo latino clássico. Conseqüentemente, o ensino de gramática atuaria no sentido de reforçar certos padrões de uso próprios da classe dominante (Cf. Mattos e Silva, 1989, p. 13).

Se a escolha foi a de adotar como modelo de gramática do português o modelo de gramática latina, a consequência foi herdar certa dificuldade de explicações no campo dos pronomes reflexivos. Para Oliveira e Sousa (1953, p. 214), o reflexivo *se* indica que a ação repercute no mesmo sujeito que a pratica. Por esse motivo, ou por ser índice de ação recambiada, e não de agente, em nenhuma língua ele apresenta nominativo ou caso reto, e por isso mesmo, no indo-europeu, ele servia a qualquer sujeito, mesmo que fosse de 1ª ou 2ª pessoa. Então, “como os incultos de agora”, também lá já se dizia: *eu se esqueci, nós se arrependemos*. Entretanto, quando se referia à 1ª ou à 2ª pessoa, o reflexivo *se* podia dar lugar aos seus concorrentes *me, te, nos, vos* – o que fez com que no itálico o uso das formas *sui, sibi, se* se restringisse à 3ª pessoa.

A que conclusões pode-se chegar, a partir das palavras de Oliveira e Sousa (1953)? Primeiramente, assim como no latim clássico, em português existe um *se* anafórico de um nominativo agente e paciente do processo verbal como em (6); depois, como em (7), um anafórico sem marcar um nominativo agentivo; e, ainda, como em (8), um *se* universalizado a todas as pessoas verbais. A contar pelo fato de que o informante de (8) possui 11 ou mais anos de escolarização, não sei se este é um fenômeno limitado aos não-escolarizados, como pretendia Oliveira e Sousa (1953, p. 214).

(6) *Mas naquela época a mulher de dezoito ano era meninona mesmo, porque ela num se pintava, num num exagerava, usava uma roupa mais infantil* (VALPB - AAM – F-3-5)

(7) *E* Você ficaria com uma mulher que lhe sustentasse?*

I Não. Eu acho que jamais ficaria com uma pessoa :: você se torna inútil.* (VALPB - RVA – M-2-5)

(8) *O professor ele sabe que ganha pouco. Ele tem que ao mesmo tempo que dá aula o aluno não merece ser enganado por ele, mas também ao lado, pra ele num se sentir-se injustiçado, ele tem que ir à luta.* (VALPB - AAM – F-3-5)

Ainda pela citação de Oliveira e Sousa (1953), me remonto a dois dos cinco princípios da gramaticalização atestados por Hopper (1991), a saber: *estratificação* e *especialização*. Pelo primeiro caso, a coexistência de várias formas desempenhando o mesmo papel: *se-me-nos* como anafóricos de 1ª pessoa e *se-te-vos* como anafóricos de 2ª. Pelo segundo princípio, como a 1ª e a 2ª pessoa contavam com reflexivos específicos, o *se* tendeu a se especializar como anafórico de 3ª.

Quando inicia seu capítulo sobre o pronome *se*, Said Ali (1957, p.89) diz: “Eis um problema interessante cuja explicação por longo tempo se andou buscando em um histórico não menos problemático”. Ao menos quatro sentidos diferentes podem ser discriminados no uso do pronome:

(9) *Pedro matou-se* – sentido reflexivo⁴;

(10) *Eles odeiam-se* – ação recíproca;

(11) *O homem foi-se* – significação mais enérgica do que em *ele foi*;

(12) *Anda-se, compra-se, vai-se* – fórmulas destinadas a calar o nome do agente.

Além das várias possibilidades de função desempenhada pelo pronome, ainda temos que ceder a outros “caprichos da linguagem” (Said Ali, 1964, p.178). Às vezes, um estado d’alma desperta certos impulsos no indivíduo e seus sentimentos se manifestam exteriormente por alguma atividade. Os verbos pronominais, nesse caso, têm significação ativa, e o pronome reflexivo passa a denotar a pessoa vivamente afetada.

Citem-se como exemplos *gloriar-se, vangloriar-se, ufanar-se, gabar-se, atrever-se, lamentar-se, queixar-se, lastimar-se, desabafar-se*. Mas o que explica dizermos *atrever-se*, sem que a forma verbal dispense o uso do reflexivo, se seu sinônimo *ousar* se usa sempre na forma não-pronominalizada? A resposta que Said Ali nos dá é que “é

4 Exemplos de (9) a (12) retirados de Said Ali (1957, p.89).

tudo questão de tradição e uso”. Não há uma regra que possa determinar quais os verbos que devam ou não receber, obrigatoriamente, o pronome.

Estamos diante de um objeto que, de fato, já fez correr muita tinta e que, certamente, ainda o fará. Por isso mesmo, recupero, nas próximas seções, como as gramáticas latinas, históricas e tradicionais descrevem o pronome reflexivo, na tentativa de delinear o tema a que me propus estudar.

1.1.1 O *se* nas gramáticas latinas

As gramáticas latinas são unânimes quando o assunto em pauta é o pronome *se*: reflexivo, acompanhado de verbo geralmente transitivo e sujeito animado, podendo expressar também a noção de reciprocidade (Cf. Valente, 1952; Fernandez e Rolan, 1990). No latim, só há um pronome reflexivo, que corresponde à terceira pessoa, não envolvendo, portanto, caso nominativo nem vocativo, como reforça Fontana (1994, p.37), ao sustentar que o reflexivo em latim era usado exclusivamente como complemento verbal, referindo-se ao sujeito da oração. Assim:

Casos	3ª persona		Significado
	Singular	Plural	
Nominativo	-	-	-
Vocativo	-	-	-
Acusativo	SE	SE / SESSE	A sí
Genitivo	SUI	SUI	De sí
Dativo	SIBI	SIBI	Para sí
Ablativo	SE (CUM)	SE (CUM)	Consigo

Quadro 2: Sistema dos reflexivos em latim

Com os demais pronomes de 1ª e 2ª pessoas, do singular e do plural, a função reflexiva é expressa pelo acusativo desses pronomes:

(13) *Ego ipse me curare non possum* (Eu mesmo não posso curar-me);

(14) *Gladio te vulneravisti* (Tu te feriste com a espada).

Segundo Iordan (1972), o reflexivo, assim como os demais pronomes pessoais, tem a função morfemática de marcar a categoria de pessoa e também a função enfática, já que as pessoas vêm indicadas antes, por meio de morfemas. Este valor enfático pode ser confirmado pela reduplicação *sese* (Cf. Faria, 1995):

(15) *Sese diutius sustinere non posse*. (Não se poderem suster por mais tempo).

Iordan (1972) lembra que o reflexivo tem **sempre** a função fônica já que remete **sempre** ao sujeito da frase; e que, em latim, é muito ligado à oralidade e muito mais freqüente no latim vulgar do que no latim clássico.

Assim, o que se pode ver nos compêndios latinos é a afirmação usual de que há nesse sistema um pronome de 3ª pessoa, essencialmente reflexivo:

(16) *Stultus se laudat*

(17) *El necio se alaba* (a *sí mismo*).

O pronome reflexivo, comum aos dois números, é empregado para se referir ao sujeito da própria oração em que se encontrar, ou, caso esteja numa oração subordinada, para se referir a uma palavra (que designe uma pessoa) da oração principal e cujo pensamento seja representado pela oração subordinada (Cf. Fernandez e Rolan, 1990, p. 279), como em (18) e (19), abaixo:

(18) *Uirtus est amans sui* (A virtude é amante de si mesma);

(19) *Principes ciuitatis... sui conseruandi... causa profugerunt* (Os principais da cidade fugiram para se salvar).

A função do pronome *se*, em latim clássico, era então a de recuperar o agente da ação denotada pelo verbo. Nesse sentido, o *se* era visto como *reflexivo*, e seu contexto de ocorrência, como o da *reflexividade* (Cf. Alamendra e Figueiredo, 1977).

1.1.2 O *se* nas gramáticas históricas

Como não pretendo criar uma lista exaustiva, selecionei apenas quatro gramáticas históricas para dar uma amostra de como a reflexividade é tratada nelas, acreditando ser possível uma apreensão, ainda que parcial, do modo como abordam o assunto em pauta.

De acordo com Silva Júnior (1907), os verbos *reflexos* são verbos pronominais cuja ação recai na mesma pessoa que a pratica:

(20) *Ele feriu-se;*

(21) *Arrependeu-se.*

São uma consequência da voz reflexa ou média, em que o sujeito é ao mesmo tempo ativo e passivo; uma voz intermediária entre a ativa e a passiva, e se conjugam com um pronome da mesma pessoa que o sujeito.

Quase todos os verbos reflexos são verbos transitivos, que na forma reflexa exprimem uma idéia intransitiva ou conservam sua significação transitiva. Daí a distinção entre verbos reflexivos intransitivos (propriamente ditos) e reflexivos transitivos (verbos transitivos empregados como reflexivos). Os intransitivos podem ser essenciais e acidentais conforme são reflexivos na forma e no sentido – e neste caso, o pronome é enfático; ou transitivo apenas na forma, como *arrepender-se*, *refugiar-se*. Os acidentalmente reflexivos são menos importantes, porque não recai no agente a ação que exerce; o pronome reflexivo tem apenas sentido intransitivo: *enganar-se*, *deleitar-se*, *exercitar-se*, *enfadar-se*, *admirar-se*, e outros.

O autor argumenta ainda que a forma reflexiva (ou média) é que deu origem a uma nova forma passiva, como em (22) e (23):

(22) *Espalhou-se uma notícia;*

(23) *Queimaram-se prédios.*

Para Ribeiro (1920), é o pronome que caracteriza a voz reflexiva, ocorrendo no discurso para indicar relação de identidade com o sujeito. Os verbos que vêm, não casualmente, mas sempre acompanhados por dois pronomes chamam-se pronominais, como, por exemplo, *arrepender-se*.

Segundo o autor, o pronome *se* é representante da voz médio-passiva, como em

(24) *Fizeram-se casas,*

e a analogia feita entre *diz-se* e o *on dit* do francês⁵ permite a alguns escritores utilizarem *diz-se cousas*, no lugar de *dizem-se cousas*. A isso, Ribeiro chama *gallicismo syntactico* (p. 220), construção em que o pronome é analisado como sujeito. Segundo ele, embora não seja destituída de algum valor, a explicação, ao menos, contraria a história da língua até ao latim, em que o *se*, sempre complemento de verbo, não podia encerrar caso nominativo.

Além de estabelecer sentido passivo, o pronome *se* ainda apresenta outros usos. Um de seus empregos se refere ao valor de espontaneidade no praticar da ação verbal, uma vontade própria de colaborar na ação:

(25) *Elle se partiu;*

(26) *Elle se foi embora* – por vontade própria e espontânea.

Não sendo de uso obrigatório, a presença do pronome *se* explica por uma extensão do uso dos verbos pronominais, em que a ação do sujeito se refere ao próprio sujeito, e aí, sim, sua presença se torna obrigatória.

⁵ Em francês, *on dit* é um nominativo que funciona como sujeito.

Maciel (1928) conceitua verbo pronominal como aquele a que se anexam dois pronomes pessoais da mesma pessoa: *ele se ama, ele se fez, ele se desdisse, eu me louvo*. Podem ser os verbos pronominais de cinco tipos distintos:

- reflexivo, se houver um pronome sujeito e outro objeto de mesma pessoa a eles ligados:

(27) *Ele se exaltou.*

(28) *Eu me julgo.*

- passivo, se forem empregados nas terceiras pessoas, modificados pelo pronome, denotando a ação sofrida pelo sujeito:

(29) *O barco virou-se.*

(30) *A casa queimou-se.*

- indefinito, se estiverem regidos da partícula *se*, exprimindo sujeito indeterminado:

(31) *Bebe-se; briga-se;*

- recíproco, se vierem regidos da forma pronominal, indicando reciprocidade de ação:

(32) *Elles se estimam.*

(33) *Elle se corresponde com ella por meio de cartas.*

- enfático, se forem verbos de predicação completa, regidos da forma pronominal, não indicando função apreciável:

(34) *Foi-se o homem .*

(35) *Acordei-me tarde.*

Um verbo pronominal pode, ainda, ser chamado pronominal, sempre que não puder abandonar, independentemente de sua aceção, a forma pronominal objetiva: *arrepender-se; apoderar-se*.

Em concordância com que os demais autores vistos, Said Ali (1964) conceitua pronome reflexivo como o pronome oblíquo que se refere ao próprio sujeito do verbo. Se o verbo ao qual esteja ligado indicar reciprocidade de ação, passa a ser chamado de pronome recíproco, como em (36) e (37):

(36) *Eu feri-me com a faca.*

(37) *Eles feriram-se uns aos outros.*

A marca que distingue esses tipos de pronome são as expressões *um ao outro* e equivalentes. Assim como afirma Maciel (1928), os verbos que não podem ser empregados sem o pronome, como *queixar-se* e *atrever-se*, são tidos como essencialmente pronominais.

1.1.3 O se nas gramáticas normativas

Um dos assuntos mais complexos do sistema lingüístico das línguas românicas é o da oposição entre pronomes reflexivos e não-reflexivos. A língua portuguesa foi herdeira dessa dificuldade em analisar os verbos pronominais e como consequência um número grande de estudos se dedica ao tema. Como diz Christiano (1991, p.15): “Com argumentações mais ou menos díspares, vários gramáticos e lingüistas procuram explicar o uso da forma ‘se’ e suas diversas funções, dando lugar não só a uma bibliografia complexa como também a inúmeras opiniões controvertidas”.

O pronome *se* recebe um tratamento mais detalhado na obra de Almeida (1999, p.214), ao ser o protagonista de um capítulo em que são percorridas suas funções. Antes de enumerá-las, o autor tece o seguinte comentário: “Se ponto existe escabroso em português, em que tombam com muita frequência os descuidados do nosso idioma, é este do pronome *se*. Pode esse pronome exercer diversas funções na oração”.

As gramáticas do português, de uma forma geral, procuram especificar as diferenças nas funções do *se*, mediante a divisão de capítulos que tragam noções:

1. dos pronomes pessoais, em que o *se* é classificado como pronome oblíquo átono, referente às terceiras pessoas, tanto singular quanto plural:

(38) *Pai e filho se abraçaram calorosamente.*

2. dos tipos de sujeito, em que aparece como índice de indeterminação do sujeito:

(39) *Aqui se vive bastante bem.*

3. das vozes verbais, em que é considerada partícula da voz passiva (apassivadora), na construção chamada ‘passiva pronominal’:

(40) *Não se produzem mais esses modelos.*

4. da voz reflexiva, em que exerce a função de objeto direto ou de objeto indireto:

(41) *Ele se atribui predicados demais.*

5. dos verbos, em que é tido como parte integrante deles nos chamados *pronominais essenciais* ou *pronominais fossilizados*:

(42) *Ele se arrependeu de tudo.*

6. do período composto por subordinação, em que exerce a função de sujeito da oração subordinada reduzida de infinitivo:

(43) *O filho deixou-se educar convenientemente.*

7. das partículas de realce, em que os chamados ‘pronomes expletivos’ não desempenham qualquer função sintática:

(44) *Os atletas partiram-se chorando.*

Sem dúvida alguma, muitas vezes não é tarefa fácil fazer distinção entre as funções que o *se* pode desempenhar, considerando que seus limites são muito sutis. Seu tratamento exige cautela. Nas gramáticas de língua portuguesa, é comum perceber certa insegurança nas definições, e inconsistências na formulação dos conceitos.

A lista é grande. Não tenho a pretensão de fazer um rastreamento exaustivo dos autores que se dedicaram ao assunto. Nas próximas linhas, então, trarei as explanações de alguns dos principais autores de gramáticas de língua portuguesa que envolvem alguma tentativa de definir/conceituar o que seja verbo (e conseqüentemente, pronome) reflexivo.

De antemão, o que posso assegurar é que há, em certa medida, uma definição consensual para os verbos reflexivos: denominado também como pronominal, vem sempre acompanhado de pronome oblíquo da mesma pessoa que o sujeito, cuja função é indicar a reflexividade (Cf. Christiano, 1991, p.17). Um problema, entretanto, é que existem aspectos contrastivos que revelam várias discordâncias e contradições sobre esses verbos, devido à interpretação sintático-semântica que é atribuída a eles e à classificação deficiente que resulta dessa mesma interpretação. Vejamos, então.

1.1.3.1 Pronomes reflexivos

Bechara (2001, p. 176-178) define reflexividade como “a inversão (ou negação) da transitividade da ação verbal”. Em outras palavras, significa que a ação denotada pelo verbo não passa a outra pessoa, mas reverte-se à pessoa do próprio sujeito (ele é, ao mesmo tempo, agente e paciente), como em

(45) *João se banha.*

Pela experiência de mundo dos indivíduos, pode-se admitir a hipótese de João banhar a si próprio ou a outra pessoa, como em

(46) *João banha o filho pela manhã.*

De igual modo, para Lima (1984) e Silveira (1960, p.120-150), uma forma é reflexiva quando pode ser usada somente em relação ao próprio sujeito do verbo, como em (47)

(47) *O capitalista matou-se*

sendo considerado o pronome oblíquo *se* forma exclusivamente reflexiva, tanto no singular quanto no plural. O autor define como reflexivos os pronomes pessoais átonos (objeto direto e objeto indireto) quando pertencem à mesma pessoa do sujeito da oração: o agente e o paciente são um só, porque o sujeito executa um ato reversivo sobre si mesmo:

(48) *Os empregados se despediram.*

(49) *Eles se arrogam o direito de votar.*

De mesmo pensamento são Cunha e Cintra (1985), que listam alguns valores e funções do *se* reflexivo, que pode ser empregado como objeto direto (50), (51); objeto indireto (52), (53); e sujeito de um infinitivo (54), (55):

(50) *Meu pai tranquilizou-se.*

(51) *Viu-se no espelho.*

(52) *Teresa perguntava-se se aquilo acontecera realmente.*

(53) *Sofia dava-se pressa em tomar-lhe o braço.*

(54) *Virgília deixou-se cair.*

(55) *Moura Teles deixou-se conduzir passivamente.*

Almeida (1999) trata da reflexividade em três momentos distintos: primeiro, ao falar sobre os pronomes pessoais; depois, quando da classificação dos verbos; e, de forma mais específica, ao ceder todo um capítulo de sua gramática para o estudo do pronome *se*, indicando suas funções em língua portuguesa. Na seção destinada aos pronomes pessoais, o define assim: “Dizem-se reflexivos os oblíquos que podem referir-se ao sujeito de uma oração: Eu me feri, ele se feriu” (p. 172).

Nas páginas destinadas ao estudo dos verbos, o autor aponta a existência de uma voz reflexiva: “Há casos em que o sujeito pratica e, ao mesmo tempo, recebe a ação verbal. ‘Pedro machucou-se’. Quem praticou a ação? – Foi Pedro. Mas a quem machucou? – A si próprio. Neste caso, o verbo diz-se reflexivo, e o sujeito vem a ser, ao mesmo tempo, agente e recipiente da ação verbal” (p.211). A essa função chama de reflexibilidade pronunciada, já que é função primordial (no sentido de primitiva) do pronome *se* indicar reflexividade de ação, fazendo com que o sujeito se torne, a um só tempo, agente e recipiente da ação verbal. A reflexividade é pronunciada porque a ação tem que atingir, necessariamente, um objeto, que é o próprio sujeito. O *se* pode ter função acusativa (objeto direto) ou função dativa (objeto indireto), aparecendo, nesse caso, com verbos bem específicos, tais como: *reservar-se o direito*, *dar-se pressa*, *dar-se importância*. A essa mesma função, Kury (1993, p. 38-40) chama reflexividade propriamente dita.

1.1.3.2 Pronomes recíprocos

Para Cunha e Cintra (1985), quando a forma reflexiva está no plural, pode também ser empregada para indicar a reciprocidade da ação, isto é, indicar que a ação é mútua entre dois ou mais indivíduos. Nesse caso, o pronome é dito recíproco:

(60) *João e Antônio se cumprimentaram.*

Lima (1984) esclarece que, na tentativa de se prevenir uma possível falta de clareza no que tange à reflexividade ou à reciprocidade, há a possibilidade de serem adicionados *apostos esclarecedores* como: ‘a si mesmo’, ‘a si próprio’, ‘um ao outro’, ‘reciprocamente’, ‘mutuamente’, o que Cunha e Cintra (1985) chamam de *expressões*

reforçativas. Assim, em (61) temos uma construção reflexiva; e em (62) e (63), as construções são recíprocas:

(61) *Joaquim e Pedro enganaram-se a si mesmos.*

(62) *Joaquim e Pedro enganaram-se um ao outro.*

(63) *Joaquim e Pedro enganaram-se mutuamente.*

De mesma opinião é Almeida (1999). O autor aponta que orações de sujeito composto como (64) e (65) denotam que o *se* indica reciprocidade de ação. Nesse caso, verbo e pronome *se* dizem recíprocos e o *se* exerce função de objeto direto ou objeto indireto, conforme a transitividade verbal.

(64) *Áspide e víbora se emprestam a peçonha.*

(65) *Eles trocaram-se cumprimentos.*

Silveira (1960) argumenta que, por ser uma subfunção da reflexividade, a reciprocidade aparece bem mais raramente na língua, como em:

(66) *Entre os dois travou-se então um longo diálogo em que se contaram tudo o que haviam feito desde aquele dia...*

Bechara (2001, p. 176-178) utiliza uma frase como (68) para explicar que o significado do próprio verbo amar e a experiência de mundo do indivíduo supõem o amor de uma pessoa A dirigido a outra pessoa B. Desta forma, uma nova acepção, contextual, pode ser dada ao valor unitário da reflexividade. Assim é que a oração pode expressar que João ama Maria e que Maria ama João. Então, não estamos mais diante de um caso de reflexividade pura, mas sim de reflexividade recíproca.

(68) *João e Maria se amam*

1.1.3.3 Pronomes inerentes

Parece que as maiores confusões encontradas nas gramáticas tradicionais dizem respeito aos verbos cuja entrada lexical não admite construções que não sejam pronominalizadas (Cf. Lemle, 1985, p. 122). Lima (1984), por exemplo, define como fossilizados os pronomes átonos que são inseparáveis de determinados verbos, tornando-se parte integrante deles, como em *suicidar-se*, *condoer-se*, *apiedar-se*, *ufanar-se*, *queixar-se*, *arrepender-se*.

Esses verbos, mesmo sendo pronominais, não apresentam objeto direto ou objeto indireto, uma vez que os pronomes que os completam não desempenham função sintática. O autor adverte que ninguém pode arrepender a outra pessoa, nem a si; portanto, o aparecimento do pronome pode ter surgido por analogia a outros verbos, como: *aborrecer-se*, *magoar-se*, *ferir-se*, em que o pronome é realmente objeto direto.

Já Almeida (1999) trata desse mesmo assunto utilizando o termo pronominal essencial para os verbos que só podem vir acompanhados de pronome oblíquo, como por exemplo: *arrepender-se*, *queixar-se*, *indignar-se*, *abster-se*, *apoderar-se*, *comportar-se*. “É impossível” – diz o autor – “e, por conseguinte, **constituirá erro** construir uma oração com algum desses verbos listados acima sem que venham seguidos de pronome oblíquo, que, em tais construções não exercem função sintática alguma” (p.211, grifo meu).

Segundo o autor, nos verbos pronominais acidentais (*pentear-se*, *alimentar-se*, *matar-se*, por exemplo) a reflexividade é muito mais pronunciada, muito mais forte do que nos pronominais essenciais, uma vez que, em construções como (69)

(69) *Ele se queixa.*

o pronome *se* não indica precisamente uma revolução da ação verbal sobre o sujeito; ao passo que numa frase como

(70) *Eu me feri.*

a reflexividade da ação verbal é patente. Em estruturas formadas por pronominais essenciais, o *se* deixa seu valor real de objeto direto e passa a exercer essa função apenas aparentemente. Por exemplo, em (71), o pronome reflexivo não indica

exatamente uma revolução da ação verbal sobre o sujeito e ela também não pode passar a um outro objeto. Nesse caso, o *se* pertence ao verbo e não tem função sintática, é o que ele define como reflexividade atenuada.

(71) *Ele se arrependeu.*

Melo (1978, p. 258), quando fala dos verbos pronominais, pensa em uma distinção entre os reflexivos pronominais e os reflexivos pronominados. Os pronominais são verbos acrescidos de um pronome objeto, que não exerce qualquer função sintática, como em: *arrepender-se*, *condoer-se*, *queixar-se*, etc. O pronome *se* faz presente em toda a conjugação do verbo, que só pode mesmo ser conjugado dessa forma. Já por pronominados, entende os verbos ditos acidentalmente pronominais.

Cunha e Cintra (1985) registram que alguns verbos são conjugados com pronomes átonos, semelhantemente aos reflexivos, sem que apresentem exatamente seu sentido – são os chamados verbos pronominais, que são de dois tipos: (i) os usados apenas na forma pronominal: *apiedar-se*, *queixar-se*, *suicidar-se*; (ii) os usados tanto na forma pronominal quanto na forma simples, diferenciando ou pelo sentido ou pela construção: *debater* (=discutir) x *debater-se* (=agitar-se), *enganar alguém* x *enganar-se com alguém*. No caso (i), o pronome é parte integrante do verbo, uma vez que este só é usado na forma pronominal. Nas construções do tipo (ii), o pronome, quando presente, é apenas uma partícula de realce.

1.1.3.4 Pronomes expletivos

Segundo Almeida (1999), os verbos pronominais essenciais se aproximam, em grande escala, dos verbos intransitivos, já que exprimem uma ação que não pode passar a um complemento. Por conta disso, alguns verbos intransitivos podem vir acompanhados do pronome reflexivo *se*, que indicará, então, reflexibilidade atenuada de ação e, em alguma medida, espontaneidade por parte do sujeito, como em:

(73) *Ele se foi.*

(74) *Ele se estava descansando.*

Para Cunha e Cintra (1985), o *se* de (76) e (77) é palavra expletiva também chamada partícula de realce:

(76) *Vão-se as situações, e eles com elas.*

(77) *Ela se morreu, silente e fria...*

Kury (1993) menciona existir uma voz medial dinâmica, que aparece com verbos intransitivos, também usados sem o pronome, que exprimem movimento ou alguma ação realizada com vivacidade ou espontaneidade:

(78) *Foi-se embora (Foi embora).*

(79) *Deitou-se tarde (Deitou tarde).*

Nessas frases, não há qualquer idéia de reflexividade, e o pronome tem menos valor gramatical do que estilístico, sendo, portanto, uma palavra de realce, expressiva, sem desempenhar alguma função sintática (Cf. Cegalla, 1977).

Morrer x morrer-se, ir x ir-se, sorrir x sorrir-se, sair x sair-se são oposições que parecem não alterar o sentido básico do processo verbal. Pelo menos, é o que acredita Oliveira e Sousa (1953, p. 266), ao afirmar que, junto a verbos intransitivos, o pronome reflexivo se converte em partícula que expressa ação concentrada no sujeito. Entretanto, se inseríssemos a forma *sair-se*, por exemplo, num outro contexto em que significasse *obter êxito*, o *se* deixaria de ser empregado como partícula de realce, já que estaria favorecendo a construção de um novo sentido, aliás, o seu uso estaria implicando a especialização do sentido do verbo (Bandeira, 2007, p. 23). Vejamos (80) extraído do VALPB:

(80) *I* A educação do jovem hoje em dia não é a educação que se desejava ter não. Porque, primeiro, a culpa é do governo. Não paga bem ao professorando. O professorando é mal pago. E toda a pessoa que é mal paga, não pode dar uma produção boa. Ai fica o aluno cá, quebrando a cabeça, com um e com outro, e aqueles que ficam juntos em grupo, pra estudar aquele tema que foi dado, inda **se sai bem**, mas*

aqueles que se deixam passar despercebidos, nada mais vão conseguir, senão zero no final das provas. (VALPB - ERG – M - 3).

De toda sorte, um *se* nomeado como expletivo aponta para o fato de que ele é desnecessário ao sentido da frase, “conferindo-lhe apenas maior força ou graça” (Cf. Ferreira, 2006, p. 389). Penso que “apenas” pode implicar um sentido pouco valorizado para o uso do pronome enfático. Ainda que ele não promova a construção de novos sentidos em alguns contextos, será que não tem, ainda que minimamente, algum valor em termos semânticos?

Essa é uma questão que me parece bem interessante. Atuando como partícula de realce, o *se* se configura como totalmente vazio da noção de reflexivização, tornando-se opaco (Cf. Bandeira, 2007, p. 24). É um contexto em que o pronome sofre *dessemantização*, mecanismo que indica a perda do conteúdo semântico de um item gramatical (Cf. Hopper & Traugott, 1993). Evidentemente, estamos falando aqui de **gramaticalização**, caracterizada por alguns autores (Heine & Reh, 1984 *apud* Hopper & Traugott, 1993) como uma evolução em que unidades lingüísticas perdem complexidade semântica, significância pragmática, liberdade sintática e substância fonética.

1.1.3.5 Desacordos na classificação do *se*

Após ter arrolado os apontamentos presentes nas gramáticas tradicionais sobre o pronome reflexivo, ficou em minha mente a imagem como de um grande leilão, em que se ouviam vários “Quem dá mais? Quem dá mais?” E se via o braço estendido de um Cegalla garantindo “É essencialmente pronominal”; o outro de um Bechara anunciando “É partícula de realce”; outro de um Câmara Jr. assegurando “É voz medial dinâmica!”. E, certamente, um leiloeiro bastante indeciso à hora de bater o seu martelo!

Metáforas à parte, a falta de consenso é mesmo visível. Na seção 1.1.3.1, apresentamos uns exemplos retirados de Cunha e Cintra (1985) que podem representar

um pouco dessa confusão. Para eles os *ses* de *tranqüilizar-se* e *ver-se* têm a mesma classificação: ambos são reflexivos que funcionam como objeto direto. Se digo (81)⁶

(81) *João se viu no espelho,*

digo que João viu João no espelho; mas se digo (82)

(82) *João se tranqüilizou com a notícia,*

digo também que João tranqüilizou João com a notícia? Ou foi a notícia que deixou João tranqüilo?

Quando discute o que são os verbos pronominais, Azeredo (2000, p. 174) cita *sair-se* como exemplo. Em várias outras gramáticas, encontramos o mesmo verbo como representante de uma outra classe de *se*, a de partícula de realce. Já Melo (1978, p.258.) classifica como expletivo o *se* de *casar-se*, colocando-o ao lado de *rir-se*, *partir-se*, *ir-se*. Outros autores classificam *casar-se* como um caso de *se* inerente.

Pereira (1954), Cegalla (1977), Lima (1984) consideram *arrepender-se*, *queixar-se*, *indignar-se* como verbos essencialmente pronominais, e por isso mesmo nunca aparecem na frase desacompanhados do pronome oblíquo. Mas em Oliveira e Sousa (1953, p. 265), encontramos o registro de

(83) *Ele queixou de mim,*

e a afirmação de que não há verbo essencialmente reflexivo, que não possa ser usado sem pronome. Lembro novamente Said Ali, ao sugerir que “é tudo questão de tradição e uso” (1957, p.96.) e que “a linguagem tem seus caprichos” (1964, p.178.). Parece que aqui a chave do problema está em classificar o *se* ora como pronome, ora como morfema.

1. 3 Avaliação do Capítulo

6 Exemplos (81) e (82) de minha autoria.

Usei este primeiro capítulo para delinear meu objeto de estudo, e isso foi feito mediante a recuperação de gramáticas latinas, históricas e normativas, mapeando o tratamento dado por elas ao *se*. Com este procedimento, objetivei dar os primeiros passos ao processo de delineamento do *se*, que será completado nos capítulos subseqüentes.

Recuperar as diferentes gramáticas que descreveram o clítico deixou bastante claro que a adoção do modelo latino de gramática trouxe algumas dificuldades de explicações para o português. Em primeiro lugar, em latim, o clítico era usado exclusivamente como complemento do verbo (geralmente transitivo), correferente ao sujeito (geralmente animado) da oração. Assim, a função do *se* era a de **recuperar o agente da ação denotada pelo verbo**. Nesse sentido, **ele era reflexivo e seu contexto de ocorrência, o da reflexividade**.

Já na observação das gramáticas históricas e normativas, os autores passam a listar outras funções para o clítico que não apenas a da reflexividade. Assim, o *se* pode adquirir traços de partícula apassivadora, indefinida, indeterminadora, elemento fossilizado junto a verbos pronominais, índice de espontaneidade. Nesse momento, começa a se instaurar a confusão no trato com o item, e o que se vê é uma bibliografia complexa e uma série de opiniões controvertidas. Como diz o escritor francês Antoine Rivarol, *a gramática é a arte de arredar as dificuldades de uma língua, mas é preciso que a alavanca não seja mais pesada que o fardo*.

Acredito que o grande problema, na verdade, não seja o de definir a reflexividade. Isso não é tão problemático, até porque as definições nas gramáticas do português emprestam a definição herdada do latim. A dificuldade surge (1) quando começa a se pensar nas demais funções desempenhadas pelo clítico a partir da forma-fonte reflexiva; e (2) quando não são claramente estabelecidos critérios que classifiquem de modo mais eficaz os verbos a que o elemento se une.

Nesse contexto, é possível que você abra uma gramática como a de Azeredo (2000, p. 174) e encontre *sair-se* como exemplo de um clítico inerente; enquanto que

em muitas outras obras, a forma é vista como partícula de realce. Ou que você abra a gramática de Melo (1978, p.258) e veja o *se* de *casar-se* classificado como enfático, juntamente com o *se* de *rir-se*, *partir-se*, *ir-se*; ao passo que vários outros autores vêem-no como um caso de pronome inerente. Ou ainda que você folheie os textos de Pereira (1954), Cegalla (1977), Lima (1984) e encontre *arrepender-se*, *indignar-se*, *queixar-se* classificados como **essencialmente pronominais**, sob a alegação de que são **formas que nunca aparecem na frase desacompanhadas do pronome oblíquo**. Mas o que fazer se verificar na obra de Oliveira e Souza (1953, p.265) o registro de *Ele queixou de mim*, e a afirmação de que **não há verbo essencialmente reflexivo, que não possa ser usado sem pronome?**

Nesse “cabo de guerra”, prefiro somar forças a Oliveira e Souza e pensar como também pensou Said Ali (1957, p.96), para quem, no campo dos reflexivos, “é tudo questão de tradição e uso”. Isso não significa, evidentemente, que não possam ser rastreados pontos mais ou menos convergentes quando um *se* se une a uma forma verbal, tornando-a uma forma pronominalizada. Pensando nisso, será apresentada, no capítulo 5, uma matriz sintático-semântica com as entradas lexicais dos verbos em meus dados para identificar os traços que fossem próprios a dados verbos e verificar como o processo de pronominalização os alcança. Penso que este material apresenta uma carga bastante significativa de informações, se explorado adequadamente. Por conta de uma série de limitações, meu objetivo agora é apenas retirar dele os traços comuns que os grupos verbais adquirem quando pronominalizados.

Passado este momento de delimitação, posso começar a traçar suas características definidoras que, certamente, somadas às demais informações apresentadas nos próximos capítulos, irão contribuir não só para a identificação dos ambientes mais ou menos favorecedores à presença e à supressão do *se* em João Pessoa, como também para a defesa de que ele constitui um caso legítimo de gramaticalização em língua portuguesa.

Após a descrição do objeto de estudo e a exposição dessa avaliação parcial, passo a apresentar no próximo capítulo alguns trabalhos que também se ocuparam do *se* reflexivo. O objetivo, com isso, é o de traçar paralelos entre eles e essa pesquisa, e

assim verificar até que ponto minhas conclusões se aproximam ou se distanciam daquilo que outras tintas já anunciaram sobre o *se*.

*Grandes descobertas e progressos invariavelmente
envolvem a cooperação de várias mentes
(Alexander Graham Bell)*

o português do Brasil, encontramos verbos que admitem uma forma pronominalizada e uma variante não-pronominalizada e outros que admitem apenas uma delas (ao menos, em teoria). Falei anteriormente que um dos objetivos desta pesquisa é descrever, utilizando os dados disponibilizados pelo VALPB, os contextos que favorecem o apagamento do clítico, e para isso recuperarei, neste capítulo, alguns trabalhos⁷ que tratam sobre o tema em questão, considerando a pronominalização das formas verbais e também o apagamento dos clíticos.

2.1 BANDEIRA (2007) e a relação presença/ausência do *se* reflexivo no Paraná

A autora procura investigar a relação presença x ausência do clítico *se* nas funções de sujeito e objeto e utiliza, para isto, os dados das 4 cidades do Paraná selecionadas pelo projeto VARSUL⁸. Considerando que existe um *se* que chamam reflexivo, mas que a ele são atribuídas outras funções, Bandeira assume a distinção

7 O critério de ordem que adotamos para seqüenciar os trabalhos descritos no capítulo é o de maior “afinidade” com esta tese. Assim, os estudos que de forma mais direta influenciaram nossa pesquisa serão listados primeiramente.

8 O Projeto VARSUL (Variação Lingüística Urbana na Região Sul) conta com o envolvimento das Universidades Federais do Paraná, de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, disponibilizando aos pesquisadores interessados amostras de realizações de fala de habitantes de áreas urbanas sócio-representativas de cada um dos três estados da região Sul do Brasil. Constitui-se de 24 entrevistas por cidade: 1) Paraná: Curitiba, Londrina, Irati e Pato Branco; 2) Santa Catarina: Florianópolis, Chapecó, Blumenau e Lages; 3) Rio Grande do Sul: Porto Alegre, Flores da Cunha, Panambi e São Borja, totalizando 96 entrevistas por Estado e 288 no total. As variáveis sociais adotadas pelo Projeto são: sexo (masculino e feminino); escolaridade (primário, ginásio e colegial); e idade (25 a 49 anos, e 50 ou mais).

entre os *ses* recíproco, inerente, indeterminador, apassivador, enfático e ergativo (Cf. Nunes, 1995).

A partir de uma revisão da Literatura selecionada, levanta as seguintes questões, válidas para atestar a relação presença x ausência de *se* nas 4 cidades do Paraná (p. 215-216):

1) a noção de reflexivização pode ser expressa pelo pronome reflexivo *se*, pelo emprego de ‘ele (a) memo (a)’ ou pelo uso intransitivo de verbos transitivos (Cf. Veado, 1982);

2) a não-obrigatoriedade da marca de reflexibilidade, resultante da perda pelo *se* de “possuir um índice referencial próprio”, promove o uso de verbos *intrinsecamente reflexivos* sem marca de elemento anafórico obrigatório – *comportar, queixar, descuidar* – (Cf. Lemle, 1985);

3) os modelos formais para o “preenchimento interpretativo” do sujeito e do objeto nulos (o sujeito oculto, a oração sem sujeito, e o modelo geral de omissão de objeto explicam a aceitabilidade gramatical de

(94) *Eu machuquei.*

(95) *Os dois estão beijando.*

(96) *Coloca os ingredientes e mistura* (Cf. D’Albuquerque, 1988);

4) estruturas com *se* e sem concordância entre verbo e sujeito são uma decorrência da perda do valor passivo das chamadas passivas sintéticas ou pronominais (Cf. Menon, 1994);

5) um crescente favorecimento à supressão do clítico anafórico no português brasileiro é tendência geral e expressa uma mudança em curso, sensível ao tipo de clítico anafórico, ao tipo de verbo a que o clítico está associado e à grade temática de tal verbo (Cf. Nunes, 1995);

6) um *se medializador*, cujo papel ao nível lexical é indicar que um predicado de **n** argumentos sofreu redução para **n-1** argumentos, promove o surgimento, em português, de uma conjugação intrinsecamente pronominal, onde o pronome *se* já não exprime qualquer papel profundo (Ilari *et al*, 1996);

7) as realizações pronominais podem ser interpretadas como recurso de simetria do sistema sintático: os verbos mono-argumentais copiam o comportamento dos bi-argumentais que marcam com pronome suas realizações *ExpS*, estruturas em que o experienciador está na posição de sujeito: aderem (v. *desesperar*), resistem (v. *enlouquecer*) ou oscilam entre uma forma e outra (v. *entristecer*, *espantar*, *apavorar*) (Cf. Madureira, 2002).

Consideradas essas reflexões, a autora apresenta uma proposta de descrição dos anafóricos que constituem o *corpus* de sua pesquisa, baseada na proposta de Nunes (1995), que será retomada logo adiante. Assim, a classificação dos anafóricos conta com um *se* que é:

(A) reflexivo⁹:

(97) *O Getúlio não matou-se, mataram ele né?*

(B) recíproco:

(98) *Todo mundo se abraçou nessa hora e realmente <pro-> procurou seguir em frente.*

(C) inerente:

(99) *Pessoas analfabetas que não sabem nem falar candidata-se.*

(D) apassivador:

(100) *Aqui do nosso lado, morava um rapaz que praticamente a gente se criou junto, né*

(E) indeterminador:

(101) *Faz-se a cova, planta ali, ta? Aduba.*

9 Exemplos de (97) a (103) retirados de Bandeira (2007).

(F) ergativo:

(102) *E o motivo do comércio se <dese-> desenvolver mais aqui, talvez porque o princípio, o comecinho dele foi nessa região.*

(G) enfático:

(103) *Ele pegou o terreno baldio, pegou a rua do lado de lá e ó [...] foi se embora.*

Após a descrição das várias classes de *ses* e de seus distintos contextos sintático-semânticos, Bandeira levanta as hipóteses lingüísticas e sociais de seu estudo. As de natureza lingüística são duas, a saber: (1) verbos pronominalizados tendem a ser empregados intransitivamente, favorecendo o apagamento de seus complementos; e (2) *me*, *te*, *se* e *nos* tendem a sofrer apagamento nas funções de sujeito e objeto, constituindo-se em categorias vazias de interpretação anafórica (p. 114). Quanto à hipótese de natureza sociolingüística, a autora sugere que a alternância *se/Ø* pode ser socialmente motivada (p. 123).

A metodologia usada pela autora, baseada na perspectiva da Sociolingüística Variacionista, permitiu, após a constatação ora da presença, ora da ausência de *me*, *te*, *se* e *nos*, a estruturação das variáveis: 1 dependente e 12 independentes, divididas em 8 lingüísticas e 4 sociais.

Como variável dependente, foi considerada a presença/ausência dos clíticos anafóricos *me*, *te*, *se*, *nos* nas sentenças em que se esperaria um clítico anafórico, ou em função das especificações lexicais do verbo ou em função do contexto sintático. No elenco das variáveis independentes de cunho lingüístico estão: as classes de clíticos anafóricos, a predicação do verbo, a posição do pronome em relação ao verbo, a pessoa do clítico, a pessoa do verbo, a função sintática do clítico, o sentido genérico do verbo, e a animacidade do sujeito gramatical. Já as de natureza social são: faixa etária, grau de escolaridade, sexo e localidade.

Respondendo às hipóteses levantadas, os resultados do trabalho indicam que o vazio anafórico é uma variante “boa de briga”, correspondendo a 45% do total de 3829 dados. Bandeira conclui com sua pesquisa que o apagamento de clíticos reflexivos pode ter uma interpretação reflexiva e servir como recurso de anaforização, e isso faz a autora

pensar no apagamento de *me*, *te*, *se* e *nos* como um fenômeno inerente no português brasileiro.

2.2 Pereira (2007) e a variação no uso dos pronomes reflexivos no português popular de São Paulo

A autora estuda a variação e a possível mudança em curso no uso dos pronomes reflexivos no português popular falado na capital paulista. Sua base de pesquisa está na interface entre a sociolinguística variacionista, o funcionalismo e a linguística cognitiva. O objetivo maior é o de comprovar ou refutar a tese de mudança no quadro dos pronomes reflexivos, identificando fatores linguísticos, sociais e cognitivos que favorecem ou desfavorecem seu desenvolvimento.

Os dados que Pereira (2007) utiliza em sua pesquisa foram retirados de 72 entrevistas que compõem o *corpus* do *Português Popular em São Paulo*. Os informantes são adultos de ambos os sexos, analfabetos ou semi-escolarizados, que moram em favelas e conjuntos habitacionais populares da cidade de São Paulo. Das 72 entrevistas totais, 36 foram coletadas entre 1986-1987; e as outras 36 entre os anos de 1997 a 2001. Como o objetivo da autora era o de verificar a idéia de mudança linguística, a análise foi feita, separadamente, nos dois conjuntos de inquéritos.

Foram recolhidas 888 ocorrências no corpus de 1986-1987, e outras 804 nas entrevistas de 1997-2001, totalizando 1692 instâncias de realização/não-realização pronominal em construções reflexivas, recíprocas e passivas.

A autora salienta que, mesmo havendo um intervalo de pelo menos 10 anos entre uma coleta e outra, a análise em tempo real indica que não houve mudança: o índice de uso do pronome foi praticamente o mesmo nos dois *corpora* analisados: 40% nos inquéritos de 1986-1987, e 42% naqueles de 1997-2001:

Índice geral de realização/ não-realização	Corpus de 1986-1987	Corpus de 1997-2001

Pronome explícito	357/888 = 40%	338/804 = 42%
Zero	531/888 = 60%	466/804 = 58%

Tabela 1: Índice geral de realização do pronome (Cf. Pereira, 2007, p. 238).

A observação da variação não foi pautada apenas na alternância *se x zero*, já que foram incluídas na análise todas as pessoas do discurso e as formas pronominais átonas e tônicas. Assim, de acordo com o tipo de anáfora, Pereira encontrou os seguintes resultados:

Forma da anáfora	Corpus de 1986-1987	Corpus de 1997-2001
Zero	531/888 = 60%	466/804 = 58%
Pronome átono	324/888 = 36%	310/804 = 38%
Pronomeônico	31/888 = 3%	26/804 = 3%
Pronome átono eônico	2/888 = 0,2%	2/804 = 0,2%

Tabela 2: Nº de ocorrências pela forma da anáfora (Cf. Pereira, 2007, p. 239).

De acordo com os números, os resultados indicam que o padrão de realização pronominal é idêntico nos dois *corpora*. A estratégia preferencialmente usada pelos falantes é a omissão do pronome, como em (a). Entre as ocorrências com marca explícita, o uso do pronome átono é o mais requisitado, como em (b). Foram utilizados também pronomes tônicos, como em (c), para marcar a reflexividade; e ainda pronomes átonos e tônicos, concomitantemente, conforme (d) abaixo:

(a) *Aqui não tem muito não. Não **envolvo** muito com isso, não sô muito chegado a festinhas assim particular em casa de amigo assim.*

(b) *As menina estudou no Jo/ no João Solimeu(...) Lá as menina **se formar** a Marilda tudo né?*

(c) *(...) foi televisionado (...) Então, **a gente mesmo via a gente** lá na televisão. Ah, foi tão linda lá a festa.*

(d) *Aqui nesse pedaço aqui todo mundo não tem esse negócio de de mal querença não, todo mundo **se dá um com o outro**, todo mundo quando um precisa de uma coisa, o o outro serve aqui é muito bom.*

Pereira (2007) registra, ainda, que duas das tendências apontadas por outros estudos feitos sobre os reflexivos no PB foram atestadas em seu *corpus*, a saber: a duplicação e a generalização dos clíticos. Foram encontrados 13 casos de duplicação, como em (a) e 48 casos de expansão do *se*, como em (b):

(a) *É... a minha doença até que me to/ até que eu **me sinto me** reanimada assim... mais depois que eu adoeci eu fiquei memo uma pessoa amarga.*

(b) *Mais nós sofreu muito viu? Porque a gente ta depois nós pego fico daqui pra acolá, depois **nós se ajunto**, ele ajunto comigo de novo, nós daí não fui mais pro meu pai.*

Seguindo a metodologia da sociolinguística variacionista, Pereira (2007) selecionou um conjunto de fatores que poderiam, em tese, favorecer ou inibir o uso de uma forma anafórica explícita, em estruturas reflexivas, recíprocas ou passivas. Baseados nos pressupostos da Sociolinguística Variacionista, do Funcionalismo e da Linguística Cognitiva, os fatores selecionados como relevantes foram:

Fatores selecionados	Corpus de 1986-1987	Corpus de 1997-2001
Semânticos		
Tipo de pronome reflexivo	x	x
Classe semântica do verbo		x
Semântico-Cognitivos		
Tipo de evento causativo	x	x
Divisão da psique	x	x
Dinâmica de força	x	x
Natureza do evento conforme o nº de participantes		x
Domínio do evento		x
Sintáticos		
Função sintática da forma anafórica	x	x
Estatuto gramatical do pronome	x	x
Paralelismo	x	x
Pessoa do discurso	x	x
Polaridade	x	
Discursivos		
Status informacional do referente	x	x

Sociais		
Procedência	X	
Escolaridade	X	
Favela	X	X

Quadro 3: Fatores selecionados como significativos pelo programa estatístico (Cf. Pereira, 2007, p. 244).

A conclusão a que chegou a autora, após analisar os fatores acima descritos, foi a de que, embora muitos estudos postulem a existência de uma mudança em direção ao desaparecimento do clítico reflexivo, a realização do pronome em São Paulo se manteve praticamente a mesma durante o período em análise, o que indica não ter havido mudança significativa nesses dois pontos de tempo real.

Pereira (2007, p.339) lembra que, quando se trabalha com variação e mudança nas línguas, muitos “desvios de percurso” podem ocorrer; e levanta a possibilidade de que a mudança em direção ao apagamento do reflexivo se dê num ritmo tão lento que um espaço de 10 anos não tenha sido suficiente para detectá-la. Como sugere Labov (1994, 2001), uma mudança lingüística, quando está perto de se completar, desacelera sua velocidade, podendo, inclusive, abranger longos períodos sem se chegar a um termo.

Diante disso, a autora lança o questionamento: *será mesmo que os pronomes reflexivos estão desaparecendo?* Ou, ao contrário, seria apenas um caso de variação estável? Não podemos esquecer que nem sempre a variação leva a uma mudança na língua.

O que de fato ficou atestado em seus dados é que os pronomes estão desaparecendo mais fortemente junto a verbos que são lexicalizados como reflexivos, como os que denotam movimento corporal (*sentar; abaixar*), ou um evento mental (*lembrar; esquecer*). Entretanto, mesmo nesses contextos, a mudança ainda não se completou e o uso do pronome continua sendo uma regra variável.

Mesmo tendo sido confirmada a hipótese de que os falantes da variedade popular tendem a omitir o reflexivo nos contextos em que as gramáticas normativas o

prescreve, todos os informantes (com exceção de um) mostraram variação em sua fala, fato que, segundo a autora, também aponta para um caso de variação estável, ou, ao menos, para uma mudança que não está perto de se completar.

2.3 LIMA (2006) e o percurso diacrônico do *se* como um processo de gramaticalização

Lima objetiva verificar o comportamento do *se* ao longo da história da língua portuguesa, em termos de frequência e de suas características sintáticas e semânticas para aferir se esse percurso é um caso de gramaticalização.

O autor analisa o processo de gramaticalização do *se*, que se separa num grupo reflexivo e num grupo não-reflexivo. No primeiro, estão o *se*-Reflexivo (Ref), o *se*-Estilístico (Est) e o *se*-Pronominal (Pro); no segundo grupo, o *se*-Passivo (Pas) e o *se*-Indeterminador (Ind). A análise conta com dados do Período Arcaico, do Período Moderno e do Período Contemporâneo da língua portuguesa, e os resultados a que chegou indicam o aumento da frequência do grupo não-reflexivo e a diminuição da frequência do grupo reflexivo:

	arcaico	-	moderno	-	contemporâneo
não-reflexivo	48%		61%		77%
reflexivo	52%		39%		23%

Tabela 3: Frequência do clítico nos grupos reflexivo e não-reflexivo (Lima, 2006)

Como exemplos de cada um dos grupos que considerou em seu trabalho (p. 48-54), cita os seguintes:

GRUPO REFLEXIVO:

a. reflexivo simples:

(104) *E o time se recuperou e a situação é boa;*

b. reflexivo recíproco:

(105) *A troco disto se vendião huns aos outros;*

c. reflexivo duplicado:

(106) *O negro se sentiu-se marginalizado;*

d. estilístico:

(107) *Riu-se a ninfa e disse;*

e. pronominal:

(108) *O gerente se preocuparia com a utilização das mil horas;*

GRUPO NÃO-REFLEXIVO:

a. passivo:

(109) *Que não se esperam feitos indesejados sobre o lactente;*

b. indeterminador:

(110) *Nesta capitania se vivia seguramente nos peccados;*

c. ambíguo:

(111) *Donde se colnsegue mais proveito são assusces.*

O processo de gramaticalização foi mais intenso do período arcaico para o moderno, sendo esse o ápice do processo. No contemporâneo, houve uma grande queda de todos os tipos analisados, o que indica uma tendência geral ao desaparecimento. Lima conclui que os tipos mais antigos de *se* estão alcançando o estágio zero do processo de gramaticalização, numa fase avançada de apagamento – fônico, sintático e semântico –, e os tipos mais recentes ainda apresentam valores significativos. Suas conclusões gerais acerca da gramaticalização do reflexivo estão reunidas num gráfico como o seguinte:

Gráfico 1: A gramaticalização do reflexivo no PB (Lima, 2006)

O eixo horizontal representa a linha de gráfico que percorre o curso histórico da

língua portuguesa como um processo de gramaticalização se desenvolve em duas linhas gerais: o grupo reflexivo e o grupo não-reflexivo; e seus tipos se distribuem em termos de relevância da frequência por período, ou seja, a frequência de Ref e Est no grupo reflexivo é mais alta no Período Arcaico, mas no Período Moderno a frequência de Pro aumenta. Pas é mais frequente no Período Moderno e Ind no Contemporâneo.

A curva em forma de parábola indica que a frequência do pronome se aumenta muito do Período Arcaico para o Moderno, mas decresce bruscamente do Moderno para o Contemporâneo.

Na parte superior do gráfico, há a relação entre o período, o estatuto gramatical com maior índice de frequência e o seu nível de gramaticalidade. Os tipos se organizam num contínuo que vai do menos para o mais gramatical, respectivamente, da esquerda para a direita. No Período Arcaico prevalece a frequência mais alta da forma menos gramatical de *se*, que funciona como um pronome. Já no Contemporâneo, o *se* tem sua frequência mais alta em orações em que ele funciona como afixo, que é mais gramatical. O Período Moderno, por fim, é a fase intermediária de mudança geral de tendência clítico > afixo na frequência global dos tipos de *se*.

2.4. READO (1982) e o comportamento lingüístico do dialeto rural mineiro

A autora busca uma descrição geral dos aspectos gramaticais, de natureza morfossintática, registrados a partir da língua falada na área rural da microrregião Sanfrancescana de Januária, em Minas Gerais.

Constata que as construções com *se* são de ocorrência baixa ou nula. Com valor reflexivo, só foi encontrado um caso de uso da forma *se*, e ainda empregado numa expressão urbana muito popular, cristalizada:

(112) *A gente tem que se virá.*



Após a análise, Veado constata que as construções com *se*, no dialeto rural, são problemáticas não apenas com relação ao uso, mas também quanto à compreensão:

(113) **Informante:** *Eu tava lavano ropa e tinha umas cumpanhera lavano. Quando cabô, as cumpanhera banhô e saiu.*

(114) **Informante:** *O jeito é a gente conformá.*

(115) **Informante:** *A gente criô aqui.*

(116) **Informante:** *Ele envenenou e morreu.*

(117) **Entrevistador:** - *Quando alguém dá um tiro no ouvido e morre, como é que você diz? O homem se matou?*

Informante: - *Não. Ele matô ele memo.*

Nesses casos, o que nos revela a reflexivização é o contexto, já que o *se* não aparece. O verbo transitivo é usado intransitivamente, ou ainda o falante usa outro recurso para marcar a reciprocidade: *ele mesmo*.

Afora o uso, os falantes sentem dificuldades para interpretar construções com o *se* reflexo, já que eles não depreendem a noção de reflexividade e/ou reciprocidade assinalada pelo pronome:

(118) **Entrevistador:** - *A senhora conhece alguém que se matou?*

Informante: - *Conheço. Já vi falano que morreu um mucado de gente matado lá im Maria da Cruz. Morreu cinco matado /.../ um sozinho matô cinco. É, mais esse correu. Acho que num pegaru ele também não!*

(119) **Entrevistador:** - *Você conheceu alguém que se matou?*

Informante: - *Como assim? Que suicidô?!*

(120) **Entrevistador:** - *Você se lava no poço?*

Informante: - *Não senhora.*

Entrevistador: - *Você toma banho lá no poço?*

Informante: - *Tomo sim.*

(121) **Entrevistador:** - *O seu marido se barbeia?*

Informante: - *Não.*

Entrevistador: - *O seu marido, o só Zé, faz barba?*

Informante: - *Faiz. Faiz sim, mais num é todos dia não.*

(122) **Entrevistador:** *Seu irmão, o Zé, se barbeia?*

Informante: - *Cume que é isso?*

Mesmo quando depreende a noção de reflexivização dada pelo pronome, o falante, ao responder, não usa o *se* reflexivo:

- (123) *Você se banha todos os dias?*
– *Eu banho sim; lá no tanque.*

Veado conclui que a reflexivização através do pronome *se* não faz parte do sistema lingüístico do dialeto em questão (p. 47-48). Tal noção aparece de duas maneiras: ou através do emprego de recursos como ‘ele mesmo’, ou através do uso intransitivo de verbos transitivos.

Da mesma maneira que o reflexivo, o *se* indeterminado também apresenta problemas quanto ao uso e à compreensão. Seja com verbos intransitivos, ou transitivos, o *se* indeterminado não faz parte do sistema lingüístico em uso efetivo e natural do dialeto rural:

- (124) **Entrevistador:** - *Come-se bem aqui na roça?*
Informante: - *A senhora ta perguntano se nós come bem?*

- (125) **Entrevistador:** - *Trabalha-se bastante aqui na roça?*
Informante: - *Se nós trabaia bastante? Trabaia...*

- (126) **Entrevistador:** - *Come-se bem na roça?*
Informante: - *Como assim? Cume que ocê falo?*

- (127) **Entrevistador:** - *Paga-se bem aqui na roça?*
Informante: - *Não. Paga bem não.*

- (128) **Entrevistador:** - *Vende-se queijo aqui na roça?*
Informante: - *Se vende queijo?*

A partir do trabalho de Veado (1982), constatamos que o *se* ou não é realizado na fala ou é substituído pelo recurso da intransitivização dos verbos e pela expressão “ele memo”. Parece que o contexto situacional carrega a responsabilidade de indicar como os interlocutores deverão interpretar a sentença, com o espaço do objeto gramatical vazio ou preenchido pelo pronome *ele*, acompanhado ou não do traço de reflexivização presente em *mesmo*, *mesma*. Pelos dados que a autora expôs, percebemos que, no tocante à indeterminação, o falante opta pelo uso da forma ØV3PS (Cf. Menon, 1994).

2.5 D’Albuquerque (1988) e a perda dos clíticos num dialeto mineiro

D'Albuquerque inicia seu texto (p.97) relatando o quanto lhe causava estranhamento, numa região em que o verbo era normalmente usado desprovido de pronome, afirmar que verbos 'essencialmente pronominais', como *arrepender-se*, eram assim chamados devido ao fato de nunca serem conjugados sem os respectivos pronomes ou que a palavra *se* era classificada como parte integrante do verbo. Para ela seria mais coerente chamar o *se* de 'partícula expletiva'; contudo a descrição apresentada no livro do aluno, o gabarito do livro do professor e, principalmente as gramáticas consultadas traziam todas as instruções contrárias a essa classificação.

Ao se mudar para o RJ, era sempre motivo de brincadeiras entre os alunos o fato de se 'esquecer' do pronome reflexivo junto ao verbo, como em:

(129) *Eu saí e diverti muito*

(130) *Eu machuquei.*

A partir disso, veio o interesse em comparar o dialeto mineiro e o carioca para verificar o 'dizer sem os pronomes'. Com gravações de fala das duas cidades, a autora constatou grande, mas não total, restrição de uso do pronome em Manhuaçu e também várias alternativas para suprir seu apagamento.

Registra a grande dificuldade de encontrar um consenso nas gramáticas tradicionais quanto à classificação dos ditos verbos pronominais e a postura que ela adotou foi a de considerar como essencialmente pronominais os verbos cujos pronomes oblíquos não funcionam como objeto, ou seja, não podem ser substituídos por um nome substantivo; e como acidentalmente pronominais aqueles cujos pronomes oblíquos funcionam como objetos, já que podem ser substituídos por nomes substantivos. As observações que a autora pôde reunir foram as seguintes (p. 98-100):

1. numa construção essencialmente pronominal, o verbo perde o respectivo pronome no dialeto mineiro, como em:

(131) *Ele chama José* (=Seu nome é José).

(132) *Ele aproveitou da situação.*

(133) *Não conformei com a morte dele.*

2. verbos acidentalmente pronominais, transitivos, reflexivos, perdem o pronome, por ficar clara para os mineiros a acepção de que o ato se reflete sobre o próprio sujeito:

(134) *Ela machucou na bicicleta.*

(135) *Eu cortei com a faca.*

(136) *A criança sujou toda de lama.*

3. o pronome recíproco dá lugar a expressões como “um ao outro”, “um com o outro”, “um do outro”:

(137) *Eles cumprimentaram um ao outro.*

(138) *Um carro chocou com o outro.*

(139) *Eles separaram.*

4. a partícula indeterminadora é evitada:

(140) *Aqui comem bem*

(141) *As pessoas comem bem aqui*

(142) *A gente come bem aqui*

5. algumas construções onde ocorria o pronome átono foram substituídas por expressões equivalentes, normalmente com sentido passivo:

(143) *Ela se decepcionou com o resultado* → ela ficou decepcionada

(144) *Eu me perfumei toda para o encontro* → eu passei perfume

(145) *Eu me assustei com o barulho* → eu fiquei assustada

6. preferência por alternativas de regências verbais que evitam o verbo pronominal:

(146) *Eu me perdi no caminho* → eu perdi o caminho

(147) *Ele se curou da gripe* → ele curou a gripe

(148) *Não me incomoda com isto* → isto não me incomoda

7. verbos usados com frequência em outras regiões foram substituídos por outros diferentes sem pronomes, de forma que a ambigüidade, que poderia ocorrer pela omissão do pronome átono, foi evitada:

(149) *Ele se matou* → ele suicidou

(150) *Ele se jogou no rio* → ele suicidou no rio

(151) *Vou me vestir ou vou me trocar* → vou mudar de roupa ou vou trocar de roupa

8. frases comuns no RJ não são freqüentes nessa região de Minas:

(152) *Ele se deu bem na prova*

(153) *Me saí bem nesse teste*

(154) *Eu me toquei que estava errada*

A autora afirma que em Minas são raríssimos os casos em que se usam verbos acompanhados de pronome, e geralmente, quando ocorrem, são em expressões cristalizadas como:

(155) *Se cuida, menina!*

(156) *Ela que se dane!*

(157) *Ele se mandou...*

(158) *Se vira pra arranjar outro!*

(159) *A coisa que mais se vê é soldado.*

A metodologia utilizada para a coleta dos dados contou com a criação de um álbum de gravuras que levaria os informantes a usarem verbos reflexivos e recíprocos; um questionário com 6 perguntas para testar o *se* como índice de indeterminação do sujeito. Foram entrevistados 40 informantes, sendo 20 mineiros e 20 cariocas. O resultado foi o seguinte:

Tabela 4: COMPARAÇÃO DOS TOTAIS DO EMPREGO DO *SE* EM MANHUAÇU E RIO DE JANEIRO

Verbos pronominais reflexivos	Manhuaçu	Rio de Janeiro
Presença do pronome:	81	181
Ausência do pronome:	148	40
Total:	229	221
Percentual de presença:	35%	81%
Verbos pronominais recíprocos		
Presença do pronome:	83	141
Ausência do pronome:	71	18
Total:	154	159
Percentual de presença:	53%	88%
Verbos com P. Indeterminadora		
Presença do pronome:	1	23
Ausência do pronome:	64	61
Total:	65	84
Percentual de presença:	1,5%	27%

O que a autora conclui é que o processo de mudança gramatical está mais avançado em MG do que no RJ e que dentro da língua o processo não atinge uniformemente os três tipos de construções. Depois de analisar a presença x ausência do pronome por item lexical, constatou que tanto no RJ quanto em MG os essencialmente pronominais apagam mais que os acidentalmente. O pronome indeterminador é o que mais sofre perdas, e daí se deduz que na linguagem coloquial de pessoas de baixa escolaridade o processo de substituir o sujeito pelo pronome *se* é um recurso pouco utilizado.

Salienta a variedade de opções que surgem para esta necessidade semântica, quando se expressa o sujeito indeterminado por: *o cara, o indivíduo, você, eles, a pessoa, a gente, nós, o camarada, o sujeito, o nego, o pessoal* e outros. Um mesmo item lexical verbal é usado pronominalizado ou despronominalizado, num mesmo momento histórico por informantes diversos e também pelo mesmo informante. Diante disso, a

autora buscou hipóteses explicativas que pudessem descrever as diferentes situações que proporcionavam convergentemente um modelo para a omissão das marcas de reflexividade.

A hipótese sintática que a autora defende é a de que se um objeto direto não reflexivo pode ser omitido (Cf. Omena, 1978), o reflexivo também pode. Esta é a primeira generalização que explica a mudança lingüística em andamento. Uma nova generalização se segue: se o objeto direto reflexivo em verbos acidentalmente pronominais pode ser suprimido, passa a ser suprimido também nos verbos essencialmente pronominais. Nos acidentalmente pronominais, a ausência é explicada por um fator de ordem sintática; nos essencialmente por um fator de ordem lexical.

“Essa hipótese sintática fornece uma explicação para a maior conservação dos clíticos em verbos essencialmente pronominais, onde o valor semântico é menor. Nestes, os pronomes são apreendidos por memorização lexical. Nos verbos acidentalmente pronominais, como já existe um processo geral de omissão do objeto direto, a perda dos clíticos pode ser maior” (p. 116). Para os recíprocos, a explicação dada é a de que o pronome também pode ser omitido, desde que o contexto proporcione informações suficientes que supram sua ausência.

Atualmente, alguns verbos são utilizados sem o pronome, como: *casar, sentar, levantar, deitar, sentir, esquecer, lembrar, acostumar, encontrar, mudar, preocupar*. A gramática classifica uns como acidentais, outros como inerentes. Será possível encontrar um traço semântico comum a esses verbos, que passe a favorecer a omissão do pronome? Uma questão que se coloca é a da alta previsibilidade semântica do objeto. *Levantar, sentar, deitar* perdem sua marca reflexiva porque seu uso transitivo não-reflexivo representa uma situação anômala. Essa superposição de papéis semânticos é tida como tão óbvia que a marca de reflexividade se torna desnecessária a ponto de esvair-se. O mesmo se dá com *casar*, em que a coincidência entre o papel de agente e de atingido pela ação é tão óbvia semanticamente que a reflexividade morfologicamente marcada perde a funcionalidade.

Seguindo esta linha de raciocínio, poderia ser explicada, em diacronia, a lista de verbos que as gramáticas apresentam, que passaram de essencialmente reflexivos a

intransitivos. Por outro lado, a língua preserva uma outra tendência que favorece a fixação do molde lexical da reflexiva inerente, apreendida por memorização. Desse modo, teríamos na língua dois fatores opostos que se equilibram: o semântico, responsável pela queda da marca morfológica de reflexividade semanticamente vazia; e o lexical, que preserva o molde formal do verbo reflexivo. O resultado é uma taxa mais alta de presença de reflexividade para os inerentemente reflexivos.

Assim, como sustentam Chen e Wang (1973), a hierarquia encontrada nos dados – recíprocos > reflexivos essenciais > reflexivos acidentais > partícula indeterminadora – confirma que uma mudança lingüística não ocorre em todos os itens lexicais de uma única vez. Fatores diversos são responsáveis pela variação do fenômeno lingüístico de perda dos clíticos na função de reflexivos, que “está se insinuando na língua ao longo de pontos frágeis da gramática, ou seja, pontos em que dois modelos formais distintos de possibilidade de presença ou ausência de um termo fornecem moldes conflitantes para uma forma verbal” (p. 119).

2.6 Freitag (2003) e uma hipótese de gramaticalização para o reflexivo em Florianópolis

Estudo que caminha na mesma direção que o nosso e que nos trouxe outras evidências acerca de uma hipótese de gramaticalização para o reflexivo é o que Freitag (p.59-72) desenvolveu na fala de Florianópolis. A autora afirma que, enquanto em algumas regiões do Brasil, os reflexivos estão se perdendo, na fala de Florianópolis eles se mantêm e parecem estar se gramaticalizando como afixos ao verbo. Como elemento encadeador do processo é citada a mudança no quadro dos pronomes pessoais do PB (Cf. Menon, 1995), a partir da inserção de *você* e *a gente* no quadro:

Pronomes Pessoais	
1ª pessoa singular	eu/ a gente

2ª pessoa singular	tu/ você
3ª pessoa singular	ele/ ela
1ª pessoa plural	nós / a gente
2ª pessoa plural	vós/ vocês
3ª pessoa plural	eles/ elas

Quadro 4: Paradigma dos pronomes pessoais com a entrada de você/vocês e a gente (Freitag, 2003)

O resultado da incorporação dos novos pronomes-sujeito ao paradigma geral dos pessoais é uma conseqüente alteração no quadro dos pronomes reflexivos. A inserção de *você* e *a gente* desencadeia alterações no sistema verbal, já que, mesmo depois de gramaticalizadas, tais formas continuam a carregar resquícios de seu traço verbal original enquanto locuções nominais. De acordo com a autora, para que se regularize o paradigma pronominal, o processo de gramaticalização pode ativar o mecanismo da analogia. Dessa forma, o reflexivo *se*, que era específico à 3ª pessoa, por analogia se expande às formas novas:

Pronomes Pessoais		
	<i>Sujeito</i>	<i>Reflexivos</i>
1ª pessoa singular	Eu	me
2ª pessoa singular	tu/ você	te/ se
3ª pessoa singular	ele/ela	se
1ª pessoa plural	nós/ a gente	nos/ se
2ª pessoa plural	vós/ vocês	vós/ se
3ª pessoa plural	eles/elas	se

Quadro 5: Pronomes pessoais e reflexivos após a entrada de você/vocês e a gente (Freitag, 2003, p. 65).

Segundo Freitag, as mudanças ocorridas no quadro dos pronomes do português parecem ter afetado também os pronomes reflexivos. A autora apresenta o estudo em que Nunes (1995) delineou uma tendência para sua perda, enfocando dados denominados *clíticos anafóricos*:

(160) *Ele (se) chamava João.*

(161) *Ontem eu (me) levantei.*

Foram encontrados 2.675 dados, assim distribuídos em quatro corpora: (i) o *corpus* diacrônico compreende o período entre 1555 e 1989 e é composto por 2050 dados provenientes de cartas, diários e documentos, quase todos provenientes do acervo

de Lingüística Histórica da UNICAMP; (ii) 13 entrevistas vindas do Banco de dados da PUCSP, num total de 470 dados; (iii) 87 dados provenientes de 24 entrevistas do português europeu; e (iv) 68 dados, provenientes do conjunto de reportagens da revista *Veja* do período de maio de 1988 a maio de 1989.

Nunes afirma que os resultados obtidos permitem delinear diacronicamente a supressão dos clíticos anafóricos no português brasileiro. Segundo o autor, existe um aumento progressivo da supressão de clíticos anafóricos não só no percurso diacrônico, como também é refletido na sincronia da fala:

Gráfico 2: Distribuição dos dados de Nunes (1995, p.211).

Freitag esclarece que o panorama apresentado por Nunes não parece refletir o que de fato está ocorrendo com o pronome reflexivo *se* na fala de Florianópolis; e, comparativamente, podemos afirmar o mesmo com relação à fala de João Pessoa. Observemos (106) e (107) extraídos do VALPB:

(162) *Eu queria mudá o meu jeito de eu falá, de eu sabê [se explicá]...*

(163) *Nós [se vira] comprano as coisa fiado...*

A autora afirma poder pensar em uma hipótese de gramaticalização do pronome reflexivo *se* como afixo verbal, e destaca que, como ponto inicial, é preciso averiguar em que medida as alterações no quadro dos pronomes-sujeito afetam os pronomes átonos reflexivos. Diz ainda que a chave para a resposta pode estar nas mudanças no sistema verbal desencadeadas pelas mudanças no sistema pronominal: os pronomes *você/ vocês* e *a gente*, inicialmente locuções, depois de gramaticalizadas, ainda carregam reminiscências do traço verbal original.

A idéia de gramaticalização defendida para o caso do reflexivo em Florianópolis e também em João Pessoa é proposta por Bybee *et al* (1994), em que os autores acreditam ter a repetição papel fundamental no processo de gramaticalização. Como salientei na introdução desta tese, uma seqüência de morfemas ou palavras freqüentemente utilizada se torna automatizada como uma única unidade no processamento. A alta freqüência de uso leva à reanálise, de modo que uma nova estrutura se desenvolve a partir de outra com o rearranjo das fronteiras entre os

constituintes: [Suj_i + pro_i + verbo] > [Suj_i + (pro_i + verbo)]. O reflexivo *se* passa a se comportar, via gramaticalização, semelhantemente a um afixo, tornando-se parte integrante do verbo.

Por fim, Freitag ainda subsidia a hipótese para a gramaticalização do reflexivo *se* na fala de Florianópolis pela evidência vinda do *tok pisin*, em que ocorreu um processo de cliticização do pronome-sujeito como marcador de predicado (Sankoff, 1986): houve a gramaticalização de *he* pronome a afixo verbal.

O *tok pisin* atual possui uma estrutura de marcador de predicado, na forma *i-V*, utilizada regularmente em sintagmas nominais indiferentemente de gênero ou número. O afixo *i* decorre historicamente do pronome *he* (pronome-sujeito, 3ª pessoa singular, do inglês), em construções de topicalização, do tipo:

(164) *This oldman, he plays drums.*

A sua forma regular é: *SN, i-V*.

Três fases progressivas foram identificadas na gramaticalização do elemento em questão. Na primeira fase, o marcador de predicado *i* não tinha regularidade gramatical, mas havia evidências da sua topicalização em contextos discursivos específicos, como na troca de sujeito e na ênfase:

(165) *Did you talk do capitain at Townsville?*
No, Jack he talked.

De 200 períodos analisados, apenas 2,5% das ocorrências de sujeito eram seguidas por *he*. Já na segunda fase do processo, a forma *he* ocorre em 65% das orações com sujeito nominal e sua ocorrência não tem motivação discursiva aparente:

(166) *Queen Victoria, he look out.*

E na terceira fase do processo de gramaticalização de *he*, a sua ocorrência chega a 71 % do total, já como *SN*, *i-V*. Surge então uma nova construção – *em*, *i-V* – atuando especificamente como marcador de mudança de tópico:

(167) Mitufela sutim, givim long kandari, Bandarap. Bandarap, em, i-kukim. “*Nós dois matamos (o porco), e demos a meu tio Bandarap. Bandarap, ele o cozinhou*”.

Atualmente, o afixo *i* perdeu o peso discursivo das fases iniciais, e se subordina às regras morfofonêmicas da língua. Por conta disso, sua ocorrência global diminuiu em grande escala e o elemento está sujeito a se fossilizar. Freitag (p. 69) finaliza apontando que o processo de gramaticalização de *i* no *tok pisin* pode ser resumido como segue:

- o uso de *he* tem origem discursiva, funcionando como um marcador de entrada e mudança de tópicos;
- é reanalisado como afixo ao verbo (*i-V*);
- seu uso é generalizado para outros contextos que não o de marcador de tópico.

Assim como ela defende que possa ocorrer em Florianópolis, podemos supor que o mesmo aconteça com o reflexivo *se* na fala de João Pessoa. Para confirmar a hipótese levantada, propomos esta pesquisa, e esperamos que ela sustente, teórica e empiricamente, a suspeita de um processo de gramaticalização pelo qual passe tal pronome.

2.7 Nunes (1995) e a supressão dos clíticos anafóricos no português do Brasil

Nunes (p. 201-240) oferece uma descrição sincrônica e diacrônica da mudança em progresso que apaga os clíticos anafóricos no português do Brasil, como em (168) e (169).. O foco principal está nos fatores que condicionam o apagamento, tais que o tipo de clítico anafórico e a grade temática do verbo a ele associado.

(168) *Ele (se) chama João.*

(169) *Ontem eu (me) levantei bem tarde.*

Como variável dependente, o autor considerou a presença/ausência do clítico nas sentenças em que se esperaria um clítico anafórico ou em função das especificações lexicais do verbo ou em função do contexto sintático (p. 203). Como fatores condicionadores, o autor considerou o tipo de clítico anafórico, o tipo de verbo e sua grade temática.

Com relação ao tipo de clítico anafórico, são distinguidas pela literatura, de uma forma geral, sete classes e a elas Nunes (p. 204-207) acrescenta mais duas. Assim o autor relaciona em seu trabalho:

(a) se reflexivo:

(170) *Depois de jantar se abraçarão reciprocamente;*

(b) se ergativo:

(171) *Meu namorado fala alguma coisa, eu não gosto, eu me magôo, eu me machuco;*

(c) se ex-ergativo:

(172) *Como distinguir agora qual o que mais se esforçou na sua ingente construção*

(173) *Sucedeu q'cazando se a dita Nosa Mai;*

(d) se inerente:

(174) *Aliás, ele se suicidou*

(175) *Eu acho que ele se arrependeu do preço que ele cobrou*

(176) *Queixa-se o amigo que não lhe escrevo;*

(e) se quase-inerente:

(177) *Parece que se comportou lá, ele veio logo;*

(f) se enfático:

(178) *O dito Gómez hera isemto e que seffosse em paz*

(179) *Para em tempo algum nos não aproveitarmos della*

(180) *Nem o inimigo se resolveria aintentar desembarque*

(181) *Para o Sinhozinho você se parece com um santo.*

Nunes aponta que os resultados permitem delinear diacronicamente a supressão dos clíticos anafóricos no português do Brasil. Defende que a mudança pela qual os clíticos passam é sensível ao tipo de clítico anafórico, bem como ao tipo de verbo a que ele está associado e à grade temática de tal verbo. Existem também fatores extralingüísticos que mostram que a elisão do *se* está condicionada a níveis de escolaridade e a tipos de discurso na escrita contemporânea formal.

2.8 Fernandes (2000) e a supressão do *se* em linguagem jornalística

A autora analisa diacronicamente a supressão do *se*, baseada em um *corpus* constituído de linguagem jornalística. Sugere que existem mais classificações para o clítico do que as previstas pela Gramática Tradicional e, a partir disso, procura verificar quais os tipos de *se* são mais favoráveis à queda, quais fatores contribuem em menor ou maior grau para essa supressão e em que épocas ele sofre mais ou menos apagamento.

O objetivo central da pesquisa é analisar as mudanças que estão ocorrendo num aspecto da sintaxe do português do Brasil: alguns contextos em que o clítico *se* era esperado estão dando preferência pela sua supressão. Para ilustrar essa mudança, a autora se utiliza do trabalho de Toniolo (1967), que já apontava como “tendência da linguagem popular brasileira” a de suprimir pronomes átonos, principalmente nos pronomes acidentais, e sugere que essa tendência é mais acentuada à medida que se avança para o Norte do país, mas pode também ser encontrada na fala do Paraná, como em:

(182) *Encontrei com ele*

(183) *A criança caiu e machucou.*

Em outras regiões do Brasil, o autor também ouviu frases como:

(184) *Como é que a senhora chama?* (frase dita por um advogado mineiro); (185) *Mas você não zangou comigo, zangou?* (frase dita por um rapaz de São Paulo);

(186) *Ah, então seu tio enterrou aqui?* (frase dita por um matuto mineiro);

(187) *Você já diplomou?* (de um capixaba).

Percebendo que a tendência à supressão do clítico não era distração de um ou outro falante, Toniolo seleciona algumas possíveis explicações para o fenômeno. Diz o autor que quando o pronome é reflexivo, o povo o considera pleonástico, desnecessário. Quando dizem (183), é claro que ela não machucou o assoalho, nem outra pessoa, mas a si mesma. Acrescenta que as pessoas incultas tendem a simplificar as conjugações (*eu ia, tu ia, ele ia, nós ia, eles ia*), com a desinência átona *lhes* parecendo apenas um apêndice inexpressivo. O pronome, foneticamente átono e apenso ao verbo, é enquadrado no mesmo caso. Essa seria outra manifestação de uma deriva simplificadora em nossa linguagem popular. Salienta, ainda, que quando o verbo admite duas construções, uma pronominal e intransitiva, a preferência será naturalmente pela segunda, como em

(188) *Senta! Levanta!*

sem o pronome átono (p. 97-98). Toniolo admite a tendência geral para o apagamento do reflexivo e questiona como se explicaria a preservação em determinadas regiões. Seria um conservadorismo de província periférica? Gosto por uma linguagem mais enfática? Eventualmente uma influência platina?

Para investigar diacronicamente a supressão do clítico *se* no português do Brasil, Fernandes utilizou um corpus constituído de 744 dados retirados dos jornais “O Estado de São Paulo” e “Folha de Londrina”. Compondo um envelope de variação baseado em Tarallo (1990), e valendo-se de trabalhos sintático-diacrônicos sobre o português do Brasil, a autora observou que o preenchimento ou não do sujeito e a ordem direta ou inversa foram fatores condicionadores relevantes para os resultados.

Com o decorrer da pesquisa, alguns questionamentos surgiram: por que o clítico, em alguns contextos, ‘cai’? Por que o sentido de uma frase se mantém mesmo quando não usamos o *se* que ‘deveríamos’ usar? O *se* seria um objeto, portanto seria suprimido porque no PB nós usamos objetos nulos? O que favorece construções inovadoras com supressão do *se*?

A autora constatou que não são todos os *ses* que sofrem a supressão e que há uma forte resistência para a queda do *se* reflexivo nos dados escritos. Numa primeira impressão, o *se* inerente é mais fácil de ser suprimido porque não altera a interpretação. Reconhece também a simetria entre um maior preenchimento do sujeito e o aumento de supressões do *se*.

Quanto ao fator *ordem*, a maioria das ocorrências estava em ordem canônica, e foram elas as mais favoráveis à manutenção do clítico. A ordem que não é vigente no PB favorece mais supressões que a ordem SV. A autora argumenta: “Parece que o verbo, por estar em primeira posição, não pode vir acompanhado de próclise [...] segundo a gramática tradicional. Então, parece que as pessoas preferem fazer a omissão mas não usar a ênclise, que é uma construção atípica em nossa língua” (p. 95).

Segundo a autora, com sua pesquisa foi possível observar um quadro geral da supressão num corpus de dados escritos, retirados de jornais, num intervalo de um século de tempo. Esse quadro geral possibilitou perceber nuances de uma mudança que se processa no PB, inserida num amplo conjunto de mudanças.

2.9 Melo (2005) e uma abordagem sociolinguística para o SE reflexivo e recíproco

Sugerindo que o fenômeno em questão vem sofrendo um processo de mudança na língua, Melo (2005) remete a diversos estudos já realizados no PB que atestam o apagamento do clítico *se* com valor reflexivo ou recíproco.

Ao contrário do que prescreve a gramática tradicional sobre seu emprego, os falantes de algumas regiões do Brasil utilizam estratégias alternativas, como o apagamento e a troca por *ele*, em construções reflexivas.

Partindo de um recorte realizado na comunidade de Uberlândia/MG, a autora hipotetiza que o clítico *se* com valor reflexivo ou recíproco está desaparecendo no PB. A

análise dos dados segue a proposta quantitativa da Teoria da Variação e busca investigar hipóteses como:

- o apagamento ou a substituição do *se* pelo pronome *ele* constituem alternativas dos falantes tanto do PB como do PE para a formação de construções reflexivas ou recíprocas;
- o clítico recíproco é menos suprimido que clítico reflexivo entre os falantes do PB;
- o apagamento do *se* reflexivo está condicionado ao tipo de verbo: acidentalmente ou essencialmente pronominal;
- o apagamento do clítico acontece com maior frequência entre os mais jovens;
- os falantes da classe social mais alta exibem proporcionalmente uma maior frequência de uso do clítico com valor reflexivo ou recíproco na língua falada.

Para a realização de sua pesquisa, Melo (2005) utilizou dois *corpora* de língua oral: um deles com gravações de fala de 45 informantes de Uberlândia/MG; e o outro com dados extraídos do banco do CRPC – subcorpus oral espontâneo – com 100 entrevistas de informantes portugueses. Foram totalizados 848 dados, dos quais 660 pertencem ao PB e 188 ao PE.

Como variável dependente, a autora confrontou os valores reflexivo x recíproco; e selecionou como variáveis independentes: presença e ausência de *se*; tipos de verbo; classe social; faixa etária; e variedade do português.

Os resultados a que a autora chegou, referentes à distribuição da presença e ausência de *se* reflexivo ou recíproco, indicam que ele é um fenômeno em variação significativamente mais frequente no PB. Do total de dados do PE, houve um percentual de apagamento de apenas 10%; ao passo que no PB o índice de supressão do pronome atingiu os 49%.

Com relação à substituição por *ele*, Melo (2005) não encontrou em seus dados nenhuma ocorrência da troca. Os resultados, portanto, não confirmam o que sustenta Lemle (1985) sobre a possibilidade de o pronome *ele* ser empregado no dialeto mineiro com valor reflexivo.

Quanto ao *se* recíproco, os dados mostraram bastante similaridade entre o PE e o PB: 70% de presença do pronome na variedade europeia contra 30% de ausência; já na variedade brasileira, 71% de preenchimento contra 29% de supressão.

A análise baseada nos tipos de verbo confirmou a hipótese inicial de que este seria um fator condicionante para o emprego do pronome. No PE 100% das ocorrências com verbos essencialmente pronominais apresentaram o pronome; já no PB, para os verbos essencialmente pronominais, 63% foram de presença do clítico e 37% de ausência. Nos verbos acidentalmente pronominais, o clítico se mantém 90% das vezes no PE (apenas 10% de ausência). Já no PB, a disputa é mais acirrada: 49% de presença contra 51% de ausência de *se* reflexivo ou recíproco.

A análise da distribuição do pronome conforme as classes sociais evidenciou que a variação não apresentou estratificação por classe, já que o comportamento do clítico foi mais ou menos uniforme em todos os grupos socioeconômicos.

Por fim, a análise dos dados por faixa etária apontou diferenças bem significativas entre PB e PE. Lá, o grupo dos mais idosos (mais de 45 anos) foi o que menos apagou o pronome: apenas 5%, contra 13% de apagamento do grupo mediano (31-45 anos) e 9% do grupo mais jovem (20-30 anos). Já no PB, os mais velhos são os que mais apagam o clítico: 61% de supressão, contra 48% dos adultos e 42% dos mais jovens. Em nenhuma das variedades, a hipótese inicial de que os jovens seriam os responsáveis pelo uso reduzido do clítico reflexivo foi confirmada.

2.10 Christiano (1991) e as estruturas reflexivas do português sob a perspectiva da gramática dos casos

Christiano propõe uma revisão e reapreciação crítica dos verbos reflexivos, bem como dos pronomes correferenciais reflexivos e recíprocos, com base nas relações

sintático-semânticas entre o verbo, como centro estruturador da sentença. Inicialmente, apresenta uma breve revisão histórica das vozes verbais, com ênfase na voz média, devido a íntima relação estabelecida entre a voz medial e as estruturas reflexivas, conforme tem mostrado a tradição lingüística. Partindo dessa apresentação, analisa a reflexividade verbal baseada nos dados fornecidos pelas gramáticas de língua portuguesa, apontando certas inadequações de definições e de classificações tradicionais.

Sugerindo um modelo explicativo para as construções pronominais ou reflexivas, a autora se utiliza dos aspectos fundamentais da Gramática dos Casos objetivando “redistribuir os verbos em questão em grupos e subgrupos segundo suas propriedades sintático-semânticas para [...] chegar a generalizações que expressem uma motivação para a ocorrência ou não do pronome reflexivo” (p. 04). A partir desta nova classificação para as construções reflexivas, Christiano apresenta uma ampliação para o conceito de voz reflexiva, mais especificamente, estabelecendo **níveis** para a referida voz.

Levando em conta a relação sintático-semântica existente entre o verbo e seus nomes, a autora pôde identificar que alguns dos exemplos arrolados nas gramáticas deveriam ser excluídos da sistematização de reflexividade, ou então, ao menos, não poderiam apresentar o mesmo nível de reflexividade. Ela demonstra em seu trabalho que o pronome *se* com valor reflexivo está diretamente relacionado à significação do verbo, que apresenta algumas particularidades com relação à diátese reflexiva. Daí a necessidade de se estabelecerem gradações para esse tipo de voz. A autora chega, assim, a diferenciar os níveis de reflexividade plena (189), primária (190) e secundária (191), deixando de fora todas as estruturas que contêm um pronome *se* pseudo-reflexivo (192), já que elas não são reflexivas, mas apenas pronominais:

(189) *O presidiário suicidou-se;*

(190) *O pescador jogou-se no rio;*

(191) *Juliana sentou-se para recuperar o fôlego;*

(192) *Solange aborreceu-se.*

Fazendo uso das idéias de Fillmore e Chafe sobre os casos semânticos e a subcategorização verbal, Christiano faz uma divisão dos verbos em dez grupos, respeitando a relação de sentido que se estabelece entre o participante central (o verbo) e os demais participantes (os argumentos) recobertos de funções casuais exigidas mesmo pela especificação semântica do verbo¹⁰. Essa divisão pode ser assim sintetizada:

Fazem parte do **Grupo I** os verbos experienciais de processo, derivados de ação-processo, como: *abalar-se*, *afligir-se*, *entristecer-se*, *preocupar-se*, *irritar-se*; e os verbos experienciais de estado, como: *encontrar-se*, *achar-se*, etc.

Os verbos do **Grupo II** são de natureza declarativa, indicam ação e possuem três funções distintas: falante, ouvinte e assunto. De acordo com os elementos que constituem seus traços estruturais, existem dois subgrupos para esses verbos. No primeiro subgrupo, enquadram-se verbos como *queixar-se*, *expressar-se*, *lamentar-se*, etc... No segundo subgrupo, estão verbos como *culpar-se*, *confessar-se*, *reprovar-se*, *questionar-se*, etc. Além de possuírem um receptivo na estrutura de base, os verbos desse tipo indicam uma ação pontual ou momentânea que afeta o nome, mas não apresenta efeito duradouro no afetado.

Podem se citar como verbos do **Grupo III**, sintática e semanticamente equivalentes: *balançar-se*, *barbear-se*, *pintar-se*, *vestir-se*, *matar-se*, etc. As estruturas construídas com tais verbos são reflexivas, ou seja, o pronome ‘se’ tem valor reflexivo e os respectivos verbos são ditos básicos bivalentes porque sempre haverá um agente e um nome afetado (o próprio agente).

Do **Grupo IV** fazem parte verbos como: *ajoelhar-se*, *calar-se*, *deitar-se*, *levantar-se*, *sentar-se*, etc. Note-se que o pronome *se* é facultativo em tais estruturas, construídas com verbos de ação-processo. Parece não haver um nome afetado, mas a parte do processo fica, por assim dizer, enfraquecida ou amenizada, ou ainda posta em

10 Mesmo o número de casos, ligados aos verbos, sendo bastante variado, Christiano (1991) usa somente daqueles que representam os actantes na estrutura reflexiva, a saber: agente, causativo, experienciador, beneficiário, receptivo, objetivo, paciente e locativo.

segundo plano diante da ação do agente sobre si mesmo a ponto de ser omitida na estrutura de superfície. Por isso, tais verbos sofrem derivação deprocessiva, eliminando-se, assim, o elemento afetado e a estrutura passa a ter um verbo de ação derivado de um verbo de ação-processo, caracterizado como básico monovalente.

Os verbos que pertencem ao **Grupo V** estão sempre acompanhados de um nome com o qual mantêm uma relação de lugar. São eles: *afastar-se*, *aproximar-se*, *distanciar-se*, *atirar-se*, *dirigir-se*, *encaminhar-se*, *lançar-se*, *locomover-se*, etc. Aqui, o caso locativo exerce influência na subcategorização verbal.

No **Grupo VI** estão os verbos que semanticamente traduzem uma opinião ou julgamento, como: *achar-se*, *acreditar-se*, *considerar-se*, *imaginar-se*, *julgar-se*, etc.

Verbos do tipo *arrogar-se*, *atribuir-se*, *conceder-se*, *permitir-se*, *reservar-se* pertencem ao **Grupo VII** e indicam uma ação com um complemento correspondente ao caso beneficiário que pode ser correferencial ao sujeito agente.

Em português há um pequeno grupo de verbos que não é apresentado com clareza nas gramáticas normativas: *atrever-se*, *aventurar-se*, *empenhar-se*, *esforçar-se*, etc. As considerações feitas sobre este assunto mostram que esses verbos são essencialmente pronominais e como exemplo sempre são citados verbos como: *arrepender-se*, *indignar-se*, *queixar-se*, etc. Realmente, esses verbos, apesar de sintaticamente equivalentes, são, do ponto de vista semântico, diferentes. Embora o pronome *se* não tenha um correspondente de base, sendo apenas um pseudo-reflexivo, os verbos do **Grupo VIII** indicam uma ação.

Ao **Grupo IX** ficam reservados os verbos que traduzem reciprocidade. As construções com o pronome *se* podem ter valor recíproco, num uso bem definido em sua significação e em sua função, mas nem tanto na forma, que coincide com tipos de construção reflexiva. O processo recíproco, na verdade, exige que dois ou mais sujeitos permutem uma mesma ação. Do ponto de vista semântico, o pronome *se* acumula as funções de agente e paciente. Essas considerações levam a dispensar uma lista de verbos recíprocos, porque, a princípio, muitos dos verbos analisados nos grupos anteriores podem ter valor recíproco.

Por fim, aparece no **Grupo X** a forma única *suicidar-se*, dita verbo inerente. É uma estrutura com características bem específicas, bivalente, com uma correferencialidade intrínseca onde a presença do traço [+ humano] se faz obrigatório.

A autora aponta que a definição de reflexividade e dos verbos ditos reflexivos varia de autor para autor, mas, de uma forma geral, a definição clássica é a de que a reflexividade é um fenômeno mediante o qual sujeito e objeto se tornam correferentes numa dada oração.

Entretanto, levando em conta as relações que o verbo estabelece com os demais participantes, pode-se assegurar que determinados exemplos devem ficar de fora dessa sistematização, ou até mesmo devem não apresentar o mesmo nível de reflexividade. O pronome *se* com valor reflexivo está diretamente relacionado à significação verbal. Assim, os verbos distribuídos e agrupados anteriormente apresentam algumas particularidades, que tornam necessário o estabelecimento de gradações para este fenômeno. A partir do detalhamento dos verbos, um quadro pode ser desenhado, com a especificação dos grupos e subgrupos verbais, com seus verbos padrões, e o nível de reflexividade de cada um deles:

GRUPOS VERBAIS	NÍVEIS DE REFLEXIVIDADE			
	PLENA	PRIMÁRIA	SECUNDÁRIA	TERCIÁRIA
G①: tipo padrão: irritar-se tipo padrão: encontrar-se				X/X
G②: tipo padrão: queixar-se tipo padrão: acusar-se		X		X
G③: tipo padrão: ajoelhar-se			X	
G④: tipo padrão: pentear-se		X		
G⑤: tipo padrão: lançar-se		X		
G⑥: tipo padrão: achar-se ¹¹		X		
G⑦: tipo padrão: arrogar-se		X		
G⑧: tipo padrão: atrever-se				X
G⑨: tipo padrão: encontrar-se ¹²		X		

11 'Achar-se' como verbo de opinião: "João se acha muito melhor que os outros".

12 'Encontrar-se' como verbo de companhia: "André vai se encontrar com sua namorada no cinema".

G@: tipo padrão: suicidar-se	X			

Tabela 5: Grupos verbais e níveis de reflexividade (Christiano, 1991)

2.11 Lemle (1985) e as observações sobre a mudança lingüística nos pronomes e anáforas

Valendo-se de uma perspectiva gerativa, Lemle discute a aceitabilidade do emprego de *ele* no lugar de suas formas reflexivas equivalentes, como em

(193) *Ele vê ele (mesmo) no espelho;*

e do emprego do *se* com verbos classificados como intrinsecamente reflexivos pela gramática tradicional, como em

(194) *Pedro não sabe comportar.*

Ao comparar os dialetos mineiro e carioca, a autora destaca os seguintes pontos de divergência dialetal:

1. âmbito de leitura de *ele* com referência presa¹³.

Dialeto mineiro: *ele* recebe interpretação presa na oração

Dialeto carioca: *ele* recebe interpretação não-presa no âmbito da oração.

2. obrigatoriedade da marca de reflexividade

Dialeto mineiro: perda total da marca de elemento anafórico obrigatório

Dialeto carioca: há verbos que mantêm a exigência de elementos anafóricos obrigatórios, com interpretação presa.

13 Na terminologia de Chomsky (1972), preso é o elemento que tem num determinado âmbito um antecedente que o c-comanda e que tem o mesmo índice referencial.

Indo do dialeto carioca para o mineiro, a palavra *ele* passou de pronome a anáfora; e a anáfora se esvaiu no trajeto Rio-Minas: o pronome, enfraquecido, com a perda do seu poder de possuir um índice referencial próprio, se transforma numa anáfora. Na anáfora, o enfraquecimento é o total esvaziamento morfológico (p. 123).

Numa frase como (193), o *se* não remete mais a um antecedente, e isso faz com que seja substituído por *ele*. O pronome perde seus “poderes” anafóricos e não consegue mais recuperar e envolver o sujeito na ação denotada pelo verbo. Uma vez que não consegue mais “mostrar a que veio”, não precisa mais ser realizado. O papel de marcar a reflexivização pertence à forma verbal, independentemente da presença ou da ausência do *se*. Determinados verbos, então, os *intrinsecamente reflexivos*, seriam auto-suficientes no exercício da reflexivização porque o pronome *se* teria se tornado opaco nessa função.

2.12 Seara (2000) e uma hipótese semântico-pragmática para o apagamento de clíticos pronominais

Seara (2000, p. 165-188) apresenta uma hipótese semântico-pragmática para discutir o apagamento do clítico pronominal. Segundo a autora, os principais fatores para o apagamento são o traço [+ intenção] associado aos verbos reflexivos e a grade temática (casos) para os outros tipos de verbos associados ao clítico pronominal.

Para a análise de sentenças como

(195) *Ela (se) casou ontem*

(196) *Eles (se) beijaram*

(197) *Eu (me) feri coma faca,*

a autora aponta a hipótese de que um fator semântico-pragmático como a intencionalidade da ação é sobreposto a um fator sintático na elucidação da tendência de queda desses clíticos. Ressalta que, ao analisar os verbos que havia encontrado no

*corpus*¹⁴ e, ao compará-los à teoria existente sobre reflexividade, pôde perceber que verbos considerados pronominais pelas gramáticas e pelos manuais não o eram pelos falantes e vice-versa.

Observando toda a controvérsia existente sobre a reflexividade e percebendo que a teoria empregada para explicar a divisão desses verbos em classes diferentes não é suficientemente clara, Seara aplica uma outra teoria, com o intuito de ajudar a esclarecer o comportamento desses verbos. Ela se utiliza, assim, da teoria da Gramática dos Casos, nos moldes do modelo não-localista da UFSC (Cf. Nicolacópulos, 1997).

Como variável dependente, a autora aponta a presença ou ausência do pronome átono em sentenças em que seria esperado esse clítico anafórico em função das características lexicais do verbo (pronominais ou reflexivos). Quanto às variáveis independentes, é aplicada uma abordagem semântico-pragmática, envolvendo a teoria da Gramática dos Casos, de modo que as variáveis foram divididas em dois grupos: morfossintáticas e semânticas. As morfossintáticas foram subdivididas em: (a) tipo gramatical do verbo (acidentalmente pronominal, enfático, recíproco); (b) presença ou ausência do sujeito; (c) identidade do pronome átono ao pronome sujeito; (d) posição do clítico em relação ao verbo. As semânticas foram subdivididas em: (a) intencionalidade da ação; (b) papéis temáticos (agente, objeto, beneficiário, comitativo, experienciador, locativo, holístico); (c) subcategoria verbal (ação, processo, estado).

Os resultados estatísticos mostraram que a variação é sensível aos papéis temáticos exercidos pelo verbo e que a intencionalidade da ação em verbos reflexivos é um fator preponderante para o apagamento ou não do clítico.

2.13 Silveira (2007, 2008) e os clíticos reflexivos em PB: entre o apagamento e a generalização

14 Os exemplos foram retirados do banco de dados coletado pelo Projeto VARSUL.

Em Silveira (2007), a autora verifica que, em construções do tipo *Eu se diverti muito* e *Eu se molhei toda*, o uso do *se* em contexto de 1ª pessoa, em substituição ao clítico reflexivo *me*, sugere um tipo de processo que apaga ou esvazia o conteúdo argumental do clítico, assim como ocorre com os chamados clíticos inerentes; e levanta a hipótese de que eles, nessas construções, são interpretados como afixos flexionais.

A base teórica utilizada para sustentar suas explicações é o gerativismo, sobretudo nos modelos de Princípios e Parâmetros (1981) e do Programa Minimalista (1999)¹⁵.

A primeira discussão que a autora levanta diz respeito às propriedades que distinguem clíticos de afixos. Keyne (1975) argumenta que clíticos são fonologicamente fracos e, por isso, não podem ocorrer independentemente, devendo ser adjungidos a um hospedeiro. Isso faz com que muitas vezes eles se assemelhem a afixos, gerando uma questão amplamente discutida na lingüística: os clíticos são um tipo de pronome com limitações em sua distribuição sintática ou são variedades de afixos livres com tendências sintáticas como as da morfologia de concordância?

Silveira (2007) assinala que o *se* vem sendo empregado com muita frequência não só na fala de crianças em processo de aquisição da linguagem, como em (198), como também na fala dos adultos, como em (199):

(198) *Eu se molhei toda*. (3 anos e 2 meses, PR)

Mãe, deixa eu se pintar com a tua maquiagem? (5 anos e 8 meses, PR)

Eu se diverti muito (aprox. 5 anos, PT)

(199) *Eu ando toda roxa porque eu to se batendo toda, toda hora, o tempo todo* [FC1FLP]

É mais ou menos 15 minutos para mim se vestir e se maquiar, todos os dias. [FC2SP]

Eu queria se entender com ela. (PT)

A generalização do *se* para todas as pessoas gera o questionamento: o que está ocorrendo no PB é uma perda de concordância de pessoa? A autora sustenta que não é

15 CHOMSKY, N. (1981) *Lectures on government and binding*. Dordrecht: Foris.

_____. (1999) *O programa minimalista*. Trad. de Eduardo P. Raposo. Lisboa: Caminho.

esse o caso, já que o clítico *me*, por exemplo, está em amplo uso em outros contextos, e argumenta que não são encontradas frases como *Ele se molhou todo* querendo dizer *Ele me molhou todo*. Assim, o que parece estar acontecendo é que a estrutura interpretada pelo falante em *Ele se molhou todo* simplesmente não identifica uma relação argumental entre o *se* e o verbo no mesmo plano que identifica a relação argumental entre o pronome-sujeito *eu* e o verbo. O *se* estaria nesse contexto exercendo uma outra função.

Uma das hipóteses é a de que ele estaria atuando não como um reflexivo, mas como um pronome inerente, sem conteúdo semântico ou morfossintático, não expressando relação argumental com o verbo, e não recebendo dele papel temático. Conseqüentemente, o clítico passa a ser interpretado como um afixo, um elemento ligado ao verbo que não apresenta variação. Nos termos de Nunes (1995), o clítico não mais realiza papel temático de complemento verbal, e passa a ser interpretado como fossilizado, inerente ao verbo.

A proposta gerativista de Everett (1996) propõe que os clíticos são adjungidos ao verbo, enquanto que os afixos são incluídos. Assim, na frase *Eu sei se vestir sozinho*, o clítico funciona não em uma configuração de adjunção, mas sim de inclusão, ou seja, como um afixo. Tal fato é explicado pelo Princípio do Subconjunto, que indica que a estrutura de inclusão é um subconjunto da estrutura de adjunção. Por esse motivo é que as crianças aprendem primeiro as estruturas de inclusão, só incorporando as estruturas de adjunção à sua gramática mais tardiamente. Andrade (1997), em sua pesquisa sobre a aquisição dos clíticos reflexivos no PB, registrou que crianças falantes de PB com até 8 anos de idade utilizam o *se*, chamado de *arquireflexivo*, para todas as pessoas do discurso. A partir da observação desse comportamento, a autora levanta a hipótese de que a criança não veria o reflexivo como pertencente ao sistema de clíticos da língua durante o período de aquisição da linguagem. A consequência disso é a dificuldade de estabelecer a concordância de pessoa e número entre o clítico reflexivo e o pronome-sujeito da construção.

Voltando à análise de Everett (1996), aplicando-a à construção *Eu sei se vestir sozinho*, temos:

- a) [eu] [sei] [se-vestir] [sozinho]
- b) [eu] [sei] me-] [vestir] [sozinho].

Segundo Silveira (2007, p.351), (a) seria a estrutura em que o clítico é interpretado como incluído no verbo, ou seja, como um afixo. Dessa forma, a criança reconhece a seqüência clítico-verbo como um único constituinte, não vendo o clítico como um complemento verbal e, portanto, não faz a concordância necessária, já que a análise do clítico como um afixo implica que o clítico não precisa de Caso. A autora sugere que a escolha do clítico *se* para a generalização parece se explicar pelo fato de que é esse o pronome que acompanha os verbos pronominais, em que o pronome é inerente. Já a estrutura (b) seria adquirida pela criança em um momento mais tardio, em que ela passaria a reconhecer que o que interpretava como uma estrutura de inclusão é uma estrutura de adjunção, ou seja, que o que ela via como afixo é um clítico.

Em Silveira (2008, p.506), a generalização do *se* para as demais pessoas continua a ser explorada, do mesmo modo que é mantida a hipótese de que o *se*, nesse contexto, esteja exercendo papel de afixo, uma função considerada, em certos casos, desnecessária, haja vista que, ao lado desse tipo de uso, há também várias situações de apagamento do clítico. Desse modo, enquanto um fator semântico faz cair a marca morfológica de reflexividade semanticamente vazia, um fator lexical mantém o molde formal do verbo reflexivo/pronominal.

2. 14 Avaliação do Capítulo

“Os nossos conhecimentos são a reunião do raciocínio e da experiência de numerosas mentes”. Pensando nesta citação do filósofo norte-americano Ralph Emerson, desenvolvi o segundo capítulo desta tese, e o que a Revisão da Literatura sobre o *se* proporcionou formou um importante ponto de apoio para compreender questões relativas ao uso do reflexivo no PB e à tendência mais ou menos geral a seu apagamento, auxiliando na continuidade da tarefa de delimitar o item que se faz objeto de estudo desta pesquisa.

Da relação selecionada com 13 trabalhos dedicados ao reflexivo no PB, alguns apontam para a questão do seu apagamento, enquanto outros focalizam o movimento

inverso: o uso do clítico que se mantém cada vez mais freqüente e que se estende a contextos diversos. Nesta seleção, alguns estudos estão embasados pelo funcionalismo, outros pela sociolinguística variacionista, e outros ainda pela teoria gerativa. Se alguém me perguntar se não receio que esta diversidade de olhares possa prejudicar a análise, eu respondo que não. Acredito que as diferentes bases teóricas aplicadas ao caso do *se* em português não tornam a pesquisa inconsistente ou fragmentada. Ao contrário. Vou dizer que as várias formas de sustentar teoricamente o fenômeno da reflexividade suscitam questionamentos e levantam problemas pertinentes a um debate bastante produtivo, útil para a análise que pretendo desenvolver.

Dessa forma, foram essas as principais questões que selecionei sob a luz dos trabalhos elencados neste capítulo:

1. Existe um *se* a que chamam reflexivo, mas a ele são atribuídas outras funções, tornando-se necessário, portanto, distinguir entre os tipos de *se* aqueles reflexivos propriamente ditos, os recíprocos, os inerentes, os indeterminadores, os apassivadores, os enfáticos e os ergativos. Todos podem ser agrupados num mesmo paradigma, o dos clíticos anafóricos. Entretanto, cada um possui uma configuração sintático-semântica distinta e isso é um fator fundamental para investigar os contextos de presença e de ausência do clítico em português (Cf. Bandeira, 2007);

2. Além da possibilidade de omissão do clítico, ocorrem no PB outras duas situações com o reflexivo: sua duplicação (ou redobro) e sua generalização para as demais pessoas pronominais além das 3^{as}. Diante disso, fica o questionamento: como afirmar que os pronomes reflexivos estejam de fato desaparecendo? Ou será que a relação presença x ausência do *se* não seja apenas um caso de variação estável a língua? (Cf. Pereira, 2007);

3. Ao longo do tempo, o *se* gerou diferentes subtipos arranjados em dois grupos distintos, o grupo reflexivo, que abarca os reflexivos, os recíprocos, os enfáticos e os inerentes, e o grupo não-reflexivo, onde estão os passivos e os indeterminados. Na transição do Período Arcaico para o Moderno, houve grande aumento na freqüência de emprego dos itens; já no Contemporâneo, houve uma queda sensível no uso de todos os tipos, independente do grupo a que pertençam, o que indica uma tendência geral ao

desaparecimento. É interessante notar que mesmo estando os clíticos caminhando na direção do apagamento, eles apresentam valores estatísticos distintos. Aqueles tipos mais antigos na língua (reflexivos, inerentes, enfáticos) parecem cair mais facilmente que o tipo indeterminado que, por ser mais recente, é o que ainda apresenta as maiores taxas de ocorrência (Cf. Lima, 2000);

4. Em alguns dialetos do país, como o mineiro, por exemplo, construções com *se* são de ocorrência baixa ou nula. Nas raras vezes em que são empregadas, elas aparecem nas estruturas ditas cristalizadas e em frases feitas, como *A gente tem que se virá*. Para expressar reflexividade, os falantes estão se valendo de estratégias alternativas, como o emprego de *ele mesmo* ou deixando um Ø no lugar do clítico, transferindo para os contextos lingüístico e situacional a tarefa de expressar a reflexivização. Mais interessante é perceber que a reflexividade através do pronome *se* não faz parte do dialeto em questão, na medida em que seu emprego provoca dificuldades de interpretação das sentenças da língua (Cf. Veado, 1982);

5. Se um mesmo item lexical verbal pode ser usado pronominalizado ou não, num mesmo recorte de tempo, por informantes distintos ou por um mesmo informante, como explicar as situações que sugerem um modelo para a omissão das marcas de reflexividade? Primeiramente, se o objeto direto não reflexivo está cada vez mais sendo omitido na língua, o objeto reflexivo também pode ser. Por sua vez, se o objeto direto reflexivo em verbos acidentalmente pronominais pode ser suprimido, passa a ser suprimido também nos essencialmente pronominais. Nos primeiros, a ausência tem como fator preponderante uma característica sintática, ou seja, a já existente predisposição geral para a perda dos objetos diretos. Já nos segundos, a ausência é baseada num fator de ordem lexical, a saber, o da alta previsibilidade semântica do objeto que torna desnecessária a utilização da marca de reflexividade a ponto de se esvair (Cf. D’Albuquerque, 1988);

6. Se em algumas regiões do Brasil os reflexivos estão se perdendo, em outros eles continuam mantidos, cada vez mais utilizados, o que pode sugerir que estejam se gramaticalizando como afixos verbais. Um ponto de partida pode ser a investigação do modo como as alterações no quadro dos pronomes-sujeito (com a entrada de *você* e *agente*) afetam também os reflexivos. Mesmo depois de gramaticalizados, os novos pronomes-sujeito carregam reminiscências do traço verbal original. A partir disso, o

emprego do *se* se generaliza para as demais pessoas, e a repetição passa a ter papel fundamental no processo de gramaticalização: uma sequência de morfemas ou palavras freqüentemente utilizada se automatiza como uma única unidade de processamento. Essa alta freqüência leva à reanálise, de modo que uma nova estrutura é formada: $[Suj_i + pro_i + V] > [Suj_i + (pro_i + V)]$ e o reflexivo passa a se comportar semelhante a um afixo, tornando-se parte integrante do verbo, via gramaticalização (Cf. Freitag, 2003);

7. Dois fatores parecem atuar no processo de pronominalização das formas verbais: as especificações lexicais do verbo e o contexto sintático da sentença. Ainda que estes dois pontos atuem positivamente para a presença do clítico, ele pode ser suprimido da construção e o crescente favorecimento à sua supressão no PB expressa uma mudança em curso na língua, sensível a fatores lingüísticos, como o tipo de clítico anafórico, o tipo de verbo e sua grade temática; e a fatores sociais, como o nível de escolaridade do falante (Cf. Nunes, 1995);

8. Na relação presença x ausência do clítico no PB, além de o tipo de pronome atuar de modo decisivo, parece que há uma simetria entre o maior preenchimento do sujeito e o aumento na supressão do *se*. A ordem de colocação do item na sentença também inibe sua presença, de modo que o modelo VS, que é a ordem não vigente no PB, favorece mais o apagamento que a ordem canônica SV. A hipótese seja a de que os falantes respeitem a prescrição da gramática tradicional, e como o verbo está em 1ª posição, não é usada a próclise. Por outro lado, como a ênclise é uma formação não-natural e atípica na língua, eles optam por fazer a omissão do clítico (Cf. Fernandes, 2000);

9. Para marcar a reflexividade e a reciprocidade na língua, o falante pode utilizar o clítico *se*, mas pode também empregar outras estratégias, como a substituição por *ele* ou mesmo o apagamento do item. Esta última alternativa está condicionada não apenas ao tipo de verbo e à função que o item desempenha na sentença, mas também a fatores de ordem extralingüística, como a idade dos falantes e sua classe social (Cf. Melo, 2005);

10. O verbo como centro estruturador dos enunciados estabelece relações com os demais constituintes da frase. A questão da reflexivização está diretamente relacionada à significação verbal. Desse modo, são as particularidades sintático-semânticas dos

verbos que irão estabelecer gradações para este fenômeno, diferenciando níveis para a reflexividade (Cf. Christiano, 1991);

11. Verbos intrinsecamente reflexivos perdem a obrigatoriedade de trazer a marca do elemento anafórico como resultado da perda pelo *se* de possuir um índice referencial próprio. Se ele não remete mais a um antecedente, não é mais capaz de recuperar e envolver o sujeito na ação verbal; por conseguinte, não precisa mais ser realizado, já que se tornou opaco na função de denotar reflexividade (Cf. Lemle, 1985);

12. Um fator pragmático como o traço de [+ intencionalidade] presente nas construções reflexivas se sobrepõe a fatores sintáticos no que se refira à tendência à queda dos clíticos no PB, já que verbos considerados pronominais pelas gramáticas tradicionais não o são pelos falantes (cf. Seara, 2000);

13. A generalização do *se* para outras pessoas discursivas (*Eu se diverti muito*) e sua inserção em novos ambientes sintáticos (*Quem pariu Mateus que se balance*) sugerem que esteja havendo um esvaziamento do conteúdo argumental do clítico, que não mais recebe do verbo papel temático e que passa a ser visto como um afixo flexional, um elemento ligado ao verbo que não sofre variação (Cf. Silveira, 2007/2008).

Desta relação que escolhi para formar a Revisão da Literatura, a maioria dos textos aponta para uma mesma direção, a do apagamento do *se*. Poucos são os casos que observam o fenômeno com um outro olhar e destacam não sua queda, mas seu uso cada vez mais recorrente em certos dialetos do português. Antes que alguém suponha haver uma contradição nos resultados da pesquisa, advirto para a possibilidade bastante plausível para este duplo comportamento do clítico.

Em algumas regiões do país, eles estão de fato desaparecendo, e em outras estão sendo empregados com considerável recorrência e isto é possível exatamente por se tratar de um caso de gramaticalização: um item começa a ser usado e esse uso vai gradativamente ganhando frequência cada vez mais expressiva. Essa força de uso passa a ser a responsável pelo desgaste do item, até que ele desapareça. Um ou outro são momentos diferentes do percurso, mas ambos são estágios de seu processo de mudança.

*Há conhecimento de dois tipos: sabemos sobre um assunto,
ou sabemos onde podemos buscar informação sobre ele
(Samuel Johnson)*

o traçar considerações sobre o *se* na construção reflexiva, Bechara (2001, p. 176-178) diz ser esse um bom caso pelo qual pode se patentear que um significado gramatical unitário – significado de língua – é habilitado a se desdobrar em outras acepções, a depender das unidades lingüísticas com as quais se combina e o contexto situacional. As unidades léxicas comprometidas na construção determinam a interpretação. Casos em que o pronome está envolvido requerem interpretações contextuais, e não valores de língua.

Como registrado nas considerações finais do capítulo 2, farei agora uma descrição de cada uma das sete classes de clíticos anafóricos (Cf. Nunes, 1995) que vou utilizar para investigar o processo de variação e mudança do reflexivo. A preocupação, aqui, é a de “fechar o cerco” e procurar deixar claro o que está sendo entendido por reflexivo, por recíproco, por inerente, por apassivador, por indeterminador, por ergativo, e por enfático. Além da proposta classificatória apresentada por Nunes, destaco os apontamentos de outros autores, que minimizem as dificuldades de descrição do objeto de estudo.

3.1 Se - Reflexivo

O *se* reflexivo se refere ao pronome que tem a característica de recambiar a ação verbal para o mesmo sujeito que a pratica, como em

(200) *Ele se machucou*¹⁶.

É a categoria vista como a mais básica, chamada também de *reflexivo verdadeiro* ou *reflexivo propriamente dito* (Cf. Maurer Jr., 1951; Naro, 1976; Kemmer,

16 Exemplo criado por mim.

1993; Schmidt-Riese, 2002; Camacho, 2003; Jacob, 2004; Rodrigues e Pereira, 2006). Recuperando o que outros autores já levantaram como propriedades definidoras desta classe, Pereira (2007, p. 174) enumera as principais características dos reflexivos: (i) exerce papel temático de argumento interno (objeto direto ou indireto); (ii) é correferencial ao sujeito; (iii) pode se alternar com outros SNs não-correferenciais ao sujeito, sem alteração da significação verbal; (iv) pode ser ampliado por formas enfáticas como “a si mesmo”.

Câmara Jr. (1964, p. 164) trata do referido assunto através da noção de voz medial, segundo a qual uma construção na voz ativa, em língua portuguesa, tem anexada a si um pronome átono, referente à pessoa do sujeito: ‘Eu me feri’, ‘tu te feriste’, ‘ele se feriu’. Câmara Jr. salienta que pode haver outras construções com o pronome átono não-referente ao sujeito, como em: *Eu te vi - Ele o viu*.

Nesses casos, não há indício de voz medial, definida como “uma integração do sujeito na ação que dele parte; ou, em outros termos, a pessoa do sujeito, sob o aspecto de pronome adverbial átono incorporado no verbo, reaparece no predicado”. Segundo o autor, o reaparecimento da pessoa do sujeito no predicado pode ocorrer como objeto de uma ação verbal transitiva, que parte dele. É a chamada medial reflexiva: *Eu me feri*. Ou como o centro de uma ação verbal transitiva, que parte dele, mas não sai de seu âmbito. É a chamada medial dinâmica: *Eu me levantei*

O clítico reflexivo, segundo Jacob (2004), marca uma correferência inesperada, pragmaticamente improvável entre o referente do sujeito e outro argumento da proposição. De igual forma pensa Camacho (2003), para quem o reflexivo assinala uma identidade referencial entre participantes que normalmente formam entidades distintas, e ilustra com o exemplo do verbo *ver*, que corresponde a uma experiência sensorial tipicamente voltada para o outro.

Para Nunes (1995, p. 204), o clítico reflexivo realiza papel temático de argumento interno do verbo que o exige, recuperando o nominativo, agente do processo verbal. Assim, o contexto do *se* reflexivo é construído com verbos cuja pronominalização implica agentividade e passividade do sujeito gramatical, como em:

(201) *I* Eita! Quando :: (risos) quando eu fui, quando eu tava brigando com meu irmão e minha mãe chegou pra dar em mim eu **me ajoelhei** com medo, pedi perdão e ela ficou rindo na hora. No lugar de dar em mim ela ficou rindo.* (VALPB – RVA – M – 5).

(202) *Agora, eu acho bonito assim um carnaval de clube, né? Pra quem tem condições, pra quem é só:cio, né:? Se eu pudesse, eu seria sócia também de um, é claro. E **sentava** lá na minha mesinha muito assim, bela e faceira, né?* (VALPB – TCS – F – 3).

Segundo Bandeira (2007, p. 71), a realização transitiva de verbos, cuja predicação transitiva indireta sofre a perda da preposição, também é um contexto sintático de *se* reflexivo, como em

(203) *I* Eu conheci minha esposa numa brincadeira de carnaval. Aí **começamos se namorar**, lá vai, passamoø muito tempo namoranøø. Sei que demorei uns oito anoø. Passou uns oito anoø **a gente se namoranøø** {inint} com ela, né?* (VALPB – ACS – M – 1).

Para a autora, a questão do apagamento dos clíticos anafóricos pode estar relacionada à perda das preposições, fenômeno a que Menon chamou de “mudanças encaixadas” e Zilles¹⁷ descreve como “feixe de mudanças inter-relacionadas”.

3.2 Se - Recíproco

Nunes (1995) não diferencia *se* reflexivo e *se* recíproco, pelo fato de que a abordagem gerativista da qual se utiliza para subsidiar sua proposta classificatória permitir tal amalgamação. Como as duas classes dão ao pronome o papel temático de argumento interno, o autor dá ao recíproco o mesmo tratamento que dá ao reflexivo. Daí a sua apresentação: “*se* reflexivo (recíproco ou não)”.

Em Pereira (1954, p. 324), o recíproco é tido como um caso à parte. Embora carregue semelhanças de análise com o reflexivo, há no contexto do *se* recíproco alguma circunstância expressa na frase mostrando que a ação refletida para o sujeito composto não recai no indivíduo que a pratica.

¹⁷ Bandeira esclarece que estas definições dadas por Menon e Zilles aconteceram em comunicação oral durante a realização do VII ENCONTRO DO CELSUL, em Pelotas/RS

Câmara Jr. (1964), ainda no âmbito da voz medial reflexiva, assinala que pode haver uma reflexividade cruzada, chamada voz medial recíproca, quando um sujeito plural composto por A e B apresenta em A um agente que atua sobre B e em B um agente que atua sobre A: *Os antagonistas se feriram*

Bechara usa o termo *reflexividade recíproca* quando argumenta sobre o tema em questão. Cita como exemplo (204) e diz que a oração quer expressar que João ama Maria e Maria ama João.

(204) *João e Maria se amam.*

Bom, se nós reconsiderarmos a noção de reflexivização que assumimos no item anterior, não poderemos afirmar que a reciprocidade esteja contida na reflexividade. Mesmo sabendo que João ama Maria, quem nos garante que ele ame a si próprio? E Maria amar realmente João implica que ame a si mesma? Eles podem mesmo amarem uns aos outros, mas isso não assegura que amem a si mesmos, portanto não podemos incluir a reciprocidade como uma subcategoria da reflexividade.

Mioto *et alii* (2004, p. 217) distinguem a reciprocidade da reflexividade e argumentam que numa sentença como (205)

(205) *Os meninos se machucaram*

o *se* é ambíguo, já que tanto é possível a interpretação em que cada menino machucou a si mesmo, quanto aquela em que um menino machucou o outro. No primeiro caso, estamos diante de um *se* reflexivo e, no segundo, diante de um *se* recíproco. Segundo Haug (1986), o estudo da reciprocidade merece atenção, porque aquilo que os gramáticos definem como voz reflexiva pode não contê-la em seu âmbito.

Realmente, quando observamos uma sentença com (205) podemos interpretá-la como reflexiva (cada um machucou a si mesmo) ou como recíproca (se machucaram reciprocamente). Isso se deve porque as várias acepções das construções com *se* se constroem com a combinação de unidades léxicas nelas comprometidas,

correspondendo a “interpretações contextuais” e não somente a “valores de língua” (Bechara, 2004, p. 177).

Para Lichtenberk (1985), os contextos de reciprocidade envolvem um evento em que há dois participantes, A e B, e a relação que A tem com B é idêntica à relação que B tem com A. Segundo Kemmer (1993), esses contextos lidam com duas instâncias: cada participante exerce, ao mesmo tempo, os papéis de Agente e Paciente, e a entidade A atua em B da mesma forma que a entidade B atua em A.

Esses são os recursos que assumo para definir o que considero *se* recíproco, como em (206) e (207):

(206) *uma pessoa cum dizessete ano0, trabalha0 numa loja toda marcada porque levô uma surra d'um pai, foi a única coisa qui mi revoltô, e hoje, até hoje, atravéyz disso noys num se damos bem, ele grita cumigo, eu grito cum ele, mais.* (VALPB – MLT – F – 3).

(207) *Ah! foi bom demaiø, só intermédio da vizinha, da filha da irmã dele. A irmã dele + vinha, ele mandava mim perguntaø como era meu nome e eu dizia e lá vai, depoiø a gente se conheceu melhoø: pronto.* (VALPB – SMPS – F – 1).

3.3 Se - Inerente

Segundo Nishida (1994), o *se* inerente absorve, juntamente com o reflexivo e o recíproco, argumento interno. Já Nunes (1995, p. 205) não o analisa a partir de critérios gerativistas. O autor se utiliza da descrição feita pela gramática tradicional, ao conceituar o *se* inerente como o clítico fossilizado junto a um verbo essencialmente pronominal.

Nesse contexto, o pronome é considerado parte integrante do verbo, sem exercer função sintática alguma, e o verbo não admite outra construção que não seja a reflexiva. Além de pronome inerente, é designado como *pseudo-reflexivo lexical* (Schmidt-Riese, 2002), *marcador medial* (Camacho, 2003), ou ainda *reflexivo lexical* (Jacob, 2004).

Assim como Cunha e Cintra (1985), adotamos como critério para definir o que é um *se* inerente a instauração de um novo sentido do verbo quando ele se pronominaliza.

Ou seja, quando o *se* inerente é empregado junto a um verbo, ele impõe em relação à forma não-pronominalizada a construção de um sentido específico, que só é dado mediante a pronominalização, como em

(208) *I* Mais foi por causa de uma besteira mesmo, aí por causa de uma besteira se tornou, assim, uma um caso sério, que a gente passou mais de mês sem se ver. Ele nem ligava pra mim nem eu ligava pra ele, ele é do tipo muito radical também, né?* (VALPB – VEF – F – 3).

(209) *Quando eu penso que não chega mãe e Cido, mãe parou no São Vicente deru um calmante a ela, ela tornou, voltou, foi pra lá pro “H.U”, quando viram mãe, minha filha, aqui era tudo amigo de mãe fizeru a maior festa.* (VALPB – RAM – F – 3).

A adoção desse critério para classificar o *se* inerente se justifica pelo fato de não nos convenceremos com as afirmações que asseveram a obrigatoriedade da existência de formas verbais pronominalizadas. Se concordássemos com elas, diríamos que um falante mineiro ou o próprio Oliveira e Souza (1953, p. 254) estariam errados ao construírem

(210) *Ele arrependeu (se).*

Basta citarmos Veado (1982), D’Albuquerque (1988) e Lima (2006), por exemplo, para nos assegurarmos de que essa suposta obrigatoriedade não se sustenta quando sai do âmbito das prescrições gramaticais.

Azeredo (2000, p. 174-175) fala em *cristalização* e *semicristalização* dos pronomes reflexos. Quando se cristaliza junto a vários verbos, deixa de haver voz reflexa, que é um conceito sintático, e passa a existir a classe dos verbos pronominais (*comportar-se, arrepender-se, queixar-se*), que é um conceito morfológico. Por outro lado, se a construção pronominal coexiste com a construção sem o pronome, temos a ocorrência da semicristalização, como nos verbos *alegrar-se, indignar-se, aborrecer-se*, expressando sentimento; e nos verbos *estender-se, estreitar-se, romper-se, iluminar-se*, expressando movimento ou mudança de estado. Na semicristalização, o sujeito participa do processo verbal, porém não o provoca: *Alegro-me com essa notícia.*

Outro critério para classificar o *se* inerente é verificar se ele faz parte de um verbo que “carrega” a reflexividade, ou seja, se é parte de um verbo inerentemente

reflexivo, como *arrepender-se*. Não acreditamos que essa forma seja inerentemente reflexiva porque seja obrigada a se construir mediante sua pronominalização, mas sim pelo fato de que não pode implicar uma ação de efeitos exteriores ao seu agente. Por esse motivo mesmo, Lemle (1985) o caracteriza como intrinsecamente reflexivo.

3.4 Se - Apassivador

Em Nunes (1995) não encontramos critérios de classificação para o *se* apassivador, porque em estudos anteriores (Nunes, 1990, 1991), o autor constatou que a forma apassivadora “cedeu lugar” para o *se* indeterminador. Também Galves (1996, p. 392), ao tratar das mudanças no sistema pronominal do português do Brasil, faz referência à diminuição da frequência da concordância nas estruturas estudadas por Nunes (1990, 1991), num indício de que o *se* tende a ser interpretado como indeterminador e não mais como forma passiva.

Na verdade, ainda não consegui formular critérios de classificação bem definidos para este grupo. Quando penso num *se* apassivador, me remeto às construções ditadas pela gramática tradicional, na chamada *passiva sintética*. E sempre associei o *se* apassivador à possibilidade de construir uma expressão equivalente, de forma ativa: *vendem-se bolos* → *bolos são vendidos*. Pronto! Voz passiva.

A leitura de Said Ali (1954, p. 101), entretanto, fez com que eu “revisse meus conceitos”. Em sua argumentação, propõe que duas frases sejam colocadas na frente de dois imóveis assim: “aluga-se esta casa”, e “esta casa é alugada”. Todos os que pretenderem adquirir um imóvel vão se dirigir a apenas uma das casas, certos de que a outra já está comprometida.

O que esta explicação de Said Ali significa? Significa que nós, falantes reais, em situações reais do uso da língua, não percebemos as construções com *se* e verbos transitivos diretos como construções de sentido passivo. A tendência é a de interpretá-las como construções ativas com uma indeterminação expressa pelo *se*.

De modo geral, o *se* apassivador é assim caracterizado por estar associado a um verbo que denota uma ação assumida pelo falante a partir do paciente, sendo o agente estruturalmente facultativo (Vilela e Koch, 2001, p. 181). As estruturas passivas são construídas a partir de verbos transitivos diretos que têm sua concordância determinada pela expressão que funciona como sujeito passivo da construção, como em

(211) *Era um [órgão] um organismo federal “DASP”. Era quem organizava os concursos para as diversas repartições federais, e o ex-IAPI, naquele tempo, era o representante do “DASP” na Paraíba, e era quem organizava todas as provas quando vinham do do Rio de Janeiro, que o DASP naquele tempo era no Rio de Janeiro. Faziam as inscrições, **abriam-se os editais** de inscrições[...]* (VALPB – ERG – M – 3).

3.5 Se - Indeterminador

Segundo Nunes (1995, p. 212), o *se* indeterminador “detém o papel temático reservado ao argumento externo de uma construção”. Quando Menon (1994) lista os recursos disponíveis para indeterminar o sujeito (que não se pode ou não se quer nomear), inclui o pronome *se*. Mira Mateus *et alii* (1989) também creditam ao *se* o papel de indeterminar o sujeito, e afirmam que, ao absorver o caso nominativo, o pronome impede que seja atribuída à categoria vazia na posição de sujeito uma função semântica que o verbo reserva para seu argumento externo (p. 85). Assim, são exemplos de *se* indeterminador:

(212) *I* O que eu menos gosto? O que eu menos gosto dela, é quando ela começa a falar alto dentro de casa. Eu num gosto. Eu num gosto, porque sempre na calma, dentro de casa **se resolve** tudo. E no grito num **se resolve** nada, né? Isso aí é o que eu menos gosto, né? Só isso mesmo.* (VALPB – JS – M – 1).

(213) *E* Como **se prepara** um bom feijão?*
F Um bom feijão? Olhe, um bom feijão com uma carne de charque dentro, ai! tempero seco, jerimum, maxixe, quiabo, ai! coentro verde, isso aí, isso aí, é um prato bom, gostoso.* (VALPB – IMS – F – 1).

(214) *Depois dele vem: a minha filha mais nova, que ainda é solteira, (hes.): uma criatura muito:: muito boa de **se conviver**::, muito amiga, a gente vive em plena:: união com ela, em compreensão.* (VALPB – RCRA – F – 5).

Se indeterminador e *se* apassivador são, normalmente, usados para indicar a eliminação do Agente, e o principal critério geralmente adotado para distinguir as duas construções é a concordância com o SN no plural, que se verifica na estrutura passiva,

mas não se realiza na indeterminada (Cf. Naro 1976; Nunes, 1991; Duarte, 2002; Lopes e Duarte, 2002). Na construção sem concordância, o SN funciona como objeto do verbo; ao passo que, ao se aplicar a concordância verbal, o complemento se torna sujeito da construção passiva.

Muitos estudos apontam a relação bastante estreita entre estruturas passivas e indeterminadas, sugerindo que estes dois valores podem, muitas vezes, se manifestar numa mesma construção. No dizer de Maurer Jr. (1951, p. 58): “a idéia de Agente pessoal indefinido pode surgir em uma frase passiva, mesmo quando ela tem sujeito, desde que não se enuncie o Agente”. É o caso, por exemplo, de *Vendem-se flores*.

3.6 Se – Ergativo

Para Nunes (1995, p. 204), o *se* ergativo é “um operador lexical que detematiza a posição de sujeito de verbos intransitivos”. Pela ergativização, o sujeito sintático de uma oração é interpretado como *tema* ou *paciente* – papel temático referente ao argumento que representa a entidade que sofre o efeito de alguma ação. Segundo Vilela e Koch (2001, p. 78), a ergativização é uma construção intransitiva em que não se indica o agente da ação verbal, cujo objeto direto ocupa o lugar do sujeito como em:

(215) *E justamente no hospital que minha mãe trabalha, no setor dela, e nem ela sabia, nem ninguém sabia, né? Foi uma decepção muito grande, tanto pra mim como pra ela.*
+ *E: depois de de casada eu + eu me decepçiono com ele em muitas coisaø, num sabe?*
(VALPB – RAM – F – 3).

(216) *E* Como foi o nascimento de seu primeiro filho?*
I Ah, eu me aperriei muito, porque ele não estava presente. Eu comecei a sofrer no--domingo de tarde, ele só vinha de só vinha na Segunda feira.* (VALPB – JRM – F – 1).

(217) *F* Em que sentido você pergunta como é o bairro. É no sentido o que? De de movimentação, de tranqüilidade é um bairro tranqüilo, um [bai-] um bairro central, num é? Fica no centro da cidade praticamente. Está bastante assim, já movimentado, é : : já já se constitui numa área comercial.* (VALPB – AAM – F – 5).

(218) *Aí foi tempo que na Altinga, a casa do meu avô **queimou-se**, pegou fogo. Aí tia Ana foi trabalhar, aí eu- a dona da [ca] da terra dona Helena fei0 uma, uma - mandou fazer os trabalhadore0 tudinho, juntou fei0 uma cubriu uma casinha de repente.*
(VALPB – JRM – F – 1).

Pelos exemplos acima, pode-se perceber que para classificar aquilo que chamamos de *se* ergativo, consideramos que a ergativização pode atingir tanto os temas [+animados] como em (215) e (216); quanto os [-animados], como em (217) e (218).

3.7 Se - Enfático

Finalmente, Nunes (1995, p. 206) diz que o *se* enfático se refere àquilo que a gramática chama de índice de espontaneidade. Nos remetemos às palavras de Said Ali (1954, p. 91), dizendo que determinados verbos, sobretudo alguns intransitivos, são acompanhados por um pronome que funciona apenas para marcar uma participação intensa do sujeito na ação; e não para instaurar um sentido novo à construção pronominalizada, como em:

(219) *Se escondia muito que meu pai às veyzø queria daø na gente, ele era cego, ele num via, aí a gente **se subia** nas na casa, se subia nos pé, dormia atrepado na cominheira da casa, (risos F) pro meu pai num daø na gente.* (VALPB – SMPS – F – 1)

(220) *digo: Rapayz, se Mano **for simbora** + Os menino diz assim: “Eu num vou maiø a senhora.” Um diz: “Eu vou.” Outro num querem ir e aí já fica difícil, né?* (VALPB – SMPS – F – 1).

(221) *Dona Zefinha, você bote isso isso, e isso no seu bolso qui a senhora fica boa- Me mostre me mostre me mostre me- eu aperriada chorando no caminho. Eu vou assixtir uma missa discalça. Vou discalça e vem discalça. Aí **passou-se, passou-se, passou-se, passou-se** e fui [maque] numa farmácia, que ,[te] que fayz uma forma, uns remédio qui corta.* (VALPB – JRM – F – 1).

É o que Câmara Jr. (1964) chama de voz medial expletiva, em que uma ação verbal intransitiva fica mais intensamente relacionada ao sujeito de que parte. Também chamado de *se parasítico* por Jacob (2004), *se estilístico* por Maurer Jr. (1951) ou *pronome de realce* por Bechara (2001), o pronome, nesse contexto, não faz parte da valência do verbo (Cf. Pereira, 2007, p. 175).

3.8 Avaliação do Capítulo

As pesquisas que recuperei no capítulo anterior concordam num ponto básico: o *se* reflexivo funciona para marcar a correferencialidade entre sujeito e objeto. Entretanto, assim como já havia salientado para as gramáticas tradicionais, quando o assunto se estende para as demais funções do clítico, derivadas desta função originária, alguns pontos levantados pelos autores se desencontram, seja pela adoção de um critério X, seja pela ênfase a uma perspectiva teórica Y. Pensando em redimir eventuais dúvidas é que me utilizei deste capítulo 3 para “fechar o cerco” e procurar estabelecer o que estou entendendo por cada uma das classes de *se* selecionadas na pesquisa.

Pensando que os cruzamentos teórico-metodológicos sejam produtivos para o trabalho científico, a base utilizada foi a proposta classificatória de Nunes (1995), mas recorri a outros autores também, sempre que julguei necessário, porque o meu interesse aqui era o de minimizar quaisquer dificuldades remanescentes na descrição e na delimitação do objeto de estudo.

O primeiro ponto que gostaria de destacar diz respeito aos recíprocos. Embora muitas vezes eles sejam vistos como uma subcategoria dos reflexivos, considero pertinente separá-los porque, conforme visto, nem sempre a reciprocidade está contida no âmbito da reflexividade.

Outra questão que considero importante está na distinção entre inerentes e enfáticos. Estas são duas das classes em que o *se* é tido como elemento fossilizado, sem função sintática. Daí a confusão que às vezes é feita por gramáticos que enquadram *rir-se*, por exemplo, como inerente e outros que o classificam como enfático. Sendo assim, é necessária a adoção de algum bom critério que as distinga. Quando um *se* é empregado como inerente, ele vai instaurar na forma pronominalizada um sentido distinto daquele que é próprio da forma não-pronominalizada. Já o *se* enfático não lida com esta instauração de sentidos novos. Mesmo que ele reforce a participação do sujeito na ação ou destaque o próprio processo verbal, sua ausência na construção não gera outros sentidos.

Penso que o ponto mais problemático deste capítulo 3 foi definir o que estou chamando de *se* apassivador, sobretudo porque é muito difícil atribuir uma interpretação passiva a uma sentença como “*se formulou uma proposta*”, por exemplo. Qualquer

professor de português que siga orientações dos livros didáticos me diria que este é um caso facilíssimo de ser resolvido: basta substituir a frase pela equivalente “*uma proposta foi formulada*”. Isso realmente eu aprendi na escola, mas por que motivos eu seria obrigada a fazer esta substituição? Por que não trocá-la por “*formularam uma proposta*” ou “*alguém formulou uma proposta*”?

Mesmo considerando estas ressalvas, descrevo agora o contexto do *se* apassivador: um *se* que ocorre junto a verbos transitivos diretos acompanhados por um SN com valor semântico de paciente da ação verbal. Esse SN seria classificado como objeto direto dos verbos, mas a falta de um SN com valor de sujeito/agente sugere a formulação tradicional de que o *se* exerça a função da passividade e o SN paciente preencha a função de sujeito.

A semelhança entre passivas com *se* e indeterminadas reside no fato de que ambas indicam, embora em graus distintos, a eliminação do Agente. Esse não é um fato gratuito. Assim como ocorre nas estruturas indeterminadas, também nas passivas o *se* elimina um dos espaços sintático-semânticos do verbo, reduzindo seu número de argumentos em [-1], e isso impossibilita seu preenchimento, ainda que preserve implicitamente seu valor semântico.

Após ter sido delineado o objeto de estudo e terem sido apresentadas as características definidoras de cada uma das classes de *se*, passo a discorrer, no capítulo seguinte, sobre alguns dos principais pontos referentes ao funcionalismo/gramaticalização e à sociolingüística variacionista, as duas esferas que recrutei para embasar teoricamente esta pesquisa

*O povo faz bem as línguas. Fá-las imaginosas e claras; vivas e expressivas.
Se fossem os sábios a fazê-las, elas seriam baças e pesadas
(Anatole France)*

revisão da literatura apresentada no capítulo 2 nos remeteu a diversos estudos sobre os clíticos no Português do Brasil; e a tendência geral a que os resultados levaram é a do apagamento do pronome, mesmo tendo sido utilizadas teorias lingüísticas distintas nas abordagens.

Nesta pesquisa, o que estou destacando é que este processo não atingiu igual estágio de desenvolvimento em todas as regiões do Brasil. Existem dialetos – e o de João Pessoa se inclui neste grupo – em que o uso do clítico ainda se efetua num estágio anterior. Então, ao invés de verificar sua ausência entre os pessoenses, podemos observar um uso expandido a diversos contextos e numa frequência elevada.

Para embasar teoricamente a pesquisa, apresento, de um lado, as discussões teóricas sobre Funcionalismo e Gramaticalização; de outro, as principais idéias discutidas no âmbito da Sociolingüística Variacionista. Nas próximas páginas, o leitor entrará em contato com aquilo que considere como mais relevante para a discussão, e que será recuperado adiante, nos capítulos 6 e 7, ao apresentar a análise dos resultados obtidos.

4.1 Funcionalismo e Gramaticalização

De acordo com interesses específicos de investigação, ora são focalizados os aspectos estruturais de uma língua – a escolha de signos e sua combinação no enunciado –, ora são focalizadas as atividades discursivas associadas aos contextos sociais em que os indivíduos estão inseridos. São essas atividades discursivas que determinam e

condicionam as opções lingüísticas dos falantes. A escolha do bloco formalista de examinar a língua por si própria e em si própria e de descrever os níveis gramaticais por critérios internos gerou, como consequência óbvia, uma ênfase nos dados formais, enquanto que os dados funcionais eram atribuídos ao uso da língua. O bloco funcionalista rejeitou essa divisão modular dos formalistas e optou por defender uma perspectiva mais integrativa das unidades lingüísticas, compreendidas em termos de suas funções.

Nas palavras de Halliday (1985, p. xxviii-xxix), a orientação das gramáticas formais, assentadas na lógica e na filosofia, é primariamente sintagmática. Já as funcionais, por sua vez, assentadas na retórica e na etnografia, são primariamente de orientação paradigmática. As gramáticas formais interpretam a língua como uma lista de estruturas e entre elas podem ser estabelecidas relações regulares. Essas gramáticas tendem a enfatizar os traços universais da língua, a tomar a sintaxe como base – numa gramática arbitrária – e a organizá-la em torno da frase. Por outro lado, as gramáticas funcionais interpretam a língua como uma rede de relações e as estruturas são a realização das relações. Essas gramáticas tendem a enfatizar as variações entre línguas diferentes, tomar a pragmática como base e organizá-la em torno do texto ou do discurso.

Mesmo aceitando que existe um número grande de propostas ditas funcionais, ou seja, uma série bastante diversificada de modelos funcionalistas, fica evidente que o funcionalismo apresenta, em seu interior, pontos em comum que fazem dele uma teoria organizada. De forma geral, a epistemologia funcional diz que a linguagem é um instrumento de comunicação e interação social, eficientemente realizadas pela interdependência entre o que é sistêmico (estrutura) e o que é funcional (uso). O interesse do funcionalismo é verificar como se obtém a comunicação em uma determinada língua. Dito de outra maneira, o que sintetiza o pensamento funcionalista é a verificação do modo como os usuários de uma língua se comunicam eficientemente. A Gramática Funcional é, assim, um modo de olhar para a gramática em termos de como essa gramática é usada (Cf. Martin; Matthiessen; Painter, 1997, p.02).

De acordo com Pezatti (2004, p.168), o princípio de que toda explicação lingüística deve ser buscada na relação entre linguagem e uso, ou na linguagem em uso

no contexto social, torna obrigatória a tarefa de explicar o fenômeno lingüístico mediante as relações que contraem falante, ouvinte e a informação pragmática de ambos, no contexto sócio-interacional.

Em Dik (1989), é encontrado o enfoque de linguagem como instrumento de interação social, que revela sua instrumentalidade de uso. Para o autor, a interação verbal é uma atividade cooperativa estruturada e as regras lingüísticas devem ser consideradas instrumentais em relação aos objetivos comunicativos travados na interação verbal. O compromisso fundamental da abordagem funcionalista é, então, descrever a linguagem não como um fim em si mesma, mas como um requisito pragmático da interação verbal.

4.1.1 A motivação lingüística: Iconicidade e Marcação

Qualquer abordagem dita funcionalista tem como questão radial aquela envolvida com a verificação do modo como a língua é usada nas situações comunicativas. É assim que, para o funcionalismo, as formas da língua refletem ou são condicionadas, em alguma medida, pela função comunicativa que as move. A estrutura lingüística é maleável, que sofre pressões vindas do discurso. Desse modo, em lingüística funcional, é impraticável o ato de aceitar que o código lingüístico seja de todo arbitrário. Antes, nele pode ser constatada uma *motivação icônica*, subjacente à formação das estruturas. Por motivação icônica pode ser entendida uma relação não-arbitrária entre forma e função, ou entre código e mensagem na linguagem humana, que corresponde ao reflexo, nos elementos estruturais, de relações semelhantes existentes na estrutura semântica (Mello, 2005, p.36).

Conforme indica Givón (1990), o caráter icônico da linguagem humana corresponde ao caráter não-arbitrário da relação entre estrutura e função na linguagem, de modo que a função determina a expressão e o propósito orienta a estruturação.

A noção mais recorrente de que a sintaxe da linguagem humana não é arbitrária, mas sim icônica, é proveniente do filósofo C. S. Pierce, para quem “na

sintaxe de toda língua existem ícones do tipo lógico que são auxiliados por papéis convencionais” (1940 *apud* Givón, 1990, p.966). De acordo com Pierce, a iconicidade na sintaxe não é absoluta, mas sim moderada. A referência feita aos “papéis convencionais” direciona a atenção para a interação entre princípios de código sintático mais icônicos e mais arbitrários.

Segundo Givón (1990, p.967), nos últimos quarenta anos, ressurgiu o interesse pela iconicidade (vale dizer, não-arbitrariedade) na sintaxe em trabalhos como os de Chafe, Bollinger, Haiman, Hopper e Thompson, Slobin, Givón e outros. O retorno de idéias que defendem o caráter não-arbitrário da sintaxe das línguas humanas é baseado nas premissas defendidas pelo funcionalismo linguístico, depois de cinco décadas de um estruturalismo fortemente praticado e defendido.

Se a estrutura não é arbitrária, uma vez que serve para desempenhar uma função, então a estrutura deve, de algum modo, refletir a função representada. É como nota Jespersen (1924, p.17): “A essência da linguagem é a atividade humana – atividade, por um lado, de um indivíduo fazer-se compreender por outro, e atividade, por outro lado, de que o outro compreenda o que estava na mente do primeiro”.

Para Givón (1990), a iconicidade do código linguístico se manifesta em três subprincípios, que estão relacionados à quantidade de informação, ao grau de integração dos constituintes da expressão e do conteúdo, e à ordenação linear dos segmentos:

O subprincípio da quantidade:

Em termos gerais, segundo este subprincípio uma informação que tem segmentos mais largos tende, também, a ser semanticamente maior, menos previsível ou mais importante. Associado à proporção informacional, o princípio pode ser dado do seguinte modo:

- (a) uma parcela larga de informação será dada em uma parcela larga de código.
- (b) uma informação menos previsível será dada com mais código material.
- (c) uma informação mais importante será dada com mais código material.

As bases cognitivas do subprincípio da quantidade estão relacionadas às áreas de demanda de atenção e esforço mental, ou ainda, como sugere Haiman (1983; 1985 *apud* Givón, 1990, p.969), a *motivações econômicas*. É necessário observar que a noção de *economia* aqui é bastante específica e deve estabelecer uma relação estrita com a noção de *cognitivo*, ou seja, deve estar ligada aos conceitos de tempo de processamento, complexidade cognitiva e esforço mental.

O subprincípio da proximidade:

Associado ao nível de integração conceptual e representacional, diz que quanto mais próximos estiverem dois conteúdos, conceptual e cognitivamente, mais próximas também deverão estar as formas que os representam. Relacionado à proporcionalidade da distância linear entre as expressões e os significados por elas representados, este subprincípio diz que conteúdos mais próximos cognitivamente também estarão mais integrados no nível da codificação, já que o que está mentalmente junto é colocado sintaticamente junto.

O subprincípio da ordenação linear:

Este subprincípio (i) assenta que a ordem das cláusulas no discurso tende a corresponder à ordem temporal de ocorrência dos eventos descritos; assim como (ii) envolve o uso pragmático da ordem das palavras para indicar topicalidade, em termos tanto de importância quanto em termos de acessibilidade. Neste caso, ele pode ser dado como:

- (a) a informação mais importante, ou a mais urgente, tende a ser colocada primeiro na cadeia sintática.
- (b) a informação menos acessível tende a ser colocada primeiro na cadeia sintática.

Assim é que, associado à localização sequencial das formas, este subprincípio dita que quanto mais importante, previsível e temático for um conteúdo, mais sua forma correspondente tenderá a se localizar na primeira parte do enunciado.

Givón (2001) recupera e redimensiona esta discussão, apresentando a iconicidade do código linguístico manifestada em quatro subprincípios, também conhecidos como **regras de proto-gramática**:

I. Regras de entonação:

- a. acento e previsibilidade: “parcelas de informações menos previsíveis são acentuadas”;
- b. melodia e relevância: “parcelas de informações que conceitualmente estão juntas são embaladas sob um mesmo contorno melódico”;
- c. pausa e ritmo: “o tamanho da quebra temporal entre parcelas de informações equivale ao tamanho da distância cognitiva ou temática entre elas”;

II. Regras de espaçamento:

- a. proximidade e relevância: “parcelas de informações que conceitualmente estão juntas são mantidas em proximidade espaço-temporal”;
- b. proximidade e escopo: “operadores funcionais são mantidos mais próximos dos operadores aos quais são relevantes”;

III. Regras de sequência:

- a. ordem e importância: “uma parcela de informação mais importante é colocada na frente”;
- b. ordem de ocorrência e ordem reportada: “a ordem temporal em que os eventos ocorrem será refletida na manifestação linguística dos eventos”;

IV. Regras de quantidade:

- a. expressão zero e previsibilidade: “informação previsível não será expressa”;
- b. expressão zero e relevância: “informação não importante não será expressa”.

De uma forma ou de outra, vários nomes do funcionalismo definem iconicidade respeitando a premissa central de que há uma relação natural entre código linguístico e seu *designatum* (Cf. Neves, 1997, p.103-105). Assim, para:

- Hopper e Traugott ➔ iconicidade “é a propriedade de similaridade entre um item e outro”.

- Haiman → é “o paralelismo existente entre, de um lado, a relação das partes numa estrutura lingüística; e, de outro lado, a relação das partes numa estrutura daquilo que é significado”.
- Croft → “ a estrutura da língua reflete, de algum modo, a estrutura da experiência, ou seja, a estrutura do mundo, incluindo a perspectiva imposta sobre o mundo pelo falante”.
- Bollinger → “a linguagem mantém uma forma para um significado e um significado para uma forma”.

Pelas definições arroladas acima, fica evidente que a iconicidade prevê que a relação forma/significado é sempre motivada. Ainda que reconheça na iconicidade a presença de uma relação não-arbitrária entre código e mensagem, Givón (1995, p.10) assenta que tal conceito não deve ser acatado categoricamente, já que pode ser constatada a existência de uma relação não-biunívoca (de 1:1) entre forma e função. A uma asserção como a de Bollinger, acima, Givón chama de uma visão idealizada, e até ingênua, da iconicidade na linguagem.

Votre (1997, p.26) trabalha a noção de iconicidade dizendo que, por meio dela, tende a haver uma relação de motivação entre forma e significado, de modo que os humanos agem com correspondência entre forma e função em termos lingüísticos, embora nem sempre seja viável identificar os traços dessa correspondência na produção de cada ato verbal¹⁸. É desse modo que podemos supor que nada se dá por acaso na língua. Para Votre, razões várias – tais que economia, eficiência e eficácia – levam naturalmente os homens a gramaticalizarem, regularizarem, sistematizarem suas ações verbais.

Mediante a noção de iconicidade, é possível que se chegue à afirmação de que “razões estritamente humanas de importância e complexidade refletem-se nos traços estruturais das línguas” (Cf. Martelotta *et. al.*, 2003, p.34), donde se conclui que “uma língua não é um mapeamento arbitrário de idéias para enunciados”. As estruturas sintáticas devem, de algum modo, assemelhar-se, na forma e na organização, às

18 Para Votre (1997, p.32-33) “todo item ou construção que, num determinado estágio [...] é icônico e transparente na sua relação com o conteúdo será ou tenderá a ser, um dia, opaco e aparentemente arbitrário em termos dessa mesma relação”.

estruturas semântico-cognitivas subjacentes. Desse modo é que o princípio funcionalista da iconicidade permite uma investigação detalhada das considerações que governam o uso dos recursos de codificação morfossintática da língua.

As noções de iconicidade e marcação estão, nas formulações de Givón, estritamente correlacionadas. No estudo da marcação, o autor considera tanto questões de complexidade estrutural, quanto questões de distribuição de frequência e de complexidade cognitiva, à qual estão ligados fatores tais que comunicativos, sócio-culturais, cognitivos e ainda neurobiológicos. Já a noção de iconicidade se liga a certas condições naturais atuantes na estrutura sintática, ou seja, assume-se que existe um *isomorfismo* entre código sintático e seu *designatum* semântico ou pragmático.

A noção de marcação faz remeter à lingüística estrutural da Escola de Praga, a princípio como um refinamento do conceito saussuriano de *valor lingüístico*, em distinções binárias. Para os estudiosos do Círculo Lingüístico de Praga, as distinções binárias na fonologia e na gramática se davam da seguinte maneira: um membro do par contrastivo atua como a presença de uma propriedade, o outro como a ausência (Cf. Givón, 1990, p.945):

Tem significado não só para a lingüística mas também para a etnografia e a história da cultura, pois correlações sócio-culturais como vida ~ morte, liberdade ~ não liberdade, pecado ~ virtude, feriado ~ dias de trabalho, etc, estão sempre relacionados a relações a ~ não-a, e é importante descobrir a cada época, grupo, nação, etc, qual é o elemento marcado (carta de Jakobson a Trubetskoy, 26/11/1930 apud Tavares, 2003).

Um ponto importante acerca da marcação é que ela não pode ser tomada em moldes absolutos. Isso porque a marcação é dependente do contexto a ser analisado. Assim, a estrutura que é marcada em um contexto X pode não ser marcada num contexto Y. É desse modo que, por exemplo, a pergunta “As cláusulas passivas são mais marcadas que as ativas?” permitem como resposta ‘sim’ e ‘não’ (Givón, 1990, p.945). No discurso do dia-a-dia, cláusulas passivas são mais marcadas que as ativas, ao passo que, no discurso acadêmico, as cláusulas passivas são menos marcadas.

Givón (1995, p.27-28) também exemplifica a necessidade de ser considerado o contexto no estudo da marcação, citando o caso da tendência para a inserção do agente

como sujeito e tópico da oração transitiva, representante do caso não-marcado, o que provavelmente reflete uma norma cultural de falar egocentricamente mais acerca de seres humanos volitivos do que sobre objetos inanimados.

Para serem diferenciadas categorias marcadas de categorias não-marcadas são utilizados três critérios básicos, de contraste binário (Givón, 1990, p.947; 1995, p.28):

- * **Complexidade estrutural:** a estrutura marcada tende a ser mais complexa – ou maior, mais elaborada – que a correspondente não-marcada.
- * **Distribuição de frequência:** a categoria marcada tende a ser menos freqüente que a correspondente não-marcada.
- * **Complexidade cognitiva:** a categoria marcada tende a ser cognitivamente mais complexa que a não-marcada, já que demanda mais atenção, maior esforço mental e tempo de processamento do que esta última.

Os itens lingüísticos têm a capacidade de exibir diferentes graus quanto à frequência de uso, à complexidade estrutural e à complexidade cognitiva. Considerando esses três critérios de distinção entre categorias marcadas e não-marcadas, pode ser estabelecida uma hierarquia entre as categorias de acordo com seu grau de marcação. Por ser a língua de natureza fluida e criativa, faz-se imperativa a adoção de parâmetros de *gradualidade* na análise da marcação, no lugar de considerar as categorias lingüísticas em termos discretos. Assim é que, em vez de se trabalhar com o quadro [+/-], opte-se pela escala [-/-+/-+] na marcação de itens e construções da língua.

Nas discussões sobre marcação em lingüística, a complexidade estrutural é, geralmente, vista como o critério mais tradicional de avaliação. Entretanto, a confluência dos três fatores nela envolvidos é a face mais geral da iconicidade na sintaxe. Essas discussões proporcionam, de certa forma, um assunto que é central para a compreensão da relação natural estabelecida entre o código lingüístico e seu *designatum*. É o chamado **princípio meta-icônico da marcação** (Givón, 1990, p.965):

Figura 1: O princípio meta-icônico da marcação (Adaptado de Givón, 1990, p.965)

O princípio meta-icônico está baseado, de alguma maneira, na concepção idealizada da correlação de um-para-um entre forma (código) e sentido (o que é

codificado). Segundo Bolinger (1977), a condição natural da linguagem é preservar uma forma para um sentido, e um sentido para uma forma. A formulação de Bolinger, entretanto, sendo por demais extremada, deve receber algumas ressalvas. Primeiramente, existem na língua fenômenos, como a polissemia, por exemplo, de modo que a correlação de um-para-um não funciona sempre de modo exato. Além disso, a iconicidade do código lingüístico está sujeita a pressões diacrônicas corrosivas, de forma que o código está constantemente erodindo por atrito fonológico e a mensagem é constantemente alterada por elaboração criativa. Todavia, a tendência geral para o código ser icônico é inegável, apenas em moldes bem mais amenos que nas formulações de Bolinger.

4.1.2 A língua em uso: a emergência da gramática

Na teoria funcionalista, é colocada em evidência a inter-relação entre fatores estruturais e motivações comunicativas (cf. principalmente Hopper, 1987, 1991; Hopper & Traugott, 1993; Bybee & Hopper, 2001; Traugott & Heine, 1991; Heine, Claudi & Hünemeyer, 1991a/b; Givón, 1995, 2001). O que se assume nesta corrente teórica é que a mudança e a variação estão na base da estrutura da língua, e o que o funcionalismo busca superar é uma visão estrutural de língua destituída de fatores extralingüísticos presentes nos contextos comunicacionais em que ela é usada. A visão funcionalista da linguagem é caracterizada por Givón (1995) de acordo com um “grupo de premissas” que desenvolve esta concepção. Desse modo, a linguagem é uma realização sociocultural, com uma estrutura não-arbitrária e não-rígida, que serve a funções cognitivas e comunicativas. Por isso, a mudança e a variação estão sempre presentes, o que gera gramáticas emergentes. As categorias são não-discretas, de sorte que o sentido é contextualmente dependente.

O refazer-se constante do sistema lingüístico trabalha, sobretudo, com o surgimento de novas funções para formas já existentes na língua e isso evidencia aquilo que Hopper (1987) chama *Gramática Emergente*, ou seja, uma gramática constituída de partes cujo estatuto vai sendo constantemente negociado na fala, não podendo, em princípio, ser separado das estratégias de construção do discurso. A esse entendimento,

subjaz uma concepção de língua como atividade em tempo real e a postulação de que não existe uma gramática como produto acabado, mas sim uma constante gramaticalização.

A gramática não é estável nem fechada. Pelo contrário, é aberta, passível à mudança e substancialmente afetada pelo uso que lhe é dado no dia-a-dia. Desse modo, toda regularidade encontrada em um feixe de tempo é provisória e sempre sujeita à renovação e ao abandono, o que gera continuamente fórmulas inovadoras. Sob este prisma, *a gramática emerge continuamente no discurso, não havendo, portanto, gramática, mas gramaticalização, um movimento em direção à estrutura, que nunca se completa totalmente* (Hopper, 1987, p.139-157). No marco destas idéias, a gramática “é a cristalização das formas discursivas mais produtivas” (Castilho, 1994, p.83).

A citação de Castilho nos revela que nem todas as inovações que emergem vão integrar-se à gramática. É como diz DuBois (1993): as gramáticas codificam melhor aquilo que os falantes usam mais. Aqui, a noção de frequência adquire papel fundamental para que uma fórmula possa ser caracterizada como parte integrante da gramática de uma língua, já que, com sua frequência aumentada, uma palavra deixa de ser fortuita e passa a usual no discurso.

A trajetória [fortuita → usual] pela qual um item passa não é feita ao acaso. No processo de inovação, a tendência é que os falantes façam uso de itens e construções gramaticais que já são a eles familiares. Como diz Tavares (2003, p.18):

O normal é o uso de formas já existentes em funções diferentes das que tinham anteriormente, e não a criação de novas formas. Além disso, geralmente a função nova avizinha-se da que lhe deu origem, possuindo traços semântico-pragmáticos e estruturais em comum ou próximos.

A abordagem funcionalista analisa as condições discursivas em que se processa o uso da língua, portanto a estrutura gramatical depende do uso que dela se faz, isto é, a estrutura gramatical é motivada pela situação comunicativa. Nesse sentido, a estrutura é tida como uma variável dependente, já que os usos é que darão forma ao sistema. A gramática emergente, portanto, esta sempre ancorada na forma concreta específica de

um enunciado e ganha seus contornos no discurso, mediante as experiências dos falantes em suas trocas comunicativas (Cf. Hopper, 1987, p.142).

A estrutura, ou regularidade, é oriunda do discurso e é moldada pelo discurso, num processo sempre em andamento. A gramática não deve ser, então, entendida como um pré-requisito para o discurso. Suas formas não são modelos fixos, mas sim negociáveis na interação face-a-face, num jogo que os interlocutores realizam, adaptando, negociando, amoldando as formas. O termo *gramática emergente*, ainda, sugere uma gramática deveras ancorada na forma concreta específica de um enunciado (Hopper, 1987, p.142).

Porque a gramática é sempre emergente, mas nunca presente – como diz Hopper – poderíamos, então, dizer que ela nunca existe como tal, mas sempre está num ‘vir a ser’. Dito de outro modo, existe não *gramática*, mas *gramaticalização* – movimentos em direção à estrutura. Vai ser o processo de gramaticalização, ancorado na concepção de gramática enquanto emergente, que vai explicitar o caminho de mudança das formas da língua, num lento e gradual processo de regularização.

Segundo Tavares (2003, p.17), como as fórmulas gramaticais rotinizadas não são eternamente estáveis, mas sim adaptáveis e negociáveis na interação face a face, a mudança, então, acontece. O material gramatical é variável, probabilístico por natureza e deriva da experiência dos usuários com a língua. A questão é que essas experiências não são uniformes, mas sim distintas; então, os interlocutores precisam empregar esforços na comunicação. Precisam inferir, metaforizar, reanalisar, analogicizar, para que possam se fazer entender e possam também entender um ao outro. De padrões comunicativos já existentes, surgem novos nesse jogo conversacional. Tentando ajustar suas gramáticas, os falantes acabam experienciando inovações. Esses novos modos de dizer, de recortar a língua, uma vez habitualizados, tornam-se construções gramaticais.

Um legado da tradição estruturalista é a tácita aceitação da premissa de que a estrutura da língua é independente do uso da língua. Várias distinções teóricas a aceitam difundidamente, tais como a *langue/parole* de Saussure e a *competência/performance* de Chomsky. Dela decorre outra asserção: a de que o estudo da estrutura é superior ao estudo do uso e é um caminho potencialmente mais promissor para o descobrimento dos

mecanismos cognitivos básicos que tornam possível a linguagem humana (Cf. Bybee, 20**b). Em contraste com essa posição, está a lingüística mais preocupada com as representações que são altamente afetadas pela experiência, como por exemplo a lingüística funcional e um ramo que dela provém, o que vê a necessidade estrita de se relacionar *discurso* e *gramática*.

Assumir a relação rigorosa entre discurso e gramática é assumir, conforme diz Biq (20**, p.357), a posição de que as estruturas da língua são formadas por forças oriundas do discurso. Os padrões de fala, como são usados nas trocas comunicativas do dia-a-dia, são motivados e/ou restringidos por fatores de ordem cognitiva e comunicativa. A gramática é, então, vista como um grupo de padrões de fala fortalecidos pelo seu uso freqüente na conversação diária.

Assim como a tradição maior de onde proveio, a teoria que estuda a língua estabelecendo correlações entre discurso e gramática assume a posição de que a língua é primariamente uma ferramenta para a comunicação humana e que as formas lingüísticas devem ser consideradas em termos de sua função comunicativa. Esse tipo de abordagem enfatiza a importância de examinarmos, sobretudo, dados do discurso que ocorrem naturalmente na interação verbal, para que possamos compreender por que a gramática se comporta de uma forma tal no discurso, onde toda comunicação ganha, efetivamente, lugar.

Quando levadas em consideração, lado a lado, a natureza da comunicação humana – espontânea e interativa – e a fala conversacional, nós podemos ter a compreensão de que a fala é uma realização contingente e conjunta, que reflete o ambiente social em que está situada. Além disso, os padrões usados no discurso, freqüentemente repetidos, e assim regularizados, se transformam naquilo que convencionalizamos chamar *as estruturas gramaticais da língua*. A gramática é, assim, altamente impactada pelo uso da língua, para usar as palavras de Bybee (2005).

4.1.3 O processo de Gramaticalização

Além do modo como Hopper (1987) interpreta a gramaticalização (Cf. 4.1.2), muitas outras maneiras de entendê-la circulam pelo meio funcionalista. Várias e diferentes explicações são dadas quando se tenta defini-la. De maneira geral, há gramaticalização quando, em condições muito particulares de emprego, um item assume uma nova função na língua, migrando para uma categoria mais gramaticalizada à direita no ciclo funcional.

A gramaticalização pode ser definida, então, como um processo de mudança que ocorre nas línguas, através do qual elementos e/ou construções lexicais passam a desempenhar funções gramaticais. Com o desenvolvimento do processo, esses elementos e construções assumem novas funções mais gramaticais, tornando-se mais regulares, uma vez que começam a se infiltrar nas estruturas tipicamente restritivas da gramática.

Para Traugott & Köning (1991), por exemplo, ela é um processo dinâmico, unidirecional e histórico, através do qual os itens lexicais ganham um novo estatuto de formas gramaticais ao longo do tempo. Diferentemente deles, Lehmann (1995 [1982]; 2002) vê a gramaticalização como um processo sincrônico, no qual os itens de uma língua se tornam menos autônomos. Esta perda de autonomia é que mede o grau de gramaticalidade da forma.

De acordo com Longhin (2003, p. 08), a bibliografia sobre o assunto é muito extensa; e o que há de consensual sobre o tema é o **caráter processual** do fenômeno, mas não a natureza de tal processo. Os estudos em gramaticalização tiveram, ao longo do tempo, vários graus de interesse e importância na teoria linguística. Os pesquisadores preocupados em verificar a etimologia das línguas fizeram da gramaticalização objeto central de seus estudos. Já os adeptos do modelo saussureano deixaram-na escanteada, ao defenderem uma descrição linguística substancialmente sincrônica. Como consequência desta variação de interesses, a história dos estudos sobre gramaticalização é marcada pela formação de focos de pesquisa, que destacam diferentes dimensões do fenômeno.

De modo geral, é atribuída a Meillet (1912) a utilização primeira do termo gramaticalização, entendido como a atribuição de um estatuto gramatical a uma palavra anteriormente autônoma. Estava no léxico a origem de muitos morfemas, produtos de enfraquecimentos e generalizações de significados. A gramaticalização envolve a trajetória [léxico] > [gramática], com o componente gramatical comportando a passagem interna da [sintaxe] para a [morfologia].

Embora a analogia também seja um processo de criação de formas na língua, a gramaticalização é de uma importância bem mais decisiva, uma vez que a analogia somente renova, num nível superficial, detalhes das formas. A gramaticalização não. Ela cria formas novas que substituem as antigas já desgastadas pela força do uso, além de introduzir categorias para as quais anteriormente não existia expressão na língua, podendo, com isso, transformar o sistema lingüístico como um todo.

Dessa maneira, a gramaticalização para Meillet (1912) é interpretada como um processo de mudança lingüística, sobretudo (mas não exclusivamente) diacrônico e gradual, em que as palavras plenas são pressionadas, em dadas circunstâncias, a funcionarem como elementos gramaticais. Esse processo é motivado pela contínua necessidade que os indivíduos têm de serem expressivos, de usarem a língua como uma ferramenta de busca a novas maneiras de designar idéias já conhecidas e desgastadas pela frequência de uso das palavras, que passam, então, a ser reproduzidas de modo automático, desprovidas de qualquer expressividade. Os indivíduos tendem a reagir contra isso, de maneira inconsciente e natural¹⁹, criando formas inovadoras a partir de outras disponíveis no repertório da língua. Eis a gramaticalização.

Segundo Longhin (2003, p. 13), pouco tempo depois da publicação do trabalho de Meillet, a lingüística foi consumida pelo estruturalismo saussureano e os estudos em gramaticalização sofreram um retrocesso. Somente bem mais tarde, por volta da década de setenta, é que o interesse por ela foi renovado. Quais as causas desse processo? Por um lado, a forma estática de descrever a gramática das línguas já estava se esgotando,

19 A respeito dessa discussão, remeto o leitor à seção 4.2 seguinte, quando discorro sobre o ceticismo de Labov em relação à performance consciente dos falantes no processo de variação lingüística.

gerando bastante insatisfação entre os estudiosos; por outro, o interesse pela pragmática permitiu a redescoberta entre estrutura e uso.

Um dos principais nomes dessa nova fase é o de Givón (1979, 1984, 1990, 1995, 2001), que se assemelha a Meillet ao interpretar a gramaticalização como um processo diacrônico e cíclico, com a diferença de que para ele o ponto de partida é um elemento do discurso, que entra na sintaxe, podendo sofrer um desgaste tanto morfológico quanto fonológico e chegar ao estágio zero, quando o processo está apto a recomeçar:

Figura 2: Ciclo de gramaticalização (Adaptado de Givón, 1979)

Um ponto de destaque nos estudos lançados por Givón foi a inauguração de uma linha de pesquisa que vê a gramaticalização não somente como a reanálise de um material lexical em um material gramatical, mas também como a transferência de padrões discursivos a padrões gramaticais.

Dando à gramaticalização o papel de uma ferramenta empírica para a descrição lingüística, Lehmann (1995 [1982]; 2002) se destaca pela preocupação constante em aferir parâmetros sincrônicos que meçam o grau de autonomia de um signo, o que irá medir, por sua vez, o seu grau de gramaticalidade. Quanto mais autônomo for um item, menos gramaticalizado ele será; quanto mais ele perder em sua autonomia, mais gramaticalizada será a forma.

Lehmann (1995 [1982]; 2002) propõe seis parâmetros que são o resultado do cruzamento de três fatores determinantes para verificação da autonomia de um item – **peso**, **coesão** e **variabilidade** – com os aspectos paradigmáticos e sintagmáticos, responsáveis pela seleção e combinação dos signos na língua. Um signo será autônomo se detiver certo peso que irá separá-lo dos demais membros de sua classe, dando-lhe algum relevo no paradigma. Pelo fator coesão, Lehmann afirma que quanto mais relações um item contrair com outro, mais dependente ele vai ser, ou seja, menos autônomo será. Por fim, a variabilidade do signo indica que sua maior mobilidade gera sua maior autonomia.

Quadro 6: Parâmetros da gramaticalização (Adaptado de Lehman, 1995 [1982])

A integridade de um signo é o resultado de seu peso no paradigma, ou seja, seu tamanho substancial, tanto em moldes semânticos quanto fonológicos. O enfraquecimento semântico e fonológico irão gerar uma diminuição da integridade fonológica e semântica. Essa perda de integridade é diretamente proporcional ao aumento na gramaticalização do item. A atuação do peso no eixo sintagmático é o escopo do item, ou seja, o tamanho estrutural da construção que o signo passa a formar. Quanto mais diminuído é o escopo, mais gramaticalizada é a forma.

As relações contraídas entre os signos é o que Lehmann (1995 [1982]; 2002) chama coesão. No eixo paradigmático, essa coesão (ou paradigmaticidade) é vista como o grau de integração do item no paradigma. No eixo sintagmático, a coesão é intitulada conexidade, explicada como o grau de familiaridade com que uma forma se conecta a outras, podendo ir de uma simples justaposição até a fusão completa, o que caracteriza o estágio mais avançado da gramaticalização.

Por último, a variabilidade de uma forma, no plano paradigmático, diz respeito à possibilidade de serem usados outras formas em seu lugar. É a liberdade que o falante tem para escolher um signo dentro do paradigma. Os itens que estão em estágios avançados no processo de gramaticalização tendem a se tornar obrigatórios, e essa liberdade de escolha vai se tornando cada vez mais restrita e limitada. A variabilidade sintagmática diz respeito à facilidade com que um signo pode se mover dentro de um contexto. Tal variabilidade irá diminuir nos estágios mais avançados de gramaticalização²⁰.

A proposta de Heine & Reh (1984) para o entendimento da gramaticalização como uma ferramenta empírica de descrição lingüística é considerada como a primeira tentativa de se estabelecer os princípios gerais que governam o processo. A intenção deles era a de formular uma teoria da gramaticalização, que conseguisse dar conta da

20 Quero tranquilizar o leitor quanto ao aspecto condensado das explanações dos princípios de Lehmann (1995 [1982]; 2002), já que, no capítulo 7 desta tese, apresento a discussão dos resultados da pesquisa sob o ponto de vista qualitativo, recuperando modelos teóricos da gramaticalização para checá-los com base nos dados de João Pessoa.

descrição gramatical de qualquer língua natural. Para isso, elaboraram sete princípios comuns a todos os processos de gramaticalização:

1. quanto mais uma forma lingüística se gramaticaliza, mais ela perde em complexidade semântica, significância funcional e valor expressivo;
2. quanto mais uma forma lingüística se gramaticaliza, mais ela perde em pragmática e ganha em significância sintática;
3. quanto mais uma forma lingüística se gramaticaliza, mais reduzido se torna o número de membros que fazem parte do mesmo paradigma morfossintático;
4. quanto mais uma forma lingüística se gramaticaliza, mais sua posição se torna fixa na oração;
5. quanto mais uma forma lingüística se gramaticaliza, mais obrigatório passa a ser o seu uso em determinados contextos e agramatical em outros;
6. quanto mais uma forma lingüística se gramaticaliza, mais ela se funde semântica, sintática, morfológica e foneticamente com outras formas;
7. quanto mais uma forma lingüística se gramaticaliza, mais ela perde na substância fonética.

Esses princípios buscam avaliar se um item está mais ou menos gramaticalizado na língua. Deve ser ressaltado que a idéia de “perda” ou “empobrecimento” defendida por Heine & Reh (1984) é bastante questionada nos estudos mais recentes em gramaticalização (Cf. Traugott, 1989; Traugott & König, 1991; Traugott & Heine, 1991; Sweetser, 1988, 1991).

Numa orientação cognitivista, Sweetser (1988) procura dar um tratamento unificado às mudanças semânticas nos processos de gramaticalização que, assim como as mudanças semânticas em geral, podem ser descritas por um mesmo modelo teórico.

Para a autora, então, é totalmente rejeitável o entendimento de que a gramaticalização seja um processo de mudança lingüística distinto dos demais.

As discussões que Sweetser (1988) levanta remontam ao que Meillet (1912) já havia postulado acerca dos processos de gramaticalização: o que ocorre, de fato, com os significados nas mudanças semânticas que acompanham a gramaticalização é enfraquecimento? É perda? As trajetórias dessas mudanças são regulares? Aleatórias? Previsíveis?

Para Meillet (1912), a mudança de significado é resultado de um *bleaching* semântico, em que os significados são desbotados numa mudança que lida com a perda de traços do significado-fonte. A forma gramaticalizada é empobrecida e esvaziada de suas peculiaridades semânticas. No tocante às trajetórias de mudança, Meillet argumenta que a gramaticalização segue sempre uma mesma direção: categorias primárias, como as de nome e verbo, dão origem a categorias secundárias, como as de auxiliares, preposições e conectivos, por conta do desgaste gerado pelo uso freqüente da forma, que leva à perda da expressividade e do significado mais concreto.

Heine e Reh (1984) seguem a mesma linha de raciocínio e conceituam a gramaticalização como uma espécie de evolução pela qual as unidades lingüísticas perdem em complexidade semântica, significância pragmática, liberdade sintática e substância fonética. Segundo Longhin (2003, p.65-66), o modelo *bleaching* pode ser visto, bastante simplificada, como um mecanismo que filtra tudo, menos a essência semântica da palavra. O *input* é sempre um item de significado pleno, provavelmente lexical, e o *output* é um elemento empobrecido de suas particularidades semânticas:

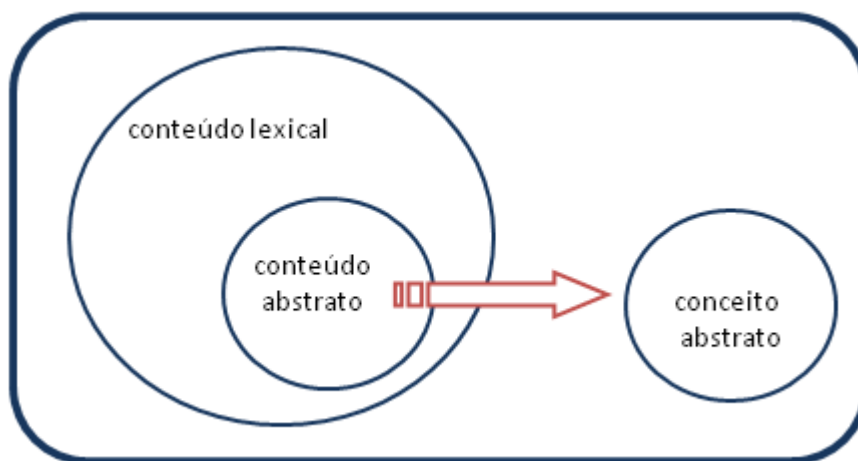


Figura 3: Modelo de bleaching (Adaptado de Longhin, 2002)

Já na obra de Sweetser (1988) a idéia de *bleaching* deve ser seriamente questionada, já que não consegue apreender todos os mecanismos envolvidos na mudança. O que ela sugere é um mecanismo mais geral de mudança semântica, que opera como projeções metafóricas entre domínios conceptuais distintos. Dessa forma, os significados não são totalmente perdidos, mas sim ampliados pelo desenvolvimento de várias polissemias. Na transição entre os domínios alvo e fonte, há uma estrutura topológica que é sempre mantida:

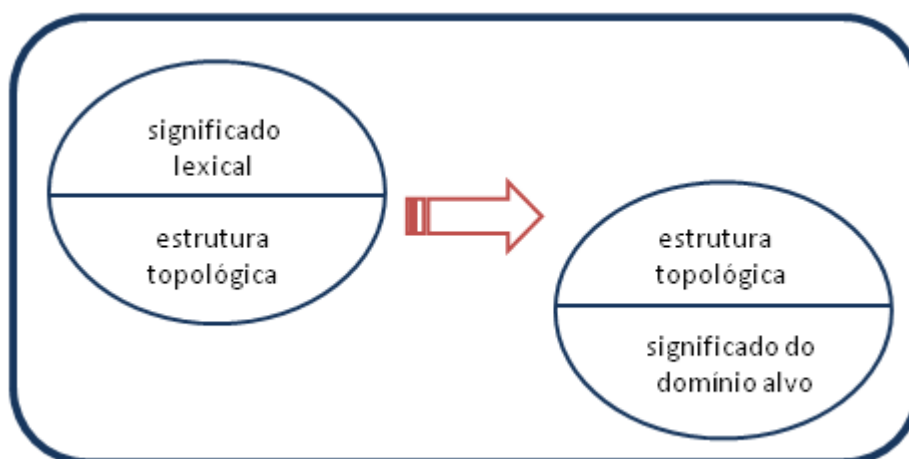


Figura 4: Modelo da perda e do ganho de Sweetser (Adaptado de Longhin, 2002)

Sobre as trajetórias de mudança, a autora argumenta que as mudanças semânticas são regulares, com uma direção bastante definida. A metáfora opera como o principal mecanismo de estruturação semântica, e os desenvolvimentos dos significados

seguem um percurso unidirecional de abstratização crescente, no sentido *concreto > abstrato*.

Desse ponto-de-vista compartilham Heine *et alii* (1991), para quem existe um princípio responsável pela criação de formas gramaticais através da exploração de meios antigos para novas funções. Assim, os autores criam uma escala de abstratização crescente nas mudanças que envolvem transferência de sentido, tomando por base a percepção humana e seu entendimento de mundo:

Figura 5: Escala de abstratização em gramaticalização (Heine *et alii*, 1991)

Os domínios de conceituação dispostos acima têm uma relação de natureza metafórica, já que qualquer uma das categorias pode ser utilizada para conceituar outra categoria, desde que esteja posicionada à sua direita. É o caso do já familiar exemplo de transferência metafórica do inglês *be going to*, que envolve a mudança espaço > tempo, em que a construção passa a denotar uma noção de futuridade, a partir de uma noção originária de deslocamento espacial. Dois pontos aqui merecem destaque: Heine *et alii* (1991) entendem que o processo metafórico é **unidirecional**, ou seja, envolve uma transferência que parte sempre da esquerda para a direita, e essa trajetória caminha em termos de uma **abstratização crescente**, com a categoria da esquerda sempre mais concreta que a categoria da direita, sempre mais abstrata.

Sweetser salienta que as mudanças semânticas não acontecem abruptamente. Existem estágios intervenientes de polissemia, resultado dos usos metafóricos de um termo A em diferentes domínios conceptuais. Ela quer dizer com isso que se uma certa palavra já significou X e hoje significa Y houve um momento em que ela significou X e Y, e o significado original de X se esvaiu. Dessa forma, a autora enxerga uma estreita correlação entre as polissemias sincrônicas e a mudança semântica diacrônica, uma vez que entende as polissemias como indícios prontos a recapitular e explicar o percurso histórico de um item, da mesma forma que a análise histórica do desenvolvimento de uma mudança semântica pode esclarecer as conexões semânticas sincrônicas entre domínios conceptuais.

Conforme salienta Longhin (2003, p. 59), os estudos de Sweetser (1988, 1991) e Heine *et alii* (1991) são similares em muitos pontos. Argumentam a favor de um sistema

metafórico específico que direciona o curso das projeções entre domínios conceptuais, que determinam formas polissêmicas distintas, interpretadas como pontos de uma trajetória de desenvolvimento. Assim, a autora capta o tipo de mudança semântica envolvida nos processos de gramaticalização, uma mudança unidirecional, na qual um elemento menos gramatical serve de molde para um novo elemento mais gramatical, em uma relação de transferência de significados, cuja essência é metafórica. Num recorte sincrônico, um estágio é mais gramaticalizado do que outro à sua esquerda, entendendo-se “mais gramaticalizado” o item que é mais abstrato em conteúdo semântico. De um ponto de vista diacrônico, um estágio é visto como historicamente anterior a qualquer outro estágio à sua direita. Enquanto estratégia cognitiva, a metáfora é vista como o principal mecanismo que impulsiona a gramaticalização.

Falei anteriormente que o *be going to* do inglês corresponde a um caso de transferência metafórica, com a passagem de um plano que denota deslocamento espacial para outro que significa dêixis temporal de futuridade, como exemplificado em (222) e (223) retirados de Heine *et alii* (1991, p.70):

(222) *Henry is going to town.*

(223) *The rain is going to come.*

A passagem de um significado para o outro não acontece de forma brusca, sem que haja alguma continuidade entre eles. Entre o valor de movimento espacial presente em (222) e o valor de marcador de tempo futuro presente em (223) há certas acepções intermediárias que sinalizam uma cadeia de nuances conceituais minimamente distintas. Heine *et alii* (1991, p.70) apresentam (225) e (226) como exemplo desses traços conceituais intermediários:

(224) *Are you going to library?*

(225) *No, I am going to eat.*

(226) *I am going to my very best to make you happy.*

(225) funciona como uma resposta para (224), e o sentido principal do *going to* é o de intenção, ao passo que seu sentido secundário é o da predição. Acredito que não seja muito forçoso notar que a construção preserva algum resquício do sentido de deslocamento espacial presente em (222) e (224). Já a construção (226) é semelhante a

(225), sendo que nela já não existe qualquer matiz de sentido espacial. (223), por sua vez, não apresenta uma acepção de intenção, apenas a de predição.

Não existe descontinuidade entre os traços de significados intermediários. Ao contrário, as várias acepções presentes no intervalo entre (222) e (223) são contínuas e graduais. Dessa forma, a transferência por metáfora dos domínios conceituais de x e y, levando um significado mais concreto a ser entendido em termos de um outro mais abstrato, é intervalada por uma cadeia de outros significados convencionais minimamente distintos, fruto de inferências conversacionais que impulsionam os falantes a optar pela interpretação mais significativa. A base do mecanismo agora é metonímica, e o surgimento dos novos significados está atrelado à manipulação discursivo-pragmática. A metonímia é, assim, entendida como convencionalizações de inferências conversacionais, numa espécie de reinterpretação induzida pelo contexto²¹.

Metáfora e metonímia são dois mecanismos distintos, duas forças diferentes, mas que agem de forma complementar nos processos de gramaticalização. Uma é de fundo psicológico, e opera entre domínios conceituais, levando significados mais concretos a serem entendidos em termos de outros mais abstratos. A outra é de fundo pragmático, em que um certo contexto induz a uma dada interpretação por meio de implicaturas conversacionais. Tanto a mudança por metáfora quanto a mudança por metonímia acontecem por meio de alguma associação. A diferença é que a metonímia atua por contigüidade e não por similaridade, como aquela. Desse modo, sua atuação se dá no eixo sintagmático e sua associação conceptual está fundamentada no mundo discursivo, numa “transferência semântica licenciada por contigüidade”, conforme sugere Gonçalves *et alii* (2007, p. 47).

Em síntese, na metáfora a passagem de um sentido A para um sentido B se realiza através de projeções ou saltos associativos de um domínio cognitivo para outro, em que o primeiro é menos abstrato que o último. Já na metonímia, a transferência entre os sentidos acontece mediante um processo contínuo e gradual, numa reinterpretação

21 Constitui uma das tendências atuais nos estudos funcionalistas de gramaticalização o tratamento mais específico de questões relacionais entre os constituintes na tessitura discursiva. Dessa forma, para uma visão mais detalhada sobre o papel dos aspectos metonímicos nas relações sintagmáticas, sugiro a leitura de Traugott & Dasher (2005).

induzida pelo contexto. Nessa cadeia de transferência entre os sentidos, ocorrem estágios intermediários de sobreposição de significados que lidam tanto com a perda quanto com o ganho conceituais, conforme sugere a figura a seguir:

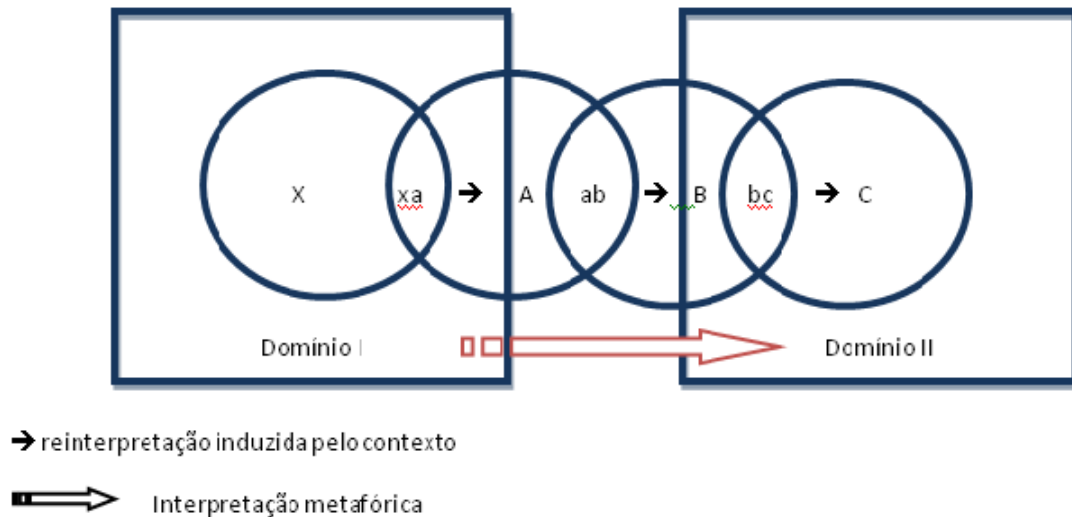


Figura 6: O modelo metafórico-metonímico (Adaptado de Heine *et alii*, 1991)

Voltando às idéias de Hopper (1987, 1991), o autor argumenta que, sendo foco de muitos estudos atuais em lingüística, as pesquisas em gramaticalização não incluem apenas estudos empíricos, mas também debates e questionamentos teóricos acerca dos princípios que sustentam o processo.

Em Hopper (1991, p. 22), estão cinco princípios por ele propostos capazes de auxiliar a identificar quais dentre as regularidades emergentes a cada período de tempo são candidatas a estarem na gramática da língua e de diagnosticar diferentes graus de gramaticalização onde ela já é um processo reconhecido. São eles:

- **Estratificação:** “Dentro de um domínio funcional, novas camadas estão continuamente emergindo. Quando isso acontece, as camadas antigas não são necessariamente descartadas, mas podem permanecer coexistindo e interagindo com as novas camadas”.

- **Divergência:** “Quando uma forma lexical sofre gramaticalização [...], a forma lexical original pode permanecer como um elemento autônomo e sofrer as mesmas mudanças que itens lexicais comuns”.
- **Especialização:** “Dentro de um domínio funcional complexo, uma variedade de formas com diferentes nuances semânticas pode ser possível num estágio; quando ocorre gramaticalização, essa variedade de escolhas formais estreita-se e o menor número de formas selecionadas assume significados gramaticais mais gerais”.
- **Persistência:** “Quando uma forma sofre gramaticalização [...], alguns traços de seus significados lexicais originais tendem a aderir a ela, e detalhes de sua história lexical podem ser refletidos nas restrições de sua distribuição gramatical”.
- **De-categorização:** “Formas sofrendo gramaticalização tendem a perder ou neutralizar seus marcadores morfológicos e privilégios sintáticos característicos das categorias cheias nome e verbo, e a assumir atributos característicos de categorias secundárias como adjetivos, participios, preposições, etc”.

Heine (2003) diz que a gramaticalização de uma forma lingüística envolve quatro processos, a saber: (i) *dessemantização* (*bleaching*, redução semântica): perda de conteúdo semântico; (ii) *extensão* (generalização de contextos): uso da forma em novos contextos; (iii) *decategorização*: perda de características próprias de forma-fonte, inclusive de status de forma dependente; (iv) *erosão* (redução fonética): perda de substância fonética.

Segundo Lima-Hernandez (2005), esses processos impulsionam três estágios distintos na trajetória de gramaticalização de um item. Primeiramente, existe uma forma lingüística A, que é recrutada para sofrer gramaticalização. Depois, essa forma adquire um novo padrão de uso B, que apresenta ambigüidade em relação a A. Por fim, A se perde e apenas B passa a ser de uso possível. A autora destaca que somente os casos “fortes” de gramaticalização atingem o último estágio, mas a incursão de um caso em

qualquer um dos patamares vistos já é resultado do processo de gramaticalização do item.

É o que mostra a distinção entre apagamento x uso elevado do clítico. Tal diferença não constitui uma contradição. O que acontece é que o item sofre o processo da gramaticalização, sendo cada vez mais usado, e essas repetições freqüentes levam ao seu desgaste e, conseqüentemente, a seu apagamento. Entretanto, ressalto que a permissão para se aventar a gramaticalização do *se* não se limita aos contextos em que o clítico não mais é usado, já que este se caracteriza como o **último** estágio do processo, mas não o **único**.

Os estudos em gramaticalização não estão perto de ser constituídos como um paradigma explanatório definido, quer seja pelo recente ressurgimento do interesse em suas idéias, quer pela diversidade de termos e tendências sob um mesmo rótulo. O que é certo, porém, é que trabalhar com gramaticalização implica, necessariamente, o respeito ao dinamismo e à heterogeneidade inerentes às línguas naturais.

A idéia de gramaticalização defendida para o caso do *se* é apoiada na crença de que a repetição tenha um papel importante no processo. A alta freqüência de uso de morfemas ou palavras faz com que seja criada uma nova estrutura, automatizada como uma única unidade no processamento, o que, por sua vez, leva à reanálise e, conseqüentemente, ao rearranjo das fronteiras entre os constituintes. O clítico *se* passa a se comportar, via gramaticalização, semelhantemente a um afixo, tornando-se parte integrante do verbo.

4.2 Teoria da Variação e Mudança

No âmbito da gramaticalização do clítico, na fala de João Pessoa, acredito se tratar de um fenômeno lingüístico que pode ser estudado mediante a observação e o controle de fatores lingüísticos e sociais. No texto inaugural que busca determinar algumas diretrizes para a questão da mudança, Weinreich, Labov e Herzog (1968) sugerem que toda investigação na língua deve ter como objeto-fonte a produção real dos

falantes de uma dada comunidade. A língua é estudada no âmbito da sociedade, focalizando a inter-relação entre os componentes da estrutura lingüística e o contexto histórico-social.

Quando os autores postulam que a investigação da língua deve partir da observação do comportamento lingüístico de uma comunidade de fala particular, não perdem de vista que comunidade lingüística é um grupo de pessoas que se utilizam de um conjunto de normas referentes à linguagem, mas não são pessoas que falam do mesmo modo, embora compartilhem de uma mesma variedade de língua.

A variação de uma língua natural, para Labov (1972), pode ser estudada de modo sistemático, considerando-se não apenas fatores internos ao sistema lingüístico, como também os fatores sociais. Na abordagem variacionista, os fenômenos de variação podem ser sistematizados, porque a heterogeneidade é sistemática e não aleatória.

Nesse sentido, o foco de interesse da Sociolingüística recai no estudo do funcionamento de uma língua em seu contexto social. Quem é aquele que diz? Quem diz o quê? Como diz? Por esse motivo que um estudo de base sociolingüística busca verificar o sexo do falante, sua idade, seu grau de escolaridade, sua localidade, etc.

Labov (1972, p. 03) dá relevo às pressões sociais que operam continuamente sobre as línguas, decorrentes de uma força social que atua no presente, e não obrigatoriamente as forças de algum período passado. É possível pensar em mudança lingüística num âmbito puramente sincrônico, e a dimensão social da mudança lingüística pode ser compreendida no interior de uma comunidade de fala.

A Sociolingüística amplia os domínios das teorias já existentes: aos fatores internos, de natureza lingüística, são somados os fatores externos, para que se possa visualizar a relevância do componente social da linguagem sobre o desempenho lingüístico do falante.

O que Labov faz, como afirma Pereira (2007, p. 19), é justamente fornecer os instrumentos teóricos e metodológicos necessários para tornar a análise lingüística possível. Segundo Labov (1972, 1991), o sistema lingüístico abrange regras e elementos

categoricos, ou seja, regras que sempre se aplicam e elementos que sempre são realizados de uma dada maneira. Ao lado deles, estão aqueles que se encontram em variação, recebendo o nome de *variáveis lingüísticas*, que podem conter duas ou mais *variantes*. As variantes são tidas como formas alternativas de se dizer a mesma coisa, num mesmo contexto, com um mesmo valor de verdade. Seu significado referencial é o mesmo, embora possam se distinguir quanto a seu valor social. A oposição entre a presença e a ausência dos clíticos reflexivos no PB é um fenômeno de variação, em que o pronome é visto como uma variável lingüística que comporta duas variantes: o uso ou o não-uso de *se*.

Pereira (2007, p. 21) chama a atenção para o fato de que a Sociolingüística não pode ser vista apenas como um instrumental metodológico, uma vez que ela “também desenvolve conceitos teóricos para tornar possível a análise do processo de mudança”. Analisar o processo de mudança, entretanto, não é uma tarefa fácil, porque ela não é constante. A mudança lingüística pode se interromper, mudar sua direção, se completar, ou mesmo passar por longos períodos sem chegar a um termo. Os resultados desse processo nem sempre podem ser pronunciados, mas, mesmo assim, o investigador é capaz de identificar certos padrões de mudança, seus estágios e fatores que inibem ou favorecem seu desenvolvimento na língua.

Os indícios de mudança podem ser rastreados pela sociolingüística quantitativa através de certos recursos metodológicos capazes de indicar se dado fenômeno na língua se trata de um caso de variação estável ou mudança em curso. Dessa forma, são feitos estudos que trabalham com dados de *tempo real*, quando se observam duas ou mais épocas distintas na análise, e estudos com dados em *tempo aparente*, quando se observa a distribuição das variantes lingüísticas nas diferentes faixas etárias de uma comunidade, num dado momento. Nessa perspectiva, parte-se do princípio de que os usos atuais são não somente reflexos dos usos passados, mas também fontes de usos futuros (Labov, 1994). Se se tratar de um caso de mudança em progresso, muito possivelmente serão encontradas distinções na frequência das ocorrências e em seus pesos relativos conforme cada faixa etária específica.

É certo que uma análise em tempo aparente pode sugerir se existe correlação entre a idade do indivíduo e a variável lingüística, ou seja, se o indivíduo muda ou não

seu comportamento linguístico ao longo da vida. Contudo, mesmo que esta relação exista e seja relevante, é necessário verificar se ela corresponde, de fato, a uma mudança em progresso ou é apenas uma alteração no comportamento do indivíduo conforme a idade, que se repete a cada geração. Em outras palavras, é necessário verificar se a mudança atinge a comunidade como um todo (aí, sim, teremos uma situação de mudança em progresso) ou se atinge somente a postura linguística do indivíduo, o que caracterizaria um fenômeno de *gradação etária*, e conseqüentemente um caso de variação estável na língua²².

O que muitos estudos têm sustentado é que a mudança lingüística se origina no grupo localizado na posição mais baixa da hierarquia social, por conta, possivelmente, do baixo grau de escolaridade das pessoas que a ele pertencem e, conseqüentemente, à sua falta de acesso à norma padrão.

Labov (1994) faz uma separação entre *mudanças de cima* e *mudanças de baixo*, mediante o nível de percepção social das variantes e a posição na hierarquia social dos grupos que as utilizam. As mudanças de cima são introduzidas pela classe mais alta, totalmente reconhecidas pelos indivíduos. As mudanças de baixo, por sua vez, não são conscientes e podem ser introduzidas por qualquer grupo social (Labov, 2001).

A partir de seu padrão de distribuição social, a variação lingüística vai indicar uma estratificação brusca, ou seja, apresentará grande diferença na freqüência de uso de acordo com a classe social considerada; ou uma estratificação gradual, sem descontinuidade na freqüência de uso entre as classes (Labov, 1972; 2001).

A influência dos fatores sociais no desenvolvimento da mudança pode ser contemplada aqui: se ela se expande no grupo que a originou, ela poderá ser associada aos valores sociais atribuídos a este grupo. Isso significa que se é um grupo de prestígio, a mudança lingüística pode acelerar, ganhar velocidade. Se é um grupo desprestigiado,

22 A gradação etária aponta que os indivíduos mudam seu comportamento linguístico durante sua vida, mas a comunidade como um todo não muda. O mesmo padrão de distribuição por faixas etárias visualizado numa dada geração se mantém na próxima geração (Labov, 1994, p.83).

excluído, a nova forma pode ser corrigida, estigmatizada, ou até mesmo freada, extinta, interrompendo o curso da mudança (Labov, 1972; 1994).

Labov (2001) aponta que várias das mudanças operadas na língua são inconscientes e, por isso, não carregam significado social algum, nem de estigma, nem de prestígio. Mudanças lingüísticas novas, das quais os falantes não têm consciência, não são promovidas nem inibidas pela classe mais alta ou pela classe mais baixa, nem por indivíduos escolarizados, nem pelos não-escolarizados.

Diante disso, Labov não considera pertinente atribuir os avanços de uma mudança à decisão consciente do falante de assumir uma dada identidade social e se identificar a um grupo particular. Para ele, o mais produtivo é considerar que a estrutura social atinge o *output* lingüístico, mediante mudanças na frequência da interação: “não é o ato de inovação que muda a língua, mas o ato de influência” (Labov, 1994, p.311).

Olhando por um prisma funcionalista, Castilho (2001) diz que o grau de desenvolvimento no avanço da mudança está frequentemente relacionado com o uso da variável na interação conversacional. A busca do ajuste entre eu e tu para uma melhor cooperação conversacional e a avaliação das entidades lingüísticas envolvidas no ato de fala seriam os gatilhos discursivos da mudança. A interação face a face seria, assim, o lugar por excelência da mudança lingüística (Cf. Pereira, 2007, p.33).

Acontece que nem sempre fatores externos, como os padrões de interação e contato, podem explicar a mudança. O que dizer, por exemplo, de um fenômeno de mudança lingüística que afete milhões de pessoas situadas em cidades distantes, sem conexão umas com as outras? Nesses casos, o pesquisador deve recorrer à investigação de fatores internos ao sistema lingüístico para detectar as possíveis causas do fenômeno.

Ao que tudo indica, as mudanças atingem grande parte das estruturas da língua; são transformações que afetam tudo, exceto um esqueleto de relações abstratas (Cf. Labov, 2001). Já que boa parte das estruturas lingüísticas está sempre sendo afetada pelas mudanças, a visão de gramática como produto pronto e acabado é contrariada. Não se postula uma gramática fixa, mas sim o processo que Hopper (1987) descreve como Gramática Emergente, um processo que defende a negociação constante das formas lingüísticas pelos falantes, conforme visto na seção anterior.

Para Labov (1994), existem fatores estruturais e mecânicos e fatores funcionais para explicar a variação e a mudança nas línguas. Por fatores funcionais, entenda-se aqueles que têm a função de preservar a informação. Labov, entretanto, se mostra bastante desacreditado no que se refira à possibilidade de explicar a mudança com argumentos funcionais. Para ele, ainda que a vontade do falante de se comunicar eficazmente controle a escolha entre as variantes disponíveis, os lingüistas não têm acesso à mente do falante e a suas motivações; não têm, portanto, como aferir se suas conjecturas são válidas. A exemplo disso, há o princípio funcionalista da marcação, que sempre encontra certos obstáculos para verificar o grau de complexidade cognitiva dos itens e construções de uma língua.

Não é que Labov seja um verdadeiro carrasco para os funcionalistas; ele apenas acredita que fatores de ordem estrutural ou mecânica possam ter mais peso para o desenvolvimento da mudança do que fatores de ordem funcional. Labov não nega a atuação deles, mas sustenta que os argumentos funcionais não são capazes de explicar os processos e as causas da variação e da mudança; mas sim surgem como conseqüências, quando a mudança lingüística já se completou.

Labov (1994; 2001) admite que, quando a mudança lingüística chega a seu estágio final, o sistema sofre um auto-reajuste de modo a preservar a informação. Os falantes têm a capacidade de perceber as formas lingüísticas mais freqüentes e as incorporam em sua fala. Então, é o sistema que se reajusta. Através dos falantes, de certo, mas de forma inconsciente. E é por isso mesmo que Labov vê este reajuste como uma mudança de ordem mecânica.

Deixando de lado estas ressalvas labovianas, pode ser demarcada uma relação entre o processo de gramaticalização e a teoria da variação, através do princípio da *estratificação* de Hopper (1991): a coexistência de duas ou mais formas alternáveis, possuindo o mesmo significado e a mesma função é o que caracterizaria o fenômeno da variação lingüística.

Segundo Lichtenberck (1991), a variação é indispensável à gradualidade da mudança lingüística, já que a partir dela, duas ou mais formas podem passar a ter as mesmas funções, autorizando sua alternância de uso.

Mesmo assumindo perspectivas e princípios diferentes, a teoria da variação e a gramaticalização não se tornam abordagens excludentes no que se refere à mudança lingüística. A teoria variacionista lida, sobretudo, com formas alternantes para um mesmo significado, e com a possibilidade de mudança provocada, principalmente, pelo abandono de uma das formas. Já a gramaticalização se preocupa com a trajetória de uma forma e as múltiplas funções que vai adquirindo, podendo competir com outras para o desempenho de uma dada função, num determinado estágio.

Neste ponto ocorre a variação. Assim, um ciclo contínuo, como o proposto por Tavares (1999, p. 60), caracteriza a mudança lingüística:

...variação – gramaticalização ... variação - gramaticalização...

Para a autora, neste processo, “a variação pode ser solucionada devido a uma mudança por *gramaticalização*, sofrida por uma ou mais das formas alternantes; esta mudança pode levar à nova variação, que pode ser solucionada devido a uma nova mudança por *gramaticalização*...” (Tavares, 1999, p.10).

Segundo Weinreich, Labov e Herzog (1968, p. 188) “nem toda variabilidade e heterogeneidade na estrutura lingüística envolve mudança, mas toda mudança envolve variabilidade e heterogeneidade”. Assim, para Valle (2001, p. 45), a variação de duas formas é vista como estopim para que se inicie o processo de mudança, de modo que uma das formas pode vir a desaparecer, ou a se especializar em determinadas funções, fazendo cessar a variação.

4. 3 Avaliação do Capítulo

Neste capítulo, procurei apresentar os pontos mais gerais do Funcionalismo – sobretudo no que concerne à Gramaticalização – e da Teoria da Variação e Mudança. O fio que os une não é difícil de ser detectado: o uso lingüístico molda a gramática e conduz os processos de mudança na língua, vista como uma entidade dinâmica, com

seus padrões de constituição freqüentemente mantidos e/ou reformulados pelas opções de escolha dos falantes.

Além disso, é ponto convergente entre as teorias alguns procedimentos metodológicos, da seguinte forma: se é o uso que arranja e re-arranja o sistema, então é exatamente este uso efetivo que será o objeto de análise lingüística. Sendo assim, se a língua se constitui quando empregada pelos indivíduos em situações de interação, e se esses indivíduos mantêm, necessariamente, relações com a sociedade da qual fazem parte, então será desse ambiente que serão retirados os objetos a serem analisados.

Um ponto que eu gostaria de destacar nesta avaliação diz respeito à noção de Gramaticalização que defendo para este trabalho. Primeiramente, entendo que ela é um tipo de mudança lingüística que proporciona uma alteração na categoria gramatical do item, fazendo com que ele migre de uma categoria lexical para outra gramatical, ou de uma categoria já gramatical para outra mais gramatical ainda, sempre se colocando mais à direita no ciclo funcional. Desse modo, através de uma reanálise categorial, uma unidade lingüística tem suas propriedades alteradas e ela começa a se tornar membro de uma nova classe na língua. São mudanças de ordem sintática, semântica e discursivo-pragmática que suscitam a passagem de uma categoria para outra.

Considero pertinente reafirmar o que estou tomando por gramaticalização porque são muitas as tendências apontadas na literatura corrente sobre o tema, e nem todos os autores deixam claramente delimitados seus princípios, seus processos, seus parâmetros e seus limites. Por isso, penso que não seja tão óbvio assim reiterar que a gramaticalização é tão somente **um** entre outros processos constitutivos das línguas e pode perfeitamente ocorrer de maneira conjunta com eles.

Bem, se existem dúvidas sobre seus limites e incertezas quanto a seu estatuto de teoria, algo deveria ser consensual: ela é um **processo**, que pode envolver a mudança de um item em todo seu percurso, como também pode ver este percurso interrompido em algum ponto do caminho.

Algumas objeções são feitas sobre este entendimento e muitas delas são facilmente localizadas nos textos que compõem a *Language Science* n.23 (2001), que

desconsideram o valor teórico da gramaticalização e focalizam suas partes componentes, como a mudança semântica, a erosão fonética, a unidirecionalidade, a reanálise, a analogia, a frequência de uso, as operações metafóricas e metonímicas, etc. Para este grupo, tais fatores não são nem necessários nem suficientes para fornecer à gramaticalização o valor de uma teoria; e o argumento por eles utilizado é o de que qualquer um desses fatores pode ocorrer de modo independente em outros tipos de mudança que não sejam, necessariamente, um caso de gramaticalização. Atuando individualmente, esses elementos não seriam capazes de diagnosticá-la, e isso leva à afirmação de que ela não pode ser vista nem como uma teoria nem como um processo distinto.

De fato, se pensar que a gramaticalização não é o resultado de processos distintos de mudança, com leis próprias, então não parece ser tão dificultoso assim concordar com o que dizem Newmeyer (2001), Campbell (2001), Joseph (2001) acerca de seu não-estatuto enquanto uma teoria. Já quanto ao seu estatuto de processo, realmente não consigo ignorá-lo, porque penso que não reconhecê-lo significa negligenciar o dinamismo do sistema lingüístico.

De maneira bastante geral, a atuação da gramaticalização nos diferentes níveis da estrutura lingüística sugere as seguintes mudanças, conforme Gonçalves (2003, p.42):

NÍVEL	MUDANÇA UNIDIRECIONAL	PROCESSO
FONOLOGIA	+ material fonol. > - material fonol.	redução fonológica
MORFOLOGIA	lexical > gramatical > mais gramatical (forma livre > forma presa)	recategorização (morfologização)
SINTAXE	menor coesão > maior coesão	reanálise
SEMÂNTICA	concreto > abstrato	dessemantização
PRAGMÁTICA	estrutura pragmática > estrutura sintática	sintaticização

Quadro 7: Unidirecionalidade vs mecanismos de gramaticalização (Gonçalves, 2003)

Newmeyer (2001, p. 196-202) apresenta provas de que os mecanismos que constituem a gramaticalização podem ocorrer independentes um do outro: existem mudanças semânticas relevantes sem que haja reanálise ou redução fonética; existem

reduções fonéticas sem mudança semântica; existe reanálise sem mudança semântica ou redução fonética. Embora suas formulações não sejam desprovidas de razão, elas não podem ser vistas como novidade. Basta recuperar Lehman, que já em seu texto de 1982 atentava para o fato de que a erosão fonética não se opera apenas na gramaticalização, mas atinge praticamente todos os signos. Conseqüentemente, seria um erro inferir a gramaticalização a partir da atrição fonológica. Isso se dá com outros parâmetros. Nenhum dele é suficiente por si mesmo para definir a gramaticalização; é somente pelo efeito mútuo de todos eles que ela ocorre (p.126).

Outro ponto a ser rebatido é o referente ao percurso que um item deve percorrer em seu processo de gramaticalização. Em quais dos seus partidários está a afirmação de que é necessário que a forma percorra todo o trajeto de um *cline* de mudança em direção a uma formação completamente gramatical? Traugott (2001, p. 07) responde que a mudança não tem que ocorrer. As regras não têm que atingir um ponto terminal. Um processo de gramaticalização, na verdade, sempre é interrompido antes de ser totalmente implementado no sistema e a consequência da gramaticalização é sempre a formação de subsistemas incompletos e irregulares que não se movem para uma direção identificável. Não existe nada na hipótese da passagem de uma forma lexical a uma gramatical que exija que a mudança seja completa, “nem conheço qualquer definição que a exija”, diz a autora.

O que parece faltar nas críticas feitas à gramaticalização é exatamente a referência à ênfase na alteração gradual no estatuto categorial de um item, justamente este o ponto que considero como a base do processo: para haver gramaticalização, o item em análise deve ser colocado numa categoria distinta daquela da sua forma-fonte. Mudanças que envolvam apenas um ou outro dos mecanismos presentes no processo não implicam necessariamente alteração de estatuto categorial, e sobre isso vários estudiosos já fizeram referência. Nesse tipo particular de mudança, seus vários mecanismos constituintes operam em parceria, mas isso não equivale a dizer que todos devam operar sempre. Isso permite afirmar que o processo não é definido por seus elementos constituintes, mas sim pela focalização na transferência de um item X de uma categoria a outra. Não parece notícia nova a de que todo processo de gramaticalização envolve mudança na língua, mas nem toda mudança envolve gramaticalização.

Qualquer análise que seja embasada teoricamente pelo viés da variação precisa explicitar em minúcias os passos percorridos e todo o trajeto metodológico que foi previsto para a análise. Dessa forma, amparada pela sociolinguística de orientação laboviana, apresento no próximo capítulo os procedimentos metodológicos que selecionei para a análise dos dados.

Não há só um método para se estudar as coisas
(Aristóteles)

oda pesquisa que trabalhe com variação deve contar, necessariamente, com o apoio de análises quantitativas, que permitirão ao pesquisador delinear a sistematicidade da alternância de usos entre elementos lingüísticos. A Sociolingüística de orientação laboviana surge como um aparato teórico-metodológico, auxiliando num trabalho minucioso que envolve a análise de grandes quantidades de dados produzidos por falantes reais, em situações reais de uso da língua.

Segundo Guy e Zilles (2007), as análises quantitativas apresentam três fases principais, a saber: (i) coleta de dados; (ii) redução e apresentação de dados; (iii) interpretação e explicação de dados. Basicamente, na fase (i), as ocorrências são selecionadas para a amostra e, nesse momento, devemos tomar o cuidado de não enviesarmos o procedimento a ponto de a variação estudada ser potencialmente afetada. Em (ii) os dados são organizados para que a tarefa de análise e compreensão dos mesmos seja viável e, assim, sejam identificados tendências e padrões gerais. Por fim, em (iii), respondemos à pergunta: “O que esses números significam?” Embora a metodologia seja fundamental para a análise, as respostas a essa pergunta virão dos conhecimentos teóricos que o pesquisador tem sobre os fatos da língua. Dessa forma, o objetivo final de toda pesquisa variacionista, de base quantitativa, não é produzir números, muito embora isso seja um procedimento inerente a ela. A soma das etapas descritas acima busca testar hipóteses, comparar análises para, assim, identificar e explicar os fenômenos lingüísticos.

Nesta pesquisa, nos ocuparemos das fases (ii) e (iii), já que a coleta dos dados com uma seleção prévia de informantes, seguida de sua transcrição e digitação, já constitui uma etapa realizada pelo **VALPB** (Hora; Pedrosa, 2005).

Tendo se iniciado em 1993, o VALPB representa uma proposta de pesquisar a realidade lingüística de João Pessoa, objetivando traçar o perfil lingüístico, em nível fonético-fonológico e gramatical dos falantes, observando fatores estruturais e sociais

que interferem no uso da língua e estabelecer comparações, em nível regional e nacional, com estudos realizados, salientando as divergências dialetais e as semelhanças entre os falares.

Utilizando a técnica de amostra aleatória por área, foram selecionados 60 informantes, naturais de João Pessoa ou moradores da cidade desde os cinco anos de idade, que nunca tenham se ausentado dela por mais do que dois anos consecutivos. A partir destes critérios, foram selecionados os 60 informantes que comporiam a amostragem que constitui o *corpus* do VALPB, assim estratificada:

1) Sexo:

Masculino *30 informantes*

Feminino *30 informantes*

2) Faixa Etária:

15 a 25 anos *20 informantes*

26 a 49 anos *20 informantes*

mais de 50 anos *20 informantes*

3) Anos de escolarização:

Nenhum *12 informantes*

1 a 4 anos *12 informantes*

5 a 8 anos *12 informantes*

9 a 11 anos *12 informantes*

mais de 11 anos *12 informantes*

Na coleta dos dados, após a aplicação de uma ficha social, foi usada a entrevista como instrumento. Os dados resultantes foram transcritos e armazenados eletronicamente. Atualmente, o *corpus* do VALPB encontra-se publicado, podendo ser consultado pela comunidade científica interessada em analisar a língua em uso pela comunidade pessoense. De acordo com Hora e Pedrosa (2005), o conhecimento dos aspectos lingüísticos avaliados na comunidade de João Pessoa tem possibilitado efetuar comparações com outros dialetos brasileiros, permitindo avaliar teoricamente o funcionamento da Língua Portuguesa do Brasil, levando à reflexão sobre a

universalidade das restrições que caracterizam as línguas de uma maneira geral e também aquelas que são características de uma língua específica.

De acordo com os níveis de escolarização, o *corpus* fornecido pelo VALPB está seccionado em cinco volumes, e através da análise dos volumes 1, 3 e 5 obtive a constituição de minha amostra. Cada um destes cadernos corresponde a uma faixa de escolarização específica. Assim, o caderno 1 contém as entrevistas com informantes sem anos de escolarização; o caderno 3, as entrevistas dos informantes com 5 a 8 anos de escolaridade; e o caderno 5, as entrevistas com informantes com mais de 11 anos de escolarização. Minha opção se deu por acreditar, embasada em outros estudos já realizados com o material do VALPB, que esses níveis apontam para uma distribuição geral dos dados, e que os níveis intermediários (1 a 4 e 9 a 11 anos de escolarização) não apresentam diferenças significativas.

5.1 A constituição da amostra

Para constituir nossa amostra, seguimos estas etapas:

1. uma leitura e um levantamento manual das entrevistas para selecionar as ocorrências de *me*, *te*, *se* e *nos* como complementos de verbo;
2. uma seleção das ocorrências dos contextos de apagamento de *me*, *te*, *se* e *nos* como complementos de verbo;
3. uma divisão dos dados em funções distintas, de acordo com os contextos sintáticos em que ocorreram.

Num primeiro momento, optei por utilizar a ferramenta *Localizar* do *Microsoft Word*, em que o próprio programa “acha” a forma desejada. Ingenuamente, não havia atentado para o fato de que tão importantes quanto as ocorrências “visíveis” na constituição da amostra eram também os contextos de apagamento, e uma seleção automática deles seria improvável. Então, deixei esses dados em “Quarentena” e parti para um levantamento manual dos mesmos.

Em pesquisa anterior (Mello, 2005), também trabalhei com uma amostra retirada do VALPB, mas de forma bastante resumida. Fiquei limitada ao levantamento do *se* e a seus contextos de ocorrências. Não confrontei com os contextos de apagamento, nem com as demais pessoas, de modo que a análise ficou bastante restrita. Agora, busquei ampliar a amostra, rastreando ora os contextos de presença ora os de ausência dos clíticos para testar outras e novas hipóteses, e chegar, assim, a outras e novas conclusões. Esclareço, contudo, que alguns exemplos das variáveis *colocação pronominal, tipos de discurso, traços semântico-pragmáticos do verbo, sexo, faixa etária e anos de escolarização* foram reaproveitados de minha dissertação de mestrado (Mello, 2005).

5.2 A codificação das ocorrências

Nesta pesquisa, optamos por analisar os dados amparando-nos pelo tratamento estatístico fornecido pela Sociolinguística Variacionista (Cf. Labov, 1972). Como consequência natural, estaremos expostos a números, cálculos e porcentagens, a um controle sistemático de fatores que nos auxiliam a examinar a variação estruturada, governada por regras, no uso da língua (Guy e Zilles, 2007, p.48).

Esse tratamento estatístico é feito mediante o controle de fatores de ordem linguística e também social. Eles permitem que o pesquisador verifique quais ambientes são mais favoráveis a taxas mais altas ou mais baixas de ocorrências do fenômeno, e assim verifique como o encaixamento linguístico e social se relaciona com a variação e a mudança na língua.

A pesquisa que desenvolve uma análise variacionista jamais poderia controlar seus fatores de forma categórica. Necessariamente, ela trabalha com tendências, com direções de forças distintas que se entrecruzam e agem em diferentes direções. Para isso, conta com as variáveis – linguísticas e sociais – que indicarão o que funciona como elemento restritivo ou elemento favorecedor que influenciam a variabilidade do fenômeno em análise. Para o estudo da gramaticalização do *se*, estruturamos nossas

variáveis em 1 dependente e 11 independentes, 8 linguísticas e 3 sociais, conforme veremos a seguir:

5.2.1 A Variável Dependente

Nossa variável dependente, binária, é a relação presença/ausência dos clíticos *me*, *te*, *se* e *nos* nas sentenças em que se esperaria o aparecimento do clítico devido a especificações lexicais do próprio verbo, como em (227) e (228) ou em função de contextos sintáticos favorecedores, como em (229) e (230).

(227) *I* Só agora é que despertamos e tamos cuidando de preservar e o que o que existia recuperar muita coisa muita coisa é (gaguejo) irrecuperável, né? Mas até num sei {inint} é falta de programa de governo, [o] problema, também é social, educativo. Mas eu acho que vai se chegar lá. Cum cum cum o despertar que tá havendo atualmente, né, que do jeito que ia tava se o homem [tava cavan] tava cavanoo um buraco [pra ele se] pra ele mesmo se enterrar, né? (VALPB – LGP – M – 5).*

(228) *I* Já, já discuti, (hes) no primeiro ano, assim, uma discussão feia com o professoø de matemática, né? e: na sala de aula já algumas vezes [com]- com alguns colegas de turma, mays nada assim muito grave. Aqui na univeøsidade já cheguei a discutiø também, (hes) aqui na univeøsidade foi [com a]- uma professora, (risos F) ela: (hes) cobrava o que não ensinava, pedia, né? ou senão comentava: “Olha eu eu passei eu dei essa matéria e aí eu quero que vocêys (hes) façam um trabalho sobre ela, uma veyz que ela foi dada e tudo mais, e aí eu cheguei pra ela certa veyz e disse que não, que ela num tinha dado nenhuma matéria, que ela podia teø feito isso noutra turma, mays na nossa não, né? e **ela sentiu** assim desafiada, sei lá o quê, e ficou insistinøo dizenøo que tinha dado, dizenøo inclusive que tinha um trabalho meu sobre a matéria. E eu fiquei com medo, né? (VALPB – VDN – F – 5).*

(229) *I* Eu trato uma hora bem, outra hora trato muito a:gressiva com eles. Tem hora que eu sou muito agressiva, chamo muito nome, bato, mays tem hora, na mehma hora **me arrependo**, aí, abraço, beijo, porque Deus vê isso que eu faço isso, Deus vê que eu: eu sou muito agressiva com eles tem horas que eu sou, mays tem hora, mays dentro de mim, eu amo muito meus filhoø, sabe? (VALPB – IMS – F – 1).*

(230) *E* A senhora acha que a melhor saída é o suicídio?*

F Que nada, não vai resolver o problema não.*

I De modo nenhum.*

F Não vai resolver não, porque se é um problema que você tem você leva com ele, você não resolveu nada, e quem fica, vê-se pela situação pior de que aquela que cometeu suicídio porque se for um problema dela, que você <em vê> que você tivesse conversado, aí tenta- tentava resolver, conversando né isso? *Aí o pessoal faz um,*

*deixa um- uma carta- por isso ou por aquilo que **suicidou** aí vai deixar problema pra outra pessoa.* (VALPB – MJC – F – 3).

5.2.2 As Variáveis Independentes

Nossas variáveis independentes estão divididas em lingüísticas e sociais. Oito fazem parte do primeiro grupo e três compõem o segundo. Para cada uma das 11 variáveis formulamos alguma hipótese ou pelo menos alguma expectativa a respeito dos possíveis efeitos que elas causam sobre a variável dependente, e através delas procuraremos testar possíveis explicações para a gramaticalização do *se* na fala de João Pessoa.

5.2.2.1 Variáveis Lingüísticas

Após alguns olhares iniciais, selecionamos como variáveis lingüísticas os 8 grupos de fatores que apresentaremos a seguir:

5.2.2.1.1 Tipos de Pronome

Para definirmos os fatores deste primeiro grupo, nos baseamos no trabalho de Nunes (1995), em que o autor busca aferir o apagamento dos clíticos anafóricos no Português do Brasil. Para isso, ele distingue várias classes de *ses*, a saber: *reflexivo*, *recíproco*, *inerente*, *apassivador*, *indeterminador*, *ergativo* e *enfático*.

O que buscamos verificar com esta variável é se um clítico, numa dada função específica, exerce mais ou menos influência na escolha da presença ou da ausência do clítico na sentença.

É uma variável que se relaciona, portanto, com a hipótese que busca testar qual relação existe, se existe, entre a função de cada classe de clíticos e uma maior probabilidade de sua ausência. Abaixo, exemplos de ocorrências em cada uma das classes que utilizamos para verificar a gramaticalização do *se*:

Reflexivo:

(231) *E* E você confia nessas campanhas?*

I Confio confio, porque eu acho que a que o alimento que eu [di] que eu dei a pessoa eu acho que foi uma pessoa de confiança. Espero que eles recebam e se alimente bem. (VALPB – GSF – F – 3).*

Recíproco:

(232) *E* O que você acha do relacionamento amorosos atuais, dos relacionamentos amorosos?*

I Muito inseguros, (hes) como eu posso dizer? Um um relacionamento que um não se comunica com o outro direito, um não é [compreend-] não tem compreensão, não tem fidelidade, não tem diálogo. (VALPB – PAM – F – 5).*

Inerente:

(233) *E* E como você vê a violência no esporte em geral hoje em dia?*

I É: inevitável, porque: + quando, <outro dia> quando eu tô jogando assim, às vezes, + cum a pressa de de ganha, faz uma jogada perigosa, né? Aí se torna violentos, mays tem muitos que: + devia são punidos que são muito violentos, machuca mesmo. (VALPB – AFD – M – 1).*

Apassivador:

(234) *E* Como a senhora acha que seria sua vida se tivesse sido criada por seu pai?*

I Eu acho que minha vida tinha sido melhor com papai e mamãe n'era? Mais me criei assim pelas cozinha dos outro -- e hoje ainda vivo trabalhar. Vivo na minha casa esta certo, sossegada, porque estou na minha casa, may eu continuo trabalhar, porque o <que eu -> a minha pensão não da pra viver --- pra manter meus filho. (VALPB – JRM – F – 1).*

Indeterminador:

(235) *E* O que você acha, Vaneide, da importância que se dá ao dinheiro?*

I Acho que eu vou me declara uma capitalista, agora (risos F) capitalista selvagem, eu acho que que é inegável a importância do dinheiro, não é só pra roupa, não é só pra comida, sabe? (VALPB – VDN – F – 5)*

Ergativo:

(236) *E* Só um pouquinho pra eu saber qual é. Você costuma ouvir rádio?*

I Né a gente acostuma (gag.), que dizer, a gente acostumava muito de dormi cum: <a gente> se acostumei muito de dormi cum o rádio a noite todinha:, mays como lá*

paga energia e a gente num pode ajuda0, assim, p0a paga0 que já quem paga é a minha cunhada: aí, a gente foi e mandou lá a gente entregou o rádio. (VALPB – MHS – F – 1).

Enfático:

(237) *I* Mãe aqui perto: - “Tá na hora de entra0, viu? Tá na hora de entra0.” E eu: - “Tá certo!” Aí quando ela vinha busca0 era debaixo de pau. - “Eu num já disse a você que era p0a entra0.” Eu digo: - “Disse, mays a gente tava brincando aqui, mesmo em frente de casa.” Ela disse: - “Eu num quero você brincan0o com home0 não.” {inint} Aí **foi se** embora. Aí quando era no ôit0o dia a gente brincava do mesmo jeito.* (VALPB – MHS – F – 1).

5.2.2.1.2 Pessoa pronominal dos clíticos

Diferentemente do caminho seguido em Mello (2005), nesta pesquisa selecionamos, além de *se*, os pronomes *me*, *te* e *nos* para verificar qual dos clíticos tem maior tendência ao apagamento.

Codificamos tanto as ocorrências em que o verbo concorda com o pronome, quanto as ocorrências em que tal combinação não é feita, como em:

(238) *I* Briguei.*

E Como foi?*

I Foi porque essa menina + num gostava de mim, ela me odiava + ela me odiava muito; e ela fazia tudo pra puxa0 com pra puxar encrenca comigo, e eu [fi] ficava, mandava ela para0 que num queria arruma0 encrenca, mays ela insistia e um dia desse eu peguei ela e quando eu peguei ela **a gente se inrolou** no chão, puxou cabelo de uma, deru tapa; a sorte que vinha a professora e apartiu a gente .* (VALPB – GSF – F – 3).

(239) *I* São, são duas, é professora Lourdinha e professora Carminha.*

E Como eram elas?*

I Era pessoa bacana, **elas se davam**, elas gostavam muito de mim, até os outros alunos diziam, diziam até assim: “É a senhora só gosta mais de Luzinaldo, num sei por quê!” . Ela chegava, dava, quando chegava me abraçava, dava um beijo em mim, tudinho. Aí os alunos sentiam ciúme.* (VALPB – LGP – M – 3).

(240) *E* Conte um acontecimento triste da sua infância.*

I Triste?*

E Hum, hum.*

I Foi quando uma vizinha da gente foi vigia0 a gente na na esquina, sabe? Que ela tinha inveja, que a gente era pobre, may0 mainha sempre arrumava, né? essas lavage0*

de rôpa, pøa compøaø as coisaø boa pøa gente. Aí essas meninaø foi e se juntou lá na esquina, aí quando ia passando eu, minha irmã e meu irmão, elas pegaru a gente, mayø deru tanto na gente, quebraru [ess], lembra da minha boneca que eu falei? (VALPB – MLS – F – 1).

Mesmo que o enfoque na tese seja no clítico *se*, a opção por selecionar as outras pessoas pronominais se justifica por alguns motivos. Primeiro, como apontei na Introdução, o *se* apresenta algumas especificidades semânticas e morfossintáticas que são bem visualizadas quando ele é comparado aos demais pronomes. Além disso, como foi elaborada uma matriz sintático-semântica²³ dos verbos presentes no *corpus*, era necessário selecionar todas as construções pronominais para traçar um perfil mais ou menos geral do processo de pronominalização verbal, e isso poderia incluir construções com outros pronomes que não o de terceira pessoa.

5.2.2.1.3 Colocação do clítico na sentença

Um dos pontos mais visíveis na diferenciação entre o português europeu e o português do Brasil é o da colocação pronominal. Enquanto os europeus usam a ênclise como a principal forma de colocação, os brasileiros escolhem a próclise:

(241) *As crianças me deixam exausto* (PB)

(242) *As crianças deixam-me exausto* (PE)

(243) **As crianças me deixam exausto* (PE)

(244) *Pedro se esqueceu de suas tarefas* (PB)

(245) *Pedro esqueceu-se de suas tarefas* (PE)

(246) **Pedro se esqueceu de suas tarefas* (PE)

É como afirma Said Ali (1964, p.279): “A pronúncia brasileira diversifica da lusitana; daí resulta que a colocação pronominal em nosso falar espontâneo não coincide perfeitamente com o falar dos portugueses”.

23 Ver 5.3 adiante.

É consensual nos estudos que envolvem clíticos a preferência do uso proclítico no português brasileiro (Cf. Galves, 1996; Pagotto, 1992; Nunes, 1996) e esse é, segundo os autores, um dos aspectos mais patentes da emergência da gramática do português do Brasil.

Quando selecionamos esta variável, tínhamos a intenção de confirmar, estatisticamente, o que muitos dos estudos anteriores já haviam atestado também. Assim, acatamos como fatores desse grupo a ênclise, a próclise, a próclise em locuções e o redobro do clítico, conforme em:

(247) *Agora, quando eu levantava a voz ela já sabia que tava errado e num fazia mais não, porque num dava certo é, embora nunca dei uma surra num nunca, mais também num brincasse não que ali era só vera. *Principalmente quando eu fiquei viúva, fiquei aperreada, porque (gaguejo) só tinha uma casada o resto tudo solteiro, né? *Aí, [ó-], eu disse: “*tenho que tocar o o barco pra frente pra nenhum **se destrui0**”, né? (VALPB - IFS – F - 3).*

(248) *Botei o macaco, levantei a roda, aí mandei os menino0 rodar a roda. Eu digo: “Roda a roda aí, menino. Viuu Viuu! Aí, entrei pa dentro, aí na segunda, aí o bicho pool! O caba olhou assim, aí o caba **encabulô-se**, aí fomo0 pa casa do home0, chegô lá entregô a chave. Aí, o caba disse: “Seu Antonio, o que foi que houve?” Eu digo: “[Oxente, o carro] paremo0 lá na Catedral e o carro estancou e ele ficô aperriado aí, eu fui e virei o carro, suspendi o carro no macaco, rodei a roda, virei o carro, ele **encabulô-se**” (VALPB - AJM – M - 3).*

(249) *Deus é a coisa mais bonita, mais suprema que pode existir. Se num existisse Deus talvez esse mundo seria um caos como realmente **tá se transformando**. Mas Ele pra mim ainda é a coisa mais mais esperançosa pra resolver o problema [de] desse desse mundo (VALPB - WL – M – 5)).*

(250) *Ela ela era casada e <tin-> e ele era amante dela:, então ela **se apaixonou-se** por ele: e ela num gostava do marido dela mesmo não. Ela **se apaixonou-se** por ele. Ela: rica e ele pobre. Ele tinha uma: esse rapaz amante dela tinha um: a vó dele era parece que era feiticeira:, ele feyz um rosário pra ela, ela feyz um rosário pra ele pra ele num se pegar a mulher nenhuma, aí ele **se apaixonou-se** por ela + e ela:, a vó dele: pegou (hes.) condenou ela, sabe? num queria, num aceitou, e foru embora eles dois. + Foru pra um um canto muito deserto pra uma ilha:, aí ele {inint.}, ela se <apo-> a vó dele **se apossou-se** de um de um de outro neto dela pra fazer a mesma coisa que ele que ela feyz com ele, sabe? , porque ela num queria que ele **se apaixonasse** por ninguém e ele **se apaixonou-se** por ela (VALPB - IMS – F - 1).*

5.2.2.1.4 Pessoas verbais

Os fatores que fazem parte deste grupo buscam atestar se o apagamento do clítico está diretamente relacionado, ou ao menos favorecido, por determinada desinência verbal de número e de pessoa.

Poderíamos nomear esta variável como “pessoa verbal”, mas a possibilidade de ocorrências como *tu sabe* e *tu sabes*, por exemplo, indicam que, com o pronome *tu*, acontecem tanto a segunda pessoa como a terceira (Cf. Illari *et alii*, 1996). Segundo Menon (1995), é impossível que tenhamos um pronome de 2ª pessoa ocorrendo com um verbo de 3ª. Caso isso acontecesse, necessariamente haveria de ser alterada a regra da concordância em português: o verbo concorda em número e pessoa com o pronome. O que ocorre é um pronome de 2ª pessoa com um verbo também de 2ª pessoa, sem a marca da concordância. Assim, são esses contextos de pessoas verbais que serão controlados nesta variável para verificarmos quais deles são mais sensíveis ao apagamento.

(251) E* *Como sua mãe criou você?*

I* *Com meus doze anoø vim pra aqui e aqui eu fiquei. Quando cheguei aqui pra + procurar meu estudo, minha mãe me botou de casa pra fora pra mim trabalhar, então passava ordeø nas pessoaø pra mim não estudar, num sair de casa, num tinha condiçõeø de studiaø. + Até o tempo que eu: me arrumei uma pessoa minha mãe me: **me casei**, né? e hoje tô aqui.* (VALPB – IMS – F – 1).

(252) E* *O que aconteceu com o seu pai?*

I* *Meu pai morreu.*

E* *Como foi?*

I* *Ele morreu de repente, assim, né? Começou a ficaø doente e de repente morreu. Ele morreu: de uma doença. Pode dizer, pode? Ele morreu de uma <doen->, morreu de tuberculose, + quer dizer, né? Disseru, porque: ele buliu com uma moça e **num casou** com ela, então buliu com a outra, aí:: dizi que fizeru um negócio pra ele, ele morreu e de <re-> de <re-> e realmente ele morreu de repente.* (VALPB – IMS – F – 1).

5.2.2.1.5 Transitividade do verbo

Mattos e Silva (1996), ao tratar das predicções do verbo, assume que o predicado intransitivo exige apenas um argumento, realizado pelo SN que funciona sintaticamente como o sujeito da frase. Já o predicado transitivo, além do SN expresso

pelo sujeito da oração, pode exigir também pelo menos mais um argumento, expresso por outro sintagma nominal ou um sintagma preposicionado que o complementa.

Nossa intenção com este grupo de fatores é verificar se os contextos de intransitividade favorecem o apagamento dos clíticos, conforme em:

(253) *Se Deus num tiveø compaixão, minha filha, a violência acho que não vai **se acabar** nunca. Abasta esse negócio de funk, (hes.) e:sse som, essas coisaø que parte daí, já parte daí, né?* (VALPB – IMS – F – 1).

(254) *I* mays Deus foi muito bom, + graças a Deus também que eu num fiz, ele foi a pessoa, perguntou a pessoa disse jamais que tinha feito isso comigo, porque um uma um senhor de idade, na casa dele, jamais ia fazer isso comigo. Então foi essa situação que eu **me vi**, eu vi assim, eu vou morreø.* (VALPB – IMS – F – 1).

(255) *I* Como eu avalio? Bem, eu avalio... Eu acho que esses ritmos que apareceram agora, acho que são são essenciais para para as pessoas porque é um ritmo que que se que as pessoas **se tornam** mais alegres, seja em que em que em que ambiente foø, elas tem não tem a timidez de dançarø.* (VALPB – PAM – F – 5).

5.2.2.1.6 Traços semântico-pragmáticos do verbo

Os traços semântico-pragmáticos que os verbos apresentam possibilitam que sejam organizados hierarquicamente. Schlesinger (1995) considera, em especial, o **grau de atividade** que os verbos indicam, baseando-se na proposta de classificação elaborada por Quirk *et. alii* (1972), que distinguem sete tipos, considerando também o grau de atividade exibido por cada um: *atividade, momentâneo, evento transitório, processo, cognição e percepção inerte, relacional, sensação corpórea*. Schlesinger modifica essa proposta de classificação e subdivide três das categorias acima, além de acrescentar mais uma a elas. Assim, verbos de *atividade* se desdobram em verbos de *atividade específica* e em verbos de *atividade difusa*, que, diferentemente dos primeiros, não evocam uma imagem relativamente específica. Os verbos de *evento transitório* se subdividem, revelando uma graduação e um contínuo quanto ao traço de atividade: verbos de *eventos transitórios intencionais*, que ressaltam a relação entre um sujeito e um lugar, e verbos de *eventos transitórios não intencionais*, que se referem a ações não intencionais.

Os verbos de *cognição* e *percepção inerte* dão origem a verbos de *estímulo mental*, em que o sujeito da oração é o estímulo da experiência mental de outra pessoa; e a verbos de *experimentação mental*, em que o sujeito da oração é o próprio experienciador. O autor acrescenta, ainda, a categoria *instância*, que abarca os verbos que indicam posição corporal estática.

A propriedade que distingue os tipos de verbo entre si – a atividade – é a responsável pela organização hierárquica da lista dos traços: as classes mais altas da lista se referem aos verbos cujo sujeito está envolvido mais efetivamente em uma atividade, e as classes mais baixas são as de verbos que exprimem pouca atividade. Dessa forma, quanto mais alta for a posição do verbo na escala, maior será a atividade envolvida, e, por outro lado, quanto mais baixa for a posição do verbo na escala, menor será o grau de atividade que pode ser atribuído ao sujeito.

Tavares (2003, p. 232-238) também se utiliza da proposta de classificação feita por Schlesinger e estabelece, ainda, mais duas subdivisões nas classes sugeridas pelo autor e acrescenta dois tipos de verbos, que apresentam o traço de atividade nulo: dos verbos de *atividade específica*, a autora distingue os verbos *dicendi* (como *contar* e *confessar*), e dos verbos de *experimentação mental*, a autora distingue os verbos de *atenuação* (como *achar* e *pensar*, por exemplo), que revelam um certo distanciamento por parte do falante em relação àquilo que diz ou uma suavização de sua opinião a respeito de certo tema. Segundo a autora, esses verbos parecem envolver um grau de atividade ainda menor que os de *experimentação mental*, já que se relacionam mais ao modo de dizer do que efetivamente ao que é dito. Por fim, Tavares acrescenta, no final da hierarquia, os verbos de *existência* e os verbos de *estado*, destituídos do traço de atividade. Como resultado final, surgiu a seguinte escala com quinze traços verbais enumerados de acordo com o critério de atividade decrescente:

1. Momentâneo → refere-se à atividade repentina, de curta duração:
<i>saltar, chutar, bater, derrubar, golpear, quebrar</i> (+ intencional)
2. Atividade Específica → evoca uma imagem específica:
<i>escrever, jogar, beber, desenhar, nadar, andar, sorrir</i>
3. Dicendi → verbos de dizer, geralmente precedem citação ou discurso direto
<i>dizer, falar, responder, ordenar, perguntar</i>

4. Atividade Difusa → não evoca uma imagem específica
<i>aposentar-se, trabalhar, aprender, mendigar</i>
5. Instância → posição corporal estática
<i>deitar(-se), recostar(-se), sentar(-se), pousar(-se), reclinar(-se)</i>
6. Estímulo Mental → o sujeito da oração é o estímulo da experiência mental de outrem
<i>impressionar, agradar, surpreender, assustar, espantar, aborrecer</i>
7. Evento Transitório Intencional → indica se o sujeito permanece em certo lugar
<i>permanecer, residir, situar, estar (em um lugar)</i>
8. Evento Transitório Não-Intencional → refere-se a ações não volitivas
<i>morrer, cair, desmaiar, adormecer, acordar, quebrar (-volitivo)</i>
9. Processo → mudança não intencional sofrida por um corpo (+/- animado)
<i>deteriorar, crescer, amadurecer, transformar, ferver, congelar</i>
10. Experimentação Mental → o sujeito da oração é o experienciador
<i>adorar, odiar, desejar, pensar, lembrar, entender</i>
11. Atenuação → distanciamento ou suavização da opinião
<i>achar, pensar</i>
12. Relacional → representa relações assinaladas pelos homens em seu processo de percepção da realidade: identidade, analogia, comparação, posse, causa, finalidade, consequência, etc.
<i>depende de, merecer, precisar, servir como, assemelhar-se, causar, igualar, ter (posse), determinar, faltar (algo), errar, resultar de/em, relacionar-se com, custar</i>
13. Sensação Corporal → sensação física
<i>Machuca(se), doer, ferir(se), sentir, sofrer</i>
14. Existência
<i>ter, haver, existir</i>
15. Estado
<i>ser, estar, parecer, ter (olhos azuis)</i>

Quadro 8: Traços semântico-pragmáticos dos verbos (Adaptado de Tavares, 2003, p.237-238)

Dentre os quinze traços verbais relacionados acima, não adotamos o rótulo *estímulo mental*, caracterizado pelo fato de o sujeito da oração ser o estímulo para a experiência mental de uma outra pessoa, como em:

(256) *Lucas assustou Carla*²⁴.

Não porque não apareçam verbos como *assustar, preocupar, espantar* em nossos dados. Ao contrário, eles aparecem e em grande escala, mas não com um sujeito que é o

²⁴ Exemplo de minha autoria.

estímulo para a experiência de outro. Já que estamos falando em reflexividade, o sujeito, a princípio, deve ser sempre o experienciador e o estímulo mental recai nele próprio, não passando para uma nova pessoa. Daí que os verbos desse tipo estão incluídos no grupo daqueles de *experimentação mental*.

Os traços verbais são grandes indicativos dos próprios traços semântico-pragmáticos envolvidos numa oração como um todo. Daí a importância de analisá-los quando da observação do comportamento do pronome reflexivo. A ocorrência de verbos com traços de alta atividade (*momentâneo* e *atividade específica*, por exemplo) sugere que a informação apresentada em forma de oração está organizada com base em tais traços. Possivelmente há um sujeito envolvido intencionalmente em alguma atividade. Na contraparte, os verbos com grau mais baixo de atividade ou até mesmo destituídos de tal traço (*existência* e *estado*, por exemplo) sugerem que a informação é apresentada em uma oração com sujeito não-intencional, sem ação alguma (Cf. Tavares, 2003, p. 235). A hipótese, então, é a de que cada uma das classes de *se* tem seu aparecimento favorecido em algum desses contextos.

Os tipos de verbo que estão dispostos nas posições mais altas na escala de atividade são *momentâneo*, *atividade específica* e *dicendi*, tomados em conjunto como um grupo chamado ATIVIDADE 1. Tais verbos referem-se a ações físicas intencionais executadas com o corpo, envolvendo um ser físico que age no mundo.

(257) *Aí disse: “É elas por elas, é você dando em mim e eu dando em você!” Aí segurei uma na mão, puxei outra e segurei ela no pé aí quando eu entrei dentro do ônibus, aí passei na roleta: “Vai me pagar ou não vai?” “Pago não”. Aí ele disse assim: “Quando chegar lá no Mercado Central, vou cortar você de gilete. Eu vou lhe cortar”. Aí eu cum medo danado, aí eu passei pra frente, quando chegar no Bompreço ou eu ou ele vai **se descer**. Infelizmente quando eu cheguei no Bompreço, eu olhei, ele já não tava mais. Já tinha **se descido**. Aí me passei bem* (VALPB IMS-3NF)²⁵.

(258) *Eu peguei [a]- a corda, a [co-] a manguêra e coloquei no meu pescoço na man-na+ bananêra e tentei levanta0 meus pes. Eu acho qui esse negócio da morte vem atraveys da minha tia, porque minha tia **se inforcô**, aí eu penso muito nela; + quando é*

25 Os exemplos retirados dos arquivos do VALPB, concernentes à relação entre os traços semântico-pragmáticos do verbo e os níveis de reflexividade, estão arrumados em pares referentes a cada um dos tipos de verbo presentes nos grupos de atividade. Assim, o par 237/238 apresenta exemplos de verbos com o traço [momentâneo]; o par 239/240 com o traço [atividade específica]; e assim sucessivamente.

mutivo de raiva eu penso logo im me mata0; eu já cortei [meus] meu braço, uma veyz na casa dele, também raiva dele. Aí minha mãe, purisso qui minha mãe proibiu eu de namora0 cum ele, porque só + só acontece + coisas ruim (VALPB/MLT – 1GF).

(259) *Eu conheci minha esposa numa brincadeira de carnaval. Aí começamos **se namorar**, lá vai, passamo0 muito tempo namoran0o. Sei que demorei uns oito ano0. Passou uns oito ano0 a gente **se namoran0o** {inint} com ela, né? Ela viu que num tinha jeito, aí pegou os meus documento0 e levou :: {inint}pro cartório. Levou pro cartório, o jeito que tem quando eu cheguei: “Ó aqui pra você ir pagar. A entrada do casamento. Tô deitan0o pra você pagar, já paguei a entrada agora você paga o resto”.(risos) Aí o jeito que teve {inint} que eu também tinha muita amizade nela, né? Já era de maior também, aí nos casasemo. Mas graças a Deus vivo feliz (VALPB/ACS – 3NM).*

(260) *A gente num manda no coração. Coração : ele é quem resolve, né? A pessoa às vezes diz: “Não, eu quero me casa0 com um homem assim bonito, cheio do dinhêro”, acaba a pessoa se [ca] **se casan0o** com um pobre feio, neg0o, do cabelo ruim... Tinha um cara, eu já lhe falei já; num sei se você se lembra, que me pediu em casamento. Eu num falei? Aí eu disse não; já que eu quero trabalha0, quero ganha0 um dinheirinho, aí eu num vou faze0 as contrariedade0 lá p0a minha patroa, né? May0 também num apareceu ninguém interessante. Só aparece uns neg0o pé-rapado e de pé-rapado já basta eu. Quero ninguém mais pob0e do que eu, não; já basta eu mesmo. Um dia aparece, né? Todo mundo num **se casa!** (VALPB/MLS – 1NF)*

(261) *Vivo cum um home0 casado também. Noys todo0 os dois casado0. Eu num confessei mais. Num adianta eu pegar um hoxtia e [bo] e e pecar inda mais? Não. Só quando um agente ou um outo morrer, e se puder se casar de novo. Mai pra mim **se confessar**, num posso, + nem comungar, qu’eu sou junta, vivo no pecado, como é qu’eu posso comungar? Vou a missa né? Pidir a Deus, qui Deus me perdoe os meus pecado0, mais pra comungar, eu num posso comungar (VALPB/JRM – 3NF).*

(262) *E* O que você acha do relacionamento amorosos atuais, dos relacionamentos amorosos?*

I Muito inseguros, (hes) como eu posso dize0? Um um relacionamento que um não **se comunica** com o outro direito, um não é [compreend-] não tem compreensão, não tem fidelidade, não tem diálogo (VALPB/PAM – 1UF).*

No grupo de ATIVIDADE 2 estão os verbos de *atividade difusa* e *instância*, com uma taxa de atividade menor que a taxa dos verbos do grupo ATIVIDADE 1. Assim como os verbos de atividade específica, os de atividade difusa também envolvem ações físicas intencionais executadas por um sujeito, mas de uma forma mais amena, evidenciando um grau menor de movimento físico no mundo.

(263) *É, já vai **se aposenta0** já faiz muito tempo. *Ela tá doidinha, disse que num agüenta mais não. *Tá cansada já. Eu num sei cum quantos ano0 se aposenta. Eu num sei se é vinte e dois ou é mais de vinte. Eu num sei quantos ano0. Já faiz muito tempo que ela já vai **se aposentar**, né? (VALPB/GPS – 3GF).*

(264) *Eu tento eu tento é é me divertir, sair {inint} Até shows continuo indo, né? Cum minha namorada. Mays quando tem alguma coisa pra fazer, né? De ajeitar lavar casa, ajeitar casa, ou até mesmo o carro assim. Se for pra ajeitar ou casa, carro. Então, primeiro os deveres, né? Depois as diversão. Pra mim é importante **se divertir**, né? Você tem praticamente dois dia0 da semana. Tem gente que só tem um dia, mas é importante a pessoa ter **se divertir**. Tem que ter reservar uma hora uma hora pra **se divertir**, né só trabalhar. É importante divertimento (VALPB/ALA – 2UM).*

(265) *Acordo de manhã mais tá vexada, acordo de manhã, tomo meu banho, tomo meu café, me sento ali na cadeira e fico passeando daqui pra lá, pedindo pra fazer alguma coisa e [Genil-]: “*Vá **se sentar**, mamãe, que a senhora num tem o que fazer não. *Vá ali senta.” *E eu fico pra lá e pra cá, pra lá e pra cá. *Vou no portão, às veze0 vou na [ca-] da minha irmã que mora aí perto e venho (VALPB/GPS – 3GF).*

(266) *Ela ela mesmo feyz a lavagem em casa, num me deixou mais comer nada assim, disse assim: “Quando for + você fica toman0o só leite se você quise0, sentir fome você toma suco, só isso mesmo, e se as dor0 aumentar0 você me chama”. Ela **se deitou**, aí chegou um pessoal de Campina lá em casa, né? Que: fazia muitos ano0 que num tinha ido lá em casa, chegou lá em casa, aí começou a conversar e lá vai, começou a conversar cum ela, né? (VALPB/RAM – 2GF).*

Transitório intencional, transitório não-intencional e processo são os verbos que fazem parte do grupo ATIVIDADE 3 e estão organizados em uma linha que vai da perda de movimento e fixidez em um ponto no mundo, porém com a manutenção da intencionalidade até a perda da mobilidade e também da intencionalidade, gerando ações não-intencionais e até mesmo passando a sofrer a ação de processos físicos.

(267) *Tenho tudo, tenho [essa] essa casa, que é uma casa regular, casa mais ou menos, de pobre, mas uma [casa] casa que dá pra **se morar**, né? Casa que tem tudo que eu quero. Tenho + casa na praia, {inint}da praia, tenho [até] até meu {inint} no cemitério, já tenho. {inint} se eu morrer hoje, deixo minha mulher muito bem de vida, {inint} [num tem] num tem cum que me preocupar não, né? (VALPB/LGP – 3UM).*

(268) *E* E por que vocês vieram pra esse bairro?
I* Porque a gente morava lá e: a gente não gostava muito de lá não que a gente briga muito por causa do bar que ele ia né? Que bebia muito né? Aí então a gente queria **se afasta0** mais um pouco de lá, aí eu fui e inventei de compra0 essa casa aqui. A gente tava separado e: no dia que a gente vei0, volto0 + pra cá (VALPB/RAM – 2GF).*

(269) *Quando foi uma uma vez deu uma dor que eu num agüentava mais peguei a cabeça dele e fiquei “tuf, tuf, tuf” puxan0o os cabelo0 dele e nada dele **se acordar**. No outro dia quando ele acordou, ele disse, eu disse: “Eu tô morren0o de sono.” Ele disse: “Oxe passou a noite fazen0o o quê?” Digo: “Passei a noite pra lá e pra cá no corredor morren0o de dor e tu num saísse do canto.” Ele disse: “Foi mehmo, foi?” Eu disse: “Foi.” Ele disse: “Mays rapay0, por que tu num me acordou?”- “Só se eu jogasse*

água quente em cima de tu”, eu disse brincan0o, né? “Pra ver se tu acordava porque num tinha mais jeito de tu **se acordar**.” (VALPB/RAM – 2GF).

(270) *Disseru, porque: ele buliu com uma moça e num casou com ela, então buliu com a outra, aí:: dizi que fizeru um negócio pra ele, ele morreu e de <re-> de <re-> e realmente ele morreu de repente. Doi0 mese0 ele **acabou-se** o homem, morreu. Mays eu num <ti-> tinha intimidade com ele não, eu num fui criada com ele não, então quando ele: eu gostava muito dele seja assim, mesmo assim sem ele me quere0, num sabe?* (VALPB/IMS – 1NM).

(271) *E ali ele ficava, quando eu me quando eu me aproximava p0a pega0 ele estirava a mão, quando eu ia pegar na mão dele ele ia embora, ficava como uma como uma lua bem grande; **se tornava** uma lua e eu querendo ver, mas eu só via o rosto dele. Quando eu olhei assim, que quando eu vi ele **se tornou-se** um passarinho, quando ele **se tornou-se** um passarinho, eu ficava, passarinho olhava pra mim e dizia uma coisa que eu não entendia.* (VALPB/GSF – 1GF).

(272) *E* Do que a senhora mais gosta na missa, a parte que a senhora mais gosta? I* É ali a parte da:: (hes.) da consagração, né? que é justamente quando o pão:: **se transforma** na na carne de de Deus, de Cristo, e os e o vinho **se transforma** no no Seu sangue* (VALPB/RCR – 3UF).

No grupo de ATIVIDADE 4, estão os verbos de *experimentação mental*, *atenuação* e *relacional*, que se referem a operações cognitivas complexas; assim como os verbos de *sensação corporal*. Os verbos de *experimentação mental* codificam as atividades mentais experimentadas pelos homens, intencionalmente ou não. Já os verbos de *atenuação* referem-se à relação do falante com o que diz, suavizando a própria opinião diante dos fatos. Os verbos *relacionais* representam as relações complexas que os seres humanos marcam em seu processo de percepção da realidade, como: comparação, posse, consequência, finalidade. Tais tipos de traços verbais podem ser intencionais ou não, mas não codificam nenhum tipo de ação física concreta no mundo. “Seu escopo de ação é a organização das relações mentais, do discurso humano e das relações através das quais o homem torna o mundo apreensível à mente” (Tavares, 2003, p. 237). Por fim, os verbos de *sensação corporal* se referem a sensações físicas, aquilo que o corpo sente, ou seja, o lado “físico” da mente.

(273) *Papel da + educação + eram + educação do jovem é: deviam havê0 bastante escolas mais pública0 prá + havê0 mais gentes estudan0o, o governo **se preocupar** a: mais ao ensino + e: **se preocupá0** mais cum o minore0 abandonado0 prá que não haja analfabetos na: no Brasil. Os principais pontos é o governo **se preocupa:0** em, em menó0 abandonado e: e fazê0 mais esses tipo0 que ele chama de Febem, empregá0 esses meninos e ao ensi: no, esses + prá num ficá0 analfabetos, pra num serem depois*

um mau elemen:to. É isso aí: + se preocupar mais com o ensino (VALPB/GHS – 1GM).

*(274) Ele um dia me chamou, e no Edifício sede do INPS, do INANPS hoje, ali na Barão de Abiaí, ele me chamou, frente uma placa comemorativa da construção do Edifício, perguntou: “Fulano, cê tá vendo essa placa aqui?” eu digo: “Estou, doutor Luismar. “Cê **lembra-se** que nós viemos aqui com o engenheiro de Pernambuco tirar o nível desse terreno, medir esse terreno, tudo, num tempo de chuva, onde era cercado com muita madeira aqui?”. Eu digo: “Me lembro (VALPB/ERG – 3GM).*

*(275) Po0 isso que eu me afastei um bom tempo. Também, às vezes, conflitos com a mulhé0 po0 causa dela mesmo. Ela está queren0o **se entrosá0** com a minha mulhé0 de novo, tá inventan0o história. Quan0o eu chego tarde em casa a mulhé0 fica reclaman0o. Eu num dô0 ô0vidos, né? de0xo ela falá0 que eu sei o que é mesmo. Deixo ela fala:0, quan0o ela vê0 que tá errada, ela + me pede desculpa (VALPB/GSN – 1GM).*

*(276) Payz, aqui im casa o povo aqui briga dimai0, + é um contra o ôtro, até meu irmão uma vez <a-> (gaguejo) quiria mata0 meu ôt0o irmão. + Quiria te0 payz, filicidade, qui um **se unisse** cum ôt0o, ninguém aqui **si une**; painho pega muito no meu pé, eu brigo muito cum ele; mainha não, mainha é super legal, mai0 meus irmão0; meu irmão controla + meu irmão mais velho controla meu pai. Só quiria payz e qui um amasse o ôtro, mais (VALPB/MLT – 1GF).*

*(277) May0 num aconteceu nada não, só com o carro mesmo. O cara também, da Brasília, também não **se machucô0** não. Levô0 uma pancada na testa, no supercílio, abriu + o supercílio é muito sensível, qualqué0 pancada, abre, né? aí começô0 a sangrar + botô0 gelo. Parô0 de sangrá0 e graças a Deus não deu nada pra ninguém. Aí o cara não tinha condiçõe0 de pagá0 + aí pôde fazê0 nada + seu Zé não ia fo0çá0 ele a pagá0 + aí (VALPB/GSN – 1GM).*

*(278) já matou, mata as pessoa0 tudinho, sem a pessoa fazer nada, gosta de:, como é que se diz, (hes.), + por exemplo, + como levantar falso, eles fayz fayz uma coisa errada e bota pra aquela pessoa. Então, a pessoa mata a pessoa sem a pessoa **se sentir**. Eu num <gos-> por isso que eu num gosto daquela novela não. Muito malvada, muito: ruim (VALPB/IMS – 2NF).*

Por último, aparecem no grupo de ATIVIDADE 5 os verbos de *existência* e de *estado*, não evidenciando traço de atividade. Na verdade, esses verbos, mais generalizados, funcionam como elementos de ligação entre as partes do discurso. Eles transmitem informação, sobretudo, em atuação conjunta com seus complementos, e quase nada quando isolados.

*(279) Eu acho que revela o o grau de insatisfação, né? das pessoas, sei lá, uma insegurança muito grande, (hes) uma vontade louca de encontra0 alguma coisa que cre0, sabe? e e quando as pessoas tão a impressão que eu tenho, né? é que quando **se***

tá frágil, quando se tá necessitado de orientação, sei lá, de alguma coisa material, de seja lá do que fo0, né? essa essa sensibilidade faz com que as pessoas elas procurem mais, né? procurem aquilo que pode alivia0, que pode... né? (VALPB/VDN – 1UF).

(280) *Como é.... Bem, na política eu gosto pra se se tá informada sobre os corruptos né? Porque num é nem políticos é corruptos do país inteiro, (hes). e vê os que presta0 e o que não presta0, o que eles tão fazendo, o que eles deveriam faze0 né? E eu acho que deveria te0 uma parte na política que tivesse um espaço para o público, a sociedade pra dize0 o que que acha daquele político, alguma coisa assim (VALPB/PAM – 1UF).*

Utilizando a noção de marcação (Cf. Givón, 1995), Tavares (2003, p. 238) mostra que os verbos de maior atividade são pouco marcados, já que não representam muitas dificuldades em termos de processamento cognitivo. Eles estão ligados às experiências básicas dos seres humanos com a realidade exterior. À medida que implicarem um menor grau de atividade física e um maior grau de atividade cognitiva, os verbos serão mais complexos, manifestando traços de atividade mental, mais difíceis de ser processados. Tais verbos são, portanto, caracterizados como mais marcados.

É dessa forma que pode ser estabelecida a relação entre as nuances *concreta > abstrata* e os diferentes tipos de traços verbais: quanto maior o traço de atividade de um verbo, mais ele indicará nuances concretas, referindo-se a ações físicas realizadas por um sujeito sobre o mundo exterior. À medida que vai descendo as posições na escala de atividade, mais o verbo indicará nuances abstratas, perdendo aos poucos o fio de ligação com o mundo concreto e com a ação física realizada por um sujeito, chegando até a expressar operações cognitivas que não codificam ação alguma, mas sim uma experiência mental.

5.2.2.1.7 Tipos de discurso

É possível chegarmos a um grupo de diferentes tipos de discurso presentes na entrevistas do VALPB, que, no desenrolar da interação verbal, vão surgindo e se sobrepondo uns aos outros, como resultado do modo de estruturação da linha condutora

seguida pelo informante na organização de sua fala. A seguir, quatro²⁶ tipos de discurso serão elencados, com suas propriedades definidoras e distintivas:

Narrativa: Relato em que o informante conta com um ou mais fatos que se passaram em certo tempo e lugar, envolvendo determinados personagens, com grande presença de verbos no pretérito perfeito.

(281) *E* Como foi a última?*

I Aí o gerente mandô mi chama0 mandô eu subi0 assina0 o aviso; aí foi nesse no ôtro dia foi a dispidida, aí ante0 de se **dispidi0** a gente pegô0, saimo0 tudinho num lavei loja, num lavei nada, saimo0 e fomo0 comemora0. Chorei, chorei de tanta raiva. (VALPB – MLT – F – 3).*

Descrição de vida: Relato de fatos que ocorriam habitualmente no passado, com predomínio de verbos no pretérito imperfeito.

(282) *Se **escondia** muito que meu pai às veyz0 queria da0 na gente, ele era cego, ele num via, aí a gente se **subia** nas na casa, se **subia** nos pé, dormia atrepado na cominheira da casa, (risos F) pro meu pai num da0 na gente, depois quando era de madrugada a gente descia do da cuminheira da casa ia pra cama da gente e ele ainda ia pegar a gente, a gente se **escondia**, e assim, + amanhecia o dia, a gente ria que só, ficava rin0o, mangan0o dele porque ele vinha pega0 pra da0. + A gente (risos F) a minha infância foi muito boa, + eu bulia muito com as pessoa0. (VALPB – SMPS – F – 1).*

Descrição: Trecho em que um fato, um objeto ou uma pessoa são expostos detalhadamente em suas peculiaridades e contornos.

(283) *Mays! Rapay0, bicho, quando o som acaba:: é tiroteio, é gente brigando, se **agarrando**, :: é um matando o outro, é divertido, bicho, é divertido mesmo, arretado, é arretado de se olha0... (VALPB – JM – M – 1).*

26 A conceituação, caracterização e a marcação dos tipos de discurso apresentadas neste trabalho seguem as idéias expostas em Tavares (2003, p.212-215) sobre o tema em questão. A autora identifica cinco tipos de discurso em suas entrevistas e trabalha neles os critérios de marcação como propostos por Givón, para depois aplicá-los a sua análise da seqüenciação retroativo-propulsura na fala de Florianópolis. Neste trabalho, estamos tomando por empréstimo as informações relativas aos tipos de discurso para confrontá-las com as classes de *se*. Descartaremos, contudo, o tipo **procedimento**, já que não aparece em nosso corpus.

Argumentação: O informante tece considerações a respeito de determinado tema, evidenciando sua opinião acerca do mesmo.

(284) *I* Eu acho péssima, a situação dessas crianças. Eu acho que todo mundo devia se uni:0, tentá0 abri:0 <um> assim, uma, uma instituição de caridade pra essas crianças; ajudasse todas as famílias do do do Brasil + se juntasse, desse uma uma cesta, + uma lata de leite, uma, uma lata de leite, um mantimento, pra ajudá0 essas crianças, essas crianças iam se recuperá0... Eu acho que todas as crianças têm têm recuperação. São crianças que merece0 ajuda, uma ajuda, um apoio, entendeu?* (VALPB – MV – M – 5).

Tavares (2003, p. 213-214) aponta que a seqüenciação cronológica de eventos passados, delimitados temporalmente, correlacionando-se ao pretérito perfeito seqüencial e ancorado no evento e ao aspecto perfectivo compacto e completo caracteriza a narrativa. São mais freqüentes no discurso humano e a exigem menos esforços cognitivos em termos de processamento e percepção (Cf. Givón, 1993, p. 179).

Oposta à narrativa, aparece a argumentação, caracterizada pela exposição de opiniões do falante sobre determinado fato ou idéia, correlacionando-se com o tempo presente não-seqüencial e ancorado na fala e ao aspecto imperfectivo durativo e incompleto, que são, de acordo com Givón (1993, p. 179), um dos tempos e aspectos mais marcados. A argumentação envolve a exposição de pontos de vista e isso é relativamente complexo em nível de processamento e percepção, como também o uso de tempo e de aspectos marcados.

A descrição de vida é caracterizada pela seqüenciação temporal ou textual de eventos durativos no pretérito imperfeito, tempo verbal que é também [+marcado], uma vez que apresenta os traços de duratividade e não-completude. Embora se aproxime da narrativa, pelo traço da seqüenciação temporal, a descrição de vida está ligada a tempos verbais [+marcados] e apresenta eventos não delimitados, durativos e, como consequência, mais complexos quanto ao processamento.

Tavares (2003, p. 214) propõe um quadro no qual apresenta um contínuo de marcação envolvendo os tipos de discurso. Esse contínuo (i) parte da seqüenciação de eventos passados, não-durativos e temporalmente delimitados, o que é próprio da narrativa; (ii) passa pela seqüenciação de eventos não-delimitados e durativos, caso da descrição de vida; (iii) chega à ordenação tanto de informações relativas às propriedades

de um elemento quanto de argumentos e opiniões, características da descrição e da argumentação, respectivamente. Pelo fato de envolver a manifestação de opiniões, a autora define a argumentação como mais complexa que a descrição, em que há a exposição de características de um ser ou objeto.

5.2.2.1.8 Animacidade do sujeito

Muitos trabalhos sobre a sintaxe do Português do Brasil se interessam pela relação preenchimento x categoria vazia dos sintagmas que funcionam na posição de sujeito e de objeto nas sentenças. Cyrino (1999) retoma os trabalhos de Omena (1978), Pereira (1981), Tarallo (1983) e Corrêa (1991) para afirmar que há uma tendência a ocorrer um elemento fonologicamente nulo na posição de objeto quando seu antecedente é [-animado].

Duarte (1996) apresenta dados que apontam uma alta incidência de preenchimento do objeto quando seu antecedente é [+animado] e um maior uso da categoria vazia quando o seu antecedente apresenta o traço [-animado]. Tarallo (2005) afirma que quando os antecedentes são referentes de natureza animada, sua posterior pronominalização na fala é favorecida. Diante disso, buscamos testar em nossos dados se o traço [-animado] do sujeito favorece o apagamento do clítico.

(285) E* Até que ponto as reuniões dominicais integram a comunidade?

I* Bem, nas reuniões dominicais eu acho que nós se relacionamento **nós se relacionamos** com as pessoas, sabe? (hes) não nós conversamos assim, mays a gente reza aí nós quando a gente reza o pai nosso, **se damos** as mãos, aí nós estamos relacionando com as pessoas, no final daquela e missa há sempre um comentário, como foi a missa, como não foi;[...] mays pela pela que ela está me conhecendø, sobre as orações, sobre a minha fé, então essas pessoas começam a se relacionaø com a com conosco e assim **se torna mais rica a nossa fé**, assim ela pode fazeø reunião em sua casa, lhe chamaø pra [alg-] alguma oração que tem, então assim você se torna mais rica e era bom que todas as pessoas tivessem tanta fé como hoje em dia tem muito grupos sobre isso, em teø muita fé em Cristo. (VALPB/PAM – 1SF).

5.2.2.2 Variáveis Sociais

Se assumimos que nossa pesquisa está amparada pelo aparato teórico-metodológico da Sociolinguística Variacionista, assumimos também uma prioridade à língua em uso que, de natureza heterogênea, abriga a variação e a mudança. É uma abordagem que vê a língua como não-estática; então, o fenômeno da mudança linguística recebe um tratamento de destaque, tido como um processo lento e gradual. Essa variação se dá tanto em âmbitos linguísticos quanto em âmbitos sociais, sempre recebendo destaque a questão da frequência das ocorrências, que irá indicar o estabelecimento e a manutenção da gramática, assim como será índice de difusão sociolinguística.

Neste trabalho, faremos uso das variáveis sexo, faixa etária e escolaridade, já definidas pelo VALPB.

A justificativa para termos trazido tais variáveis para esta pesquisa é simples: função pressupõe uso; uso pressupõe situação comunicativa; situação comunicativa pressupõe indivíduos; indivíduos se organizam em sociedade. Nessa concepção, toda linguística é social. Se estamos fazendo uma análise funcionalista, com ênfase no uso das formas, temos que considerar o contexto social. Daí o controle de tais fatores, que podem nos indicar algo relevante, alguma tendência incipiente das formas da língua.

5.2.2.2.1 Sexo

Em que medida podemos afirmar que homens e mulheres falam de forma diferente? Embora seja fisiologicamente interessante, a questão que se coloca não é a de altura e timbre, mas sim a de podermos avaliar em que limite e de que modo a variação de um dado fenômeno linguístico está correlacionada ao sexo do falante.

Segundo Monteiro (1994), alguns estudos sociolinguísticos apontam que as mulheres tendem a se expressar em maior conformidade ao que se costuma chamar

‘modo correto’ de usar a língua; outros indicam uma participação ativa das mulheres em relação aos fenômenos de mudança. Menon (2006, p.158) salienta que o que a literatura tem mostrado é que quando as mulheres estão à frente num processo de variação e mudança, o item lingüístico ou é o mais prestigiado ou, pelo menos, não sofre restrições.

Desse modo, a ocorrência de determinada variante lingüística, sobretudo das que estão ligadas à dicotomia forma padrão x forma não-padrão, está associada ao sexo do falante, mais especificamente à forma de construção social dos papéis feminino e masculino. Estudos como os de Labov (1990), Chambers (1995) e Fisher (1958 *apud* Mollica e Braga, 2004) apontam que os homens usam com uma frequência maior formas não-padrão, enquanto as mulheres tendem a preferir as formas socialmente valorizadas, ou seja, uma forma de prestígio tende a predominar na fala feminina.

Uma outra interrogação que cabe ser colocada frente à questão do sexo se refere ao papel dessa variável na mudança lingüística. Será que ela pode agir como uma força de propulsão ou retenção de processos que implementam uma nova forma no sistema lingüístico de uma comunidade?

Com a variável sexo, queremos verificar quais escolhas são mais comuns entre homens e mulheres. Quem mantém a utilização padrão no emprego dos clíticos? Quem amplia seus usos a ponto de dar ao *se* um status de ‘clítico universal’? Quem opta pelo seu apagamento?

É preciso cuidado em qualquer tentativa de explicação do efeito da variável sexo nas questões lingüísticas, dadas as peculiaridades na organização social de cada comunidade e as alterações pelas sociedades no que se refere à definição dos papéis feminino e masculino. Em outras palavras, uma explicação acerca das diferenças lingüísticas entre homens e mulheres, qualquer que seja ela, deve ser relativizada em função do grupo social que esteja sendo considerado. Desse modo, por se tratar de uma questão delicada, a observação do fator sexo se torna bem mais prudente quando da co-atuação de outras variáveis, como classe social e idade que, correlacionadas, são capazes de revelar dados interessantíssimos sobre certa postura lingüística de uma comunidade.

(286) *O que acontece, como eu fui professor do Pio X, né? O que acontece é o seguinte. É que no Pio X nós nós tínhamos nós os professores tínhamos [con] condições de e de e fazer um trabalho, de elaborar uma apostila, de fazer umas coisa0 mais condigna pra que o aluno pudesse se **inteirar** mais nas coisas.* (VALPB/WS – 3UM).

(287) *Eu acho que o casamento deve ser muito a pessoa se amam que **se amam** de verdade, mais por fingimento eu acho que não prexta não. Um casamento só se **si amar** me0mo. E mesmo assim se for uma pessoa junto com o outro, e **se gostarem**, morre0 junto0 e não **se separam**, só **se separam** com a morte* (VALPB/JRM – 3NF).

5.2.2.2.2 Idade

A tendência geral é a de que novos usos de uma forma sejam mais recorrentes na fala de indivíduos de menor idade. De acordo com Tavares (2003, p.86-87), o esperado é que a recorrência das variantes inovadoras cresça à medida que diminua a idade dos informantes. Tal fato gera uma distribuição linear crescente: numa ponta da escala, está a faixa etária mais jovem, com as frequências de uso mais elevadas, na outra ponta, a faixa etária mais velha, com as frequências de uso mais baixas.

Levando em consideração as três faixas etárias utilizadas pelo VALPB (15 a 25 anos; 26 a 50; mais de 50), pretendemos atestar se o fator de variação entre os mais jovens é um indício de mudança em *tempo aparente*, nos moldes de Labov (1972).

Tavares (2003, p.119) faz uma advertência oportuna sobre a importância de não se confundir mudança lingüística e emergência da gramática. A mudança é, sim, mais claramente visível na fala de pessoas mais jovens, entretanto a ressystematização constante da gramática ocorre em todos os indivíduos, independente da faixa etária. Já que as situações comunicativas nunca se repetem, a gramática de cada pessoa emerge diferente a cada uso, com as porções da língua sendo organizadas de modo distinto.

(288) *Todo profissional daqui da Paraíba quando chega no sul, eles querem aproveitar porque ele é um um multi-profissional, nunca é um camarada bem especializado em nada, [ele] o o o nordestino ele num **se especializa**, porque não dá tempo ele num tem tempo de **se especializar** em nada, as empresa chutam* (VALPB/RRB – 3GM).

(289) *Justamente ele feyz uma fes:tona pra ela, de quinze anos, aí ela me convidô0 e eu disse que não ia. + Aí, quan0o a gente: + foi **se passan0o** o tempo, ela era + <queria muito que eu>na época ela queria muito que eu bulisse com ela + me chamava de mole*

+ eu digo “Não. Você tá pensan0o que eu vô0 fazê0 um a beste0ra por ca0sa que você qué0?” Aí foi **se passan0o** o tempo, foi **se passan0o** o tempo + e ela + tentan0o e e:u seguran0o (VALPB/GSN – 1GM).

(290) Rapay0, acho que eu gostaria de ve0 aquela turma, tudo enfeitado, tudo tudo colorido, tudo bonito. Realmente, acho muito lindo. Eu acho :: eu acho não eu acho que é mais melho0 do que passa0 aqui. Aqui você vê esses bloco0 véi estiado, num tem uma mullhe0 bonita que **se preste**:: é tudo nega feia, :: num vale um :: num vale uma moeda furada (VALPB/JM – 2NM).

5.2.2.2.3 Escolaridade

É inegável que a escola provoca mudança na fala e na escrita daqueles que a freqüentam. É papel da escola incutir gostos, padrões, normas, inclusive lingüísticas. É seu papel, também, o de preservar as formas de prestígio, diante de tendências de mudanças lingüísticas numa comunidade.

A escolarização continuada deve contribuir para uma padronização da fala e da escrita em consonância aos preceitos da língua padrão. Quando determinadas formas lingüísticas são avaliadas como pertinentes ou não à variedade padrão da língua, a utilização de uma das formas costuma estar correlacionada à escolarização dos usuários da língua, no sentido de que há de se esperar que quanto mais tempo o indivíduo passe na escola, maior será o uso de formas que possuem conceito social positivo.

Assim, estamos utilizando a variável escolaridade para verificar se algum de seus níveis (analfabetos, primário, ginásio, segundo grau, superior) fovorece ou inibe os empregos do fenômeno que estamos estudando.

Cyrino (1996) recupera o trabalho de Corrêa (1991) e chama a atenção para o fato de que o clítico de 3ª pessoa *o* é aprendido na escola, ocorrendo apenas na fala das crianças com mais de 10 anos de idade, a partir da 5ª série do 1º grau e em textos escritos.

Galves (2001), estudando o clítico acusativo *o/a* no *corpus* do NURC, assegura que ele é mais recorrente nas elocuições formais do que nos diálogos, e que não pertence

mais à competência do falante desenvolvida na fase de aquisição natural da língua. É uma aquisição tardia, relacionada a uma esfera da língua elaborada e formal.

Dessa forma, é pertinente que atestemos essa relação, entre escolaridade e uso dos clíticos na fala de João Pessoa, para verificarmos se a nossa expectativa de que o apagamento é mais freqüente entre os indivíduos com pouca ou nenhuma escolaridade se confirma.

(291) *Agora se não existisse se não existisse meios, e se você não fosse uma pessoa consciente. Você num escolhe outras coisas. Você num **se afasta** do que é desagradável. Vamo supor que ser mãe nesse momento pra você seria uma tarefa desagradável. Como outras tarefa já : : você num se **se retira** de um de um ambiente que alguém tá lhe agredindo, se você num quer confusão* (VALPB/AAM – 3UF).

(292) *Brigando, discutindo mesmo, aí a vizinha lá parece que ela ouviu a mulher dizer um ai! Que eu foi um puxavante de orelha, que eu num gosto de bate em mulher não. Dei um puxavante de orelha pra **se ligar**. Se eu batê em mulher, eu acho perco a cabeça, sabe? Se eu perdê a cabeça pra [ba-] chega a da uma tapa, eu acho que eu dô mil* (VALPB/JS – 2GM).

(293) *Agora eu tenho doi dela e mais doi0 da [pri] da minha ex-mulher. Então, pra mim é é muito bom, né? Que os dois menino0 **se deu** com a minha segunda esposa, ela também se deu com eles. Num tem dor de cabeça, aborrecimento nenhum* (VALPB/JS – 2NM).

5.3 A matriz sintático-semântica do processo de pronominalização verbal

No capítulo 1, disse que me utilizaria dele para que fosse delineado meu objeto de estudo. Ao recuperar algumas gramáticas latinas, históricas e normativas, objetivava detectar o modo e os critérios pelos quais era definido o pronome reflexivo.

Feita essa descrição, é permitido afirmar que a sua definição é bastante confusa, os critérios adotados, muitas vezes, não são nítidos; com isso, fica clara a falta de consonância quanto às funções que o *se* pode exercer. A classificação do pronome encerra uma série de contradições, e conceitos como o de transitividade, voz, sujeito ficam embaçados. Às vezes, são abordagens morfológicas que os explicam; outras vezes, abordagens sintáticas; outras, semânticas. Por esse motivo, elaborei uma matriz

sintático-semântica do processo de pronominalização verbal, pretendendo ampliar os conhecimentos sobre o objeto a que me propus estudar.

Certamente, a tarefa não é nada simples. Impossível também não é!

Depois de ter sido constituída a amostra e ter codificado os dados, parti para a tarefa de selecionar todos os verbos presentes no *corpus*. Assim, de todos os *tokens* presentes nos dados, selecionei os *types* e obtive um total de 307 verbos, todos considerados contextualmente e não testados isoladamente. Por exemplo, um verbo como *abrir (-se)* ocupará duas linhas na matriz se houver um dado em que ele signifique “efetuar uma desobstrução” (*abrir a porta*) e outro como o valor de “fazer confidências” (*abrir-se com o amigo*).

Foi formulada uma tabela com 307 linhas e 13 colunas, nas quais estavam dispostos, lado a lado, fatores de ordem sintática e semântica que esboçam o comportamento estrutural deste grupo de verbos. Assim, foi separada uma coluna para os reflexivos, outra para os recíprocos e outra para os inerentes. A seguir, uma coluna indicando se aquele verbo, em sua forma regular, exige objeto. Duas colunas apontando a especificação do objeto, se animado ou inanimado; uma indicando se aquele verbo sofre mudança de significado quando pronominalizado; outras duas indicando a regência da forma verbal e, para o caso de uma regência indireta, que preposição é ‘pedida’ pelo verbo; mais uma indicando se a forma verbal pronominalizada pode ser substituída por uma locução de estar/ficar + DO. As duas últimas colunas indicam se o verbo correspondente é novo na língua e se ele sofre apagamento sem maiores restrições de uso. A visualização parcial da tabela é esta²⁷:

Tabela 6: Matriz sintático-semântica do processo de pronominalização verbal

VERBO	REG OD/SN	REF	REC	INER	O		RV	PRE P	APA G	NOV O	ESTAR/FI- CAR + DO	
					D - AN	≠ SGDO						
Abaixar	+	+	-	-	+	+	-	-	-	+	-	+
Aborrecer	+	+	-	-	+	-	-	-	-	-	-	+
Abraçar	+	+	-	-	+	-	-	-	-	+	-	+
Abrir	+	+	-	-	+	+	-	-	-	+	-	+
Abrir	-	-	-	+	-	-	+	+	com	-	-	-

27 A visualização geral da tabela encontra-se nos Anexos desta tese.

(confidenciar)												
Acabar	+	+	-	-	-	+	-	-	-	+	-	+
Acalmar	+	+	-	-	+	-	-	-	-	-	-	+
Acanhar	+	+	-	-	+	-	-	-	-	-	-	+
Acomodar	+	+	-	-	+	+	-	-	-	-	-	+
Acordar	+	+	-	-	+	-	-	-	-	+	-	+
Acostumar	+	+	-	-	+	-	-	-	-	-	-	+
Acumular	+	+	-	-	+	+	-	-	-	-	-	+

Preenchida com traços de [+] e [-], esta matriz auxilia na construção de um perfil do comportamento sintático-semântico dos verbos, e isso é um primeiro passo com bastantes contribuições para o andamento da análise. Primeiramente, busquei atestar se é possível a determinada forma verbal receber, em sua conjugação regular, objeto direto (Said Ali, 1957, p. 91). Em sequência, apostando no critério de que o *se* funciona como complemento verbal, distingi os traços de reflexividade, reciprocidade e inerência. São contextos em que o pronome ocupa um lugar acusativo, exercendo possivelmente o papel temático de paciente.

A 5ª coluna decorre, ao menos em parte, da 1ª. Em havendo objeto direto na conjugação regular do verbo, verificarei se este complemento é mais ou menos animado. Este critério semântico se torna relevante à medida que, conforme sugere Pontes (1973), a animacidade do sujeito pode ter relação direta com a predicação do verbo, e esta, por sua vez, pode interferir nas demais classificações do *se*, como, por exemplo, o *se* enfático e o *se* ergativo, geralmente ligados a verbos de predicação intransitiva.

A coluna que segue também diz respeito a um critério semântico: a diferença de significado quando o verbo se faz pronominalizado. Como indicam Cunha e Cintra (1985), a instauração de um sentido distinto daquele dado pela forma não-pronominalizada é um forte indício de que estamos diante de um *se* que é inerente.

A seguir, procurei verificar como se efetua a regência das formas verbais pronominalizadas, aferindo se a construção pronominal obriga uma regência indireta dos verbos. Sendo positiva a resposta, conferi que preposição é exigida nesse processo. A hipótese aqui é a de que, quando ocorre a pronominalização com mudança de significado, espera-se necessariamente uma regência preposicionada.

Talvez seja a 10ª a coluna mais propícia a questionamentos. Numa forma verbal X, o pronome pode ou não sofrer apagamento? Se pedisse para um falante do dialeto mineiro preencher esta tabela, certamente os resultados da coluna 10 seriam diferentes dos nossos. Então, resta-nos nos valer do consolo que nos deixou Said Ali (1957, p. 96): “É tudo questão de tradição e uso”.

Na penúltima coluna, observei as formas verbais pronominalizadas que denotam uma significação nova, que tem seu uso recente entre os falantes. Não devemos confundir significado diferente com significado novo. *Comportar*, por exemplo, é um verbo que, pronominalizado, instaura um sentido distinto de sua forma regular. No entanto, a forma com pronome *comportar-se* não é recente na língua, já integra o inventário do português há bastante tempo.

Finalmente, a última coluna foi reservada à possibilidade de permuta entre o verbo com pronome e uma construção de estar/ficar + particípio. Este é um dos critérios para se identificar uma construção ergativa (Cf. Pontes, 1973). *Espantar-se*, *aborrecer-se*, *enganar-se*, *zangar-se* podem equivaler a *fiquei espantado*, *aborrecido*, *enganado*, *zangado*. Nesses casos, a forma com pronome indica que o mesmo efeito que o sujeito, como agente, produz em outros indivíduos foi produzido nele por alguma causa do mundo exterior (Cf. Said Ali, 1957, p. 178).

O que acontece com um verbo quando se acrescenta a ele um reflexivo? Numa primeira resposta, bastante imediatista, podemos afirmar que tornar um verbo reflexivo é tarefa complexa. A análise atenta da matriz pode comprová-la. A pronominalização atinge os verbos de três maneiras distintas: (i) existência de um objeto direto, sem mudança de significado – *abaixar-se*; (ii) existência de um objeto direto, com mudança de significado – *aprofundar-se*; (iii) inexistência de objeto direto, sem mudança de significado – *apaixonar-se*.

Uma vez preenchida toda a matriz, podemos apresentar algumas conclusões referentes às regularidades encontradas no processo de pronominalização dos verbos. O que acontece com um verbo quando se acrescenta a ele um reflexivo? Ao lado dos

comportamentos mais gerais, encontramos, também, certas idiossincrasias a partir do momento em que as formas verbais se tornam pronominalizadas.

Sempre que a coluna [REG OD/SN]²⁸ for preenchida por [+], a coluna [REF] também será, e automaticamente [REC] e [INER] são preenchidas por [-]. Assim, fica revelada a conceituação mais geral de verbo reflexivo: um verbo transitivo que, mesmo acompanhado do pronome, não tem alterada sua significação. Assim, pode servir de objeto tanto o pronome *se*, marcando a reflexividade, quanto outro pronome pessoal ou sintagma nominal (Cf. Said Ali, 1957, p.91), como em

(84) *João penteou x João penteou as filhas.*

Em alguns casos, quando [REG OD/SN] é marcada por [+], [REF] é [-] e [REC] apresenta o traço [+]. Isso se deve pelo fato de a reciprocidade não ser apenas uma subfunção da reflexividade, como sugerem Nunes (1995) e Bechara (2001), por exemplo. Quando Nunes descreve a reflexividade, somente sugere que o pronome pode ser recíproco ou não (p. 204); e Bechara, discutindo o mesmo tema, cita como exemplo

(85) *João e Maria se amam.*

Seguindo a orientação de Haury (1986), Bandeira (2007, p. 72) dissocia a reciprocidade da reflexividade, argumentando que João pode amar Maria sem que ame a si próprio e que Maria pode amar João também sem que essa ação implique amar a si mesma. Um verbo como *amar* pode representar um valor recíproco, mas não necessariamente o faz. Nesse caso, são as interpretações contextuais que “darão conta do recado”. Já uma forma como *relacionar-se* não compromete a clareza de sua classificação: *se*, nesse caso, terá necessariamente valor recíproco. Outra particularidade da forma recíproca é que ela sempre demanda uma [RV] [+], e [PREP] será sempre [com]. Na verdade, o valor de reciprocidade encontra-se menos no verbo que na preposição.

28 [REG OD/SN]: verbo na conjugação regular; [REF]: reflexivo; [REC]: recíproco; [INER]: inerente; [OD]: objeto direto; [+AN]: + animado; [- AN]: - animado; [≠ SGDO]: significado diferente; [RV]: regência verbal; [PREP]: preposição; [APAG]: apagamento; [NOVO]: verbo com acepção nova na língua; [ESTAR/FICAR + DO]: locuções com participio.

Como vimos, se [INER] for [+], [REG OD/SN] será [-]. Evidentemente não poderemos falar da animacidade do objeto; e as colunas 5 e 6, nestes casos, terão sempre a marca [-].

Desde que [SGDO #] seja [+], [INER] também será. Esse é um dos traços mais distintivos dos verbos essencialmente pronominais: uma forma não-pronominalizada sinaliza um sentido distinto da forma com pronome: *tornar* # *tornar-se*. Devemos, entretanto, atentar para o fato de que pode haver um [INER] marcado por [+] que apresente um [SGDO #] marcado por [-]. É o caso, por exemplo, de *apaixonar(-se)*. A essa discussão retomaremos mais adiante, quando da descrição das classes de clíticos envolvidas neste estudo. A consequência de [SGDO #] e [INER] serem marcados por [+] é que [RV] também será. É que a pronominalização com significado diferente, ao contrário da pronominalização “pura”, exige o emprego preposicionado da regência verbal. Cite-se como exemplo o verbo *valer*: alguém/algo vale alguma coisa; ao passo que alguém se vale de algo/alguém:

(86) *João vale muito pra nós*²⁹.

(87) *João se valeu de Maria para conseguir os benefícios*.

Uma exceção à exigência do uso da preposição nessa situação ocorre quando [NOVO] é [+]. Uma forma verbal pronominalizada, sendo nova numa língua, não sente a obrigatoriedade de apresentar regência preposicionada. É o caso de *aparecer*, em (88) e (89):

(88) *João apareceu de repente*.

(89) *João adora se aparecer*.

Aproveitando-nos deste último exemplo, poderíamos perfeitamente ouvir a variante *João adora aparecer*. Por quê? Porque se [NOVO] é marcado por [+], [APAG] também é.

²⁹ Exemplos criados por mim.

Com relação às colunas [+AN] e [-AN], é certo que pelo menos uma delas será [+] se [REF] também for. O interessante aqui não é isto, já que se trata de uma conclusão evidente. Mais produtivo é verificar se existe alguma regularidade para que um complemento de verbo pronominal seja mais ou menos animado. O que constatamos é que [-AN] será sempre [-] (ou [+AN] será sempre [+] – você decide!) desde que o verbo denote algum estímulo e/ou experimentação mental, como em:

(90) *João aborreceu a todos*³⁰.

(91) *João se aborreceu com todos*.

Ainda sobre os verbos de estímulo e/ou experimentação, eles sempre implicarão um [EST/FIC + ADO] marcado por [+]. Como explica Said Ali (1964, p. 177-178), são contextos em que o sujeito não pode ser interpretado como agente de um ato que se volte contra sua própria individualidade, e por isso mesmo (91) equivale a *João ficou aborrecido com todos*. Esta é uma das características pelas quais Pontes (1973) define o que é um verbo ergativo. A esse respeito, veja capítulo 3.

Depois do preenchimento da matriz sintático-semântica e do levantamento de seus resultados, elaborei, para uma melhor visualização dela, uma grade em que agrupei os verbos que contêm os mesmos traços. Novamente foi formulada uma tabela, assim como fiz anteriormente. As 13 colunas que indicam os critérios de análise foram mantidas, e as 307 linhas se reduziram a 38, já que dividi “por equipe” as formas verbais que apresentaram os mesmos resultados. O efeito foi o seguinte:

Tabela 7: Grade sintático-semântica dos verbos

[GRUPO VERBAL]	[REG OD/SN]	[REF]	[REC]	[INER]	[OD +AN]	[OD -AN]	[RV]	[PP]	[APAG]	[NV]	[EST/FIC +DO]
<i>Abaixar, aposentar, arriar, assentar, assubir, deitar, mudar, operar, remexer, sentar, virar</i>	+	+	-	-	+	+	-	-	+	-	+
<i>Aborrecer, acanhar, acalmar, alegrar, aperrear, aquietar, assombrar, avexar, chatear, conscientizar, contentar, decepcionar, desesperar,</i>	+	+	-	-	+	-	+	com	-	-	+

³⁰ Exemplos criados por mim.

<i>distrair; divertir; empolgar; encabular; enganar; entreter; empolgar; envergonhar; espantar; impressionar; interessar; irritar; preocupar; responsabilizar; revoltar; surpreender; viciar</i>												
<i>Abraçar, acostumar, cansar, machucar</i>	+	+	-	-	+	-	+	com	+	-	+	
<i>Casar, deixar, desquitar, divorciar, separar</i>	-	-	-	+	-	-	+	de	+	-	+	
<i>Abrir (confidenciar), dar (bem) fazer, importar, impor, valer (aproveitar)</i>	-	-	-	+	-	-	+	com	-	-	-	
<i>Abrir, acabar, aumentar, começar, confessar, tremer, trepar</i>	+	+	-	-	-	+	-	-	+	-	+	
<i>Afogar, desempregar, embriagar, empregar, enforçar, internar, matar, prostituir</i>	+	+	-	-	+	-	-	-	-	-	+	
<i>Acomodar, amarrar, aproveitar, inteirar</i>	+	+	-	-	+	+	+	com	-	-	+	
<i>Acordar, ajoelhar, calar, despertar</i>	+	+	-	-	+	-	-	-	+	-	+	
<i>Acumular; agitar; alimentar; amar; apresentar; aprumar; arrastar; arrumar; bater; beijar; caracterizar; chamar; cheirar; classificar; conhecer; considerar; conter; controlar; corrigir; corromper; criar; cuidar; declarar; destacar; destruir; diminuir; elitizar; enrolar; enterrar; esconder; escutar; excluir; exercitar; exhibir; furar; imaginar; informar; julgar; manter; modificar; orientar; ouvir; perder; pintar; prejudicar; preparar; produzir; proteger; purificar; queimar; representar; respeitar; situar; sustentar; tocar; tratar; unir; vestir</i>	+	+	-	-	+	+	-	-	-	-	+	

<i>Adequar, afastar, agarrar, apartar, aproximar, colocar, comparar, confundir, defender, derrubar, desligar, desviar, distanciar, encaixar, encaminhar, encontrar, entender, entregar, envolver, especializar, esquivar, ferir, formar, identificar, igualar, inscrever, limitar, ocupar, oferecer, pabular, retirar, reunir, segurar, soltar, transformar, usar, utilizar</i>	+	+	-	-	+	+	+	com	-	-	+
<i>Agüentar, contradizer, estranhar, gostar, olhar, salvar, ver, ver (considerar)</i>	+	+	-	-	+	+	-	-	-	-	-
<i>Alterar, comunicar, consertar, constituir, dar (atribuir), desenrolar, desenvolver, desorganizar, explicar, expressar, firmar, formar (constituir), negar, organizar, picar, prolongar, quebrar, realizar, resolver, solidificar, ter, tirar, tomar, vender</i>	+	+	-	-	-	+	-	-	-	-	+
<i>Amigar, brigar, desentender, entender (bem), juntar, relacionar</i>	-	-	+	-	-	-	+	com	-	-	+
<i>Apaixonar, apegar, apoderar, apossar, arrepende, conformar, deparar, dirigir (falar), engraçar, intrometer, ligar (atentar), meter, referir</i>	-	-	-	+	-	-	+	por	-	-	+
<i>Apanhar (pegar), descer, ensinar, esperar</i>	+	+	-	-	+	+	-	-	+	+	+
<i>Aparecer</i>	-	-	-	+	-	-	-	-	+	+	+
<i>Aprender, ler, saltar</i>	+	+	-	-	-	+	-	-	+	+	-
<i>Aprimorar, aprofundar, arriscar, atualizar, chocar, empenhar, enquadrar, iniciar, meter, propor, recusar, rejeitar</i>	+	+	-	-	-	+	+	em	-	-	+
<i>Aventurar</i>	+	+	-	-	-	+	+	a	+	-	+
<i>Bater (relacionar), despedir, prestar, queixar</i>	-	-	-	+	-	-	+	com	-	-	-

<i>Acomodar, amarrar, aproveitar, arrasar, concentrar, dedicar, desdobrar, inteirar, meter, recuperar</i>	-	-	-	+	-	-	+	com	-	-	+
<i>Chegar, danar, dar (ocorrer), doer, encontrar (estar), formar (menstruar)</i>	-	-	-	+	-	-	-	-	-	-	+
<i>Combinar, conversar, falar, juntar</i>	+	-	+	-	-	+	+	com	-	-	+
<i>Conviver</i>	-	-	+	-	-	-	+	com	+	+	-
<i>Dar (as mãos)</i>	+	-	+	-	-	+	-	-	+	-	+
<i>Debruçar, esquecer, lembrar, levantar, parecer, recordar</i>	+	+	-	-	+	+	+	em	+	-	+
<i>Discutir</i>	+	-	+	-	-	+	+	com	+	+	+
<i>Dizer (achar), esforçar, sair (bem), suicidar, tornar, vir</i>	-	-	-	+	-	-	-	-	-	-	-
<i>Sentir, virar (manter)</i>	-	-	-	+	-	-	-	-	-	-	-
<i>Enquadrumar, enquadrungar</i>	-	-	-	+	-	-	-	-	+	+	+
<i>Brincar, entrar, ficar, nascer, pensar, sair</i>	-	-	-	+	-	-	-	-	+	+	-
<i>Escapar</i>	-	-	-	+	-	-	+	de	+	+	-
<i>Espreguiçar, estar, ir, ir (desempenho), passar, passar (acabar), passar (ficar), passar (ocorrer), ser, sobressair</i>	-	-	-	+	-	-	-	-	+	-	-
<i>Assumir, comportar, mostrar</i>	-	-	-	+	-	-	-	-	-	-	+
<i>Jogar (ir)</i>	-	-	-	+	-	-	-	-	-	+	-
<i>Namorar</i>	+	-	+	-	+	-	+	com	+	-	-
<i>Pegar (brigat)</i>	-	-	+	-	-	-	+	com	-	-	-

Da observação dessa grade, tiramos alguns apontamentos.

Os chamados verbos “de sentimento”, ou verbos de experimentação/estímulo mental (Schlesinger, 1995) como *aborrecer, acanhar, aperrear, aquietar, avexar, chatear, conscientizar, decepcionar, desesperar, distrair, encabular, empolgar,*

envergonhar, espantar, impressionar, irritar, preocupar, revoltar, surpreender, e outros ficaram agrupados sob uma mesma matriz

[+ + - - + - - + **com** - - +]

apresentando as mesmas regularidades de traços. São verbos que admitem objeto direto diferente da pessoa do sujeito, quando conjugados regularmente. Por isso mesmo são classificados como reflexivos, quando o objeto é equivalente à pessoa do sujeito. Por serem verbos que indicam “estados d’alma” (Said Ali, 1964, p.177-178), implicam objetos que apresentem o traço de [+ animado].

A oposição forma pronominalizada x forma não-pronominalizada não acarreta alteração do significado do verbo, mas implica uma regência verbal diferente, de modo que *quem empolga empolga alguém*, mas *quem se empolga se empolga com algo/alguém*; *quem revolta revolta alguém*, mas *quem se revolta se revolta com alguém/algo*. Não são verbos caracterizados como ‘novos’ na língua e podem ser substituídos, sem alteração de sentido, por expressões do tipo estar/ficar + participípio: *envergonhou-se = ficou envergonhado, aborreceu-se = ficou aborrecido*.

Sobre isso, diz Said Ali (1964, p. 178) que a conjugação pronominal desses verbos não possibilita a interpretação de uma ação que o sujeito executa reversivamente sobre si mesmo. A conjugação pronominal indica que o mesmo efeito que o sujeito, como agente, provocou em outros indivíduos se produziu inversamente sobre ele por uma causa qualquer do mundo exterior; assim,

(92) *João se aborreceu*³¹

equivale a dizer que

(93) *João ficou aborrecido* [com o barulho da obra].

31 Os exemplos (92) e (93) são de minha autoria.

Os verbos de movimento, que denotam certos atos materiais, como: *abaixar, sentar, levantar, deitar*, e outros têm em comum a possibilidade de serem conjugados na forma não-pronominalizada, mesmo quando o sujeito executa em sua própria pessoa ações iguais às que executa em outras coisas ou pessoas. Além disso, não têm sua regência alterada independentemente de serem conjugados em forma regular ou pronominal.

Um grande número de verbos, a que chamaremos mais adiante de relacionais (Cf. Schlesinger, 1995), apresentam as mesmas características quando se pronominalizam, exceto a da regência. Verbos como *acumular, alimentar, amar, arrastar, arrumar, cheirar, conter, controlar, corrigir, criar, declarar, destruir, elitizar, enterrar, escutar, exercitar, exibir, furar, manter, modificar, orientar, pintar, produzir, queimar, representar, respeitar, sustentar, tocar, vestir*; e outros como *afastar, agarrar, aproximar, confundir, defender, desviar, distanciar, encaminhar, encontrar, entender, envolver, especializar, esquivar, identificar, ocupar, oferecer, pabular, retirar, reunir, segurar, soltar, usar, utilizar* recebem objeto em sua conjugação regular, que pode apresentar tanto o traço de [+ animado] quanto o de [- animado], não implicam distinção de significado se pronominalizados, admitem a construção estar/ficar + particípio como equivalentes, e não permitem o apagamento do reflexivo. A diferença entre eles está na regência, que não se altera com a pronominalização dos verbos do primeiro bloco, mas que passa a exigir preposição nos verbos do segundo grupo.

Embora apresentem alguma equivalência semântica, as formas *amigar* e *casar* se distinguem em alguns traços. Primeiramente, o fato de denotar um sentido diferente quando se pronominaliza faz com que *casar* seja classificado como inerente, enquanto que *amigar* se classifica como recíproco. Um pai casa sua filha com alguém, mas não a amiga com outra pessoa. Assim, *amigar*, ao contrário de *casar*, não tem alterado o sentido quando pronominalizado. As duas formas, se acompanhadas do pronome, são regidas por preposição; e admitem a equivalência com a construção estar/ficar + particípio. Quanto ao apagamento, *João casou* e *João se casou* são construções igualmente usuais em português, ao passo que *João amigou* fica restrito a determinados dialetos, como o mineiro, por exemplo.

Ajoelhar e *abaixar* são verbos que se assemelham em quase todos os traços da matriz sintático-semântica. São taxados como aqueles verbos “de movimento”, em que o sujeito pratica em si próprio os mesmos atos que pratica em outro ser. São, portanto, reflexivos. Além disso, se não se alteram seus significados quando se pronominalizam, se admitem estar/ficar + particípio como construções equivalentes, se não são verbos novos na língua, se são formas que admitem o apagamento do pronome mesmo quando a construção tem sentido reflexivo, onde está a diferença? Na animacidade do complemento do verbo. Enquanto *abaixar* comporta para seus objetos tanto o traço de [+ animado] quanto o de [- animado], *ajoeilhar* implica apenas um complemento [+ animado].

Encontramos, também, com bastante facilidade, construções com *aventurar* e *arriscar* se equivalendo semanticamente. Não só traços semânticos se aproximam, mas também alguns de cunho sintático. Por aceitarem objeto em suas conjugações regulares, são classificados como reflexivos. Esses objetos serão [- animados] em ambos os casos, João não pode arriscar Paulo ou aventurar Paulo. Se acompanhados do pronome, passam a implicar uma regência indireta com o emprego da preposição *a*. Assim como nos casos anteriores, estar/ficar + particípio é também uma possibilidade de substituição. A diferença está no favorecimento para o apagamento. Se não se pode afirmar que uma forma ou outra **sempre** ou **nunca** admitem um uso com o reflexivo ausente, pode-se sugerir que *aventurar* é uma forma que admite o apagamento do pronome bem mais usualmente que *arriscar*.

5.4 Os procedimentos de contagem

No capítulo 6, apresentaremos a análise dos resultados de nossa pesquisa. Num primeiro levantamento, elencamos 1673 dados, que foram reduzidos a 1600, numa segunda rodada com a exclusão dos *knockouts*³².

32 Um *knockout* é um fator que equivale a uma frequência de 0% ou 100% das ocorrências. Qualquer *knockout* deve ser excluído dos cálculos, por representarem dados categóricos, mas devem ser relatados e seu papel merece espaço na discussão dos resultados.

Chegamos a esse total de ocorrências porque seguimos os seguintes procedimentos de contagem dos dados:

1. Separamos em classes, de acordo com suas funções, as ocorrências de *me*, *te*, *se* e *nos* em casos de presença dos clíticos em estudo;
2. Com o auxílio de uma revisão da tradição gramatical e da literatura sobre o tema, verificamos, nos casos de ausência, se o clítico poderia ser empregado em função do contexto sintático ou em função das especificações lexicais do próprio verbo (Cf. Nunes, 1995);
3. Baseados em Menon (1994), formamos *pares mínimos* verificando ocorrências das formas variantes em estudo num contexto idêntico de aplicação. Nesse sentido, par mínimo assume uma definição diferente da noção de oposição dada pela fonologia ao termo, ou seja, a expressão remete à possibilidade de alternância entre construções variantes de idêntico valor. Por exemplo, *ele foi-se embora* e *ele foi embora* constituem um par mínimo. Foi esse o procedimento de contagem que permitiu a seleção das ocorrências, inclusive dos casos de enfáticos e indeterminados;
4. A distinção entre *se* apassivador e *se* indeterminador, quando estiverem juntos a verbos transitivos diretos, será dada pela oposição entre os traços de [+/- concordância]. Assim, quando o verbo estiver no plural e o sintagma pós-verbal também, será considerado um contexto de *se* apassivador, como em (274). Será um contexto de *se* indeterminador quando o verbo estiver no singular e o sintagma nominal estiver no singular ou no plural, como em (275) e (276).

(294) [...] **inscreviam-se o pessoal** que queriam participar dos concursos, e ali seriam marcada oportunamente o dia das provas. As provaø eram realizadas contendo fiscais em todas as salas e tudo era minuciosamente fechado. (VALPB – ERG – M – 3).

(295) naquele tempo **se fazia bordado** na escola, né? Fazia croché pra eu me lembro é tanto que o primeiro trabalhinho que eu fiz de labirinto foi um galo (risos). (VALPB – IFS – F – 3).

(296) *Havia uma verdadeira guerra de serpentina, quando dava seis horas da noite os carro não passava mais com tanto rolo de serpentina jogado pelo chão. A:: Os confete se apanhava de pá. Hoje ninguém vê mais isso.* (VALPB – ERG – M – 3).

5.5 Avaliação do Capítulo

Meu objetivo com este capítulo foi descrever os procedimentos metodológicos dos quais me utilizei para a realização da pesquisa e o conseqüente delineamento de suas fases principais, tais que: a coleta dos dados, sua apresentação e sua interpretação. O material de onde retirei as ocorrências para a análise se encontra armazenado num banco de dados que coloca à disposição da comunidade científica amostras de falas de indivíduos de João Pessoa, conhecido como VALPB.

Além disso, inseri neste capítulo a matriz sintático-semântica do processo de pronominalização verbal para visualizar que traços são mais ou menos comuns a um certo verbo quando ele é utilizado com a presença do clítico.

Meu trabalho para constituir a amostra se resumiu nas seguintes etapas: primeiramente, fiz uma leitura e um levantamento manual das entrevistas do VALPB e selecionei todas as ocorrências dos clíticos *me*, *te*, *se* e *nos* como complementos de verbos; depois, selecionei as ocorrências dos contextos em que esses clíticos sofreram apagamento; por fim, submeti os clíticos a uma divisão de acordo com as distintas funções que eles desempenham a partir de uma análise dos contextos sintáticos em que eles ocorrem.

Como optei por realizar uma análise amparada teórica e metodologicamente pela sociolinguística variacionista, foi necessário descrever o modo como controlei meus dados, exposta a números, cálculos e porcentagens, todos eles sensíveis a certos conjuntos de fatores (as variáveis), que irão indicar em graus variados as tendências do comportamento no uso do *se* em João Pessoa.

Nesse sentido, o que eu gostaria de ressaltar é que selecionei como fatores influenciadores para a realização ou não do clítico não apenas aqueles de ordem lingüística, como também os elementos de ordem social, como sexo, idade e escolaridade, exatamente porque penso serem os fatos da língua uma confluência de fatores vindos dos mais diversos ambientes e seguindo as mais diversas direções.

Depois de ter selecionado as variáveis, dependente e independentes, do objeto de estudo, levantado as suas ocorrências, excluído os dados problemáticos e/ou impróprios, selecionei aqueles que efetivamente serão alvo da análise e das discussões dos resultados obtidos com os números. Contudo, deve-se ter em mente o que diz Guy e Zilles (2007) sobre o uso de programas estatísticos como o GoldVarb, por exemplo. Ele realiza manipulações matemáticas sobre um conjunto de dados, mas não nos diz o que significam os números, muito menos se encarrega de fazer a análise lingüística em nosso lugar.

Na análise dos resultados que farei no próximo capítulo, o GoldVarb funcionou como um recurso (muito útil) para a manipulação dos dados, mas lidei com o peso da responsabilidade para a qual alerta o autor: “[um programa estatístico como esse] não discerne padrões, não faz generalizações, nem explica achados. Isso tudo é com você” (p. 70).

CAPÍTULO 6 - APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS PARTE I:

Supor é bom. Descobrir é melhor
(Mark Twain)

e posse dos arquivos de dados já codificados, a análise estatística pode ser iniciada. A opção por um modelo quantitativo de controle dos resultados significa a opção por um modelo que autoriza explicações das possibilidades linguísticas e dos padrões estatísticos de uso dessas possibilidades.

Como apontado nas considerações finais do capítulo que descreveu os procedimentos metodológicos, não se pode perder de vista que o GoldVarb realiza manipulações matemáticas sobre um conjunto de dados, mas não diz o que os números significam, muito menos faz linguística por nós. Aquela infinidade de combinações numéricas que o programa fornece após as rodadas não é, a princípio, resposta a nenhum dos questionamentos do investigador. Daí podem perguntar: “Qual a sua validade, então?” Ora, essas combinações numéricas são estatísticas inferenciais adicionais que ficam disponíveis como indicadores empíricos em buscas por explicações e respostas (Guy e Zilles, 2007). Uma vez que tem a posse dos números calculados pelo programa, começa a tarefa que é de exclusiva responsabilidade do linguista: entender e explicar por que os fatos são como são.

Em função da variável dependente – *ausência x presença do pronome* –, submeti o total de 1673 dados a uma rodada inicial. O arquivo gerado pelo MAKECELL apresentou 11 *knockouts*: o grupo *colocação do pronome*, como se esperava, apresentou *knockouts* para todas as posições; no GF *tipos de pronome*, eliminou o fator pronome apassivador, visto que o resultado é categórico para a presença; e no GF *traços semântico-pragmáticos do verbo*, eliminou os fatores *atenuação*, *estado*, *existência*, e *sensação corpórea*. Em razão disto, 73 dados foram excluídos da análise, e um novo total foi gerado: 1600 ocorrências. Como pretendia ter a visualização geral da

distribuição dos dados, em termos de porcentagens, optei por rodá-los mesmo que já previsse o comportamento do GoldVarb para essas ocorrências.

Para esta etapa do trabalho, o programa selecionou como relevantes 8 dos 12 grupos de fatores³³ iniciais, com nível de significância de **.048** e *input* de **.94**, na seguinte ordem de relevância: traços semântico-pragmáticos do verbo; funções do clítico; transitividade verbal; pronomes pessoais; sexo; tipos de discurso, faixa etária e anos de escolarização. Não devemos esquecer que a relevância é do ponto de vista *estatístico* e não do *lingüístico*. O programa “lê” que aquele determinado grupo de fatores está mais coerente, mais bem distribuído, mais confiável para as operações estatísticas. É o que Guy (1988) chama de *ortogonalidade* na análise. Minhas expectativas iniciais não eram as de que os *traços semântico-pragmáticos dos verbos* fossem mais relevantes para a análise do que os *tipos de pronome*, por exemplo.

A decisão de como serão apresentados os resultados, se quanto à presença ou quanto à ausência do clítico anafórico, vai depender dos objetivos do estudo e do modo como se concebe a relação entre variação e mudança. Se estou cogitando que o uso do *se* em João Pessoa passa pelo processo de gramaticalização, num estágio em que as taxas de ocorrência são altas; e se a pesquisa se propõe a descrever quais fatores lingüísticos e sociais interferem neste processo, será mais coerente que apresente os resultados a partir da perspectiva da *presença*, definida como a aplicação da regra variável:

Emprego do Clítico	APL/Total	%
Presença	1406/1673	85%
Ausência	267/1673	15%

Tabela 8: **Total de presença x ausência do pronome em João Pessoa**

33 Nos procedimentos metodológicos, indicamos 12 grupos de fatores analisados nesta pesquisa: (1) presença/ausência do clítico; (2) tipos de pronome; (3) pessoa pronominal; (4) colocação do pronome; (5) concordância verbal; (6) transitividade; (7) traços semântico-pragmáticos; (8) tipos de discurso; (9) animacidade do sujeito; (10) sexo; (11) faixa etária; (12) escolaridade. Em razão da seleção de nossa variável dependente (1), o número foi reduzido a 11. Em função do *knockout* total em (4), e de níveis de significância acima de 5% da margem de erro em (5) e (9), 8 grupos de fatores foram considerados relevantes para a análise.

A visualização da tabela acima permite traçar um panorama geral da distribuição dos dados no *corpus*. Das **1673** ocorrências selecionadas, **1406** apresentaram o pronome junto ao verbo, enquanto que **267** dados não o apresentaram, isso equivale a **85%** de presença contra **15%** de ausência do pronome. Um resultado já esperado, mesmo antes de ter submetido os dados à análise estatística, tanto que na relação *presença x ausência*, a perspectiva é a do *preenchimento* do pronome, com a escolha da variante *presença* para a aplicação da regra.

Quando um conjunto de dados é submetido ao tratamento estatístico fornecido por um programa como o GoldVarb, é preciso que alguns termos típicos da metodologia variacionista sejam entendidos. Dizer que selecionei 12 grupos de fatores para a análise, significa que escolhi aqueles elementos (*tipos de pronome, pessoa pronominal, transitividade, sexo*, etc) para testar em que medida eles afetam a regra (*presença x ausência do pronome*). Cada um desses fatores é medido por *pesos relativos*, que são as probabilidades parciais indicativas do quanto tal fator favorece ou desfavorece a aplicação da regra em questão. Finalmente, se focalizar a probabilidade geral do uso daquele determinado fenômeno, se recorrerá ao número dado pelo programa como *input* das ocorrências (Guy e Zilles, 2007, p. 102). Neste trabalho, o *input* foi de **.94**, para presença do pronome, o que indica ser esse um fenômeno de bastante produtividade em João Pessoa. Se o *input* é uma medida do uso geral do fenômeno, os pesos associados aos fatores são as medidas do uso em tal contexto, relativo a esse uso geral. A partir de agora, apresento os resultados com base na apreciação desses parâmetros.

Discutirei os resultados estatísticos separando os fatores grupo a grupo. Para uma melhor visualização, apresentarei tabelas de distribuição dos dados, em que, ao lado de cada fator, informo o total de sua aplicação e o total geral das ocorrências; assim como a frequência relativa, através dos percentuais, num cálculo realizado pelo

programa MAKECELL; e depois, os pesos relativos calculados pelo GoldVarb para os fatores através do programa VARB2000.

6.1 Traços semântico-pragmáticos do verbo

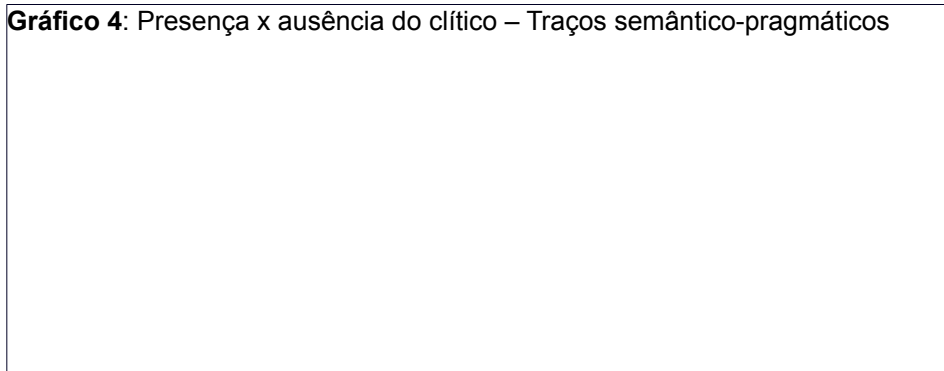
O GF *traços semântico-pragmáticos do verbo* foi considerado como o de maior significância pelo programa. Vale lembrar que essa significância é do ponto de vista da distribuição estatística dos fatores no grupo. Os números são os seguintes:

Traços semântico-pragmáticos	APL/Total	%	PR.
Relacional	230/232	99%	.93
Processo	78/79	98%	.89
Momentâneo	41/42	97%	.81
Dicendi	81/83	97%	.81
Atividade Específica	116/125	92%	.57
Evento Transitório Intencional	101/109	92%	.57
Atividade Difusa	291/370	78%	.27
Experimentação Mental	368/507	72%	.22
Evento Transitório Não-Intenc.	25/37	67%	.18
Instância	25/39	64%	.15

Tabela 9: **Aplicação da regra com relação ao GF Traços Semântico-Pragmáticos**

Dentre os traços, os tipos *relacional* (.93), *processo* (.89), *momentâneo* (.81), *dicendi* (.81), *atividade específica* (.57), e *evento transitório intencional* (.57) são os que mais favorecem à aplicação da regra de presença do clítico junto ao verbo. *Atividade difusa*, *experimentação mental*, *evento transitório não-intencional* e *instância* são os traços menos favorecedores ao preenchimento. Assim:

Gráfico 4: Presença x ausência do clítico – Traços semântico-pragmáticos



Este é um GF que precisa ser submetido a uma nova rodada, cruzando seus fatores com outros de outros grupos. Acredito que a *transitividade* e as *funções* do clítico estejam bastante relacionadas aos traços semântico-pragmáticos dos verbos. Possivelmente, a quase categoricidade na presença do clítico no tipo relacional, por exemplo, se deva ao fato de que esses verbos marcam relações entre indivíduos, portanto a função de reciprocidade é bastante exigida nesse contexto. Como será visto logo a seguir, as construções recíprocas são uma das que mais favorecem o preenchimento do clítico.

Os verbos do tipo *momentâneo*, *dicendi* e *atividade específica* ocupam as primeiras posições na escala de graus de atividade que uma forma verbal pode encerrar³⁴. Se pensarmos que a definição de reflexivização exige a noção de atividade, nossos resultados se tornam coerentes. Mas é necessário confrontar esses traços com as funções do pronome e com a transitividade para dar explicações mais satisfatórias sobre essas questões.

6.2 Tipos de pronome

³⁴ Remeto o leitor ao capítulo 5, em que estão explicitados os traços dos verbos com suas peculiaridades e características particulares.

O segundo GF selecionado pelo GoldVarb como de maior relevância para a análise foi o dos *tipos de pronome*. Embora em termos de totais absolutos, *reflexivo* e *inerente* apresentem mais dados (583 e 467, respectivamente), são os que mais apagam o pronome. Esse é o primeiro dos resultados que contraria minha expectativa inicial. Contando apenas com minha intuição de falante nativa, acreditava que os reflexivos estavam sendo cada vez mais preenchidos na fala de João Pessoa. A distribuição foi a seguinte:

Gráfico 5: Presença x ausência do clítico – Funções do clítico

A leitura da tabela abaixo, com a indicação dos números referentes às funções do *se*, irá possibilitar uma discussão fundamentada menos em impressões do que em resultados. Uma discussão que considero ser central para a pesquisa, já que me utilizarei, no capítulo seguinte, das várias funções exercidas pelo *se* para averiguar sua gramaticalização no dialeto de João Pessoa.

Tipos de pronome	APL/Total	%	PR.
Ergativo	105/110	95%	.88
Indeterminado	176/178	98%	.86
Recíproco	141/143	98%	.51
Enfático	123/131	93%	.41
Reflexivo	453/606	74%	.38
Inerente	385/482	79%	.36

Tabela 10: Aplicação da regra com relação ao GF Funções do clítico³⁵

Os dados estão assim representados em pesos relativos, em função da variável *tipos do pronome*: ergativos com **.88** de presença, indeterminados com **.86**, recíprocos com **.51**, enfáticos com **.41**, reflexivos com **.38**, inerentes com **.36**. A medida considerada como *ponto neutro* é um peso de **.50**, ou seja, esse fator, nesse contexto, parece não ser determinante para a aplicação ou não da regra. Todos os pesos acima de **.50** favorecem a ocorrência do fenômeno, e todos os pesos abaixo desse valor inibem a aplicação. O que, de início, chamou a atenção nos dados foi o valor de **.38** para os reflexivos e de **.36** para os inerentes, o que contraria minha hipótese inicial de que esses seriam tipos de pronomes que persistem em se manter junto ao verbo.

Próximos ao ponto neutro, com **.51** de presença, estão os recíprocos. De acordo com Bandeira (2007), os recíprocos, assim como os reflexivos, estão mais circunscritos a um segmento do texto e por isso tendem mais à presença do pronome. Tal conclusão remete ao que Miotto *et alii* (2004, p. 217) consideram domínio Argumental: *se* reflexivo e *se* recíproco são anáforas das expressões *um com o outro* e *um no outro*; como consequência, são referencialmente dependentes, e “não podem jamais aparecer sem que o elemento com o qual se identificam referencialmente também esteja presente”.

35 Na ocasião de defesa desta tese, um ponto muito pertinente levantado pela banca examinadora foi a discussão sobre ter trabalhado com as funções do *se*, agrupando-as em uma única classe de clíticos anafóricos. As considerações e sugestões feitas pela banca levantaram a possibilidade de trabalhar não na perspectiva de uma classe, mas na de **domínios funcionais**. Assim, os dados para análise ficariam divididos em dois domínios funcionais: o da reflexividade e o da indeterminação (incluindo-se aqui os casos de apassivadores). Fazer novas rodadas, considerando esta noção de domínios funcionais, excluindo o domínio dos indeterminados, e limpando o domínio dos reflexivos, evidenciaria outros resultados. Pensando nisso, considero fundamental realizar outras rodadas estatísticas, focalizando a natureza distinta dos dados, o que irá clarificar ainda mais os fatores de apagamento e manutenção do clítico. Para efeitos de correção da tese, entretanto, esta atividade se torna imprópria, porque geraria outros resultados que, por sua vez, implicariam outras discussões. Os questionamentos feitos pela banca, nesse quesito, foram incontestavelmente pertinentes, mas sua aplicação nos dados será feita em ocasiões posteriores, em continuidade ao debate acerca da gramaticalização do *se*.

Segundo Bandeira (2007, p. 181), os recíprocos têm relação anafórica direta, diferentemente de um *se* enfático ou inerente, por exemplo. Por esse motivo mesmo, aqueles tendem à presença, enquanto estes sofrem, mais facilmente, o apagamento.

Alguns autores (Nunes, 1995, por exemplo) não diferenciam recíprocos de reflexivos, por serem ambos argumentos internos e detentores do papel argumental de paciente. Outros (como Miotto *et alii*, 2004) preferem distinguir cada classe quanto às interpretações reflexiva e recíproca. Parece que, de fato, existem diferenças sensíveis entre as classes que, de alguma forma, incidem na preferência pelo emprego ou não do clítico nessas construções. Sob uma perspectiva gerativista, Miotto *et alii* (2004) concordam que os recíprocos revelam-se mais resistentes à supressão. Esses resultados corroboram os de D'Albuquerque (1988, p. 119) que apontam uma alta taxa de presença dos clíticos nas construções recíprocas. O mesmo se vê nos resultados de João Pessoa, que registram um peso de **.51** para os recíprocos e outro de apenas **.38** para os reflexivos.

De qualquer modo, para D'Albuquerque (1988), a queda do clítico nesses contextos corresponde à obediência ao que chama modelo geral de omissão do objeto, o do objeto morfologicamente nulo que recebe preenchimento semântico a partir do contexto discursivo. Monteiro (1994) sustenta que o sentido seja recuperado pelo contexto situacional que preenche a noção de reflexividade que não é dada sintaticamente quando o objeto é nulo. Marcuschi (2005), por sua vez, diz que o vazio é possibilitado por alguma forma de inferência semântica (lexical), ou conceitual (cognitiva), ou ainda processual (textual).

Pensando em termos de uma anaforização direta, Bandeira (2007) argumenta que o *se* indeterminado tende a um maior apagamento, já que é mais “livre” no que diz respeito à pontualização de um item específico no texto (p. 164). O que os dados de João Pessoa demonstram, ao contrário, é um *se* indeterminado com peso de **.86**, sendo um dos fatores que mais propiciam o preenchimento do pronome, ao lado do *se* ergativo, com **.88** de presença. Evidentemente, resultados diferentes vão gerar conclusões diferentes.

Um peso de **.88** para os ergativos revela um resultado bastante significativo para o preenchimento. Quando levantei todas as entradas lexicais dos verbos ergativos, constatei que 49 indicam processos de experimentação mental (*impressionar*, *encabular*, por exemplo) e apenas 1 indica atividade (*queimar*); e que todos eles têm predicação transitiva. Vilela e Koch (2001, p. 78) explicam que existe um grupo de verbos tradicionalmente designados como causativos ou factitivos, em que o verdadeiro agente ou executor está ausente, e que admitem dois tipos de construção: (a) uma transitiva, tal como em (297); e uma intransitiva, designada também como ergativa, pelo fato de o sujeito ser originariamente um complemento direto, como em (298).

(297) *João aborreceu seus pais.*³⁶

(298) *Os pais de João se aborreceram com ele.*

Um peso de **.88** e **.86** de presença para *ergativos* e *indeterminados*, respectivamente, contra apenas **.38** e **.36** para *reflexivos* e *inerentes* pode ser o reflexo de uma mudança maior que atinge o sistema pronominal do português: uma crescente obrigatoriedade no preenchimento do sujeito ao lado do incremento da regra do objeto nulo no PB (Cf. Duarte, 1986, 1996; Omena, 1978; Galves, 1989; Cyrino, 1990; Nunes, 1996 e outros). Se pensarmos como Menon (1994), para quem o *se* de (299)

(299) *Fala-se muito dos problemas sociais, mas pouco se faz pelo país.*

corresponde ao sujeito da oração, temos uma justificativa plausível para o peso de **.86** no favorecimento da aplicação da regra de preenchimento do pronome. Da mesma forma, Nishida (1994) aponta que o *se* dos ergativos e dos indeterminados absorve argumento externo, ou seja, representa o agente da ação como sujeito.

Se o *se* de um verbo reflexivo indica, necessariamente, que ele é objeto correferente ao sujeito que executa o processo, é coerente também que ele não apresente taxas tão expressivas de presença. Quanto ao baixo índice de favorecimento à presença do pronome pelos inerentes (**.36**), sustento que, se a forma não funciona como complemento, mas sim como parte integrante do verbo, presa, fossilizada, não faz

36 Os exemplos (297) a (299) foram criados por mim.

mesmo muito sentido pensar em sua obrigatoriedade de uso, uma vez que a noção de reflexividade da construção estará ligada à entrada lexical do verbo e não ao pronome.

Como propõe D’Albuquerque (1988, p. 117-119), se um objeto regular pode ser omitido, um objeto pronominal também pode. Se este objeto pronominal cai em construções com verbos acidentais, cairá também em construções com verbos essencialmente pronominais, sendo que, no primeiro caso, a ausência é de ordem sintática; e no segundo, é de ordem lexical. É o que Madureira (2002, p. 120) chama de *recurso de simetria do sistema sintático*. Quando há uma grande previsibilidade semântica do objeto de um verbo, a superposição de papéis é sentida como tão óbvia que a marca de reflexividade se torna desnecessária a ponto de se esvair.

A língua tem duas forças opostas que se equilibram, possibilitando a existência de estruturas alternativas, ora com a presença do pronome, ora com sua ausência: o fator semântico faz cair a marca morfológica de reflexividade, semanticamente vazia; enquanto que o fator lexical preserva o molde formal do modelo reflexivo.

A coincidência entre o status de agente e o de atingido pela ação é tão óbvia semanticamente, que a reflexividade morfológicamente marcada perde sua funcionalidade. Por outro lado, a força do fator lexical continua atuando e o molde formal da estrutura pronominalizada é preservado. Prova disso é que de um mesmo informante podem-se extrair construções que alternam entre a presença e a ausência do clítico junto ao verbo, como (300) e (301):

(300) *Tinha um homem que andava atráyø de mim, sabe? Disse que queria **casao** comigo, que a gente ia teø muito fĩ, pøa famía seø grande, mas eu eu quero nada! Ixi! Não! Só se a gente arrumaø um marido muito rico, né? Que tenha dinheiro. Mayø quem já viu pobøe **casao** com rico?*

(301) *A gente num manda no coração. Coração : ele é quem resolve, né? A pessoa às vezes diz: “Não, eu quero **me casao** com um homem assim bonito, cheio do dinhêro”, acaba a pessoa se [ca] **se casanoo** com um pobre feio, negøø, do cabelo ruim.*

Cyrino (2000) indica que poderia estar acontecendo uma mudança na estrutura argumental dos verbos associados ao *se*. Tomando como exemplo o verbo *casar*, a autora justifica a supressão do *se* com aquilo que chama de *não-exercício pelo clítico da*

função de argumento interno de verbo. Dessa forma, por que marcar com o *se* a reflexividade que já está contida no verbo? Penso que o peso relativo de apenas .36 para o preenchimento do clítico nos *inerentes*, colocando-os entre os tipos de pronome que mais propiciam o apagamento, seja a resposta mais sensata a esta pergunta.

Segundo Kemmer (1993), um clítico reflexivo é um clítico que atua junto a um verbo de dois participantes, marcando uma identidade não-óbvia, não predizível, entre o Iniciador do processo verbal e seu Ponto de Chegada. Por conta dessa falta de previsibilidade, é levantada a hipótese funcional de que os reflexivos necessitam de codificação para que a boa informação não seja prejudicada. Um exemplo como (302) abaixo, retirado de Lima-Hernandes (2004), aponta para a incompreensão gerada pela ausência de *se* num ambiente em que sua presença seria o mais plausível.

- (302) DOC. *Alaga a rua toda! O senhor não tem vontade de mudar um dia?*
INF. *Como assim? Mudar o que? Mudar em que?*

Deixar de marcar o clítico nesses contextos de identidade não-óbvia não seria antifuncional? O que os resultados estatísticos mostram, entretanto, é uma alta taxa de apagamento para esses casos. Os que sustentam a mesma posição que Labov (1994) vão defender que o fator funcional se configura como menos importante que o fator estrutural: o *se* dos reflexivos está caindo porque ele ocupa posição acusativa e, assim, sofre as mesmas pressões estruturais que os objetos regulares, pelo recurso de simetria do sistema sintático.

Pereira (2007) não perde de vista que a ausência do pronome pode não implicar comprometimento da informação se os contextos discursivo-pragmáticos esclarecerem que o verbo se refere a um processo e que seu complemento tenha função de paciente, como em (303):

- (303) *I* Ah! meu dia a dia é bom dimai0. (falando rindo). Chego lá, aí subu, né? pro perto do dezoito anda0, pego minha mercaduria ponho na parede, aí já começo a bagunça0 cum oh menino0, armo minha bijuteria, + fico lá sentada isperan0o os cliente0 chega0; quando chega, não deixo iscapa0 nenhum. Se eu pude0 eu conversu, amostro, brinco, que eu sô muito brincalhona; depois sento, chega minhas colega0, vamo0 conversan0o, conversan0o; chega um cliente, atendo, sabe? (VALPB – MLT – F – 3).*

Dada a multifuncionalidade do *se*, Dutra (1981) toma o contexto pragmático como indispensável para determinar sua função. Fora de contexto, salienta a autora, é impossível dizer se *Retirou-se a guarda* tem significação passiva, reflexiva ou indeterminadora. Além de ser necessário para identificar funções, o contexto discursivo-pragmático é responsável, também, pela possibilidade de omissão do clítico. Reich (2006) hipotetiza que o não-preenchimento do pronome depende decisivamente dos ambientes discursivo-situacionais, e exemplifica com as seguintes orações:

(304) *João caiu da bicicleta e machucou.*

(305) *João bateu em José e se machucou.*

(306) *João bateu em José e machucou.*

Por uma hipótese funcional, a omissão do *se* será evitada nos casos em que dois referentes competirem para a função de objeto. Em (306), a supressão do pronome favorece uma interpretação não-reflexiva. Reich (2006) sugere que o pronome tenderá a ser utilizado nesses casos, em que o sentido reflexivo é menos previsível e pouco evidente.

Sobre o não-favorecimento do *se* enfático na aplicação da regra de preenchimento do pronome, argumento que o peso de **.41** de presença é consequência de sua *dessemantização* (Hopper & Traugott, 1993). Então, *se* é *opaco*, não mais absorve argumento (Cf. Nishida 1994), nem interno nem externo, ou seja, não ocupa lugar acusativo, nem nominativo.

De acordo com Luft (2000, p. 12), quando se acrescenta um *se* à uma construção intransitiva para dar-lhe relevo, ocorre o fenômeno da *transitivização por pronominalização*, mas isso não significa que um novo sentido foi instaurado com o emprego do pronome enfático. Madureira (2002, p. 123) concorda que o *se* enfático não serve para distinguir sentidos, e se torna, por isso, *opaco*.

Em Bandeira (2007, p. 191), o *se* enfático é o que mais sofre apagamento, com peso de apenas **.06** para a presença. Segundo a autora, tanto sua opacidade quanto sua não-distinção de sentidos são responsáveis pela queda do clítico nesse contexto. Nos

dados de João Pessoa, embora o *enfático* também não favoreça ao preenchimento, seu peso é bem maior (.41 de presença) que o peso da variável nos dados de Curitiba (Cf. Bandeira, 2007). Ainda assim, penso que as mesmas motivações podem ser resgatadas: o *se* enfático é opaco, não instaura novos sentidos, passa pelo processo de dessemantização. Todas essas são características de sua **gramaticalização**. Acontece que em João Pessoa, diferentemente de outras regiões do país, o processo não atingiu o último estágio, que é o do desaparecimento. Ao contrário, o *se* enfático, *dessemantizado*, se afixa, se cristaliza junto aos verbos, ocorrendo numa frequência mais elevada do que em outros dialetos, como em (307), (308) e (309) a seguir:

(307) *É é o bem que'le que te quer, não sei o que. Por isso que por isso que eu não goxto de homem casado, {inint} né? Pega deixa você buchuda aí, e vai **sembora** pra casa dele.* (VALPB – JRM – F -1).

(308) *I* Meus irmão0. Po0que bebe tudinho. Essa junta de cunhado, a sogra e o irmão é tudinho bebendo : Quando chega chega um mói p0a dent0o de casa p0a implica0 um que0 briga0 com o ô0o, ô0o que0 briga0 com outro, aí lá vai a gente se mete0, vai tira0, **vai-te embora** pra casa, num sei que, vai-te embora vai anda0. É o que a gente diz.* (VALPB – MHS – F – 1).

(309): *Aí quan0o eles recorreram a justiça, a gente foi, né? E eles queriam que eu namorasse com ela de + **fosse simbora** de lá + ele quiria que eu viesse embora, né? fosse namorá0, may0 viesse embora de sete horá0.* (VALPB – GSN – M – 3).

6.3 Transitividade do verbo

As mesmas explicações dadas anteriormente podem ser usadas para entender os resultados do GF referente à *transitividade*.

Transitividade Verbal	APL/Total	%	PR.
Intransitivo	325/340	95%	.86
De ligação	33/35	94%	.63
Transitivo	1048/1298	80%	.37

Tabela 11: Aplicação da regra com relação ao GF Transitividade

Os verbos intransitivos, com **.86** de presença autorizam em escala muito maior a presença do pronome do que os verbos transitivos, com **.37**, e esse é um dado que consideramos estar diretamente relacionado à regra do objeto nulo em língua portuguesa. Nesse caso, o apagamento extrapola o âmbito da reflexividade e atinge um contexto bem mais abrangente, como o do sistema pronominal do português. Os verbos de ligação apresentam um peso de **.64** de presença, sendo um fator de favorecimento à aplicação da regra de preenchimento do pronome. Isso remete à tendência a que Nunes (1995, p. 215) faz referência: “os verbos de ação favorecem a construção inovadora [o apagamento], ao contrário dos verbos de processo e estado”. Assim:

Gráfico 6: Presença x ausência do clítico – Transitividade

Retomarei as discussões sobre transitividade mais adiante, quando apresentar o cruzamento entre os grupos de fatores, na tentativa de encontrar explicações mais satisfatórias acerca do uso do clítico em João Pessoa.

6.4 Pronome pessoal

A distribuição dos dados, pelo fator *pronome pessoal*, é dada da seguinte maneira:

Pronome Pessoal	APL/Total	%	PR.
Eles/elas	107/114	93%	.72
Eu	466/563	82%	.56
Ele/ela	613/698	87%	.47
Nós	15/18	83%	.42
A gente	108/133	81%	.37
Tu	05/08	62%	.31
Você	88/134	65%	.30
Vocês	04/05	80%	.17

Tabela 12: Aplicação da regra com relação ao GF Pronome Pessoal

Apenas *eles/elas* (.72) e *eu* (.56) foram considerados como favorecedores à presença do clítico. Todos os demais ficaram abaixo do ponto neutro, sendo, por isso, caracterizados como inibidores à aplicação da regra variável.

O modo como os pesos relativos se distribuíram nesse GF não estão representando resultados muito claros para mim. Talvez, mesmo que sejam feitas outras rodadas dos dados, com interação entre os GFs, não seja detectada a influência das pessoas pronominais na relação presença x ausência do clítico. O programa “leu” que os resultados desse grupo fizeram dele uma variável responsável pelas tendências de uso do pronome. Contudo, levanto, mais uma vez, a ressalva de que a relevância é do ponto de vista estatístico, e nem sempre ela coincide com as determinações lingüísticas para a variação no emprego do item.

Sobre os pronomes pessoais, Dik (1989) propõe a seguinte hierarquia:

$1^a, 2^a > 3^a$ ou <i>participante da interação > não-participante</i>

Quadro 9: Hierarquia dos pronomes pessoais (Adaptado de Dik, 1989)

Dada a natureza egocêntrica da comunicação humana, quanto mais próximo um falante estiver de uma certa entidade, mais destaque ela terá, ganhará relevo e prioridade. Falante e ouvinte têm importância central no universo pragmático, e têm prioridade sobre os não-participantes da interação verbal. Pensando nesta hierarquia, Pereira (2007) hipotetizou que a frequência de realização do pronome pudesse ser maior entre as instâncias de 1ª e 2ª pessoas do que nas de 3ª. A distribuição dos dados em seu *corpus* levou à confirmação do que a autora suspeitava, e ela pôde, então, sustentar que as pessoas pronominais têm alguma determinação sobre o uso do clítico na cidade de São Paulo. Nos dados de João Pessoa, entretanto, a distribuição não se comporta da mesma maneira, de modo que não posso me utilizar dos mesmos argumentos para defender uma possível influência da variável na aplicação da regra, como se nota pela observação do gráfico:

Gráfico 7: Presença x ausência do clítico – Pronome pessoal

6.5 Tipos de discurso

A distribuição dos resultados para o GF *tipos de discurso* corresponde integralmente às hipóteses que formulamos no início desta pesquisa:

Tipos de Discurso	APL/Total	%	PR.
Argumentação	345/383	90%	.64
Descrição	452/527	85%	.50
Descrição de Vida	161/194	82%	.45
Narrativa	448/563	78%	.41

Tabela 13: Aplicação da regra com relação ao GF Tipos de Discurso

Como mais favorecedores à presença do pronome, temos a argumentação (.64), seguida da descrição (.50); e como menos favorecedores, estão a descrição de vida (.45), acompanhada de perto pela narrativa (.41).

Conforme vimos no capítulo anterior, Tavares (2003, p. 214) propõe uma escala que represente o contínuo de marcação que envolve os tipos de discurso. Esse contínuo (i) parte da seqüenciação de eventos passados, não-durativos e temporalmente delimitados, o que é próprio da narrativa; (ii) passa pela seqüenciação de eventos não-delimitados e durativos, caso da descrição de vida; (iii) chega à ordenação tanto de informações relativas às propriedades de um elemento quanto de argumentos e opiniões, características da descrição e da argumentação, respectivamente. Pelo fato de envolver a manifestação de opiniões, a autora define a argumentação como mais complexa que a descrição, em que há a exposição de características de um ser ou objeto.

Gráfico 8: Presença x ausência do clítico – Tipos de discurso

O gradiente defendido pela autora corresponde à escala de favorecimento de aplicação da regra em nossos dados, e justificamos essa correlação pela crença de que

contextos discursivos mais elaborados³⁷, como os da argumentação, poderiam impor ao falante certas posturas que revelariam um maior domínio do padrão lingüístico. A resultados semelhantes chegou Rocha (1999), quando verificou que, no uso do pronome na cidade de Ouro Preto, o estilo menos formal tende a apagar mais o clítico (.55 de ausência), enquanto que o estilo mais formal apaga menos (apenas .17).

As três próximas seções apresentam a distribuição dos dados pelas variáveis sociais, todas selecionadas como relevantes pelo GoldVarb. Esse é um dado significativo, uma vez que indica serem os fatores extralingüísticos determinantes, em alguma medida, para a manutenção ou não do pronome junto ao verbo.

6.6 Sexo

De acordo com Monteiro (1994, p. 143-144), algumas pesquisas sociolingüísticas apontam que as mulheres procuram se expressar mais de acordo com aquilo que se considera “um modo correto de falar”, enquanto outros revelam a participação decisiva das mulheres em relação a fenômenos de mudança. Parece haver, aqui, uma “briga” de comportamentos. Silva (2006, p. 25) também alerta para o fato de que, em estudos variacionistas sobre fenômenos que estão passando por mudança, alguns trabalhos apontam as mulheres como as favorecedoras da forma inovadora, enquanto outros assinalam que os homens são inovadores.

Em Rodrigues e Pereira (2006), as autoras lançaram o pressuposto de que as mulheres tendem a se aproximar mais da norma-padrão do que os homens. Os resultados, entretanto, apontaram um peso de .61 de presença para os informantes do sexo masculino contra .41 para os do sexo feminino.

37 Dizer que a argumentação representa um contexto discursivo mais elaborado não significa fazer uma associação direta entre um determinado tipo de discurso e um estilo mais ou menos formal. Sobre esta discussão, sugiro a leitura de Tavares (2003).

No caso do emprego do pronome em João Pessoa, os resultados de **.59** de presença para os homens contra **.42** para as mulheres significam que os homens mantêm mais o uso do clítico do que as mulheres. Assim:

Sexo	APL/Total	%	PR.
Homens	653/743	87%	.59
Mulheres	753/930	80%	.42

Tabela 14: aplicação da regra com relação ao GF Sexo

A questão do apagamento não é estigmatizada entre as mulheres. Com isso, verificamos que o que afirma Menon (2006, p. 158) se aplica a nosso objeto de estudo: “a literatura tem mostrado que, quando as mulheres estão à frente num processo de variação ou mudança, é sinal de que o item lingüístico, se não é o mais prestigiado, também não sofre restrições”. É como diz Paiva (1996, p. 71): uma observação mais atenta desses estudos permite perceber que a mulher se mostra inovadora quando a variante inovadora é de prestígio, e se mostra conservadora quando a forma inovadora é desprestigiada.

6.7 Faixa Etária

No GF *faixa etária*, os resultados foram bastante eqüidistantes. Encontramos um peso de **.55** de presença nos idosos, **.49** nos jovens e **.45** nos adultos, como se vê na tabela abaixo:

Faixa Etária	APL/Total	%	PR.
+ 50	512/592	86%	.55
15-25	414/491	84%	.49
26-49	480/590	81%	.45

Tabela 15: Aplicação da regra com relação ao GF Faixa Etária

Nossa expectativa inicial era a de que essa ordem fosse diferente. Representando um *ponto neutro* na questão do emprego ou não do pronome, esperávamos que estivessem os adultos, e que o favorecimento à presença ocorresse entre os idosos, assim como o favorecimento à ausência ocorresse entre os jovens. Como afirma Duarte (1989, p. 27), a ausência dos clíticos entre os mais jovens é absoluta; e, segundo Monteiro (1994, p. 178), os clíticos aparecem um pouco mais na fala dos mais idosos.

Rodrigues e Pereira (2006) levantaram a hipótese de que estaria em curso uma mudança lingüística em direção à perda dos clíticos no PB. Com isso, as autoras tiveram como expectativa inicial a mesma que eu quanto à influência da faixa etária no emprego do pronome. Os resultados, contudo, também não confirmaram seu pressuposto original: os jovens são os que mais realizam o clítico (.74 de presença), seguidos pelos adultos (.59), chegando aos idosos (.42).

Depois disso, Pereira (2007) observou o comportamento do clítico em São Paulo, selecionando para análise dois *corpora* distintos: um correspondendo ao período entre 1986-1987; e outro entre 1997-2001. No primeiro *corpus*, os jovens foram os que mais apagaram o pronome, com apenas 37% de frequência de uso; já no segundo, foram os jovens que mais preencheram o clítico, com 53%. A tendência à perda deu lugar à tendência à aquisição, e com isso a autora pôde falar em uma *mudança na direção da mudança*: os falantes do dialeto paulista estariam diante de uma reativação no uso do pronome?

Nos dados de João Pessoa, não posso adotar essa mesma estratégia comparativa, visto que não trabalho com *corpora* referentes a dois momentos distintos. No entanto, os resultados de Pereira (2007), relacionados aos dessa pesquisa, permitem que se levante a questão: será mesmo que os clíticos anafóricos estão se perdendo?

Bandeira (2007, p. 195) levanta a discussão sobre a frequência do apagamento dos clíticos entre os mais jovens, e questiona se isso indica mudança em tempo aparente (Cf. Labov, 1972), ou apenas um fenômeno de gradação etária, caracterizando tão somente a fala dos jovens.

Talvez, a distribuição de nossos dados, apontando que os jovens “seguram” mais o pronome que os adultos, seja uma questão que se relacione com a escolaridade dos indivíduos. Como o contato dos jovens com a escola é maior, ela pode estar exercendo uma força no sentido da preservação do emprego do pronome; e como os adultos já estão mais distanciados dela, não sentem tanto suas “pressões”.

Melo (2005) associa o resultado de um menor apagamento do clítico entre os jovens à influência da escola, que tem relevância direta sobre o desempenho lingüístico do falante (cf. Tarallo, 1990). Da mesma forma pensa Duarte (1989, p.29), para quem “a escola é um meio que municia o indivíduo com a habilidade de usar o clítico, e esse fator, associado à idade, é relevante na realização de sua variante”.

6.8 Anos de Escolaridade

Os resultados do GF *escolaridade* explicam melhor o que foi dito acima. A escola tem participação efetiva na divulgação da noção de “língua de prestígio”, ou seja, à medida que se aumenta o nível de escolaridade, mais elaborado e formal é o nível de língua. É de se esperar, então, que cresça também a tendência ao emprego dos clíticos anafóricos. (Galves, 2001, p. 141). Dentre muitos estudos, sustentaram este ponto de vista os resultados de Nunes (1995), assim como o de Rocha (1999), por exemplo. Já nos dados de João Pessoa, a distribuição foi a seguinte:

Anos de Escolaridade	APL/Total	%	PR
Nenhum	419/476	88%	.60
4-8	538/664	81%	.46
+11	449/533	84%	.46

Tabela 16: Aplicação da regra com relação ao GF anos de escolaridade

Em nossos dados, o único nível de escolaridade que favorece à presença do pronome é o dos analfabetos, com um peso relativo de **.60**. Ginásio e Superior apresentam a mesma medida, considerada como desfavorecedora à aplicação da regra, de **.46**. Esses números não vão de encontro com o que dissemos logo acima? Se, como sugere Galves (2001, p. 141), o emprego do clítico não pertence mais à competência do falante desenvolvida na fase de aquisição natural da língua, sendo, portanto, uma aquisição tardia, associada a um nível de língua elaborado e formal, como explicar seu maior favorecimento entre os não-escolarizados? Exatamente por essa percepção de que o emprego do clítico anafórico estar associado a um modo mais elaborado de língua, o que reflete um maior prestígio social. Prova disso são os casos de *se universal*, com 10 ocorrências entre os analfabetos, contra 04 nos ginasiais e 02 nos de formação superior; e os casos de *redobro*, que aparece 14 vezes nos não-escolarizados, contra as 03 ocorrências nos informantes de 5 a 8 anos de escolaridade, e as 04 ocorrências no informantes com mais de 11 anos de escolarização.

Já o peso de **.46**, semelhante tanto para Ginásio quanto para o Ensino Superior, indica que, nesses níveis de escolaridade, a presença do pronome não é favorecida. Atribuímos a esse resultado o fato de o apagamento não ser visto como um fenômeno estigmatizado. A variação não limitada à baixa ou nenhuma escolaridade indica que a variável é não-saliente, e não há uma atribuição de valor social negativo.

6.9 OUTROS RESULTADOS

Nesta seção, procuro desvendar mais do comportamento do *se* em João Pessoa e, para isso, a divido em duas partes. Na primeira, resgato os resultados que o GoldVarb considerou sem relevância estatística. Na segunda, os números são discutidos em vista dos cruzamentos entre as variáveis, na expectativa de que a “conversa” entre os fatores gere maiores evidências acerca do que se passa com o clítico no dialeto pessoense. Não

esqueçamos, todavia, que as discussões travadas agora deverão ser relativizadas pela ausência dos pesos relativos que se associam aos fatores nas análises sociolinguísticas.

6.9.1 Os resultados “sem significância”

Os resultados apresentados anteriormente foram aqueles considerados como significantes pelo GoldVarb. Como já foi ressaltado, a significância é do ponto estatístico e representa uma melhor distribuição dos dados dentro de um determinado GF. É provável que a relação testada entre os fatores exista de fato, e dificilmente os resultados obtidos serão fortuitos.

E os resultados que o programa considera sem significância? Descartá-los parece não ser a melhor opção. Até que se chegue à etapa dos resultados, muitas outras tiveram de ser construídas e exploradas exaustivamente. Abandonar os resultados de todo esse trabalho parece ser uma atitude pouco inteligente. Até porque, a falta de significância de uma relação já é por si mesma significativa! Diante da expectativa de que a concordância entre o verbo e o pronome reto, por exemplo, exerceria alguma influência para o maior emprego do clítico anafórico, a resposta poderia simplesmente ser **sim** ou **não**. Tanto uma quanto outra são respostas, descobertas, evidências acerca do questionamento. Como sugerem Guy e Zilles (2007, p. 215), a prática de pesquisadores em variação linguística deve sempre ser a de descrever todos os fatores investigados, esclarecendo a quais deles foi atribuída significância na aplicação da regra, e também quais deles geraram resultados sem relevância estatística.

Quando rodei os dados pelo programa MAKECELL, ele apresentou um *knockout* total no GF *colocação do pronome*; no GF *tipos de pronome*, eliminou o fator *pronome apassivador*, visto que o resultado é categórico para a presença; e no GF *traços semântico-pragmáticos do verbo*, eliminou os fatores *atenuação*, *estado*, *existência*, e *sensação corpórea*. Como queria uma visualização geral da distribuição dos dados, em termos de porcentagens, optei por rodá-los mesmo que já fosse previsto o comportamento do GoldVarb para essas ocorrências. Saber que, nesses contextos, a presença do clítico é categórica é relevante, sim!

Para verificar a influência da ordem no comportamento do clítico, é evidente que só seriam computados os casos de preenchimento. Por isso mesmo, um *knockout* nesse GF não seria surpresa. Ainda assim, os resultados referentes à ordem, e principalmente os associados a outras variáveis, foram significativos para a pesquisa. Sobre eles, tecerei algumas considerações logo adiante, em 6.9.2, quando dos cruzamentos entre os GFs.

De antemão, o que pude constatar foi que, confirmando os muitos estudos desenvolvidos no PB acerca da ordem, a preferência quase que categórica para o português do Brasil é pelo padrão proclítico, como em (310),

(310) *I* Oxe. Enquanto ele num vê eu sai0 desse canto que eu tô sentada ele num sossega. Até mãe briga com ele. Di0: “Ela tá fazen0o” - “É melhor se levanta0 pra faze0 o serviço.”* (VALPB – MHS – F – 1).

o que confirma o estatuto pronominal dos clíticos. Nunes (2007, p.25-32) assegura que o PB é de padrão pronominal proclítico, enquanto que o PE mescla os dois sistemas a depender de certos condicionamentos (Pagotto, 1993; Martins, 1994; Galves, 2001). O autor apresenta casos anedóticos dos mineirismos – mais especificamente da região do Triângulo Mineiro – argumentando que eles ou refletem propriedades gramaticais que distinguem fundamentalmente o português brasileiro do português europeu ou são fósseis lingüísticos que retratam estágios anteriores à constituição da gramática do PB atual.

No caso brasileiro, a ênclise é sempre relacionada à escolarização e seu aprendizado acaba sendo vinculado mais a uma aquisição de segunda língua que de primeira. Entretanto, mesmo na língua mais comum do dia-a-dia, ainda podem ser encontrados alguns resquícios de ênclise, como em (311) e (312) abaixo³⁸:

(311) *Acabou-se o que era doce.*

(312) *Abre-te, Sésamo!*

38 Os exemplos (311) a (323) foram retirados de Nunes (2007).

Uma estrutura como (311) parece se manter porque tem uma rima entre *acabou-se* e *doce*, desencadeada pela redução do ditongo no verbo. Caso semelhante acontece com (313)

(313) *Vai à puta que o pariu.*

que preserva o clítico *o*, quando é de conhecimento geral que no PB moderno eles são infreqüentes ou inexistentes. Prova da influência da rima entre *kiu* e *pariu* é que a expressão pode ser facilmente endereçada a mulheres, mesmo que *o* pertença ao gênero masculino. Mais uma consequência interessante da preservação do clítico na frase é que o *o* é interpretado como de segunda pessoa, o que pode ser constatado pela troca por *Vai-te à puta que o pariu*. Além disso, ainda pode ser encontrada uma outra variante, com o apagamento do clítico, como em *Vai à puta que pariu*, consequência do total esvaziamento (*bleaching*) semântico do *o*.

Sobre (312), Nunes lembra que, como em Minas a realização do reflexivo é muito pouco presente, a não-interpretação de *te* como pronome é plenamente justificável. Se a tendência geral naquela região é a do apagamento do clítico, o que explica sua preservação é o fato de ter sido operada na construção uma reanálise, alterando as fronteiras entre os constituintes, de modo que *Abre-te, Sésamo!* se torna *Abre, Tisésamo!*. O mesmo acontece com (314) e (315) abaixo:

(314) *Que me importa!*

(315) *Importa-me lá!*

Segundo Nunes, (314) é uma construção comum tanto ao português brasileiro quanto ao português europeu; já (315) não faz parte da gramática do PB. Como poderia ser explicada essa diferença? Ou (315) é uma construção recente no PE e não fez parte da base lingüística que originou o PB, ou (314) e (315) existiam nas duas línguas, mas com o desenvolvimento do padrão proclítico no português brasileiro, (315) desapareceu.

Em Minas, existe a expressão *Que me importa-me lá!* e isso leva a crer que a segunda hipótese seja a mais aceitável. O clítico que está em ênclise forma uma unidade fonológica com o advérbio e não com o verbo. [me lá] foi reanalisado como uma única palavra. Nunes salienta que os mais idosos ainda mantêm uma forma reduzida de (315),

como *Porta-me lá!*, em que o clítico também se apresenta fonologicamente apoiado no advérbio.

Caso semelhante ocorre com (316), (317) e (318) abaixo:

(316) *João foi-se embora.*

(317) *S'embora, pessoal.*

(318) *Eu fui-me embora.*

(319) *M'embora.*

(316) é reanalisada, apresenta um caso de próclise ao advérbio e não de ênclise ao verbo, como se nota também em (317). Já (319) é indicativa de um registro bastante informal. Tanto em *Que me importa-me lá!* quanto em (317), o sistema proclítico do PB desencadeou reanálises de clíticos pós-verbais, criando novos itens lexicais. Uma vez que se impôs em PB, esse sistema naturalmente também passou a impor restrições ao surgimento de novas palavras, como as gírias, por exemplo:

(320) *João se tocou.*

(321) *João tocou-se.*

(322) *João se mancou.*

(323) * *João mancou-se.*

A interpretação de (320) pode sugerir que ele tenha realizado uma ação física, assim como indicar que se trata de um ato psicológico, que ele tenha tomado ciência de certo fato. Já (321) não permite esta segunda leitura, referindo-se apenas à realização de um ato físico. Como a forma reflexiva de *mancar* só pode ser usada como gíria, esse uso é aceitável em (322), mas agramatical em (323). A possível explicação para esta assimetria está na incompatibilidade entre o uso informal da gíria e o registro formal típico da ênclise. As gírias envolvendo o reflexivo em PB tratam o reflexivo proclítico como um tipo de prefixo, podendo, inclusive, alimentar derivações morfológicas. É o que acontece, por exemplo, em construções com o verbo *foder*, em que sua última sílaba é apagada presumivelmente para se evitar uma palavra tabu: *Aí ele [sifu] / Aí eu [mifu]*.

O autor destaca ainda como mais interessante o exemplo *Aí eu me [sifu]*, caso em que o clítico reflexivo não está em distribuição complementar com o prefixo reflexivo.

Outros exemplos podem ser apresentados, como a descrição dada por Monteiro Lobato à boneca Emília, tida como uma boneca “semostradeira”; ou ainda expressões muito recorrentes no dia a dia, como *O João precisa de um setocômetro (se tocar > setocômetro)* ou *O João tá precisando tomar semancol (se mancar > semancol)*.

Para Nunes, as gírias podem ser extremamente reveladoras de propriedades gramaticais arraigadas nos vários estágios de uma língua. Todos esses dados de inovações (ou arcaísmos) do português mineiro expõem de maneira transparente que o sistema proclítico do PB se solidificou de tal forma que pode até dar margens a reanálises de formas pronominais proclíticas como prefixos verbais.

Como o interesse mais geral desta pesquisa é verificar o percurso da gramaticalização do *se* em João Pessoa, os números revelados nesta análise quantitativa devem auxiliar a análise qualitativa que farei no próximo capítulo. Assim, me utilizo dessas informações acerca da ordem não apenas para sustentar a distinção no estatuto do *se*, clítico ou afixo, como também para discutir os casos de redobro do pronome, indícios, para mim, de sua gramaticalização.

Outro resultado categórico para a presença do clítico *se* deu na variável *pronome apassivador*, no GF referente às funções do *se*. Das sete funções selecionadas, esta foi a que menos ocorreu no *corpus*: apenas 23 vezes, de 1673 dados, menos de 2% do total. Essa baixa ocorrência confirma o que muitas pesquisas (Nunes, 1995, por exemplo) constatarem sobre o pouco emprego de construções passivas em PB, que cederam lugar às construções indeterminadas. De fato, para qualquer falante nativo do português, a interpretação de *Vendeu-se a casa* não será passiva, como “a casa foi vendida”, mas sim indeterminada, como “alguém vendeu a casa”. Considerando-se a estreita relação entre as construções passivas e indeterminadas, parece não ser fortuita a alta frequência do clítico nessas duas classes.

Quando rodei os dados em função dos pesos relativos dos fatores, o programa não computou os GFs *concordância* e *animacidade do sujeito*. Entretanto, gerou os valores absolutos de ocorrências, através do cálculo de suas porcentagens.

Assim, dos 1673 dados (eliminados os casos de *knockouts*), 1634 apresentaram concordância entre o verbo e o pronome pessoal, enquanto que 39 não concordaram. Do primeiro grupo, 84% correspondem aos dados com presença do clítico e 16% aos dados com ausência. Do segundo, 79% correspondem a construções pronominalizadas contra 21% das não-pronominalizadas. Em termos percentuais, ao menos, a presença do pronome é maior nos casos de concordância, mas não podemos dizer muito mais coisas sobre esses dados, sem que eles tenham sido submetidos aos mesmos critérios de relevância, em termos de pesos relativos, que os demais fatores.

(324) *Ele disse: “Mays rapayø, por que tu num me acordou?”- “Só se eu jogasse água quente em cima de tu”, eu disse brincanøo, né? “Pra ver se tu acordava porque num tinha mais jeito de tu se acordar.”* (VALPB – RAM – F – 3).

(325) *Nós, aqui a [fa] é, nós aqui nós se fala. E lá eles se falam.*

(326) * *Aconteceu assim, digo essa história é engraçada que só assim: que a gente ia pra feira, tinha <uns mais> uns moleques mais arengueiro queria tomaø o dinheiro da gente + Comparação, a gente, tinha eu e meu irmão, eu se foøçava muito pra ajudaø a mãe, os paiø dentøo de casa.* (VALPB – FS – M – 1)

No GF *animacidade do sujeito*, 1599 dados se referem a sujeitos [+animados] e 74 a sujeitos [-animados]. 83% das ocorrências do primeiro grupo apresentam o preenchimento do pronome, contra 17% de ocorrências sem preenchimento. No segundo grupo, 1 dado o “salvou” de um *knockouts*: 99% de presença contra 1% de ausência do anafórico. Pesquisas como as de Omena (1978), Tarallo (1983), Duarte (1986), Cyrino (1999), por exemplo, relacionam um maior preenchimento do objeto se o antecedente apresentar traço [+animado]; e uma forte tendência ao apagamento se o antecedente for [-animado]. Diferentemente desses estudos, e guardadas as diferenças entre os totais de ocorrência (menos de 5% dos casos são de sujeito [-animado]), os resultados dos nossos dados apontam uma quase-totalidade de presença do pronome quando ligado a sujeitos animados.

O último dos grupos de fatores não selecionado como estatisticamente significativo pelo programa foi o das pessoas verbais. A idéia de trazê-lo para a análise estava ancorada na hipótese de que a presença ou a ausência do clítico poderiam estar relacionadas a uma determinada desinência de número e pessoa no verbo. A partir de questionamentos levantados sobre este grupo na ocasião de defesa da tese, uma discussão se torna pertinente: é possível que o esquema original de codificação de dados, planejado para ter grupos ortogonais, não tenha sido tão ortogonal assim. Após reexaminar a distribuição dos dados, parece que alguns fatores de grupos diferentes se comportam de maneira mais ou menos coincidente e acabam codificando os mesmos dados. Nesse sentido, os grupos de fatores dos pronomes pessoas e das pessoas verbais podem estar correspondendo a um caso de acasalamento, ou seja, pode estar sendo criada uma interdependência entre as variáveis, que deveriam ser independentes³⁹.

6.9.2 Os cruzamentos entre os GF's

Quando os dados foram rodados considerando-se apenas os GFs separadamente, alguns dos resultados não se mostraram tão claros para mim. A partir disso, decidi fazer novas rodadas utilizando o CROSSTAB do GoldVarb para cruzar os fatores e tentar encontrar respostas mais satisfatórias para o comportamento do clítico em João Pessoa.

O *se*, nos contextos em que está inerente ao verbo, perde seu estatuto argumental e não representa um participante no esquema valencial. Por esses motivos, pode ser levantada a hipótese de que ele esteja sofrendo gramaticalização, se afixando ao verbo (Castilho, 1994; Freitag, 2003; Camacho, 2003; Oliveira, 2006).

39 Assim como já esclareci anteriormente (ver 6.2), considero fundamental, como sugeri a banca avaliadora, realizar outras rodadas com análises estatísticas alternativas, para avaliar se os desequilíbrios da distribuição estão mesmo produzindo efeitos nos resultados. Entretanto, para efeitos de correção deste trabalho, este é um procedimento não aconselhável, visto que levaria a outros resultados que, por sua vez, desencadeariam outras discussões. Mais uma vez, os questionamento feitos pela banca foram importantes, mas sua aplicação nos dados será feita em ocasiões posteriores.

Outra classe que parece estar se gramaticalizando como afixo é a dos enfáticos. Segundo Camacho (2003, p. 215), os estudos sobre a ordem no PB não deixam dúvidas quanto à preferência pela próclise, indicando que esse é o padrão da ordem pronominal no português do Brasil. Se é assim, ganha força o argumento a favor de seu estatuto como forma pronominal. O trabalho de Rodrigues e Pereira (2004) foi mais um dos que tiveram a próclise como o padrão da colocação pronominal, e as autoras constataram que os casos de ênclise em sua pesquisa aconteceram nos enfáticos, os quais elas denominaram *expressões cristalizadas*. Desse modo, o *se* dos enfáticos se liga ao verbo e, encliticamente, migra de um estatuto de forma pronominal para afixo.

Quando cruzei o GF *tipos de pronome* com o GF *ordem do pronome*, obtive números interessantes que vão ao encontro do que sugerem Camacho (2003) e Rodrigues e Pereira (2004). Dos 1673 dados, apenas 122 corresponderam a casos de ênclise e, desse total, 80% ocorreram nas funções de *se* enfático e inerente, como em (327) e (328) e (329) e (330):

(327) *Dentro de três meses o o -- foi um casamento de repente. Também só durou um ano e nove meses. Com um ano e nove meses, ele mesmo foi simhora. Pque ele **foi-se** embora duas vezes, nas três eu disse que ele num voltava mais não.* (VALPB – JRM – F – 1).

(328) *E* O senhor se lembra de algum filme assim que que o senhor tenha guardado, né?*

I Ah, <isso enquanto eu tô> só gravo naquela hora que tô assistindo, aí passou, pra mim **acabou-se** (risos). Eu sou assim, num gosto de... (VALPB – ACS – M – 1).*

(329) *Aí esse cara ele tinha lá parece vinte e poucos anos. Aí, bebi::a! Aí, virô, mexeu, entrô na igreja, aí foi e **aposentou-se** pelo rural, né?* (VALPB -

(330) **Eu fui, voltei, ainda passei um ano na quinta série, quando foi no finalzinho do ano a repartição que eu trabalho **mudôu-se** do bairro dos estados, eu digo pronto, porque era- era aqui na, na Rudrigues Chaves ali pertinho.* (VALPB – MJC – F – 3).

Se a questão da ordem é mesmo decisiva para a distinção entre clíticos e afixos, o comportamento do *se* nos dados de João Pessoa se torna coerente. Outro fator relevante para este ponto é o alto índice de ocorrência dos casos de redobro na classe dos inerentes. Conforme já havia destacado antes, o fato de o clítico aparecer tanto à direita quanto à esquerda do verbo é também um indício de sua gramaticalização. Das

21 ocorrências totais, 70% dos casos de redobro estiveram nos contextos de *se* inerente, como em:

(331) *Essa mini-série? Ela era casada + e: + e tinha um amante:, que era o nome o nome desse rapayø, meu Deus! Toda veyø eu me esqueço o nome dele:, que ele é o esposo de Bruna Lombradi, sabe? + Ela ela era casada e <tin-> e ele era amante dela:, então ela se apaixonou-se por ele: e ela num gostava do marido dela mesmo não. Ela se apaixonou-se por ele. Ela: rica e ele pobre. Ele tinha uma: esse rapaz amante dela tinha um: a vó dele era parece que era feiticeira:, ele feyz um rosário pra ela, ela feyz um rosário pra ele pra ele num se pegar a mulher nenhuma, aí ele se apaixonou-se por ela + e ela:, a vó dele: pegou (hes.) condenou ela, sabe? num queria, num aceitou, e foru embora eles dois. + Foru pra um um canto muito deserto pra uma ilha:, aí ele {inint.}, ela se <apo-> a vó dele se apossou-se de um de um de outro neto dela pra fazer a mesma coisa que ele que ela feyz com ele, sabe? , porque ela num queria que ele se apaixonasse por ninguém e ele se apaixonou-se por ela. (VALPB – IMS – F – 1).*

(332) *Quando eu olhei assim, que quando eu vi ele se tornou-se um passarinho, quando ele se tornou-se um passarinho, eu ficava, passarinho olhava pra mim e dizia uma coisa que eu não entendia. (VALPB – GSF – F – 3).*

Outra combinação que auxiliou na tarefa de compreender mais do funcionamento do clítico entre os pessoenses foi o cruzamento entre os grupos *traços semântico-pragmáticos dos verbos* e os *tipos do pronome*. Quando rodei os dados grupo a grupo, os resultados gerados no GF dos *Traços* não me disseram muito. A expectativa era a de que, ao cruzá-los com resultados de outros GFs, a visualização de sua influência no comportamento do clítico fosse mais clara. Como a distinção entre os traços semântico-pragmáticos é dada pelo grau de atividade dos verbos, logo supus haver relação direta entre eles e as funções do pronome. Para ilustrar o que digo: na classificação elaborada por Schlesinger (1995), um verbo *momentâneo* e um de *atividade específica*, por exemplo, são os que mais denotam atividade exercida pelo sujeito. Já o conceito de *reflexividade* envolve, necessariamente, a atividade que um sujeito exerce e que recai nele mesmo. Dessa maneira, os contextos em que o *se* funciona como reflexivo são os construídos com verbos do tipo *momentâneo* e os de *atividade específica*, como em:

(333) *Aí eu chamei: “Neguim”, aí eu chamei ele, né? ele levantou-se, saiu, aí a policia chegoø na minha porta:, entroø na minha casa, revistoø tudo, levantoø colchão, tudinho, quis me levar também, minha mãe disse que num levava, aí o <ra-> o outro <di-> respondeu: “Levar ela pra quê rapayz, ela num vai dar conta onde tá o marido dela sem ela saber onde ele tá?”. (VALPB – IMS – F – 1).*

(334) *F* Tinha muitas a gente brincava muito de de **se esconder**, de toca, é porque lá o local era pequeno não tinha muita área pra brincar era uma escola pequena, e a gente só podia brincar assim, por exemplo, de ossinho, né? aquele jogar bola <aquela-> aquele que a gente joga, né? sentada no chão, que a gente chama ossinho, eu chamo ossinho, não sei se ainda dão esse nome.* (VALPB – MJC – F – 3).

Pensando nessa associação entre os fatores, cruzá-los se tornou um meio de confirmar ou não uma mesma direção na influência para a aplicação da regra do preenchimento do pronome. O primeiro caso que me “saltou aos olhos” foi o dos verbos *relacionais* que, no GF dos *traços*, foi a variável que apresentou os números mais elevados no grupo: peso relativo de **.93** de presença e **99%** de preenchimento do pronome. Quando vi esses resultados, logo me perguntei qual seria a motivação para o favorecimento ao preenchimento do clítico nessa classe e hipotetizei o seguinte: os verbos relacionais são assim chamados exatamente por marcarem as relações que os indivíduos mantêm entre si. Desse modo, a noção de relação deve estar bastante associada à noção de reciprocidade. Como o *se* recíproco também apresentou, no GF dos *tipos de pronome*, **98%** de presença, favorecendo a aplicação da regra, então, pode estar aí a resposta para os altos números dos relacionais. Ao cruzar os dois GFs, a confirmação: das **143** ocorrências de *se* recíproco, **120** estavam contidas na classe dos relacionais, como em:

(335) *Quiria te0 payz, felicidade, qui **um se unisse cum ôto0**, ninguém aqui si une; painho pega muito no meu pé, eu brigo muito cum ele; mainha não, mainha é super legal, mai0 meus irmão0; meu irmão controla + meu irmão mais velho controla meu pai. Só quiria payz e qui um amasse o ôtro, mais...* (VALPB – MLT – F – 3).

(336) *Todos todos **os moradore0 se reunir** e e fazer um um e levar pra pra radio; um negócio uma autoridade, uma coisa assim. [que] tá um faz até medo a pessoa dormir, né?* (VALPB – JRM – F – 1).

(337) **Esse menino daí de frente mesmo e das duas casinhaø iguais são novatoø mesmo. Mais **já se relaciona**, já falam comigo, já têm relacionamento comigo.* (VALPB – GPS – F – 3).

Por outro lado, os verbos que apresentam o traço de *instância* foram os que menos favoreceram a presença do clítico, com peso relativo de apenas **.15** para a aplicação da regra. Ao cruzar *traços* e *tipos*, os números sinalizaram que das 39 ocorrências totais dos verbos de instância, 37 estavam contidas na classe dos reflexivos,

cujos pesos relativos também apontou para as maiores probabilidades de ausência do pronome (**.38**), como em (338) e (339):

(338) *Olhe, eu: quando tava buchuda, ele dormia perto d' eu. Mai0, desde uma vez que **ele se assentou** em cima da minha barriga que eu [ma] que eu mais nunca me confiei de dormi0 perto dele.* (VALPB – MHS – F – 1).

(339) *Na minha casa, na rua num tinha energia e **a gente sentava** e botava um bocado de pano e ela sentava lá num negócio que tinha:: e começava a contar história. E tinha uma danação de menino e os menino arrodeava ela e ela contando história.* (VALPB – ASF – M – 1).

O que está sendo intitulado, nesta tese, como *verbos de instância*, Talmy (2003) chama *verbos que expressam postura*, ou seja, orientações assumidas pelo corpo ou certos objetos comparáveis ao corpo, como *sentar-se, inclinar-se, ajoelhar-se, deitar-se* e outros. Segundo o autor, esses verbos podem ser lexicalizados com três tipos de aspectos:

1. Estativo: o corpo está em uma postura, ou uma entidade animada preserva uma postura corporal;
2. Incoativo: uma entidade animada coloca seu corpo numa certa postura;
3. Agentivo: um Agente X coloca o corpo de uma outra pessoa Y numa determinada postura.

Talmy (2003, p.79-80) salienta que no inglês e no espanhol esses verbos de postura são lexicalizados de modo distinto. Na língua inglesa, são lexicalizados como *Estativos*. *Lie*, por exemplo, significa *estar deitado*. Para denotar o tipo *Incoativo* (*deitar-se*), acrescenta-se um satélite (*lie down*); e para indicar o tipo *Agentivo*, a forma do verbo é alterada (*lay down*). Já no espanhol, os traços de postura são lexicalizados como *Agentivos*. *Acostar*, por exemplo, é essencialmente transitivo, equivalendo a *deitar alguém*. Se a intenção é expressar o tipo *Incoativo*, o pronome reflexivo é acrescentado (*acostar-se*); e para indicar o tipo *Estativo*, é construída uma locução com o verbo *ser* mais a flexão de particípio no verbo principal (*estaba acostado*).

Pereira (2007, p. 151) sustenta que a forma de lexicalização desses verbos de postura (ou de instância), no português atual, é dada no tipo *Incoativo*. Em consequência disso, a omissão do pronome reflexivo, nesses contextos, passa a ser

favorecida, uma vez que, em seu uso mais básico, tais verbos equivalem a ações voltadas para o próprio agente, como em (340), e não para uma outra entidade.

(340) *O candidato **sentava** na mesa, só pegava na prova quando o sinal era dado. Ai então, o fiscal dizia: “Veja a primeira folha, vamos conferir o o bloco que vocês receberam, se confere.* (VALPB – ERG – M – 3).

Compartilham deste argumento D’Albuquerque (1988) e Camacho (2003). Verbos como *levantar*, *deitar* e *sentar* permitem, segundo os autores, uma grande previsibilidade do objeto, por isso são usados sem o pronome, já que seu uso não-reflexivo é uma situação incomum, sendo muito mais recorrentes as instâncias em que o Agente e o objeto da ação se equiparam. Nesses contextos, haveria a omissão do *se*, já que eles prescindem funcionalmente do clítico.

A variável *faixa etária* assume um importante papel na observação da variação e da mudança lingüística. Detectando-se as diferenças no comportamento lingüístico de informantes de gerações distintas, seria apreendida a mudança em seu processo de implementação, através de uma análise baseada no *tempo aparente* (Cf. Labov, 1972). Entretanto, os resultados obtidos através da observação da *idade* dos informantes devem ser confrontados com os resultados de outras variáveis, como a *escolaridade*, por exemplo (Lucchesi e Araújo, s/d; Monteiro, 2000; Freitag, 2005; Araújo, 2007), porque, aquilo que, num primeiro momento, parece ser devido à faixa etária acaba sendo condicionado por outros fatores.

A hipótese inicial, para a faixa etária, era a de que os mais jovens seriam os responsáveis pelos maiores índices de apagamento do clítico, enquanto que a variante pronominalizada seria mais preservada pelos idosos. Para a escolaridade, a idéia era a de que os informantes sem escolarização apagariam mais o pronome, e os indivíduos com mais de 11 anos de escola tenderiam a preservá-lo. Os resultados, entretanto, apontaram: (i) os idosos como os mais propensos a preservarem o clítico (.55), seguidos por jovens (.49) e adultos (.45); e (ii) os não-escolarizados liderando o uso da variante pronominalizada (.60 de presença), seguidos pelos informantes com 4-8 e mais de 11 anos de escolarização (.46). Em meio às explicações para esses resultados, emergiu a suposição de que *escolaridade* e *faixa etária* seriam fatores que estariam interrelacionados.

Embora os números no GF *faixa etária* tenham sido muito próximos, o cruzamento feito entre eles e os números da *escolaridade* contribuiu, em algum ponto, para a interpretação dos resultados individuais, apontando que a escola tem, de fato, um papel decisivo no uso das formas de prestígio na língua e que, por isso mesmo, os resultados da idade, por si só, não podem ser tomados como indicadores precisos de uma mudança lingüística. A escola parece ter maior peso de atuação que a idade no governo dos padrões de emprego das construções pronominalizadas, porque a variação no uso das formas com e sem o pronome segue mais ordenadamente o movimento dos processos de mudança lingüística em geral, que prevê os mais idosos como os responsáveis pelos menores índices das formas inovadoras, e os mais escolarizados empregando mais as formas de prestígio (Chambers & Trudgill, 1980; Labov, 1982), quando a escolarização é um dos aspectos sociais presentes na formação do informante.

No caso do *se* em João Pessoa, desde que haja influência da escola, os jovens usam menos as construções inovadoras, ou seja, apagam menos o pronome que os adultos e os idosos: são 87% de preenchimento do pronome nos informantes jovens com 4 a 8 anos de escolarização e 86% nos informantes com mais de 11 anos, contra 76% e 80% de presença nos adultos com formação fundamental e superior, respectivamente.

Caso não haja as pressões impostas pela escola, nos informantes sem escolarização, o movimento do processo de mudança segue o que já é padronizado em sociolingüística quantitativa: aumenta a freqüência das construções inovadoras conforme diminui a idade dos informantes, ou aumenta a freqüência das construções conservadoras conforme aumenta a idade dos informantes. O apagamento do pronome nos não-escolarizados atinge a marca dos 25% entre os jovens, 11% entre os adultos e apenas 5% entre os idosos. Ou, pela perspectiva da presença, são 75% de preenchimento do clítico pelos jovens, 89% pelos adultos e 95% pelos idosos.

Por ora, encerro as discussões fundamentadas a partir das evidências empíricas fornecidas pelos resultados do exame não apenas de cada variável individualmente, como também do cruzamento entre as variáveis. Como sugere Amaral (2002), uma análise variacionista precisa verificar a relação lógica entre a *quantificação* e as *considerações teóricas* que serão impostas ao trabalho. Sem isso, o pesquisador fica a reboque de uma metodologia que, nesse caso, nada apresenta além de números.

Minha intenção, durante toda a pesquisa, é poder me utilizar dos resultados estatísticos fornecidos pela análise quantitativa a favor da comprovação de que o pronome *se*, em João Pessoa, se encontra em processo de gramaticalização, num estágio em que sua frequência de uso alcança índices elevados. Tanto a teoria variacionista quanto o funcionalismo apresentam um perfil investigativo eminentemente empírico, e isso sustenta a possibilidade de confluências epistemológicas que auxiliam na descrição e na explicação de fenômenos referentes à variação e à mudança lingüística.

Penso que os resultados verificados para os fenômenos de instabilidade lingüística e para os usos variáveis do pronome *se* remetem ao processo de gramaticalização, a partir de uma perspectiva que entende a variação não apenas inerente aos sistemas lingüísticos, mas também funcional a eles. Como se verá no próximo capítulo, um princípio funcionalista como o da marcação, por exemplo, é produtivo para explicar o uso de regras variáveis no português e demonstrar como as estatísticas quantitativas das variantes se correlacionam com as noções de formas mais ou menos marcadas, o que, por sua vez, passa a fornecer indícios das direções de mudança e das trajetórias de gramaticalização das formas em estudo.

Além disso, como apontam Casseb-Galvão e Nascimento (2007, p. 367), a implementação de processos que atestam o dinamismo e a fluidez sistêmica, como a gramaticalização, são mais visíveis considerando-se princípios teórico-metodológicos variacionistas. Tal fato demonstra que na gramaticalização do *se* estão correlacionados fatores de ordem estrutural, comunicativa e social, confirmando a posição de Weinreich, Labov e Herzog (1968) de que, independentemente do tipo de mudança lingüística, ela ocorre em contextos reais de uso da língua.

6.10 Avaliação do Capítulo

Nesse capítulo, procurei controlar quantitativamente os resultados numéricos para poder explicar as possibilidades de uso do *se* em João Pessoa a partir dos padrões estatísticos de seu emprego. Os 1673 dados em análise foram submetidos a diversas rodadas no GoldVarb, sempre em função daquilo que defini como a variável dependente desta pesquisa: presença x ausência do clítico.

Das 12 variáveis independentes, o programa selecionou como relevantes 8 dos grupos, sendo que 5 foram fatores lingüísticos e os 3 sociais que havia escolhido para a análise. Como minha hipótese inicial era a de que o *se* em João Pessoa passa pelo processo de gramaticalização num estágio de alta frequência de uso, considerei bem mais coerente selecionar como a aplicação da regra variável a presença do pronome. O primeiro resultado que os números trouxeram mostraram que as expectativas iniciais, de fato, se confirmaram: dos 1673 dados, 1406 apresentaram o clítico junto aos verbos, enquanto que em apenas 267 ele está ausente. Em termos percentuais, isso equivale a uma diferença entre 85% e 15%.

Por esses primeiros números, fica inquestionável a preferência dos falantes de João Pessoa pelo preenchimento do pronome. Tanto é assim que a probabilidade das ocorrências, foi de **.94** para a presença. Mas, se existem 15% de ausência, existem também fatores que influenciam ou que propiciam em maior ou menor grau seu preenchimento, medidos através de pesos relativos, que servirão como um “termômetro” para avaliar as probabilidades parciais (por isso ‘relativo’) do quanto que tal fator afeta na aplicação da regra.

Dos 5 fatores lingüísticos selecionados, embora não tenha sido ele o avaliado como o mais relevante estatisticamente, penso que os *tipos de clítico* proporcionaram as discussões mais interessantes dentre os elementos de ordem lingüística. O primeiro dos pontos que gostaria de levantar diz respeito ao resultado dos reflexivos e dos inerentes. Quando comecei a pensar nesta tese, e ainda bastante influenciada pelos resultados de minha dissertação de mestrado (Cf. Mello, 2005), eu tinha a impressão que aqueles tipos de *se* estavam sendo cada vez mais usados. Entretanto, quando o GoldVarb rodou os fatores e apresentou os pesos relativos a cada um, vi que minhas impressões não estavam tão certas assim, uma vez que reflexivos e inerentes são as duas classes em que o pronome menos ocorre, com pesos de **.38** e **.36** de presença, respectivamente.

No outro extremo da tabela, estão os ergativos e os indeterminados, com pesos de .88 e .86 de presença. Que traço estaria por trás desta diferença considerável entre as classes? Se se pensar que os clíticos de reflexivos e inerentes correspondem a complementos de verbos, e que os clíticos de ergativos e indeterminados a sujeitos, como propõe Nishida (1994), então esta distinção pode ser vista como o reflexo de uma mudança maior que afeta o sistema pronominal do português, e que prevê uma crescente obrigatoriedade no preenchimento do sujeito paralelamente ao incremento da regra do objeto nulo no PB.

Quanto ao fato de o programa ter interpretado como relevantes as 3 variáveis sociais, penso que esse seja um dado bastante significativo, já que indica que os fatores extralingüísticos são determinantes para a manutenção ou não do *se* junto aos verbos. Nos dados, as mulheres apresentaram um peso de .42 para a presença, encabeçando o fenômeno de variação. Se elas apagam mais o clítico do que os homens, é sinal de que este fenômeno, o do apagamento do *se*, mesmo que não seja a opção mais prestigiada, também não sofre restrições de estigma.

Tive novamente uma hipótese não confirmada quando supus que os jovens apagariam mais o item e que os idosos tenderiam a sua maior preservação. De fato, os informantes com mais de 50 anos foram os que mais apresentaram o *se* junto ao verbo, com peso de .55. Entretanto, entre jovens e adultos, o uso do item é mais favorecido naqueles do que nesses (.49 e .45, respectivamente). Uma possível solução para esta distribuição está na interferência do fator escolaridade no comportamento lingüístico dos indivíduos. Como o contato dos jovens com a escola é mais freqüente, ela pode estar atuando como uma força de preservação no emprego da forma. Como diz Duarte (1989, p.29): “a escola é um meio que municia o indivíduo com a habilidade de usar o clítico, e esse fator, associado à idade, é relevante na realização de sua variante”.

Dentre todos os cruzamentos feitos, o mais interessante foi exatamente o realizado entre os GFs sociais faixa etária e escolaridade, porque separadamente os resultados de cada uma dessas variáveis não confirmaram as hipóteses iniciais da pesquisa, baseadas nas leituras já feitas de outros trabalhos em sociolingüística variacionista. O quadro desenhado foi o seguinte:

Hipóteses iniciais: (i) maiores índices de apagamento do item pelos jovens, seguidos pelos adultos e estes pelos idosos, que manteriam mais a utilização do pronome; (ii) pronomes mais apagados entre os informantes não-escolarizados, e pronomes mais preenchidos à medida em que aumentam os anos de escolarização dos indivíduos.

Resultados obtidos: (i) idosos mais propensos a preservarem o clítico, seguidos dos jovens e posteriormente dos adultos; (ii) os não-escolarizados como os que mais mantêm a presença do item (.60), seguidos pelos outros dois níveis de escolarização, ambos com .46 de presença.

Depois de ter sido feito o cruzamento entre os grupos, parece que a escola tem papel decisivo no caso do *se*, e que a faixa etária, por si só, não pode ser tomada como um indicador preciso de mudança lingüística. Cruzando escola e idade, o novo quadro foi este: desde que haja influência da escolaridade, os jovens são os que menos apagam o item – são 87% de preenchimento para os jovens de 4 a 8 anos de escolarização e 86% para os jovens de mais de 11 anos, contra 76% e 80% de presença para os adultos com formação Fundamental e Superior, respectivamente. Nos informantes sem escolarização, o movimento de mudança acompanha o que já é visto como resultado mais ou menos esperado em sociolingüística quantitativa – 25% de apagamento entre os jovens, contra 11% nos adultos e 5% nos idosos.

Conforme ressaltai anteriormente, ainda que tenha sido o objeto central de análise na pesquisa o comportamento do *se*, a não-exclusão das outras pessoas pronominais foi uma opção embasada na idéia de que o *se* apresenta certas especificidades semânticas e morfossintáticas que são bem visualizadas quando ele é comparado aos demais pronomes. Nesse sentido, pensar na gramaticalização deste item envolve a visualização não apenas dele próprio, mas também dos outros membros que fazem parte do paradigma dos pronomes oblíquos, sobretudo para termos os números referentes à frequência de uso das formas. Assim, dos 1673 dados analisados, 315 são do clítico *me*, 07 são os casos de *nos* e 03 os casos de *te* contra 1348 dados de *se*, que representam pouco mais de 80% do total de ocorrências.

Este quadro de distribuição dos dados me remete aos casos de *se* universal e de redobro, previamente apresentados na Introdução. A alta frequência do item passa a ser um fator importante, sobretudo porque envolve questões de *bleaching* semântico e alterações em seu estatuto morfossintático. A expansão do *se*, combinado a outros pronomes-sujeitos além dos de 3ª pessoa, e sua duplicação para antes e depois do verbo estão associadas a poucos dados, daí ser inadequado tratá-las de forma incisiva na sustentação de certas conclusões. No entanto, acredito que se trate de resultados válidos se tomados como indícios do processo de mudança pelo qual passa o clítico *se* no português do Brasil. Os casos de redobro estão assim distribuídos: 14 ocorrências nos informantes não-escolarizados, 03 nos informantes com 5 a 8 anos de escolaridade, e 04 casos nos informantes com mais de 11 anos de escolarização. Já os dados de *se* universal se distribuem da seguinte maneira: 10 casos nos não-escolarizados, 04 nos informantes com 5 a 8 anos de escola, e 02 nos informantes com mais de 11 anos de escolaridade.

Penso que os resultados estatísticos deste capítulo de análise quantitativa se mostraram úteis a favor da comprovação da gramaticalização do *se* em João Pessoa, num estágio em que suas taxas de ocorrência ainda apresentam valores bastante elevados. Minha idéia era a de me aproveitar dos números para fornecer considerações teóricas pertinentes acerca do fenômeno de mudança linguística que analiso.

Dessa forma, com os resultados quantitativos dos dados do comportamento de *se* em João Pessoa, é possível conduzir uma discussão dos resultados, fazendo uma checagem com alguns dos principais modelos e princípios funcionalistas, a fim de comprovar a tese da gramaticalização do item em análise. Isso será desenvolvido no próximo capítulo.

CAPÍTULO 7 - APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS PARTE II:

*As palavras...Muitas que hoje desapareceram, irão renascer; muitas,
agora cheias de prestígio, cairão, se assim o quiser o uso
(Horácio)*

o capítulo anterior, a discussão dos resultados foi estabelecida no âmbito da Teoria Variacionista, que prevê como seu objeto de análise a gramática de uma comunidade de fala particular. Com isso, a observação do uso do *se* foi recortada a partir de dados correspondentes ao vernáculo dos falantes de João Pessoa.

A variação no emprego do pronome lida com a alternância entre a presença e a ausência do clítico em construções nas quais se esperaria seu aparecimento. Os números mostraram que, em João Pessoa, diferentemente de outras regiões do Brasil, o percentual de presença do clítico é substancialmente maior que o de ausência (85% x 15%, respectivamente).

Sendo a lingüística uma ciência enquadrada no grupo das Ciências Humanas, qual a vantagem de se operar matematicamente sobre seus dados? Qual a validade de utilizar uma metodologia que apresenta números – se não confusos, instauradores de confusão (cf. Amaral, 2002, p.49) – que *desumanizam* a investigação?

Como falantes nativos, temos, muitas vezes, intuições acerca de um dado fenômeno lingüístico, mas um controle efetivo sobre o que realmente acontece na língua só é possível quando tal fenômeno é explorado mediante uma observação estatística de suas ocorrências. Muitas vezes, as expectativas iniciais do pesquisador, fundamentadas em suas intuições de falante nativo, são contrariadas, e é a metodologia estatística a responsável pelo novo modo de “ler” o fato lingüístico.

Além de trabalhar com números, a análise quantitativa da sociolingüística variacionista busca determinar qual o peso de fatores internos ao sistema e o de fatores

sociais nas escolhas lingüísticas dos falantes. Amaral (2002) propõe que o modelo laboviano de pesquisa seja visto como uma abordagem *grosso modo*. Uma abordagem que – antes de produzir qualquer conclusão científica generalizável – sente a necessidade de descrever o impacto social de um fenômeno lingüístico em termos estatísticos. Por esse motivo, *grosso modo*.

Segundo o autor, é um modelo que serve de ponto de partida à teorização lingüística. Nesse sentido, diz ser elogiável o fato de muitos pesquisadores, que produzem teoria, antes de tudo, medirem a variação, a pertinência de alguns condicionadores lingüísticos e sociais para o comportamento de dado fenômeno na língua.

De acordo com Souza (2007, p. 23), a Teoria da Variação avalia uma possível *mudança* em curso, com a apresentação de fatores externos e internos que demonstram sua estabilidade ou não, contribuindo, assim, para a avaliação dos processos de *gramaticalização*. Se os resultados de uma análise nessa metodologia indicam *mudança em progresso* para uma forma que tende a tornar-se mais gramatical, pode-se pensar em um processo de *gramaticalização*. Por outro lado, se há a estabilidade no uso das formas ditas concorrentes, pode-se supor que tais formas caminharam para funções diferentes (sofreram recategorização), o que poderia indicar a *gramaticalização* de uma das formas.

Desse modo, após a apresentação quantitativa dos dados, lanço, neste capítulo, a discussão dos resultados obtidos no emprego do clítico em João Pessoa, com vistas a checar alguns princípios e modelos teóricos do Funcionalismo para, assim, verificar o percurso da **gramaticalização do se** no dialeto em questão.

7.1 O Princípio da Marcação

Como visto no capítulo 4, a marcação, conforme proposta por Givón (1995), está na base da gramática das línguas, uma vez que é diretamente relacionada à economia e à ordem cognitiva do processamento das informações no evento comunicativo.

A aplicação dos critérios distintivos entre categorias marcadas e não marcadas na verificação do grau de marcação das construções pronominais tem como finalidade salientar o comportamento natural das formas lingüísticas e suas funções – no caso específico o clítico *se* –, buscando atestar tendências a inovações e mudanças condizentes ao fenômeno da pronominalização.

Conforme sugerem Görski e Freitag (2006, p.06), a atuação do princípio da marcação impõe restrições de uso às formas, e isso pode levar aos direcionais de mudança. Ou seja, ao fato de uma forma ser menos ou mais marcada correlaciona-se a probabilidade maior ou menor de sua ocorrência em certos contextos, em detrimento de outras formas. Com o clítico *se* empregado na fala de João Pessoa, aplicar o princípio da marcação significa buscar a apreensão do modo como essa forma caminha de sua função prototípica reflexiva para uma função mais opaca, em que a reflexividade já não é substancialmente visível, levando, inclusive, a seu desaparecimento em contextos particulares de uso.

Num primeiro momento, aplicarei o princípio da marcação na comparação entre as estruturas intersubstituíveis de presença x ausência do clítico; e logo a seguir, vislumbrarei como a marcação se opera nas diferentes funções exibidas pelo *se*.

A tendência natural é a de que pensemos numa implicação direta entre os critérios da marcação, já que uma forma, sendo mais elaborada cognitiva e estruturalmente se torna, por tabela, menos freqüente no discurso. Contudo, cabe uma ressalva: “eles devem ser considerados independentemente e, a partir da confluência dos critérios, se estabelece, então, um gradiente de marcação” (Görski e Freitag, 2006, p.35). O “calcanhar de Aquiles” da marcação – a complexidade cognitiva – deve ser verificada virtualmente, utilizando-se do princípio meta-icônico da marcação, segundo o qual “categorias que são estruturalmente mais marcadas tendem também a ser substantivamente mais marcadas” (Givón, 1995, p.25).

Nas trinta e seis entrevistas selecionadas para a pesquisa, foram levantados 1673 dados, distribuídos em 1406 construções com o pronome e em 267 sem o seu preenchimento. Isso equivale a 85% de presença contra apenas 15% de ausência do

clítico. Fazendo a confrontação entre as formas variantes, fica evidente a superioridade na preferência pelo preenchimento do pronome, de modo que, em termos de frequência de uso, as construções sem o clítico são [+ marcadas]:



Figura 7: Escala de marcação: a frequência das variantes

Quanto ao critério da complexidade estrutural, dita Givón (1995) que construções mais marcadas são maiores, mais elaboradas, apresentam em sua forma gráfica mais morfemas que as construções menos marcadas. Diante disso, fica claro que a variante não-pronominalizada é [- marcada] que a variante com pronome, por ser estruturalmente menor, menos elaborada no nível morfofonêmico. Assim:



Figura 8: Escala de marcação: a complexidade estrutural das variantes

Com relação à complexidade cognitiva, Givón (1995) diz que as construções cognitivamente mais marcadas são aquelas que demandam mais atenção, maior esforço mental e tempo de processamento do que as não-marcadas. “Trocando em miúdos”, uma categoria mais marcada cognitivamente é aquele que “dá mais trabalho” ao indivíduo para ser processada em sua mente.

Até aqui, nenhum problema. Não há nada de arriscado em concordar com o que diz Givón sobre o assunto em questão. Contudo, antes de traçar qualquer comentário acerca da complexidade cognitiva de uma determinada categoria, convém recuperar a ressalva feita anteriormente por Labov (1994), Görski e Freitag (2006), Longhin (2007), e outros: atestar o que, de fato, é mais ou menos complexo para o falante não é uma tarefa simples, pelo fato de o lingüista não ter condições de assegurar, com precisão, o que se passa na mente do indivíduo. O que se pode fazer é hipotetizar sobre determinados fatos e verificar a complexidade cognitiva mediante o princípio meta-

icônico da marcação, no qual os três subprincípios de análise são independentes, porém inter-relacionados.

Por ser um subprincípio menos “concreto” que os dois anteriores, penso que as argumentações que lanço aqui serão alvo mais fácil de contestações e questionamentos. Ficarei satisfeita caso elas pareçam aos olhos do leitor coerentes, ao menos.

Na Introdução desta tese, perguntei ao leitor se estranharia, assim como eu, uma construção do tipo (1) *João sustenta desde muito novo*. Não consigo deixar de suspeitar que falta ali um elemento responsável pela “boa interpretação” da frase. Na minha gramática, o apagamento do pronome, em situações que seu uso seria o mais esperado, gera problemas/dificuldades de processamento mental. Não digo que seja impossível recuperar, via informações contextuais, o tal “elemento perdido”, mas a demanda de atenção seria bem menor caso a informação fosse construída com a presença do pronome, como em *João se sustenta desde muito novo*.

Enquanto pensava sobre este assunto, resolvi antecipar as respostas à pergunta feita na Introdução do trabalho, e passei a construir, propositalmente, frases como (1) – com verbos transitivo-diretos e sem o preenchimento do objeto verbal – nas conversas com alguns colegas nordestinos. Na grande maioria das vezes, eu recebia de imediato um “Como?” E novamente de propósito eu dizia “Como o quê?” até ouvir meu interlocutor perguntar se estava falando do “fulano” mesmo ou de uma segunda pessoa.

Repito: não posso asseverar, com exatidão, o que se passava na mente desses indivíduos, mas as respostas me levaram a acreditar em que estruturas com a ausência do pronome demandam para eles, assim como para mim, maior esforço mental no processamento da informação, sendo, por isso, mais marcadas cognitivamente do que as variantes pronominalizadas. Dessa forma:



Figura 9: Escala de marcação: complexidade cognitiva das variantes

Feitas as escalas individuais, pelos critérios em separado, pode ser formulado o quadro que reflita o gradiente da marcação das variantes em estudo, mediante o cruzamento dos critérios:



Figura 10: O gradiente de marcação das variantes

Numa primeira observação mais geral dos dados, defendo que as construções com o clítico ausente são [+marcadas] que as estruturas pronominalizadas. Pensando numa lógica *A porque B*, acredito em que distribuição de frequência e a complexidade cognitiva são causa/conseqüência uma da outra: uma estrutura menos complexa mentalmente é mais freqüentemente repetida no discurso, e a alta freqüência de uso de uma estrutura faz com que ela se automatize no processamento da informação.

No capítulo de discussão dos resultados pela análise quantitativa dos dados, vimos que a escolha entre uma estrutura com ou sem o clítico teve uma distribuição bastante diversificada a depender da função desempenhada pelo pronome junto ao verbo. Dessa maneira, a tarefa de verificar a marcação nas diferentes funções exibidas pelo *se* torna-se obrigatória, se quisermos atestar tendências a inovações e mudanças condizentes ao fenômeno da pronominalização. Retomando as sete funções exercidas pelo clítico em nossos dados, temos a seguinte distribuição:

Funções do Clítico	Total de Ocorrências
Reflexivo	606
Inerente	482
Indeterminado	178
Recíproco	143
Enfático	131
Ergativo	110
Apassivador	23

Tabela 17: Total de ocorrência do clítico nas diferentes funções

É notável a superioridade numérica dos contextos de uso das construções reflexivas e inerentes. A seguir, um bloco de funções com uma distribuição de

freqüência com valores não muito distantes uns dos outros, com uma leve proeminência do grupo indeterminado. Por fim, as construções passivas, com apenas 23 ocorrências de um total de 1673 dados. Assim, a distinção entre categorias marcadas e não-marcadas, pela distribuição de freqüência, é dada da seguinte maneira entre as funções exibidas pelo clítico:



Figura 11: Escala de marcação: a freqüência das funções

Quanto ao critério da complexidade estrutural, como o *se* é idêntico em todas as construções, alterando a função (e não a forma), é a configuração sintática das cláusulas em que ele ocorre junto aos verbos é que vai determinar a escalaridade da marcação das funções do clítico. Sejam os exemplos a seguir:

(341) *Por exemplo, no meu tempo já era um castigo assim, de ficar escrevendo, de ficar sentada. tá intendendo? de num ir pro recreio, coisa que num traumatizava não. Num era como palmatória, num era como se ajoelhar, apesar que ainda peguei um pouco o joelho, mas num já já meus pais já pegavam assim, já pegaram aliás (hes), milho, palmatória num- meu pai falava muito a palmatória, né?* (VALPB/AAM – 3UF).

(342) *Assisti não. Que aí , quando quando ele, olha, o meu marido tá bêbo ele di0 logo: -“Bora simbora.” Enquanto eu num faze0 {inint} Ele num sossega. Eu digo: -“Deixe eu assisti0 a novela.” -“Não, não. Bora se embora, bora se embora. A gente tem que i0.”* (VALPB/MHS – 1NF).

(343) *Uma moça suicidou-se na porta da empresa* (VALPB/MJC – 2GF).

(344) *Eu acho que o casamento deve ser muito a pessoa se amam que se amam de verdade, mais por fingimento eu acho que não prexta não. Um casamento só se si amar me0mo. E mesmo assim se for uma pessoa junto com o outro, e se gostarem, morre0 junto0 e não se separam, só se separam com a morte* (VALPB/JRM – 3NF).

(345) *Vamo supor que ser mãe nesse momento pra você seria uma tarefa desagradável. Como outras tarefa já : : você num se se retira de um de um ambiente que alguém tá lhe agredindo, se você num quer confusão. Você num escolhe, num procura escolher o melhor para você. Então porque que você espera irresponsavelmente [gra-] engravidar para matar* (VALPB/AAM – 3UF).

(346) *O que eu gostaria de oferecer a [mi] a minha mulher era um meio de vida melhor. Pela num se preocupa0 tanto com menino, é tá todo dia lavano roupa numa lavanderia. Se matando lá na cozinha. Procura eu procuro uma uma coisa melhor pra fazer, e num tem condições. Então, o que eu gostaria era de ter a minha vida e da minha esposa, uma vida melhor, né?* (VALPB/JS – 2NM).

(347) *No jornal eu [era] é uma classe que já foi extinta. Era uma máquina com noventa teclas, trabalhava com chumbo, chamava-se linotipo, e eu era linotipista. Eu entrei eu entrei no no jornal não como linotipista, entrei como chapista. Pouca gente **se atrevia** a fazer o serviço* (WL – 3UM)

(348) *Apois, depois: que eu: tiraø esse menino, eu vou: atráys do médico que feys a minha cirurgia e vou esculhambar, porque: isso né é coisa que **se faça** não.*

(349) **Ela é mais vela de que eu só um ano, e a gente **criou-se** aqui, casamos aqui, ainda tamos aqui; vizinha e amiga.*

As formas sintáticas das orações dispostas acima são bastante distintas umas das outras, embora todas apresentem, num nível superficial, a construção [*se* + V] ou [V + *se*]. E justamente essas distinções sintáticas é que vão permitir falar em escala de marcação pelo critério da complexidade estrutural.

Se pensamos em dois grandes grupos separados pela oposição em grupo das funções marcadas X grupo das funções não-marcadas, incluem-se no primeiro o *se reflexivo*, o *inerente* e o *enfático*. A complexidade estrutural está intimamente relacionada ao tamanho da construção, então, formações com [*se- enfático* + V], como em (342), em que a não-ocorrência do pronome é a variante mais legitimada pela gramática, são [- marcadas] que as demais.

Os resultados estatísticos apresentados no capítulo anterior mostraram que *se-reflexivo* e *se-inerente* são as duas funções em que o apagamento é mais recorrente. Dessa forma, ao lado do *se-enfático*, são essas as funções em que a formação de estruturas variantes sem a presença do pronome é vista como mais aceitável na gramática dos falantes.

Além do critério do apagamento para a aferição de categorias marcadas e não-marcadas estruturalmente, há o da transitividade, através do qual o verbo seleciona o número de complementos que irão participar da formação da estrutura oracional. Na função de *se-enfático*, o verbo é, quase categoricamente⁴⁰, intransitivo. Isso equivale a

40 Remeto o leitor, mais uma vez, ao capítulo 6, para checar, estatisticamente, os resultados da pesquisa.

dizer que a configuração sintática dessas construções seleciona apenas um argumento, o externo.

Já as estruturas com *se-inerente*, como (343) e (347) acima, são vistas como formações em que o clítico não exerce função sintática alguma, estando preso ao verbo, formando com ele um bloco único (cf. Lemle, 1985; Nunes, 1995). Dessa maneira, por funcionar como um afixo e não como um argumento sintático é que o *se*, na função de inerente, é caracterizado como [- marcado].

Assim como foi usado o critério de mais apagamento para agrupar as funções acima entre as [- marcadas], será usada a condição de menos apagamento como um dos critérios para terem sido colocados o *se-recíproco*, *se-ergativo*, *se-apassivador* e *se-indeterminador* entre as funções [+ marcadas] estruturalmente. Os percentuais indicando a alta probabilidade de preenchimento do pronome⁴¹ é indício de que, nessas funções, as construções simplificadas estruturalmente pela ausência do clítico são menos aceitáveis na gramática dos falantes.

Martins (2003) se utiliza do mesmo argumento apresentado por Câmara Jr. (1972), para sustentar sua hipótese de que os clíticos indeterminadores, posicionados na periferia direita do verbo, são a ele amalgamados, operando morfológicamente como afixos, como em:

(350) *Eu entendo perfeitamente esse essa posição, né? esse cansaço, na sexta-feira à tarde, eu sei que tá todo mundo todo mundo realmente muito a fim de iô pra casa de:, né? mays aí **tem-se** a necessidade, né? e: isso num pode seø desconsiderado de forma alguma, muitas vezes a gente precisa dessa aula.* (VALPB – VDN – F – 5).

Para Câmara Jr. (1972, p. 51), o pronome enfático, quando enclítico, tem seu relevo fonético enfraquecido, formando uma espécie de sufixo de um conglomerado morfológicamente complexo. Além de operar como um bloco único, com a amalgamação entre o clítico e o verbo, o contexto de indeterminação seleciona apenas

41 Conforme apresentado no Capítulo 6, os percentuais de preenchimento do pronome para as funções em destaque foram de: **95%** no se-ergativo; **98%** no se-indeterminado; **98%** no se-recíproco; e **100%** no se-passivo.

argumento interno. Por esses motivos, o *se-indeterminador* é, dentre as funções [+marcadas], aquela em que a complexidade estrutural atua de maneira mais discreta.

A marcação do *se-recíproco*, pelo critério da complexidade estrutural, conta com uma sobreposição de funções: como visto em (344), além de apresentar a mesma configuração sintática que a estrutura reflexiva, a cláusula é ainda recíproca. E nesse caso, para que haja a idéia de reciprocidade, os argumentos serão sempre desenvolvidos na forma plural.

Por fim, as configurações sintáticas das estruturas formadas com *se-apassivador* e *se-ergativo* fazem delas as funções mais complexas estruturalmente; portanto, mais marcadas.

Como atesta Said Ali (1964), Nunes (1990) e outros, as construções passivas sintéticas cederam lugar, no português, às estruturas indeterminadas, sendo, portanto, muito raras na língua. Um traço que ainda preservaria o sentido passivo das construções é o da concordância plural entre o verbo e o argumento, como em *Pintavam-se as paredes todos os anos*. Além disso, há nas formações passivas um deslocamento do agente para a posição pós-verbal, lugar típico do argumento interno.

A configuração sintática das construções ergativas é mais elaborada ainda. Pela ergativização, o argumento externo de uma oração é interpretado como *tema* ou *paciente* – papel temático referente ao argumento que representa a entidade que sofre o efeito de alguma ação (Cf. Nunes, 1995). Segundo Vilela e Koch (2001, p. 78), a ergativização é uma construção intransitiva em que não se indica o agente da ação verbal, cujo argumento interno ocupa o lugar do sujeito como em (346). É típico das sentenças com *se-ergativo* a seleção de uma causa como argumento externo, como em *João aborreceu seus pais / Os pais de João se aborreceram com ele*. Nessas construções, o complemento do verbo vem sempre regido por preposição, o que forma, naturalmente, uma sentença mais complexa sintaticamente.

Tomando por base o critério da complexidade estrutural, o seguinte quadro pode ser visualizado, resumindo o grau de marcação das várias funções exercidas pelo *se*:

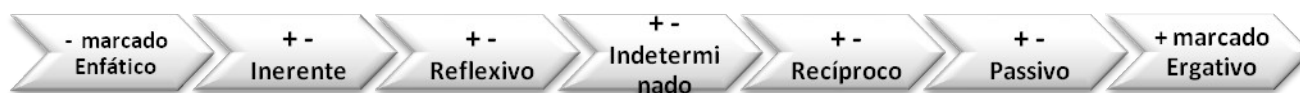


Figura 12: Escala de marcação: a complexidade estrutural das funções

Para o último critério no tratamento da marcação, a complexidade cognitiva, atento, mais uma vez, para o cuidado de serem mantidas as ressalvas acerca deste critério antes de serem lançadas argumentações neste momento da análise. Embora o princípio meta-icônico não possa ser negligenciado, existem alguns dados importantes influenciando decisivamente na configuração final da escala da complexidade cognitiva das funções do clítico.

Menos marcado entre todos os *ses* está o *inerente*. Novamente, recorro aos resultados estatísticos apresentados no capítulo 6 para sustentar minha argumentação. O baixo índice de favorecimento à presença do pronome pelos inerentes indica que, se a forma não exerce o papel de argumento, e funciona como parte integrante do verbo, presa, fossilizada, não faz mesmo muito sentido pensar em sua obrigatoriedade de uso, uma vez que a noção de reflexividade da construção estará ligada à entrada lexical do verbo e não ao pronome. Como propõe D’Albuquerque (1988, p. 117-119), quando há uma grande previsibilidade semântica do objeto de um verbo, a superposição de papéis é sentida como tão óbvia que a marca de reflexividade se torna desnecessária a ponto de se esvaír. Nesse sentido, as construções com *se-inerente* são [-marcadas] cognitivamente.

Logo a seguir, estão as sentenças com *se* enfático. Nunes (1995, p. 206) diz que este tipo de clítico se refere àquilo que a gramática chama de índice de espontaneidade, servindo apenas para marcar uma participação intensa do sujeito na ação; e não para instaurar um sentido novo à construção pronominalizada (cf. Said Ali, 1954, p.91). A própria configuração sintática das sentenças com *se* enfático aponta para uma menor complexidade no processamento mental da informação por ela veiculada: o pronome acompanha geralmente verbos intransitivos, em que não há uma transferência de ações de um sujeito A para um outro B. É como diz Mattos e Silva (2006, p.155): o *se* enfático (expletivo) é apenas um redobro do sujeito e, independentemente de estar presente ou ausente no enunciado, a significação não se altera. De acordo com Luft (2000, p. 12),

quando se acrescenta um *se* à uma construção intransitiva para dar-lhe relevo, ocorre o fenômeno da *transitivização por pronominalização*, mas isso não significa que um novo sentido foi instaurado com o emprego do pronome enfático. Madureira (2002, p. 123) concorda que o *se* enfático não serve para distinguir sentidos, e se torna, por isso, opaco.

Seguindo a escala de marcação pela complexidade cognitiva, estão as construções reflexivas. O clítico reflexivo, segundo Jacob (2004), marca uma correferência inesperada, pragmaticamente improvável entre o referente do sujeito e outro argumento da proposição. Para Camacho (2003), o reflexivo marca uma identidade referencial entre participantes que normalmente formam entidades distintas. Isso faz com que seja aventada a hipótese de que as construções reflexivas demandem um maior esforço cognitivo que a forma enfática e a inerente.

Um traço que faz do *se* recíproco [+ marcado] cognitivamente que o reflexivo é o da ambigüidade que ele pode conter. Em *Os meninos se machucaram*, o *se* é ambíguo, já que tanto é possível a interpretação em que cada menino machucou a si mesmo, quanto aquela em que um menino machucou o outro. No primeiro caso, estamos diante de um *se* reflexivo e, no segundo, diante de um *se* recíproco (Cf. Miotto *et alii*, 2004, p.217). Para Lichtenberk (1985), os contextos de reciprocidade envolvem um evento em que há dois participantes, A e B, e a relação que A tem com B é idêntica à relação que B tem com A. Segundo Kemmer (1993), esses contextos lidam com duas instâncias: cada participante exerce, ao mesmo tempo, os papéis de Agente e Paciente, e a entidade A atua em B da mesma forma que a entidade B atua em A.

Umas das propriedades do *se* indeterminador, segundo Bandeira (2007), está associada às formas de funcionamento da noção de ligação anafórica. Este tipo de clítico não promove aquilo que a autora chama de anaforização direta, sendo mais “livre” no que diz respeito à pontualização de um item específico no texto. O *se* indeterminado é menos circunscrito a um espaço ou segmento do texto, seu antecedente é menos “concreto”, portanto, mais difícil de ser recuperado. Por essa linha de raciocínio, estruturas de indeterminação operam cognitivamente de forma mais elaborada, demandando maiores esforços mentais no processamento das informações.

As duas últimas funções na escala de marcação da complexidade cognitiva são as de *se* ergativo e de *se* apassivador. Para Nunes (1995, p. 204), o *se* ergativo é “um operador lexical que detematiza a posição de sujeito de verbos intransitivos”. Já Vilela e Koch (2001, p. 78) explicam que existe um grupo de verbos em que o verdadeiro agente ou executor está ausente, e que admitem uma construção intransitiva, em que o sujeito é originariamente um complemento direto, como em (351).

(351) *Aí + ela chegôø, né? <quanøø eu sub> <quanøø eu vi> sôøbe que era verdade, eu fiquei <meio> chatiado, né? com ela, num gostei do que ela disse, né? + Aí minha mulhéø era muito amiga dela <aí foi se> minha mulhéø ficôø + muito amiga dela, né? aí ela foi dizenøø + disse a minha mulhéø um dia que eu tava cum ôøtra. Aí foi dizêø que eu tava trainøø ela, aí minha mulhéø se se **chatiôø** comigo, né?* (VALPB – GSN – M – 3).

Se considerar, como Vilela e Koch, as construções ergativas como construções intransitivas que não indicam o agente da ação expressa pelo verbo e que têm um objeto direto assumindo o lugar do sujeito, então parece plausível admiti-las como [+marcadas] cognitivamente. Além disso, como sugere Wenceslau (2003, p. 64), o *se* das sentenças ergativas pode gerar ambigüidade quando constrói interpretações reflexivas como em *Os parentes se acomodaram*. Ao que parece, esses “jogos” sintáticos mais complexos acarretam esforços mentais mais elaborados.

Em Nunes (1995) não são encontrados critérios de classificação para o *se* apassivador, porque em estudos anteriores (Nunes, 1990, 1991), o autor constatou que a forma apassivadora “cedeu lugar” para o *se* indeterminador. Também Galves (1996, p. 392), ao tratar das mudanças no sistema pronominal do português do Brasil, constata a diminuição da freqüência da concordância nas estruturas estudadas por Nunes (1990, 1991), num indício de que o *se* tende a ser interpretado como indeterminador e não mais como forma passiva. Para Said Ali (1964), falantes reais, em situações reais do uso da língua, não percebem as construções com *se* e verbos transitivos diretos como construções de sentido passivo. A tendência é a de interpretá-las como construções ativas com uma indeterminação expressa pelo *se*. Tanto o *se* indeterminador quanto o *se* apassivador são, normalmente, usados para indicar a eliminação do Agente, e o principal critério adotado para distinguir as duas construções é a concordância com o SN no plural, que se verifica na estrutura passiva, mas não se realiza na indeterminada (Cf. Naro 1976; Nunes, 1991; Duarte, 2002; Lopes e Duarte, 2002). Na construção sem

concordância, o SN funciona como objeto do verbo; ao passo que, ao se aplicar a concordância verbal, o argumento se torna sujeito da construção passiva.

Pensando apenas na construção passiva, seu papel é o designar uma ação que é assumida pelo falante a partir do paciente, sendo o agente estruturalmente facultativo. Dessa maneira, enquadro o *se* apassivador como a última das funções na escala da complexidade cognitiva assumida pelos vários *ses*, e o resultado final da marcação, segundo este critério, é:



Figura 13: Escala de marcação: a complexidade cognitiva das funções

Feitas as escalas individuais, pelos critérios em separado, apresento agora o quadro geral da marcação nas várias funções do *se*, resultado de cruzamentos dos fatores anteriormente vistos. Assim:

	REF	RE	INER	ERG	PAS	IND	ENF
	C						
Distribuição de Frequência	-	-	-	+	+	-	-
Complexidade Estrutural	-	+	-	+	+	+	-
Complexidade Cognitiva	-	-	-	+	+	+	-

Quadro 10: Matriz de marcação nas diferentes funções do *se*

O resultado desta matriz é o gradiente da marcação assim expresso⁴²:



42 Como visto nesta matriz, tipos como reflexivos, inerentes e enfáticos possuem a mesma quantidade de [-]; assim como ergativos e passivos possuem a mesma quantidade de [+]. O critério que utilizei, então, para formar o gradiente final na marcação dos tipos de *se* foi baseado na noção de escalaridade entre os itens e seu caráter não discreto, mas contínuo. Desse modo, se o leitor voltar às escalas de marcação pelos critérios em separado, verá que entre os inerentes e os reflexivos, por exemplo, aqueles estão mais à esquerda das escalas que estes. Da mesma maneira que os passivos encontram-se mais à esquerda que os ergativos.

Figura 14: O gradiente de marcação das funções do *SE*

A análise fundamentada na noção de marcação, conforme proposta por Givón (1995), traz para esta pesquisa uma discussão pertinente. Voltando aos resultados estatísticos do capítulo anterior, as funções seguiram esta ordem, conforme a maior probabilidade de manter o clítico preenchido junto ao verbo: se-apassivador > se-ergativo > se-indeterminador > se-recíproco > se-enfático > se-reflexivo > se-inerente. Observe que esta ordenação segue exatamente a escala de marcação, partindo das funções [+ marcadas] para as [- marcadas].

Considero este um resultado bastante significativo, uma vez que, ao que tudo indica, os critérios usados para taxar uma categoria como [+ marcada] configuram ambientes sintático-semânticos mais favoráveis ao preenchimento do pronome; na mesma medida em que os critérios usados para caracterizar uma função como [- marcada] configuram os ambientes sintático-semânticos que mais favorecem à queda do clítico.

Recuperando, ligeiramente, a pesquisa de Lima (2006)⁴³, encontramos o percurso diacrônico do *se* pronominal como um caso de gramaticalização, tendo o autor chegado aos seguintes valores:

	Per. Arc.	Per. Mod.	Per. Contem.
REF	28%	22%	11%
EST	14%	3%	1%
PRON	10%	15%	12%
TOTAL	52%	40%	24%
PAS	16%	19%	7%
AMB	25%	34%	35%
IND	7%	7%	35%
TOTAL	48%	60%	77%

Quadro 11: Percurso diacrônico do *se* pronominal (Lima, 2006)

43 Trago na Revisão da Literatura, capítulo 2 desta tese, um esboço mais detalhado do trabalho de Lima (2006) sobre a gramaticalização do *se*.

O que se conclui destes resultados é que, no grupo Reflexivo (reflexivos, estilísticos e pronominais), houve uma queda na frequência do pronome; ao passo que no grupo Não-Reflexivo (passivos, ambíguos e indeterminados), ocorreu o aumento da frequência do clítico. As formas mais antigas encontram-se num estágio avançado de apagamento, enquanto que as mais recentes ainda apresentam valores significativos.

Chamou minha atenção o fato de o quadro geral da marcação das funções do *se*, nesta pesquisa, ter selecionado como [- marcadas] as mesmas funções que Lima (2006) apresentou como as mais propensas ao apagamento; da mesma forma que selecionou como [+ marcadas] as funções que Lima rotulou como pertencentes ao grupo Não-Reflexivo, mais propícias à manutenção do clítico.

Nesse sentido, reafirmo o que disseram Görski e Freitag (2006, p.06) sobre a atuação do princípio da marcação: ela impõe restrições de uso às formas, e isso pode levar aos direcionais de mudança. Ou seja, ao fato de uma forma ser menos ou mais marcada correlaciona-se a probabilidade maior ou menor de sua ocorrência em certos contextos, em detrimento de outras formas. Dessa maneira, acredito que o princípio da marcação tenha atuado como um bom indício do percurso da gramaticalização do *se*.

7.2 O percurso diacrônico do *se*

A principal hipótese explorada nesta tese é a de que os diversos usos do *se* podem ser descritos em termos de um processo de gramaticalização. Sob esta perspectiva, o percurso de variação e mudança de um item é atestado tanto diacronicamente, com a forma adquirindo novos valores sintáticos e semânticos ao longo do tempo, quanto sincronicamente, quando vários usos convivem em um mesmo período.

Do ponto de vista diacrônico, o percurso do *se* foi explicado por muitos autores. Para Aguiar (1942), o clítico passou por cinco estágios de evolução. No estágio 1, surgido no latim, era propriamente reflexivo, *O homem cortou-se*. Uma construção como essa proporciona tanto uma leitura ativa, quanto uma passiva e, segundo o autor, é

essa última que parece “impressionar” mais. A partir dessa impressão, se passa ao estágio 2, que é a ocorrência do *se* passivo. Como a forma passiva tem mais relevo que a ativa, ela prevalece a partir das construções reflexivas, como em *Fritam-se os ovos*, numa interpretação que equivaleria a *Os ovos são fritos* e não a *Os ovos se fritam a si mesmos*.

Muitas vezes, as estruturas passivas envolviam a indefinição de um agente, como em *Comem-se os bolos*, e o *se* atinge o estágio 3 do percurso, passando a ser interpretado como partícula de indeterminação. Por fim, nos estágios 4 e 5 o pronome exerce o papel de indeterminador do agente em verbos intransitivos e transitivos, como em *Trabalha-se muito aqui*, e *Vende-se casas no condomínio*.

Maurer Jr. (1951) aponta que no latim vulgar o uso do *se* era bastante restrito, e somente a partir do período medieval é que surgiram as inovações de uso do pronome, derivadas da forma latina reflexiva *se*. Desse modo, o autor identifica um *se* estilístico, empregado junto a verbos intransitivos para realçar a espontaneidade da ação, como em *ir-se* e *sair-se*. Identifica, também, um *se* passivo, em que seu emprego se dava apenas na terceira pessoa, preferencialmente com sujeitos inanimados, como em *Vendem-se as casas*. Reconhece, por fim, um *se* indeterminado, usado com verbos intransitivos para expressar um agente exterior indefinido, como em *Vive-se bem aqui*.

Segundo Maurer Jr. (1951), a origem destas inovações estava no Indo-Europeu, que não conhecia propriamente uma voz passiva, tinha apenas voz ativa, e desenvolveu por intermédio de um sistema de afixos a expressão de idéias passivas.

Naro (1976) identifica três funções do *se* no português. A primeira marca seu emprego na terceira pessoa não-nominativa, correferencialmente idêntica a outro elemento da frase. É o que ele chama de emprego reflexivo, como em *O pai vestiu-se*. Outra função do pronome é reconhecida na formação da voz passiva, denominado de *se-passivo*. São construções em que há concordância do verbo com o seu argumento interno, como em *Alugam-se casas*. Por fim, outro emprego do clítico é o de *se-impessoal* com verbos intransitivos e transitivos, como em *Vende-se estes carros* e *Vive-se bem em Sabará*.

Segundo Naro (1976), as sentenças com o *se* impessoal, sem concordância, são historicamente posteriores às construções passivas; entretanto, seu surgimento não é arbitrário, nem uma simples consequência de erro gramatical. A produtividade das construções com *se* impessoal não se formou pela extensão analógica das sentenças passivas, já que as indeterminadas não admitem especificação de agente e as passivas sim, como em *Escreve-se cartas pelas mãos*. A reanálise que gerou as construções impessoais só foi possível mediante a ausência de sujeito nas sentenças em que o argumento interno não concorda com o verbo no plural.

Como visto, é consensual a idéia de que a gramaticalização do clítico operou, diacronicamente, pelo mecanismo da *reanálise*, em que o pronome caminha de uma função originalmente reflexiva, passa a exercer a de passividade e chega, finalmente, a funcionar em contextos de indeterminação.

Conforme salientei anteriormente, para desenvolver esta pesquisa não adotei uma perspectiva diacrônica que visualizasse a aquisição de novos valores e funções para o *se* numa evolução cronológica. Interessa-me rastrear, numa fatia específica de tempo, como se dão os vários usos do clítico nas diferentes funções que ele assume sincronicamente.

Estudos que tiveram esta mesma preocupação apontam que a gramaticalização do *se* já tenha atingido o *estágio zero* do processo, com a queda do item em questão. Os números do capítulo 6 mostram que, no dialeto de João Pessoa, o percurso ainda não chegou nesta última fase, sendo características do uso do clítico sua frequência elevada e sua expansão a novos contextos, como nos casos de generalização e redobro, indícios de que ele esteja, de fato, percorrendo as etapas da gramaticalização, transitando do posto de clítico para o de afixo.

7.3 A gramaticalização do *se* em João Pessoa

Se as tendências evidenciadas em tantos outros trabalhos (Nunes, 1995; Galves, 2001; Melo, 2005; Lima, 2006; Bandeira, 2007; Faggion, 2008) deixarem de ser apenas

tendências regionais e passarem a afetar a língua como um todo, o *se*, no português do Brasil, pode chegar a elemento nulo, não mais marcando a reflexividade, a reciprocidade, a indeterminação, a ênfase. Caso isso aconteça de fato, os estudos futuros sobre o clítico poderão falar, sem receio, do término de uma longa trajetória: o final do extenso processo da gramaticalização do *se*, atingindo aquilo que Givón (1979) chama Estágio Zero do percurso.

Por enquanto, o que se pode apontar sobre o clítico é que essas tais tendências regionais evidenciam diferentes comportamentos assumidos em sua trajetória. Oliveira (2006) acredita que a possibilidade de ser suprimido (*Eu – conformei com a decisão dele*) é uma característica do falar mineiro; sua neutralização na forma de 3ª pessoa (*Eu se conformei com a decisão dele*) é um fenômeno panbrasileiro; e sua inserção (*Ele se ressuscitou*) bem como sua duplicação (*Ela se conformou-se com a decisão dele*) são traços do dialeto de João Pessoa.

Mesmo sendo tidas como características próprias ao dialeto do Nordeste, não são exclusivas a ele, de modo que as mesmas tendências foram detectadas, por exemplo, em São Paulo (Pereira, 2007), no Paraná (Bandeira, 2007), em Santa Catarina (Freitag, 2003). De qualquer modo, entendo que tanto a neutralização do *se*, quanto sua inserção e redobro são casos típicos de gramaticalização, consequências da alta frequência de uso do clítico, o que leva, por sua vez, à expansão de seus contextos de atuação.

A neutralização do clítico na forma de 3ª pessoa possibilita que ele seja denominado *se universal*. O pronome não é apenas empregado com a 3ª pessoa do singular e do plural, como também se espalha para a primeira e a segunda pessoas do singular, e para a primeira do plural, ocorrendo com *eu*, *tu* e *nós*, como se vê nestas construções retiradas do VALPB:

Eu	(5) “Eu queria mudá o meu jeito de eu falá, de eu sabê se explicá...”
	(6) “Eu nunca se meti na sua vida, eu nunca se meti na sua vida não...”
Tu	(7) “Não tinha mais jeito de tu se acordar...”
Você	(8) “Se você num se concentrá, ficá de cabeça pesada, cum certeza você num consegue pensá em nada”
	(9) “...e num existe coisa pior do que você se distanciar de você”
Ele	(10) “Ele, quando se juntô com aquela Berlânia, né, aí mudou totalmente de personalidade”
	(11) “Uma mulhé depende do marido, ele se senti lá em cima, né?”

Nós	(12) “Nós se vira comprano as coisa fiado” (13) “Hoje de manhã eu saí, eu e aquele colega que sentou-se aqui. .. Aí nós viemos, sentamo- se aqui, aí pronto”
A gente	(14) “Todo sábado a gente se reúne lá na igreja” (15) “... aí quase a gente se separava...”
Vocês	(16) “E como foi, assim, que vocês se conheceram?” (17) “E como é que vocês estão se virando sem emprego?”
Eles	(18) “Elas se davam bem, elas gostavam muito de mim” (19) “Eu era muito pequena quando eles se separaram”

Quadro 1: Exemplos de generalização da regra no uso do reflexivo em João Pessoa

Esses são casos em que, como sugere Castilho (1997, p.37), o pronome átono deixa de preservar o traço de [+ pessoa] e passa a assumir um traço reflexivo geral. Faggion (2008, p. 83) atenta que o *se* alastra seu campo de aplicação, “tomando” o lugar do clítico correspondente a outras pessoas, e isso faz com que a autora ouça, freqüentemente, crianças dizendo *eu não se lembro* e crianças e adultos dizendo *nós se conhecemos*, *nós vamos se arrepender*. Castilho (1997, p. 37) salienta que o estágio seguinte à perda da representação morfológica da categoria de pessoa do pronome é o da cliticização do *se* junto ao verbo, como ocorre no francês não-padrão: *je sarrête*, *nous se reverrons*, *vous se privez*.

Essa observação feita pelo autor remete à idéia de gramaticalização proposta por Bybee (2001) e Bybee *et alli* (1994), anteriormente explorada. A nova construção gerada por reanálise como consequência de uma alta freqüência de uso se desenvolve a partir de outra com o rearranjo das fronteiras entre os constituintes: [Suj_i + pro_i + verbo] > [Suj_i + (pro_i + verbo)].

Desse modo, a gramaticalização em curso do *se* em João Pessoa obedece às etapas que Hopper e Traugott (1993, p.103) propuseram como o já clássico *cline* de mudança na gramaticalização de uma forma:



Figura 15: Cline de gramaticalização (Hopper e Traugott, 1993)

Para diversos autores (Castilho, 1997; Camacho, 2003; Freitag, 2003; Mello, 2005; Oliveira, 2006; Pereira, 2007), o clítico reflexivo vem acompanhando este percurso de mudança no português do Brasil, chegando ao posto de afixo flexional. Em algumas variedades do PB, o percurso do *se* já atinge o estágio final do processo, marcado pelo morfema nulo, resultado do apagamento do afixo.

A hipótese que se levanta é a de que esta categoria, no português do Brasil, continue seu trajeto e não seja mais marcada morfologicamente na língua. É o que se vê, por exemplo, em Minas (Veado, 1982; D’Albuquerque, 1988; Oliveira, 2006; Lima, 2006). Em outras regiões do Sul e Sudeste, como São Paulo (Nunes, 1995; Oliveira, 2006), Rio de Janeiro (D’Albuquerque, 1988), Paraná (Bandeira, 2007), ainda se mantêm determinadas forças de restrição para o apagamento, de modo que a ausência do item depende de certos fatores condicionantes como, por exemplo, o tipo de verbo a que o pronome se liga.

Conforme já advertia Labov (1972), como em mudança lingüística tudo pode ocorrer, das mais variadas maneiras, defendendo que na região nordeste o *se* esteja um tanto mais longe de chegar ao estágio zero de seu percurso de gramaticalização, o que se confirma pelo alto percentual de seu emprego em João Pessoa (85% de presença – ver Capítulo 6). Para Oliveira (2006), o comportamento do *se* no nordeste, inserido como em (352), neutralizado, como em (353), e duplicado, como em (354), é um comportamento típico dos afixos flexionais.

(352) E* O que acha do casamento?

I Casamento hoje tá mu0tcho + tem uns que se dão certo, casamento hoje num é, hoje em dia tem que sê0 na: <fase de>, na base de vinte e cinco a + a trinta anos. (VALPB – AFD – M – 1).*

(353) E* Como é o seu relacionamento com as pessoas da casa?

I Bem, algumas briguinhas com com os irmãos, mays se damos bem, Graças a Deus. (VALPB – PAM – F – 5).*

(354) I* Ele com o cara comprou queroseno + o capanga de do coronel comprou queroseno e: e arrudiou a casa todinha com querosenø, + aí depoiø tocou fogo, + aí pegou fogo. Ainda se o rapaz maiø velho se salvou o irmão dele mais novo, aí foi pegaø a mãe dele que tava no banheiro, quando chegou lá + a mãe dele se agarrou-se com

ele começou a chorar aí explodiu um negócio lá, o bujão aí: + morreu os dois, + na casa peganoo fogo. (VALPB - SMPS – F – 1).

Segundo a autora, em (352), (353) e (354) não há perda de substância fônica, mas é necessário investigar se na condição de afixo o elemento perde ou ganha novo conteúdo semântico. Oliveira (2006) hipotetiza que os *ses* proclíticos têm a natureza de reflexivos, enquanto que os *ses* enclíticos possuem o caráter de afixos com marcação aspectual, já que ocorrem somente na 3ª pessoa do singular do pretérito perfeito.

Para checar este posicionamento nos dados de João Pessoa, voltei ao VALPB e rastreei os 143 casos de ênclise presentes no *corpus*. As escassas exceções ao que sugeriu Oliveira representam casos bastante específicos de expressões cristalizadas, como em:

(355) *I* Fala não. Aliáys, o povo de João Pessoa não pode falar igual ao restante do país, porque a Paraíba é um estado sacrificado. Um estado tido na condição de miserável. Porque não tem assim, **pode-se dizer**, uma renda própria de suas indústrias, as indústrias são todas falidas.* (VALPB – RRB – M – 3).

Nos demais casos de ênclise, a presença do pronome sempre ocorreu junto a formas verbais de 3ª pessoa do singular do pretérito perfeito, como em (356), confirmando sua função de marcador de aspecto. Tal fato, segundo Oliveira (2006), remete aos dados de aquisição da linguagem, em que as crianças tendem a usar verbos na 3ª pessoa do singular do pretérito perfeito não como marcação temporal, mas aspectual: *cabô, caiu*, etc.

(356) *Assisti um muito bom, “Meu pé esquerdo.” Foi esse filme parece que é até baseado numa história verídica. É de uma família que teve muitos filhos, então, um deles era:: deficiente, e: este:: esse rapaz com toda essa deficiência, **tornou-se** uma uma pessoa ilustre.* (VALPB – RCRA – F – 5).

Esse é um pensamento semelhante ao de Pereira (2007) e Rodrigues e Pereira (2004), que acreditam ser o padrão proclítico do PB um dos argumentos mais sólidos para o reconhecimento do estatuto dos reflexivos como formas pronominais. Eles se comportam como clíticos, sofrendo algum grau de fusão fonológica com o verbo do

qual não podem ser separados por elementos intervenientes⁴⁴. Seguindo a proposta de Hopper & Traugott (1993), o próximo estágio na escala é aquele em que o item passa a se comportar como afixo. Na medida em que este *cline* constitui um *continuum*, não se torna tão fácil detectar as fronteiras entre as etapas. Kemmer (1993, p. 170), por exemplo, considera os clíticos como morfemas que são fonologicamente partes de uma palavra, mas que se comportam sintaticamente como palavras separadas. Hopper & Traugott (1993, p. 06) definem os clíticos como formas que se encontram num “meio termo” entre palavras autônomas e afixos. Mesmo não ignorando estas sutilezas, possíveis indicações do processo de afixação seriam a perda do paradigma de pessoa, como em (357), a perda de substância fonológica e a fusão com o verbo, como em (358):

(357) *Só quando um agente ou um outo morrer, e se puder se casar de novo. Mai pra mim se **confessar**, num posso, + nem comungar, qu’eu sou junta, vivo no pecado, como é qu’eu posso comungar?* (VALPB – HMG – M – 1).

(358) *Aí chegô lá, num o juiz: “Cumé isso?” Eu digo: “assim, assim, assim, assim, assim, assim, assim.” Aí metí a língua, aí pa pa pa. “Tá certo, pode **ir simbora**.” Aí eu vim mimbora, até hoje, nunca maiø fui chamado.* (VALPB – AJM – M – 1).

Mas não é apenas a ênclise a responsável pela atribuição do papel de afixo ao *se*. Tanto Pereira (2007) como Oliveira (2006) suspeitam que, colocado antes do verbo, o reflexivo possa se tornar um prefixo, lexicalizado junto à forma verbal como em: *ele se deu bem; ele se saiu bem, ele não se tocou, ele não sabe se virar, ele se mandou, ele é que se dane!; ele não se dá com a mulher*; etc. Isso remete às considerações levantadas por Nunes (2007)⁴⁵, que considera as gírias como expressões extremamente reveladoras de propriedades gramaticais arraigadas nos vários estágios de uma língua. Os dados que o autor utiliza (*João se tocou; João se mancou*) expõem de maneira transparente que o sistema proclítico do PB se solidificou de tal forma que pode até dar margens a reanálises de formas pronominais proclíticas como prefixos verbais, como em:

44 Pereira (2007, p. 214) ilustra esta questão com uma expressão dita por um falante gaúcho num programa de TV: *Domar cavalo é difícil. Às veiz se doma; às veiz não se doma*. Para a autora, se o homem tivesse dito *às veiz se não doma*, a interpretação mais plausível seria a de que *se* na verdade é *cê*, forma clítica do pronome *você*.

45 Remeto o leitor ao Capítulo 6, seção 6.9.1, para uma discussão mais ampla do que propõe Nunes (2007).

(359) *Num é a primeira vez que eu recebo [co-] é reclamação de aluno por causa dela, né? Aí tirou a professora do colégio. Ela foi pra outro colégio. Foi transferida. Só porque ela é muito ignorante. [to-] era todo santo dia. E chega um dia que um se dói. Um se dói, num é? (VALPB – JS – M – 3).*

(360) *F* Brigando, discutindo mesmo, aí a vizinha lá parece que ela ouviu a mulher dizer um ai! Que eu foi um puxavante de orelha, que eu num gosto de bate em mulher não. Dei um puxavante de orelha pra se ligar. Se eu batê em mulher, eu acho perco a cabeça, sabe? Se eu perdê a cabeça pra [ba-] chega a da uma tapa, eu acho que eu dô mil. (VALPB – JS – M – 3).*

(361) *Aí ele olho pra o patrão dela e disse aí feiz o patrão dela feiz: “Venha cá, Graça!”. Aí Graça foi. Chego lá, olhô ela todinha assim. Aí eu disse: “É médico agora, meu amigo ou é advogado dela ou delegado? O que é que o senhor é?” Aí ele: “Não, eu quero sabê se em hematoma. Se tem hematoma, você amanhã se ferra!” Eu digo : “Tá cheio de hematoma nela aí. Procure direitinho que tem, viu? Seu ignorante, imbecil. Como é que você traz policia na minha porta, rapaz? Seu safado!” (VALPB – JS – M – 3).*

(362) *Porque esperto lá é ladrão. Aí eu disse pra ele se ele for esperto, é, eu sou esperto e meio, aí ele olhou pra mim - sim eu disse mais assim: “ eu sou esperto e meio e eu sou mais do Norte, olha aqui, quer ver a faca?”, Aí ele se picou, saiu bem ligeiro. Quando chegou lá, aí quando chegou lá na, na rua “Um”, eu disse lá pro meu primo, meu primo caiu na risada. Ele disse: Daqui a pouco ele passa aqui. É um, é um esperto mesmo”. Aí com um pedaço ele passou assim, aí, aí meu primo pegou e, pra gozar com ele e disse, chamou ele assim e disse : “Olha aqui o meu primo do Norte aqui olha, aí, é esperto também”. Ele pegou e se se picou, nem parou. (VALPB – LGP – M – 3).*

Os estudos sobre gramaticalização encerram algumas discussões bastante pertinentes. Uma delas diz respeito aos limites do processo. Kurylowicz (*apud* Heine *et alii*, 1991) a entendia como um caso de morfologização. Meillet (1912) acreditava que a ordem dos constituintes poderia ser uma instância da gramaticalização, pelo menos em algumas línguas. Mais recentemente, Givón (1979) supunha que os limites da gramaticalização poderiam ser estendidos à esfera discursiva. Além dessas questões, uma outra ainda se faz recorrente: os processos que atuam na gramaticalização são semelhantes aos processos que operam nas mudanças em geral ou se distinguem? Dentro de uma esfera maior de mudança, de que maneira se delimita e se identifica seu campo de investigação?

Mediante a concepção de gramática emergente, Hopper (1991) sustenta que a gramaticalização é sempre uma questão de grau, e não um absoluto; isso significa que os critérios que controlam esta gradação não são específicos à gramaticalização, mas

são critérios gerais da mudança lingüística. Ou seja, para Hopper não existem partes particulares da língua que sejam alvos distintos para a mudança.

Entretanto, a visão de Hopper sobre o processo de mudança nas línguas não é consensual. Alguns estudiosos acreditam que existem alguns domínios funcionais mais propícios e permissíveis à mudança, e neles um número maior de formas pode se gramaticalizar. Convictos de tal afirmação, os partidários dessa vertente buscam rastrear as condições que favorecem ou inibem a gramaticalização de dado item e/ou construção. A idéia, então, passa a ser a de questionar se existem parâmetros, critérios e fatores que auxiliem o investigador em sua decisão de sancionar o estatuto gramatical de uma determinada forma. (Gonçalves, 2003, p.196).

A partir das próximas seções, procurarei dar evidências de que o *se* em João Pessoa é, de fato, produto de um processo de gramaticalização em curso nesta variedade do português brasileiro. Farei uma checagem de alguns dos principais modelos funcionalistas para a gramaticalização, aplicando o reflexivo usado em João Pessoa a fim de mapear sincronicamente seu comportamento. Minha intenção com isso é a de que à medida que forem explicitados os modelos teóricos de Lehmann, Hopper, Heine & Reh, e de alguns autores com uma proposta funcional-cognitivista como Heine, Claudi & Hünemeyer e Sweetser se dê o exercício de verificação dos encaminhamentos processuais desses modelos mediante a análise dos padrões funcionais do *se*.

7.3.1 Os parâmetros de Lehmann (1995 [1982]; 2002)

Os pesquisadores envolvidos com os estudos em gramaticalização, de modo bastante geral, se preocupam em medir os graus e os estágios do processo de mudança de um item. Um dos trabalhos que mais ecoou pela comunidade lingüística foi aquele em que Lehmann (1995 [1982]) propôs critérios para mensurar o grau de autonomia de um signo e, por conseqüência, sua gramaticalização. A lógica é: quanto mais autônoma for uma forma, menos gramaticalizada ela será; inversamente, quanto menos autônoma a forma, mais gramaticalizada.

Conforme visto no Capítulo 4, a autonomia de um signo é inversamente proporcional ao seu estatuto de item gramatical. Para medir esta relação, o autor propõe que três fatores sejam levados em consideração: **peso**, **coesão** e **variabilidade**. Sabendo que as situações de uso de uma forma são muito distintas, Lehmann acrescenta outros dois critérios para a análise: um aspecto paradigmático e outro sintagmático, referentes à seleção e à combinação do signo, respectivamente. O resultado do cruzamento entre eles é a postulação de seis parâmetros precisamente formais que trabalham na identificação da autonomia de um item:

Parâmetros		GR incipiente	Processo	Gramaticalização Avançada
Eixo paradigmático	Integridade (peso)	Conjunto de traços semânticos	Atrição	Poucos traços semânticos
	Paradigmaticidade (coesão)	Participação "frouxa" em um campo semântico	Paradigmaticidade	Paradigma pequeno, altamente integrado
	Variabilidade paradigmática (variabilidade)	Escolha livre dos itens, segundo as necessidades comunicativas	Obrigatoriedade	Escolhas sistematicamente restritas, uso obrigatório
Eixo sintagmático	Escopo (peso)	Item relaciona-se a constituintes de complexidade arbitrária	Condensação	Item modifica palavra ou a raiz
	Conexidade (coesão)	O item é justaposto independentemente	Coalescência (união)	O item é afixo ou traço fonológico
	Variabilidade sintagmática (variabilidade)	Liberdade de movimento do item	Fixação	O item ocupa uma posição fixa

Quadro 12: Correlação entre os parâmetros de gramaticalização (adaptado de Lehmann, 2002, p.146).

Resumidamente, a **integridade** se refere ao conteúdo semântico e fonológico de um item, e representa seu tamanho, sua estrutura. A perda de integridade semântica e fonológica de um signo se correlaciona a um grau mais avançado de sua gramaticalização. O **escopo** diz respeito à quantidade de construções em que o item é aceito: quanto mais condensado o escopo, mais gramaticalizada a forma. Pela **paradigmaticidade** medem-se as relações de coesão que a forma contrai com os demais signos integrados no mesmo paradigma: quanto mais integrado, maior o grau de sua gramaticalização. A **conexidade** se refere ao ajuste do signo com outras palavras, para verificar o grau de fusão sintagmática entre as formas. Na **variabilidade paradigmática**, existe a opção de escolha de outras formas que se encaixem ao mesmo paradigma do item em análise. Quanto maior a obrigatoriedade de seleção de um signo mais gramaticalizado ele é. Por fim, a **variabilidade sintagmática** se refere à posição

ocupada pelo item na estrutura: quanto menor for a mobilidade do signo dentro do contexto sintagmático, maior será seu grau de gramaticalização.

Segundo Lehmann, esses seis parâmetros são dependentes uns dos outros. Embora sejam correlacionados, o autor adverte que não existe uma base teórica capaz de sustentar uma correlação estrita e indissolúvel entre eles. Para ele, o único fato que pode seguramente ser assumido é que eles se correlacionarão em um grau significativo. Entretanto, cada um dos parâmetros pode ser analisado independentemente do outro, porque eles são metodologicamente independentes uns dos outros (p.124).

Tomados em sua totalidade, os critérios expostos acima revelam a natureza gradual da gramaticalização, focalizando um signo em um estágio avançado do percurso. Tal característica pode se tornar problemática quando o item em análise se tratar de um item em gramaticalização em curso, como acredito ser o caso do *se* em João Pessoa. Assim, procedo, a seguir, à investigação da aplicabilidade desses parâmetros ao meu objeto de pesquisa, ressaltando que nem todos os critérios terão a mesma força de visualização.

7.3.1.1 Integridade

A *integridade* é um critério que resulta da relação entre **peso** e **eixo paradigmático**, responsável por assegurar a identidade de um signo, ou seja, o tamanho substancial de sua matriz semântica e fonológica. Quanto menos propriedades semânticas e menos volume fonológico, mais gramaticalizada é a forma. Aqui, importa a discussão de duas propriedades centrais no estudo da gramaticalização: a erosão fonética e o *bleaching* semântico (Heine *et alii*, 1991). É uma discussão ainda sem resposta definitiva a que envolve essas duas propriedades: é o desgaste fonológico que leva à dessemantização do item ou é o desbotamento semântico que causa o enfraquecimento fonológico do signo? Ainda não se chegou a um consenso, nas discussões sobre a língua, a questão da circularidade na relação causa/consequência estabelecida entre esses dois processos. O que tem sido atestado por vários estudos é que o crescimento da frequência de uso é um forte motivador para o desgaste semântico e fonológico (Gonçalves, 2003, p.200).

Bybee *et alii* (1994), Bybee (2001), Bybee & Hopper (2001) são alguns dos que enxergam a repetição como exercendo papel fundamental no processo de gramaticalização. A repetição constante automatiza a forma lingüística, ou seja, o falante passa a executar um dado comportamento da língua sem ter que “pensar” sobre as partes que o compõem. O outro lado da moeda, contudo, é a resistência à mudança que os itens pouco freqüentes no discurso apresentam, isto é, as formas menos utilizadas se “protegem” mais facilmente do enfraquecimento semântico e fonológico que atinge os itens mais gramaticalizados. No caso específico do uso do *se* em João Pessoa, basta olhar novamente para o Capítulo 6 para perceber que essas assunções se confirmam. Das classes de clíticos anafóricos em análise, os contextos mais freqüentes são os dos reflexivos e dos inerentes, num total de 606 e 482 ocorrências respectivamente. Esses dois contextos, sendo os mais repetidos dentre todos os observados na pesquisa, foram os que mais sofreram apagamento: 26% e 21% de ausência do clítico. Interessante observar que a única classe que teve categórica a presença do *se* foi a dos passivos, sendo, por sua vez, a que menos se repetiu nos dados, com apenas 23 ocorrências.

Em termos fonológicos, o desgaste do *se* é visível em qualquer um de seus padrões funcionais. O fato de ser um item monossilábico e átono já propicia alterações de cunho fonológico. Contudo, o caso mais curioso é o da erosão que sofre o tipo enfático, sobretudo nas expressões cristalizadas de *ir + embora*, como em:

(363) *Aí quando ela vinha busca0 era debaixo de pau. - “Eu num já disse a você que era p0a entra0.” Eu digo: - “Disse, mays a gente tava brincando aqui, mesmo em frente de casa.” Ela disse: - “Eu num quero você brincan0o com home0 não.” {inint} Aí foi se **embora**. Aí quando era no ô0o dia a gente brincava do mesmo jeito.* (VALPB – MHS – F – 1).

O que chama a atenção em construções como essas é que o hospedeiro do clítico visivelmente deixa de ser o verbo e passa a ser o advérbio *embora*, de modo que não é raro encontramos enunciados em que a forma verbal já não é mais empregada, como em:

(364) *Minha irmã mesmo saiu de casa logo cedo, que ela disse que já tava cansada de apanhar, aí foi morar com [ma] o namorado dela, né? Aí fez logo uma casinha lá pras banda0 do Róger. Aí pronto. Muitas veze0 vinha e chovia, que a casa caía, caía a*

ladêra desabava, aí tinha que sair mudanø. Aí a gente foi simhora [pøa], foi moraø em Mangabeira, já morou em Valentina, sei lá! Tive tanto do lugao. (VALPB – MLS – F – 1).

Penso que este seja um tema bastante produtivo para novas pesquisas, já que a maior parte dos estudos sobre o *embora* no PB focaliza seu estatuto de conjunção concessiva, e poucos são os apontamentos sobre a ligação *ir* + *embora*. Gramáticos históricos como Bueno (1967), Câmara Jr. (1979), Coutinho (1976), Said Ali (1964), e outros sinalizam que as conjunções do português se originaram de palavras de categorias diferentes, dentre elas os advérbios. É o caso de *embora* que, segundo Said Ali (1964), foi originada da locução adverbial “em boa hora”, utilizada pelos falantes, já no período medieval, para desejar bom augúrio para seus interlocutores⁴⁶. Acrescenta Said Ali que o uso das três palavras fundiu-as em uma, gerando *embora*, expressão que acompanha usualmente os verbos *ir* e *vir* e que, já sem transparecer seu significado de origem, carrega em si a noção de afastamento, que para o autor é uma noção relativamente desnecessária, uma vez que os próprios verbos que a acompanham já apresentam tal valor semântico⁴⁷.

Costa (2002) estuda os itens adverbiais simples e locucionais de textos portugueses do século XVI, na tentativa de compreender sistematicidades possíveis na sua formação, funcionamento e mudanças sofridas. A autora aloca o *embora* como um dos casos de gramaticalização dos advérbios em português e cita como indício desse processo a dessemantização de núcleos lexicais, ou seja, adverbiais, simples ou locucionais, cujos núcleos semântico-sintáticos sofreram esvaziamento do seu significado referencial. O significante é mantido (algumas vezes com alterações morfo-

46 Está em Said Ali (1964, p. 189): “Pôsto que a instituição dos oráculos e agouros estivesse morta desde muito tempo, perdurou na era medieval, e ainda na idade moderna, a crença de que o êxito dos atos humanos dependia da hora em que eram empreendidos. Daí o costume de se acrescentar a frases optativas ou imperativas, por sinceridade, ou mera cortesia, a locução *em boa hora*. Se dominava a má vontade para com outrem, e convinha manifestá-la, recorria-se, pelo contrário, ao agouro *em hora má*”.

47 Sobre este tema, ver Felício (2006) que apresenta um recorte sincrônico para a gramaticalização da conjunção concessiva; Santos (2005) e Machado (2003) que exemplificam a influência do africano no português popular com o caso de *ir* + *embora* e a generalização do *se* nessas construções.

fonéticas), mas com o significado obscurecido ou tornado inconsciente por parte dos falantes. Outro sinal de mudança sofrida pelo *embora* é sua fixação sintática, isto é, a composição da locução e sua consolidação em item adverbial simples, e a recategorização morfossintática do item que, em avançado processo de coalescência, atualmente também é utilizado como conjunção.

A autora (Costa, 2002) levanta uma questão que considero pertinente a esta pesquisa, a saber: o estatuto mórfico do elemento inicial de locuções adverbiais. Aplicando o caso de *se* em construções como:

(365) *Minha irmã mesmo saiu de casa logo cedo, que ela disse que já tava cansada de apanhar, aí foi morar com [ma] o namorado dela, né? Aí fez logo uma casinha lá pras bandæ do Róger. Aí pronto. Muitas vezeø vinha e chovia, que a casa caía, caía a ladêra desabava, aí tinha que sair mudanø. Aí a gente foi simbora [pøa], foi moraø em Mangabeira, já morou em Valentina, sei lá! Tive tanto do lugæ. (VALPB – MLS – F – 1).*

a partir de Costa (2002), fica o questionamento: o *se* se comporta como uma espécie de clítico, já que é um elemento não-acentuado que se incorpora à estrutura acentual de palavra adjacente, formando com ela uma unidade acentual? Será que a melhor análise é realmente esta? Ou a ele cabe, apenas parcialmente, a definição de forma dependente, dado que, virtualmente, é uma forma presa, pois não se pode deslocar isolada da palavra que lhe segue. Seria mesmo um clítico? Ou o *se* teria se tornado um afixo? Após sua fixação, e devido a sua ampla utilização, o *se* teria perdido qualquer valor semântico e se tornado apenas sílaba inicial de novo morfema lexical básico? Por sua vez, esta seria a motivação para esta seqüência de estruturas: *ir-se + embora > simbora > rumbora > mbora > bora?*

(366) *I* Assisti não. Que aí , quando quando ele, olha, o meu marido tá bêbo ele di0 logo: -“Bora simbora.” Enquanto eu num faze0 {inint} Ele num sossega. Eu digo: -“Deixe eu assisti0 a novela.” -“Não, não. Bora se embora, bora se embora. A gente tem que i0.” Que eu sei quando a gente [che]. Se eu disse0 assim: -“Bora ficar aqui mais um pouquinho.” (MHS – F – 1).*

Paralelamente ao desgaste fonológico, um fator também pertinente à integridade de um item é sua fixação morfofonológica, decorrente da neutralização de seus traços morfológicos de [tempo] e [pessoa]. A esse processo, Lehmann (1995, p.132) chama

degeneração morfológica, ou seja, despojado de suas categorias flexionais, o item sofre uma mudança de *status*: de palavra passa a morfema, e isso envolve sua passagem de categoria maior para uma outra menor. Como já apontei antes, a generalização no emprego do *se*, combinado a todas as pessoas do discurso, tem se tornado uma característica bastante comum.

No tocante ao deslizamento de seus traços semânticos, o tipo reflexivo – considerado categoria básica entre todos os membros da classe dos anafóricos em estudo – é o que apresenta os valores semânticos mais concretos: um único referente (nesse caso, o clítico *se*) é o responsável por abarcar os traços de controlador, ou iniciador do evento, e entidade afetada, estabelecendo com o sujeito uma relação semântica de correferencialidade (Cf. Camacho, 2003).

Para Lima (2006, p. 113-114), a matriz semântica do verbo presente em construções como (365) e (366) implicam um sujeito [+animado] que desempenha uma ação espontânea e reflexa, já que alguém que se movimenta, necessariamente, movimenta a si mesmo, ao seu próprio corpo, e o faz comumente de forma espontânea. Segundo o autor, isso sugere que a forma pronominal estilística apresenta resquícios da reflexiva, tanto em seus traços de concordância quanto em seus traços semânticos. A diferença, entretanto, é que as últimas poderiam ser caracterizadas como [+intencionais], enquanto que as enfáticas seriam [+espontâneas]. Sendo assim, por recaírem, predominantemente, nos verbos de movimento com sujeito [+animado], e naqueles em que a ação verbal implica um necessário envolvimento do sujeito da oração com ele mesmo, o *se* enfático, apesar de não ter representação sintática, comportando-se como um afixo, apresenta um resíduo de leitura anafórica, que é, no entanto, bastante tênue.

Já Bandeira (2007, p.24) vê os enfáticos como o ápice do mecanismo da *dessemantização* (Cf. Hopper & Traugott, 1993, p. 87), que prevê a perda do conteúdo semântico de um item gramatical. Ou seja, o *se*, nesse contexto, parece estar completamente desprovido da noção de reflexivização⁴⁸, fazendo-se *opaco* (Cf.

48 A autora salienta, entretanto, que mesmo desprovido dos traços de reflexividade não significa que o uso do *se* enfático não apresente nenhum valor em termos semânticos.

Madureira, 2002, p. 123). Em estruturas como (367), por exemplo, o sujeito é destituído do traço de [+ animado], fundamental para que o clítico seja enquadrado na classe dos reflexivos.

(367) *F* Falta tudo, falta medicamento, falta, é, alimentação, falta, é, funcionário pra trabalhar viu? eu ia, <fa>- se eu fosse- se eu fosse- se eu fosse presidente por um dia (risos) eu ia pagar bem aos professores e ia vê se conseguia melhorar o ensino, que'le tá de nada pra acabôsse.* (VALPB – MJC – F – 3).

Diferentemente dos reflexivos, os inerentes formam estruturas que semanticamente não implicam um Agente, como em (368):

(368) *I* O científico, é. *E de lá ela fez o vestibular e passô e hoje (gaguejo) já tá já vai se aposentar, ela.* (VALPB – GPS – F – 3).

Segundo Camacho (2003), um traço diferenciador dos inerentes é que neles não é possível distinguir, do ponto de vista semântico-cognitivo, dois participantes no processo. Para Lima (2006, p. 50), os inerentes, fossilizados como parte integrante dos radicais de verbos pronominais, não recebem papel temático, e isso equivale a dizer que são destituídos dos traços semânticos presentes nos reflexivos. Para este autor, o resíduo da leitura anafórica que ainda pode ser encontrado nos enfáticos parece ser menos detectável nos inerentes. Em construções como (369),

(369) *E cada um de vocês de dois em dois postes, um pára e toma um pouquinho de vinho e canta uma música.” Até que um colega meu cantou aquela música de Raul Seixas, né? Aquela que é: “Eu sou a mosca”. Ele cantou a gente ainda hoje se lembra quando a gente se encontra.* (VALPB – LGP – M – 3).

apesar de apresentar a concordância dos traços de [pessoa], [gênero] e [número], o *se* não pode ser tomado como anáfora do sujeito, já que o verbo *lembrar-se de* tem como argumento interno, ou seja, como seu objeto, o sintagma “*aquela música de Raul Seixas*”. Lima (2006, p. 114) argumenta que, nesse caso, não pode ser aferido ao *se* nenhum papel temático, como acontece com os reflexivos.

Bandeira (2007, p.76) concorda que nos contextos de *se* inerente, o pronome também parece não mais “significar”, está em processo de *dessemantização*, ou seja, por ter o uso estendido a outros contextos além do da reflexivização, foi deixando de ser [+ distintivo], e esse é um argumento fortíssimo para sustentar a permissão para a ausência do *se* nesses contextos, como se observa em:

(370) *Digo: “Não, a gente vai fazer um contrato (falando rindo) nem que seja de mentira.” (risos F) Não, eu queria que ele **casasse**, num queria que ele fosse morar não. Eu inda tenho, acho que eu ainda sou assim no fundo, eu ainda tenho um pouco de preconceito, sabe? (VALPB – RTO – F – 5).*

Os contextos de *se* ergativo são aqueles em que o sujeito sintático da oração é interpretado como *tema* ou *paciente*, representando a entidade que sofre o efeito de alguma ação (Cf. Miotto *et alii*, 2004, p. 126). É o que se vê em sentenças como (371) e (372) abaixo, que atribuem aos sujeitos gramaticais o papel semântico de *tema*, independentemente de possuírem um traço de [+/- animado]:

(371) *E* Como é que é essa pesca da lagosta?*

I É:: um anzol de compressor, é um motor, agora eles desceø com uma mangueira. É o compressor quem dá o ar pra eles descereø. Aquilo **quebrou-se**, levou um furo numa mangueira, uma coisa, aí a pessoa pega o ar pega ar. Se subir pra cabeça, num tem mais jeito. (VALPB – ACS – M – 1).*

(372) *I* O que eu gostaria de oferecer a [mi] a minha mulher era um meio de vida melhor. Pela num **se preocupar** tanto com menino, é tá todo dia lavano roupa numa lavanderia. Se matando lá na cozinha. Procura eu procuro uma uma coisa melhor pra fazer, e num tem condições. Então, o que eu gostaria era de ter a minha vida e da minha esposa, uma vida melhor, né? (JS – M – 1).*

Para Madureira (2002, p.123), assim como para Bandeira (2007, p. 95), o *se* nos contextos de ergativização também parece estar se esvaziando de seu conteúdo reflexivo original, que acrescia às formas verbais com as quais formava os ditos verbos pronominalizados, a função semântica da reflexivização. Esse desgaste semântico é explicado pelo fato de o *se* agregar, conjuntamente, tanto a noção semântica da reflexivização e de envolvimento do sujeito na ação denotada pelo verbo, quanto a função estrutural de aproximar o experienciador da posição de sujeito oracional. Desse modo, o *se* foi eleito como marca das estruturas ExpS⁴⁹ dos verbos causativos, tornando-se opaco e fonte de ambigüidades. Assim, “o *se*, de múltiplas funções e sentidos, passa a requerer do contexto situacional as informações que podem desfazer possíveis ambigüidades” (Bandeira, 2007, p. 95).

49 São estruturas ExpS aquelas em que o experienciador é realizado na posição de sujeito.

Para resumir as discussões já feitas anteriormente nesta tese sobre a questão do *se* apassivador, recupero o pensamento de Faggion (2008, p. 157-158), para quem o emprego do termo *passiva sintética* não tem razão de ser. Primeiro, porque o critério de que estruturas passivas são construídas pela presença de verbos transitivos diretos apenas comprova uma presença maior desses verbos no léxico da língua. Depois, porque o critério alternativo da presença de concordância somente atesta o percurso vigilante de autores ou revisores na observância da língua padrão. Portanto, a denominação *passiva sintética* marca apenas um percurso histórico, e o seu *se* é tão indeterminador quanto aquele que acompanha os verbos transitivos indiretos e os intransitivos, sem o traço de [+ concordância]. Todos eles indeterminam o agente, todos requerem o traço de [+ humano], como em:

(373) *F* Não vê, você vê criança só quer brincar de bang-bang, só querer brincar de carro, quando :: quando tá maiorzinho: “Ah, mainha compra um revólver daquele pra mim”. *É diferente, né? a infância de hoje é diferente. *Eu tive uma infância assim de brincadeira, ai!quando eu lembro; as minhas [ami] eu tenho amiga de época de infância que ainda mora aqui no bairro, pertinho de mim, a gente na- a gente criou-se junta ela é só mais velha de que eu um ano, (VALPB – MJC – F – 3).*

(374) *Num obedece nada num obedece num obedece nada, foi num foi tá morrendo, ainda essa semana mataru um lá na lagoa, um vêi cum oitenta e cinco anoø, né? Um carro do Alto do Mateuø. E se é aqui nesse sinaø, aqui só é o que se vê é batida {inint}. A semana trasada o o home daqui {inint} daqui aí o sinaø abriu ele entrô, né? (VALPB – AJM – M – 1).*

Pois bem. Guardadas estas ressalvas, a questão parece girar em torno da mudança de papel temático assumida pelo *se*, que passou a abarcar outra possibilidade de remetência, perdendo a característica da correferencialidade. Com isso, o clítico alterou sua matriz semântica, passando a indeterminar a ação do verbo e ganhando um valor de [+ genérico], não havendo, portanto, a necessidade da presença de um agente específico. Para Maurer Jr. (1951), o desenvolvimento do *se* – segundo ele um afixo indeterminado – explica-se fundamentalmente pelo *esvaziamento* do sentido passivo, que gera as inovações com verbos intransitivos, como (375) e com verbos transitivos diretos, como (376):

(375) *Todo o final de semana:: sempre se viajava pra aquelas:: quando não podia ser uma viagem mais longa, aquelas cidade mais perto ali de:: de Limeira, como é Piracicaba, é: Campinas:: e outras mais, a nós conhecemos todas. Ou então, quando*

não se ia viajar, na própria cidade:: sempre se ia pra o Shopping. (VALPB – RCRA – F – 5).

(376) *I* A minha última festa de Natal foi com toda a minha família reunida aqui em casa. Assistimos a missa:: e depois da missa, ficamos todos aqui reunidos::, houve troca de presentes e: (hes.) tomou-se aperitivos, salgadinho, essas coisa, né?* (VALPB – RCRA – F – 5).

A distinção entre passivas e indeterminadas reside, segundo Raposo e Uriagereka (1999), no traço semântico [+ indefinido], presente no *se* apassivador; e no traço [+ genérico], próprio do *se* indeterminador. Segundo os autores, a interpretação passiva é compatível com uma referência específica de tempo; já a indeterminada, não.

Lima (2006, p. 115-116) adverte que a distinção entre os *ses* não é tão simples, e que eles formam freqüentemente estruturas ambíguas, como em “*donde SE colnsegue mais proveito são assusces*” que, por apresentar concordância entre o verbo e o objeto direto, dificulta ainda mais a distinção entre passividade e indeterminação. Também Bandeira (2007, p. 27) aponta para a ambigüidade presente em certas construções com *se*, e recupera um exemplo visto em Rocha Lima (1976, p.286): “*Despediram-se os empregados faltosos e admitiram-se alguns dos candidatos*”. Segundo ela, em relação ao sentido de *despediram-se*, a passividade do contexto é construída **também** pelo *se*, mas não **somente** por ele. Para Bandeira, é clara a importância de *admitiram-se* na construção de uma interpretação passiva, e isso seria mais um vestígio de que o *se* tende ao *bleaching* semântico também nesses contextos.

A esse respeito, Faggion (2008, p. 148) sinaliza que existem duas interpretações possíveis para uma sentença como “*O comércio se intensificou*”: o comércio foi intensificado (por alguém), em que o *se* é um indeterminador; ou o comércio intensificou-se a si mesmo, naturalmente representando-se *comércio* pelo conjunto de pessoas envolvidas nele. Nesse caso, a impessoalização fica transferida ao coletivo, que funciona como uma nominalização, e o *se* tem um estatuto de reflexivo. De toda forma, em qualquer uma das interpretações, o agente fica indeterminado, quer pelo caráter arbitrário do *se*, quer pelo processo de impessoalização.

A autora hipotetiza que esteja iminente uma nova direção para que o agente indeterminado se manifeste: uma indeterminação marcada por sujeitos que abarcam

muitos e indefinidos referentes, seguidos por uma construção sintática que conserva em si o ambivalente, ou melhor, o plurissignificativo e multivalente *se*.

7.3.1.2 Paradigmaticidade

Por paradigmaticidade entende-se o grau de coesão de uma forma com outras dentro de um paradigma. Para medir este parâmetro, o tamanho e a homogeneidade do bloco são avaliados através da aferição das similaridades entre os membros que o integram bem como das sistematicidades nas suas diferenças. Embora não seja uma tarefa das mais simples, como aponta o próprio Lehmann, a verificação do tamanho do paradigma que o item em gramaticalização integra está relacionada ao fato de que as classes mais gramaticalizadas tendem a ser menores do que as classes menos gramaticalizadas. É o caso das preposições e dos substantivos, por exemplo.

O enquadramento do *se* na classe dos clíticos anafóricos é defendido por Bandeira (2007, p.99-113), ao propor que os tipos de *se* em estudo (reflexivo, recíproco, ergativo, indeterminador...) forme uma única classe temática. O argumento da autora é o de que eles podem ser chamados de anafóricos, porque a noção de antecedente foi ampliada (cf. Marcuschi, 2005), e podem ser vistos, em alguma medida, como reflexivos, já que estabelecem as noções de reflexivização e identidade, que são impróprias aos não-reflexivos *o*, *a*, *os*, *as*, *lhe*, *lhes*. Para Bandeira, o *se* anafórico é uma classe, já que classe se define pela relação paradigmática entre as diversas formas que podem desempenhar uma ou várias funções (Cf. Perine, 1989). Desse modo, os anafóricos são um conjunto que desempenha várias funções ou perspectivas (Cf. Cançado, 2003): perspectiva ergativa, perspectiva recíproca, perspectiva indeterminada, etc.

Em português, o *se* integra um paradigma altamente disseminado, já que existem várias outras formas concorrentes codificando as mesmas funções que ele, e várias funções distintas sendo codificadas por uma única forma *se*. O certo é que, quanto mais ele avança no percurso de gramaticalização, vão sendo deixados pelo caminho os traços que o identificam como clítico pronominal, e somam-se a ele as novas características de afixo.

A esse respeito, Lehmann (2002, p. 120) afirma que no processo de gramaticalização, a paradigmaticidade é alcançada gradualmente. A integração formal e semântica de um item dentro de um paradigma gera um nivelamento das diferenças com as quais os membros eram equipados originalmente.

7.3.1.3 Variabilidade Paradigmática

O parâmetro da variabilidade paradigmática se refere à possibilidade de ser usada outra forma no lugar daquela que passa pelo processo de gramaticalização. O usuário da língua dispõe de vários signos que pertencem a um mesmo paradigma, desempenhando uma mesma função, e ele tem a liberdade de poder escolher um dentre todos os itens disponíveis, ou ainda lhe é permitido não optar por nenhuma das formas, abrindo espaço para a ocorrência de uma categoria não-marcada disponível para aquele contexto.

No caso dos clíticos anafóricos aqui estudados, os “meus” dados mostraram que o falante de João Pessoa, ao construir seu discurso, ora opta por um *se* que expressa reflexividade, ora prefere usar *ele (mesmo)*, outras vezes escolhe deixar um “espaço em branco”, incumbindo o contexto situacional de fornecer a interpretação reflexiva.

Não são apenas os reflexivos que abrem precedência para uma categoria não-marcada. Voltando aos resultados estatísticos do Capítulo anterior, a única classe que não permitiu o apagamento foi a dos apassivadores; todas as demais lidaram com a alternância *se* X $\emptyset$, conforme se constata em:

(377) *Quando foi uma uma veyz deu uma dor que eu num agüentava mais peguei a cabeça dele e fiquei “tuf, tuf, tuf” puxanø os cabeloø dele e nada dele se acordar. No outro dia quando ele acordou, ele disse, eu disse: “Eu tô morrenø de sono.” Ele disse: “Oxe passou a noite fazenø o quê?”* (VALPB – RAM – F – 3).

(378) *A confusão que se vê aqui [ne] na escola daqui é isso, né? Um dia desse foi uma briga danada aqui, [el]. Elaø se pegaru no mei da rua, lái vai, foi tapa vai tapa vem, uma queria matar a ôtra, lá vai, aí agarraru.* (VALPB – AJM – M – 1).

(379) *I* Como eu avalio? Bem, eu avalio... Eu acho que esses ritmos que apareceram agora, acho que são são essenciais para para as pessoas porque é um ritmo que que se*

que as pessoas **se tornam** mais alegres, seja em que em que em que ambiente foø (VALPB – PAM – F – 5).

(380) “Olha eu eu passei eu dei essa matéria e aí eu quero que vocêys (hes) façam um trabalho sobre ela, uma veyz que ela foi dada e tudo mais, e aí eu cheguei pra ela certa veyz e disse que não, que ela num tinha dado nenhuma matéria, que ela podia teø feito isso noutra turma, mays na nossa não, né? e ela **senti**u assim desafiada, sei lá o quê, e ficou insistinøø dizenøø que tinha dado, dizenøø inclusive que tinha um trabalho meu sobre a matéria. (VALPB – VDN – F – 5).

(381) F* Mora só, ela mora só porque (hes) os netos casou muito cedo, os filhos casou muito cedo e os neto também; mais ela mora bem pertinho da minha tia, [qual-] assim qualquer:: urgência ou problema tem uma pessoa assim vizinha muito amiga que vai socorrer, vai, vai logo chamar, né?, e ela não vem pro bairro porque aque é um bairro muito agitado, ela tá acostumada lá que já faz, quer ver, faz catorze anos que’la saiu daqui, aí já tá- já é lá outro ambiente, né? Já **acostumou-se** com o ambiente lá, é mais tranquilo, aqui é muito movimentado. (VALPB – MJC – F – 3).

(382) F* É, é muito movimentado, e às vezes,:: ela diz assim: “acho qui não acustumo”, num, diz que não **acustuma** mais aqui, às vezes eu quero trazer ela pra cá, mais ela diz que: “mais Zezita eu acho que eu num acustumo lá”. *Agora pelo menos eu vou entregar a casa, que a casa é dela, certo? (VALPB – MJC – F – 3).

(383) As pessoaø da rua tudinho sabe dessa história, então as pessoaø mais velhaø dizia: “Santana, tua filha vai ficar doida, num faz isso não”. Porque o povo via que eu não tinha: esse esse + como é que **se diz**, eu num tinha esse motivo de fazeø isso. (VALPB – IMS – F – 1).

(384) I* Minha vida de solteira? Era: um pouco ruim. Eu com quinze anoø, eu saí de casa, fui embora, + aí, né? Aí fui embora, passei sete meseø fora de casa, aí lá eu eu num num, + como é que **diz**? + Lá eu fui mulher, né? sem minha mãe saber. (VALPB – IMS – F – 1).

(385) Vai logo, aí come, vai dormiø ou vai assistiø jornal, num queø mais sabeø [de] quem tem filho pequenininho, num vai tá pelo chão se arrastanøø, brincanøø com ninguém. E quem já tem os fñ grande é que num tem paciência mesmo. Ainda mais se os fñ for errado aí **danou-se** tudo. (VALPB – MLS – F – 1).

(386) Porque eles prometeø tudo na vida pra fazer as coisaø c’a com a as mulheø, depois que que consegue o que queø: aí dá um belo chute e **vai embora**. (VALPB – IMS – F – 1).

Além desta possibilidade de usos, os contextos de ergativização, por exemplo, contam também com sentenças formadas com *verbos-suporte* (Neves, 2006). Nesta classe, estão os verbos que tomam objetos diretos não como representantes dos papéis semânticos de participantes, mas atuam como predicantes, ou seja, funcionam em conjunto com o verbo para formar um predicado, para orientar um evento, classificar ou

identificar um referente. São conhecidos por verbos-suporte por preservarem seu estatuto verbal de suporte das categorias gramaticais que se expressam no verbo (tempo, modo, número e pessoa), mas não formam sozinhos o núcleo do predicado. É o verbo mais o sintagma nominal que determinam juntos a estrutura argumental, como por exemplo: *Este assunto não lhe **diz respeito***.

Abrigando-os sob a nomenclatura de *verbos-light*⁵⁰, Kato (1996) estudou a relação entre construções pronominais e construções equivalentes formadas com verbos leves, pensando nos efeitos que as alterações no quadro pronominal provocaram na gramática do português, tanto em nível paradigmático quanto em nível sintagmático. A autora aponta que, no paradigma de 3ª pessoa, a ausência do clítico é tão freqüente que os falantes muitas vezes preferem formar construções com os verbos leves, esquivando-se de estruturas com o clítico *se*.

(387) *I* Morrê0, todo mundo morre um dia, né? Acho que ninguém tá preparado p0a morrê0. Esse é um, é um problema, esse é o problema, pu0que quan0o <justamente quan0o a gente é> quan0o a gente sabe, assim, que tem uma doença incurável, né? + que vai morre:0, + **fica é assustado**, ou senão ou se fo0 cabeça fria, se conscientiza0 que vai morrê0, né? se conforma0. (VALPB – AFD – M – 1).*

(388) *quando eu tivesse cum algum problema ele tentasse <di-> desenrolar comigo, que ele num liga pra os meuø, eu só ligo pra oø dele, mays pra oø meuø ele num liga, sabe? + Quando eu tivesse doente ele **se preocupasse**. Quando eu tivesse grávida ele fosse me levar na na maternidade que nunca fo:i, sabe? (VALPB – RAM – F – 3).*

(389) *Aí chegô0 + saiu de manhã e chegô0 de noite. Todo mundo já **tava preocupado**, tudo doido da vida já + pensando que a gente tinha morrido. (VALPB – AFD – M – 1).*

Se a intenção é a de formular estruturas indeterminadas, o falante tem a sua disposição uma série de recursos variantes, como sugere Menon (2006), a saber: *a gente, eles, eu, nós, se, você, vocês*, formas nominais, voz passiva sem agente (VPSA), passiva sintética (PASSINT), verbo na 3ª p. do singular (ØV3PS), verbo na 3ª p. plural (ØV3PP).

50 Segundo Hawad (2002, p. 03), verbo *ligh* é uma forma verbal, como *ficar, fazer, ter* que, atuando como suporte de categorias gramaticais, se integra a um nome ou adjetivo (complemento ou modificador) que contém o núcleo sintático-semântico do predicado, constituindo, com esse elemento, uma unidade de significação.

As múltiplas opções colocadas à disposição do falante, e contempladas aqui pelo parâmetro da variabilidade paradigmática, indicam que as mudanças sofridas pelo *se*, em seu inesgotável processo de gramaticalização, não são suficientes para lhe garantir restrições de uso em seus vários domínios funcionais, uma vez que ele disputa seu emprego com o uso de muitas outras expressões variantes na codificação de suas funções.

7.3.1.4 Conexidade

O fator *coesão*, aplicado ao eixo sintagmático, gera o princípio da conexidade, que diz respeito ao grau com que um item se liga a outros signos, ou ainda com que dependa deles. No caso do *se*, conforme vão se alterando as funções que ele desempenha na sentença, alteram-se também as relações de dependência entre os itens presentes na estrutura que ele ajuda a formar.

Pela aplicação deste parâmetro, no uso do *se* em suas várias funções, fica constatado um afrouxamento nas relações sintagmáticas do item com os demais constituintes que compõem a construção juntamente com ele. Nesse percurso, muitas alterações sintático-semânticas podem ser notadas, como as seguintes:

(i) o *se* reflexivo e o recíproco possuem valor argumental, funcionam como argumento interno de verbos transitivos, sendo por isso anafóricos, semanticamente correferentes e sintaticamente coindexados ao sujeito a que se referem. Isso é possível porque nas construções reflexivas e/ou recíprocas existem duas posições estruturais disponíveis para serem preenchidas por SN's referencialmente idênticos (Camacho, 2003, p.98). Esses itens formam construções que expressam um evento de dois participantes (Agente/Experienciador – Paciente/Estímulo) que se referem à mesma identidade (Cf. Kemmer, 1993).

(ii) já as formas mais gramaticalizadas enfáticas e inerentes, embora apresentem resquícios de leitura reflexiva, não possuem representação sintática, sendo, portanto [- argumentais], não estabelecendo relações de correferência e de coindexação. As construções que eles ajudam a formar não

disponibilizam duas posições estruturais a serem preenchidas pelo item, mas sim expressam um referente único com papel complexo, em estruturas intransitivas e monovalentes (Cf. Jacob, 2004). São itens fossilizados, atuando como parte do constituinte do verbo, diferentemente dos reflexivos e recíprocos, que são SN's dentro de SV's (Koch e Silva, 1996, p. 33).

(iii) o *se* passivo, por sua vez, é [+ argumental], mas diferentemente da forma-fonte reflexiva, ele atua como argumento externo em construções em que o agente [+ humano] é desfocado, expressando um evento em que o causador (Agente) é até entendido como existente, mas colocado fora de cena (Kemmer, 1993). A estrutura argumental do verbo numa construção passiva prevê dois referentes, mas um deles fica omitido, por isso sua valência sintático-semântica se altera: com a redução dos espaços sintáticos, um dos argumentos do predicado é subtraído (Shibatani, 1985, p. 837).

(iv) o *se* indeterminado recebe caso nominativo, funcionando como argumento externo de verbos que têm seus agentes eliminados nas construções que ele ajuda a formar. Por esse motivo, da mesma forma que os passivos, os indeterminados também reduzem em [-1] os argumentos verbais (Cf. Haward, 2002, p. 33). Entretanto, diferentemente dos anteriores, o *se* indeterminado se aplica com verbos de qualquer transitividade, e seu agente é [+ genérico], não-específico, [+ abstrato] e isso nos obriga a repensar a noção de anáfora, como propõe Marcuschi (2005), se quisermos enquadrá-lo no paradigma dos itens anafóricos em língua portuguesa.

(v) finalmente, o *se* ergativo atua em construções em que o argumento externo é apagado e o argumento interno é alçado para a posição de sujeito, alterando a perspectiva causal do evento para uma perspectiva processual (Cf. Godoy, 2008, p.45). Sendo [+ argumental], o *se* ergativo não pode co-ocorrer com o Agente (**O João partiu-se o copo*), por isso assume essa função semântica (Cf. Mira Mateus *et alii*, 2003). Como ele altera a grade temática do verbo a que se liga, o ergativo funciona como um **afixo derivacional** destrantivizador quando é realizado com verbos que não seriam intransitivos despronominalizados (Cf. Pereira, 2006).

7.3.1.5 Escopo

O escopo de um item é medido através da relação entre seu peso e o eixo sintagmático, ou seja, diz respeito à extensão da construção que ele ajuda a formar. Conforme o grau de gramaticalização do item avança, seu escopo decresce, porque na mudança de um estatuto para outro, o item deixa de assumir relações com constituintes de complexidade arbitrária e passa a estabelecer relação com palavra ou com radical. É exatamente isso que acontece na reanálise do *se* de clítico a afixo, conforme expus no item anterior, com a explicitação das alterações sintáticas nos seus diversos usos.

Antes de chegar ao último dos parâmetros propostos por Lehmann, se faz necessária aqui uma ressalva. Segundo Tabor & Traugott (1988), a idéia de escopo proposta para os casos de morfologização cria um dilema conceitual para o campo da gramaticalização, por colocar em xeque o pressuposto da unidirecionalidade. Assim como Tabor & Traugott atestaram no inglês, Gonçalves (2003), estudando a evolução diacrônica do verbo *parecer* no PB, também verificou que em seus estágios mais gramaticalizados *parecer* se relaciona a constituintes de complexidade arbitrária e, portanto, tem seu escopo alargado. Isso significa que o escopo estrutural dos itens cresce à proporção que elas se gramaticalizam.

O tipo indeterminado é visto como uma das funções do *se* mais gramaticalizadas em português (Lima, 2006; Faggion, 2008). Contudo, uma de suas características mais marcantes é a possibilidade de ele ser adjungido a verbos que podem ter o argumento externo preenchido por um sintagma com diferentes possibilidades de interpretação. A relação estabelecida pelo *se* indeterminado é uma relação que exige uma referência necessariamente arbitrária (Pereira, 2006, p.32-33). Como explicam Tabor & Traugott (1988, p. 265), a mudança nos traços de [+ concreto] para [+ abstrato] está naturalmente correlacionada com o escopo gramatical dos itens, já que significados mais abstratos (como é o caso dos indeterminados) se aplicam a uma variedade mais ampla de circunstâncias.

Todavia, os possíveis “problemas” conceituais envolvendo a unidirecionalidade não precisam ser vistos como dilemas insolúveis, nem como barreiras intransponíveis,

impossibilitando que se confirme a seriedade de análise nos processos de gramaticalização. Zilles (2005, p.21) salienta que a gramaticalização é um processo que envolve diversas mudanças interrelacionadas, mas que seguem um esquema mais ou menos definido: existe um *continuum*, ao longo do qual se forma uma progressão que vai desde uma palavra lexical, seguindo para uma palavra gramatical, para um clítico, depois para um afixo, e finalmente para zero ou perda. Preocupada com o caráter mecânico que este esquema pode gerar para o processo, Zilles propõe que ela seja vista como um conjunto de mudanças interrelacionadas, altamente encaixadas, com direção possível, mas não compulsória. Estou me utilizando do pensamento de Zilles para continuar propondo os usos de *se* como casos legítimos de gramaticalização em português.

7.3.1.6 Variabilidade Sintagmática

O último dos parâmetros arrolados por Lehmann diz respeito à mobilidade que um item possui na construção da qual ele faz parte. Quanto maior for a rigidez de um item dentro de um sintagma, mais avançado será seu grau de gramaticalidade: gramaticalizar-se significa apresentar mais restrições, e a posição fixa de uma forma dentro de uma estrutura sintagmática funciona como um dos vestígios que indicam seu processo de mudança.

No que se refira aos clíticos, de um modo geral, por serem fonologicamente leves, sempre necessitam de um hospedeiro que os “carreguem” (Kayne, 1975). Além disso, os clíticos podem se separar da forma a qual se ligam e mudar de posição em relação a determinado elemento (Câmara Jr. 1977). No português, a posição do clítico decorre em função do verbo a que ele se liga.

Como já demonstrei anteriormente⁵¹, a próclise é padrão de ordem no PB, embora poucos contextos, sobretudo os mais formais, ainda apresentem o clítico posposto ao verbo. Buscando, mais uma vez, respaldo nos números apresentados no Capítulo 6, o cruzamento entre o GF *ordem* e o das *classes de clíticos* indica que todas as classes de *se*, com exceção dos recíprocos, admitem construções com o item colocado tanto à esquerda quanto à direita do verbo. Isso não significa que, mesmo dentro desta mobilidade possível, não existam certas recorrências de contextos que parecem favorecer ou inibir a inserção do clítico antes ou depois do verbo. Hawad (2002, p.26) cita a gramática tradicional de Ribeiro (1993, p. 177) que apresenta a formação da passiva sintética seguindo um molde bastante definido: “verbo transitivo direto + pronome apassivador *se* + sujeito”.

Antonielle (2007, p. 02-03) alerta para a variação empírica quanto ao posicionamento dos clíticos antes e depois dos verbos na história do português europeu. Os registros apontam que a preferência pelos contextos de próclise é típica até o fim do século XVII; depois disso, ela cede espaço à generalização da ênclise, que se torna o padrão de colocação pronominal por excelência no PE. Esta é uma informação relevante, à medida que descaracteriza o PB como inovador e o PE como conservador diante do português antigo.

Galves *et alii* (2005) evidenciam que, nos textos de autores nascidos antes do século XVIII, havia uma relação empírica bastante forte entre as estruturas V-cl e o emprego do *se*. As construções com *se*, de alguma maneira, favoreciam a ordem enclítica nos textos dos séculos XVI e XVII, nos quais o índice percentual elevado de ênclise se traduz numa proporção também elevada da ordem linear V-*se*. À luz desses fatos, Antonielle (2007, p.02) questiona em que medida a estrutura com *se*, em contraste com as estruturas formadas pelos demais clíticos, favorecia a superficialização da ênclise no português antigo, enquanto que no PE a natureza do clítico é irrelevante para a escolha enclítica, uma vez que ela se tornou a colocação categórica nos ambientes sintáticos que anteriormente admitiam a alternância. E a resposta que Galves *et alii* (2005) dão à questão é que a correlação entre ênclise e *se* no português antigo tenha se

51 Cf. 6.9.2

dado por uma eventual especificidade relacionada ao posicionamento pré-verbal do argumento interno de construções com o *se* passivo.

Já Antonielle (2007) não vê a correlação entre a ênclise e o *se* motivada por alguma especificidade das estruturas formadas pelo clítico. Na verdade, esta correlação seria o resultado de usos mais intensos, relacionados a fatores discursivos e textuais, ocorrendo independentemente do valor que é atribuído ao *se*. De qualquer modo, acredito que, independentemente do fator que se privilegie na análise, a fixação do *se* após o verbo tem uma correlação estreita com a interpretação das estruturas passivas. Na distinção entre passivas e indeterminadas, por exemplo, se um resquício de leitura passiva existe, ele é influenciado pela posição enclítica, como em (390).

(390) *Na época não havia apadrinhamento porque existia o serviço:: o Departamento de Serviço Público. Era um [órgão] um organismo federal “DASP”. Era quem organizava os concursos para as diversas repartições federais, e o ex-IAPI, naquele tempo, era o representante do “DASP” na Paraíba, e era quem organizava todas as provas quando vinham do do Rio de Janeiro, que o DASP naquele tempo era no Rio de Janeiro. Faziam as inscrições, **abriam-se os editais** de inscrições, inscreviam-se o pessoal que queriam participar dos concursos, e ali seriam marcada oportunamente o dia das provas.* (VALPB – ERG – M – 3).

A questão da normatividade é fundamental para esta relação, uma vez que para o falante do PB a aquisição e o uso da ênclise são tão artificiais quanto a interpretação das construções passivas, ambas regidas pela força normativa da tradição gramatical escolar. Nunes (2007) aponta que, no caso brasileiro, a ênclise é sempre relacionada à escolarização e seu aprendizado acaba sendo vinculado mais a uma aquisição de segunda língua que de primeira. Basta olhar, não apenas para os números desta tese, como também para os vários outros trabalhos já feitos sobre o tema, para se confirmar a queda cada vez mais acentuada dessas estruturas em português brasileiro.

Depois de ter se imposto como o padrão da colocação pronominal no PB, o sistema proclítico também passou a impor restrições ao surgimento de novas palavras, como as expressões menos formais na língua (cf. Nunes, 2007), conforme visto anteriormente.

Seria inviável pensar nessas construções com o clítico posposto, como em “*Eles dão-se bem*”. Para o autor, a possível explicação para esta assimetria está na incompatibilidade entre o uso informal da expressão e o registro formal típico da ênclise. As gírias envolvendo o reflexivo em PB tratam o reflexivo proclítico como um tipo de prefixo, que ocupa, assim, uma posição fixa na estrutura oracional.

Essa mesma fixação de posições é encontrada em expressões cristalizadas como “*Abre-te Sésamo*” e “*João foi-se embora*”, por exemplo. A não-interpretação de *te* e *se* como pronomes é amparada pela construção de uma reanálise, alterando as fronteiras entre os constituintes, de modo que *Abre-te, Sésamo!* se torna *Abre, Tisésamo!*; e *João foi-se embora* se torna *João foi simbora*. Nesse caso, existe a próclise ao advérbio e não a ênclise ao verbo, e sua fixação neste lugar é mais um indício do processo de mudança em seu estatuto de clítico para afixo.

7.3.2 Os princípios de Hopper (1991)

Assim como os de Lehmann (1995 [1982]; 2002), o texto de Hopper (1991) funciona como um guia empírico para atestar tendências de gramaticalização, possíveis de serem detectadas no uso da língua. Contudo, a diferença entre eles é que os princípios de Hopper procuram funcionar como recursos para identificar os primeiros estágios no processo de mudança de um item na língua, em suas fases mais incipientes. Segundo Hopper, seus princípios se prestam a avaliar fenômenos em etapas ainda muito recentes no percurso da gramaticalização; e isso se torna inviável se forem adotados os parâmetros de Lehmann (1995 [1982]; 2002).

Por conta dessas diferenças, Hopper propõe outros cinco princípios que sugeriram o caráter gradual do processo de mudança lingüística via gramaticalização: estratificação, divergência, especialização, persistência e de-categorização. A partir de agora, passo a apresentar cada um desses princípios fazendo sua aplicação aos casos do *se*, acreditando que eles consigam trazer alguma contribuição para o esclarecimento da gramaticalização do reflexivo em João Pessoa.

7.3.2.1 Estratificação

Também conhecido como *layering*, este princípio prevê que, em um domínio funcional amplo, novas camadas estão freqüentemente surgindo e “dividindo espaço” com as antigas. A consequência imediata desse fenômeno é o amontoamento de formas funcionais emergentes com outras já pré-existentes na língua. Tal diversidade decorre do fato de que o aparecimento das formas novas não implica a substituição instantânea das anteriores equivalentes; na verdade, a eliminação pode nem mesmo vir a ocorrer, gerando a interação e a coexistência de “estratos” novos e antigos em um mesmo domínio.

As várias camadas dispostas na língua são constituídas por formas sutilmente diferenciadas, contendo significados bastante próximos, já que elas codificam funções, se não idênticas, ao menos similares e sua correlação se dá em termos de registros sociolingüísticos.

Quando discuti, em 7.3.1.3 acima, o parâmetro da **variabilidade paradigmática** do *se*, estava, na verdade, instanciando o que prega este primeiro princípio de Hopper: o *se* irá conviver com outras formas variantes, no exercício de uma mesma função. É o caso, por exemplo, da alternância *se* X Ø em todas as funções que destaquei para sua análise; ou *se* X *ele (mesmo)* com valor reflexivo; ou *se* X a gente/nós/eles/o cara/ØV3PS na função indeterminadora; ou *se* X passiva analítica; ou ainda *se* X construções com verbo suporte, sobretudo em função ergativa, como foi visto anteriormente.

7.3.2.2 Divergência

O segundo princípio de Hopper dita que a unidade lexical tomada como forma-fonte num processo de gramaticalização pode preservar suas propriedades originais, mantendo-se como item autônomo. A consequência disso é que ela pode continuar sujeita a qualquer uma das mudanças relativas à sua classe, como até mesmo sofrer um novo processo de gramaticalização. A divergência é um princípio que se sobrepõe ao da estratificação, porque também permite falar em “amontoamentos” mas, diferentemente

do primeiro, na divergência a co-ocorrência é de funções distintas desempenhadas por uma única forma. É o próprio Hopper quem ousa interpretar a divergência como um caso especial de estratificação.

Por remeter aos diversos graus de gramaticalização de um mesmo item lexical, esse princípio esclarece os desenvolvimentos diacrônicos das formas que são etimologicamente idênticas, porém funcionalmente distintas. O caso do *se* é adequadamente ilustrado pela divergência, já que é perfeitamente possível recuperar as várias funções que o reflexivo veio exercer diacronicamente no português.

Recupero, rapidamente, os apontamentos da seção 7.2 para delinear o trajeto do clítico: a partir do período medieval surgiram as inovações de uso do pronome, derivadas da forma latina **reflexiva**. A partir dela, surge um *se* **estilístico**, empregado junto a verbos intransitivos para realçar a espontaneidade da ação. Depois, aparece um *se* **passivo**, em que seu emprego se dava apenas na terceira pessoa, preferencialmente com sujeitos inanimados, como em *Compram-se as casas*. Por fim, um *se* **indeterminador**, usado com verbos intransitivos para expressar um agente exterior indefinido, como em *Vive-se bem aqui* (Maurer Jr., 1951).

De acordo com Lima (2006, p.107-109), a trajetória diacrônica do clítico é iniciada com o *se* desempenhando uma função reflexiva, e a partir dela as inovações caminharam por um percurso subdividido em dois: do *se-reflexivo*, a língua inovou, criando, por um lado, uma trajetória que apresenta os estágios do *se-estilístico* e do *se* que ocorre com verbos pronominais; e por outro uma que inclui o *se*-apassivador e o *se*-indeterminador do sujeito. Assim:

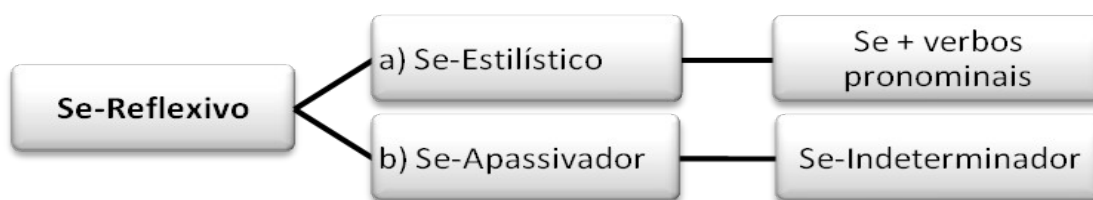


Figura 16: Trajetória de desenvolvimento do *se* (Lima, 2006)

O que motivou a bipartição desses percursos foi o fato de que no trajeto (a), o sujeito da oração, de uma forma ou de outra, está sempre envolvido na ação verbal,

sendo atingindo por ela, ou essa não saindo do seu âmbito. Para Lima, a partir do reflexivo a nuance de espontaneidade pôde ter sido facilmente desenvolvida, como em *Ele se saiu*, e por sua vez, esse uso de realce de espontaneidade restrito a verbos intransitivos poderia ter se estendido aos verbos transitivos indiretos, o que teria ocasionado o surgimento das formas verbais pronominais mais tardiamente, como *Ele se esqueceu de tudo*. Diferente do percurso (a), no (b) o *se*-apassivador e *se*-indeterminador do sujeito não apresentam características reflexivas, ou seja, não apresentam nenhuma evidência de envolvimento do sujeito da oração em sua própria ação realizada.

Para Faggion (2008, p. 158), o *se*, originariamente reflexivo, sofre uma alteração de seu papel temático, passando a englobar outra possibilidade de remetência, ou seja, perde sua característica de correferencialidade. Posteriormente, talvez após ter perdido a possibilidade de apresentar agente da passiva, o *se* tem alterada a sua semântica, passando a indeterminar a ação do verbo, e a partir daí se estendeu para outras formas verbais além das transitivas diretas. Hoje, estão à disposição dos falantes tanto a forma-fonte reflexiva quanto as demais formas com usos mais gramaticalizados desenvolvidos ao longo do tempo.

7.3.2.3 Especialização

Segundo este princípio, em alguns domínios funcionais ocorre um estreitamento da escolha das formas que os compõem, ou seja, há um estreitamento nas opções de seleção de uma forma para codificar certa função. Dentre as várias alternativas deixadas à disposição do falante, uma delas começa a ganhar mais espaço e passa a ser obrigatória no desempenho de determinada função na língua como consequência de sua gramaticalização.

O que se instancia como indício dessa especialização é o incremento na frequência de uso de uma forma em relação aos demais padrões funcionais. Essa é a idéia de gramaticalização proposta por Bybee (2001) e Bybee *et alli* (2004), em que os autores acreditam ter a repetição papel fundamental no processo.

Para completar a análise sobre a especialização do *se*, duas seções anteriormente trabalhadas devem ser retomadas. Uma delas é a que trata da variabilidade paradigmática do item e a outra é a que apresenta os resultados estatísticos no uso do reflexivo em João Pessoa⁵². Se é certo que outras variantes co-ocorrem com o *se* no desempenho de suas funções de reflexividade, de reciprocidade, de indeterminação, etc, é certo, também, que para os falantes de João Pessoa a melhor forma para codificá-las é empregando o *se*. Prova disso são os 85% de sua presença nos dados analisados contra somente 15% de ausência. Como já havia argumentado anteriormente, penso que a generalização do item para todas as pessoas pronominais e sua inserção em contextos “inesperados”, como em (352), (353) e (354), sejam um reflexo dessa alta frequência e, conseqüentemente, de sua gramaticalização.

7.3.2.4 Persistência

Este é um princípio que, a meu ver, mantém relações mais estreitas com o da *divergência*. No percurso diacrônico de um item, ele começa a desenvolver novos padrões funcionais. O que acontece, então, é que uma única forma passa a codificar funções divergentes na língua, ou seja, um item-fonte mantém a forma e multiplica as funções, gerando um distanciamento do comportamento funcional entre a fonte e a meta. Por outro lado, há uma porção do significado do valor etimológico do item de origem que se espraia e é compartilhada pelos itens gramaticalizados. O interessante aqui é observar que esse espraio de traços originais do *se* reflexivo pode ocasionar restrições sintáticas sobre o uso das formas gramaticalizadas.

Nos estudos que tratam da evolução do *se* ao longo do tempo, é consensual a defesa de sua origem latina reflexiva (Martins de Aguiar, 1942; Maurer Jr., 1951; Said Ali, 1964; Naro, 1976). Sihler (1995, *apud* Martins, 2003) hipotetiza que o *se* reflexivo seja a continuação no latim de uma forma pronominal que no Proto-Indoeuropeu não apresentava os traços do pronome reflexivo de terceira pessoa⁵³. Em todo caso, o *se* do

52 Para retomá-las, o leitor deve se dirigir à seção 7.3.1.3 e ao Capítulo 6 desta tese, respectivamente.

53 Sihler (1995, p. 374) defende que, tendo o *se* do PIE originado o pronome reflexivo, o paradigma dos pronomes pessoais ficou incompleto no que se refira às formas de terceira pessoa, conforme se atesta em latim.

latim se caracterizava por seu emprego na terceira pessoa não-nominativa, sendo idêntico em referência a outro elemento da frase (Cf. Naro, 1976). O sujeito da oração possui o traço de [+ agente] e a ação por ele praticada é codificada por um verbo de transitividade direta.

Pelos resultados obtidos em Lima (2006), o autor defende que o reflexivo tenha inovado e gerado, por um lado, construções com um *se* estilístico e inerente; e por outro, construções com um *se* apassivador e indeterminador. Na passagem de reflexivo a estilístico e inerente, o sujeito oracional está sempre envolvido na ação verbal, sendo atingindo por ela, ou essa não saindo do seu âmbito. A explicação de Lima é que, a partir do reflexivo, a nuance de espontaneidade pôde ter sido facilmente desenvolvida, gerando o *se* enfático, e por sua vez, esse uso de realce de espontaneidade restrito a verbos intransitivos poderia ter se estendido aos verbos transitivos indiretos, o que teria ocasionado o surgimento das formas verbais pronominais mais tardiamente, como *Ele se esqueceu de tudo*.

Ainda que as aproximações entre reflexivos, enfáticos e inerentes possam ser estabelecidas mediante certos resquícios semânticos que indicam, em alguma escala, o envolvimento do sujeito no processo verbal, ficam visíveis também certas restrições sintáticas sobre o uso dos tipos funcionais de *se*. Como o *se* enfático e o *se* inerente se comportam como afixos fossilizados junto aos verbos, não possuem representação sintática, diferentemente do reflexivo, que recebe caso acusativo e ocupa a posição de argumento interno do verbo. Daí a impossibilidade de estruturas enfáticas e inerentes receberem elementos reforçativos, como “a si mesmo(a)”, “a ele(a) próprio(a)”. Desse modo, é possível a ocorrência de *Ele se cortou (a si mesmo)*, num ambiente reflexivo, mas não é possível *Ele foi-se embora (a si mesmo)* ou *Ele se casou (a si mesmo)*.

7.3.2.5 De-categorização

O princípio da de-categorização remete à perda de categorialidade de um item em processo de gramaticalização, que tende a neutralizar suas marcas morfológicas e

perder suas propriedades sintáticas mais salientes. O item migra de uma categoria plena (como nomes e verbos, por exemplo) para uma outra secundária, mais gramatical (como advérbio, preposição, clítico, afixo, e até mesmo *zero*).

No caso do *se* em João Pessoa, a passagem clítico > afixo pode ser evidenciada pela neutralização do traço de [+ pessoa], fazendo com que o *se* assumia o posto de reflexivo geral, alastrando seu campo de aplicação, “tomando” o lugar do clítico correspondente a outras pessoas. Como apontei anteriormente, Castilho (1997, p. 37) salienta que, no estágio seguinte à perda da representação morfológica da categoria de pessoa do pronome, a cliticização do *se* faz com que ele se funda junto ao verbo, como ocorre no francês não-padrão: *je sarrête, nous se reverrons, vous se privez*.

Novamente recupero aqui a proposta de gramaticalização feita por Bybee (2001) e Bybee *et alli* (2004). O *se* passa a se comportar, via gramaticalização, semelhantemente a um afixo, tornando-se parte integrante do verbo. A partir disso, defendo que a gramaticalização em curso do *se* em João Pessoa obedece às etapas que Hopper e Traugott (1993, p.103) propuseram como o já clássico *cline* de mudança na gramaticalização de uma forma: item com significado lexical > item gramatical > clítico > afixo flexional.

7.3.3 O modelo de Heine & Reh (1984)

Conforme exposto no Capítulo 4, a proposta de Heine & Reh (1984) para o entendimento da gramaticalização como uma ferramenta empírica de descrição lingüística vislumbrava formular uma teoria da gramaticalização que conseguisse abranger a descrição gramatical de qualquer língua natural. Assim como os demais estudiosos na área, Heine & Reh estabeleceram alguns princípios que buscam avaliar se um item está mais ou menos gramaticalizado na língua. Um ponto de destaque aqui é que, em suas formulações sobre o processo de mudança lingüística, os autores defendem uma idéia de “perda” ou “empobrecimento”, que vem sendo bastante questionada nos estudos mais recentes sobre o tema (cf., por exemplo, Sweetser, 1988).

Os princípios comuns a todos os processos de mudança, via gramaticalização, são os seguintes:

1. *Quanto mais uma forma lingüística se gramaticaliza, mais ela perde em complexidade semântica, significância funcional e valor expressivo;*

A trajetória do *se* evidencia bem este primeiro princípio de Heine & Reh. Conforme já apontado no decorrer desta tese, o clítico reflexivo “perdeu” traços de seu significado de origem, deixando de estabelecer a correlação de Iniciador → Afetado para o mesmo referente. Nos estudos mais recentes sobre gramaticalização, sobretudo aqueles vinculados a uma proposta cognitivista como a de Sweetser, por exemplo, essa idéia de perda e de empobrecimento passa a ser rejeitada, e em seu lugar é proposta a noção de abstratização ou simplesmente de alterações semânticas sofridas pelo item.

2. *Quanto mais uma forma lingüística se gramaticaliza, mais ela perde em pragmática e ganha em significância sintática;*

Pelo o que pude aferir até o momento, assumindo uma condição de forma mais gramaticalizada, o *se* modifica seu estatuto na mudança clítico > afixo, alterando suas configurações no eixo sintagmático e suas relações de dependência com os demais elementos com quem ele forma a cadeia sintática. Há, portanto, ganho em significância sintática. Por outro lado, neste mesmo movimento de clítico a afixo, o *se* perde em pragmática todas as vezes em que nele é operado o mecanismo do *bleaching* semântico. Citem-se como exemplo o caso dos enfáticos e dos inerentes, que foram empregados, a princípio, para marcar um reforço no envolvimento do sujeito com o processo verbal, e que posteriormente vêm esta relação se dissipar na gramática dos falantes a ponto de o item poder ser freqüentemente suprimido, como em:

(391) *E* Que novela?*

I A das oito. A das duas. Eu gosto muito. A das duas ainda eu assisto. Aí gostava da das seis, mas a das seis **acabou**, agora eu não assisto mais.* (VALPB – MHS – F – 1).

(392) *I* Ele morreu de repente, assim, né? Começou a ficar doente e de repente morreu. Ele morreu: de uma doença. Pode dizer, pode? Ele morreu de uma <doen->, morreu de tuberculose, + quer dizer, né? Disseru, porque: ele buliu com uma moça e num **casou** com ela, então buliu com a outra.* (VALPB – IMS – F – 1).

3. *Quanto mais uma forma lingüística se gramaticaliza, mais reduzido se torna o número de membros que fazem parte do mesmo paradigma morfossintático;*

Este princípio se aplica parcialmente ao caso do *se*. Se considerarmos que o *se* está assumindo, numa frequência cada vez maior, o lugar dos outros clíticos anafóricos, recebendo o rótulo de clítico universal, e generalizando (Cf. Castilho, 1997) sua ocorrência para as demais pessoas do discurso, então o número de membros que integram seu paradigma morfossintático de fato começa a sofrer redução.

Por outro lado, pensando no *se* desempenhando uma função específica como a de indeterminação, por exemplo, temos atualmente um alargamento no paradigma dos elementos indeterminadores no português brasileiro, e o *se* é apenas mais uma dentre as múltiplas formas que o falante tem à disposição para construir uma estrutura indeterminada, como em:

(393) *Quando as provas eram recolhidas, **tirava-se** o canhoto. Tantas provas, **se contava** tantos canhotoø, tantas provaø. Os canhotoø eram amarradoø e posto dentro de um saco, de um saco:: de papel::, de papel grosso.* (VALPB – ERG – M – 3).

(394) *I* Ah, Com muita farra! (risos) Como foi? Bem eu não estava aqui, eu estava no interiorø, aí [receb-] quando eu soube a notícia aí **pegaram** um um litro de vinho **despejaram** na minha cabeça com ovo podøe e e muitas outras coisas **querenøo queriam** **cortao** minha sobancelha, me **pegaram jogaram** de novo ovo em cima de mim, **queriam** que eu bebesse uísque, {inint.} cerveja misturado tudo, a foi foi foi é ótimo, foi a experiência e a alegria que eu tive [ma-] melhoø na minha vida.* (VALPB – PAM – F – 5).

(395) *I* Como? Bem, tendo as informações do dia a dia, né? (hes) as coisas que acontecem no Brasil, na Paraíba, no seu próprio bairro, **fazenøo** assim com que **você** esteja [pre-] por exemplo se foø um caso policial se se tem algum algum preso solto, **você** vai teø que tomarø alguns cuidados, né? Na política **você** vai teø que tomaø outras outras atitudes quando foø pøa [voltaø] votaø em algum candidato. E no social, pra pessoa sabeø como vai tá tá a sociedade mais rica, né?* (VALPB – PAM – F – 5).

(396) *I* Bem, (risos) isso é um assunto muito sério entre um casal, se foø relacionado com o homem, Ave Maria! é um Deus nos acuda, porque o homem que apesaø de tudo hoje o homem trai as mulheø quase todo dia, né? pelo menos é os que eu vejo por aí, possa seø que eu esteja errada, não a maioria, mas a minoria, sabe? trai as mulheres não queø sabeø, tem sua namorada mays trai trai por trás e tem uma amiga assim, aí:*

“Olha vi fulano ali, tá com tua namorada”. A **gente** não sabe se acredita ou não. (VALPB – PAM – F – 5).

(397) I* Não, [ele] cê pára o carro: {inint} “Documento”. Cê num vai dá nada, cê tá corretamente num vai dá nada. “Meu amigo, dê uma ajudazinha aí”. Isso aconteceu comigo aqui. Eu [viajo] viajo às vezes. A gente pára o carro o **cara** pede. Pára o carro pra pedir dinheiro. Num é possível um negócio desse. Se o **caba** tá morrenão de fome, né? Quanto ganha um soldado de polícia? (VALPB – LGP – M – 5).

(398) E* Como é a história desse filme?

I* É vários tipo de dinossauro, é. Eles **eles** pegam + (hes) ovos de que? De bicho de bicho diferente, e vão <trans-> aí eles uma (hes) + **eles** usam os ovos, é um negócio que tem lá pra fazer: vários tipo de dinossauro + é tanto tipo de dinossauro, cada cada dinossauro, eu num sei direito não, Juyno quem Juyno quem me conta direito como é. Eu assisti maiø + por causa deles agora achei bonito por causa dos bichão, cada bichão, e: de como eles foram produzido que num foi de ovos de dinossauro não foi que **eles** encontraram ovos num sei de quê, e fiz foram botanão lá nesse laboratório, era um laboratório que tinha, + é tanto que **eles** criaram dinossauro brabo que só, né? Foi bonito que só o filme. + Só num sei contar direito a história que eu num sou muito boa de de + {inint} + minha cabeça nunca {inint}. (VALPB - ROT – F – 5)

4. Quanto mais uma forma lingüística se gramaticaliza, mais sua posição se torna fixa na oração;

Para explicar como este princípio se aplica ao *se*, retomo aqui o que foi visto na variabilidade sintagmática, conforme proposta por Lehmann⁵⁴. Quanto mais a forma se gramaticaliza, mais a possibilidade de se mover na construção decresce e ela passa a ocupar uma posição fixa na oração. Este é, seguramente, o caso do *se* reflexivo que, gramaticalizado como afixo nas construções de gíria, sempre se posiciona proclítico ao verbo.

5. Quanto mais uma forma lingüística se gramaticaliza, mais obrigatório passa a ser o seu uso em determinados contextos e agramatical em outros;

Este princípio está, de alguma maneira, relacionado ao princípio da Especialização, conforme proposto por Hopper (1991). O *se* passa a se especializar em determinadas funções, tornando-se a alternativa preferida pelos falantes em dado contexto. Lima (2006) demonstrou como a frequência de uso do clítico em português

54 Ver 7.3.1.6

confirma sua trajetória de gramaticalização. Ele aponta para o fato de os vários tipos de *se* ora aumentarem, ora diminuirem suas taxas de ocorrência na passagem do período arcaico para o moderno e deste para o contemporâneo. Hoje em dia, a aplicação do *se* já pode ser vista como agramatical em alguns contextos como esses apresentados por Veado (1982):

Entrevistador: - *O seu marido se barbeia?*

Informante: - *Não.*

Entrevistador: - *O seu marido, o só Zé, faz barba?*

Informante: - *Faiz. Faiz sim, mais num é todos dia não.*

Entrevistador: - *Come-se bem na roça?*

Informante: - *Como assim? Cume que ocê falo?*

6. *Quanto mais uma forma lingüística se gramaticaliza, mais ela se funde semântica, sintática, morfológica e foneticamente com outras formas;*

Conforme visto anteriormente através da aferição do princípio da Integridade proposto por Lehmann (1992; 2002), o *se* mais gramaticalizado passa a ser interpretado como um todo semântico, morfossintático e fonético. Isso se evidencia quando pensamos no caso do enfático que integra as construções de *ir + embora*, ao ponto de poder formar uma estrutura perfeitamente gramatical em português, fundindo-se ao advérbio e criando a expressão *simbora*. Outro caso ilustrativo é o do *se* reflexivo aplicado nas construções coloquiais em português (Cf. Nunes, 2007). O clítico é reanalisado como um prefixo, formando uma única unidade morfológica, sintática e fonética, como em *Ele sifu* ou *Você precisa urgentemente de um simancol*.

7. *Quanto mais uma forma lingüística se gramaticaliza, mais ela perde na substância fonética.*

A perda da substância fonética dos itens que sofrem gramaticalização talvez seja a característica mais freqüentemente atestada pelos estudiosos. Já é clássico o exemplo da evolução *vossa mercê* > *vossemecê* > *vosmecê* > *você* > *cê* (Cf. Vitral, 1996). Outro caso bastante ilustrativo está em Sousa (2007), com a alteração da forma de negação *não* > *num* > *nu* > *u*.

Para o caso do *se*, basta que recuperemos as situações já levantadas do clítico fundido a outros elementos na oração para que seja facilmente visualizada sua redução em substância fonética. Este crescente enfraquecimento de massa fônica, por sua vez, conduz o item a um estágio mais avançado de total desaparecimento na língua.

7.3.4 A proposta cognitivista

A gramática e as estratégias de percepção são instâncias altamente relacionadas. É o que propõe Dik (1997), ao sustentar que os mecanismos perceptuais explicam o porquê de as regras gramaticais serem como são. Não só Dik (1997, 1989), como também outros autores de orientação cognitivista (Cf. Sweetser, 1996) defendem que o acesso mais direto que o homem tem à cognição seja estabelecido mediante sua linguagem.

Então, a proposta cognitivista vai priorizar a Semântica e analisar como os enunciados são construídos numa dada língua. Para representar o complexo ideacional que pretende comunicar, o indivíduo tem a sua disposição diferentes opções de seleção, já que uma mesma cena pode ser estruturada por diversas formas de conceptualizações (cf. Pereira, 2007, p. 106-107). Esta capacidade de poder estabelecer várias estruturas alternativas de cena é que vai engatilhar os processos de variação (Langacker, 1987).

Um pressuposto básico nos estudos sobre gramaticalização numa perspectiva de orientação cognitivista é o de que **a língua opera metaforicamente**. Dentre vários, são de referência obrigatória os trabalhos de Sweetser (1988, 1991) e de Heine, Claudi & Hünemeyer (1991) sobre os deslizamentos que ocorrem entre as estruturas lingüísticas, numa direção que vai do mais concreto para o mais abstrato.

7.3.4.1 O modelo de Sweetser (1988, 1991)

Um dos pontos de destaque da obra de Sweetser é a defesa contra a idéia do *semantic bleaching*, que prevê a perda de características semânticas no processo de

gramaticalização. Em seu lugar, Sweetser propõe um mecanismo geral de mudança que opera por meio de projeções metafóricas entre domínios conceptuais distintos. A mudança semântica que um item sofre na língua acontece pela transferência metafórica de significados de um domínio mais concreto para outro mais abstrato. Nessa passagem, alguns traços do significado do domínio-fonte são realmente perdidos, mas outros continuam preservados, e a eles são somados novos traços de significado do domínio-alvo. Para que isso seja bem claramente visualizado, basta que voltemos às explanações feitas na seção 7.2 quando esbocei a trajetória do *se* em português, partindo do posto de reflexivo e recebendo um estatuto de enfático, por exemplo. Assim:

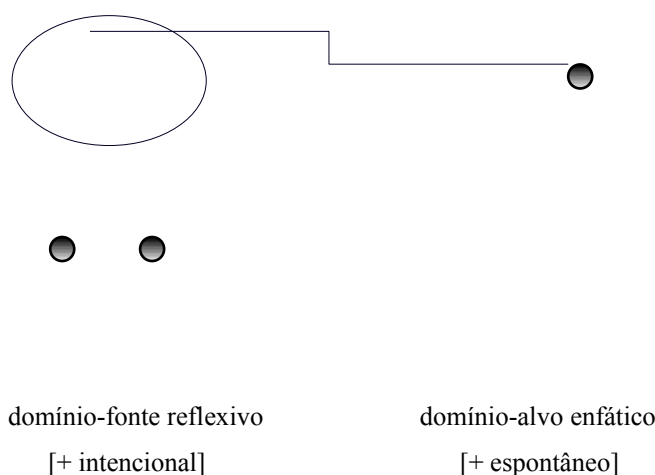


Figura 17: Projeções metafóricas na transferência entre os domínios cognitivos

Os significados não são necessariamente perdidos ou “desbotados”, mas ampliam sua aplicação a outros domínios mediante o desenvolvimento de várias polissemias. Dessa forma, quando Sweetser fala em extensões de polissemias, ela recupera o princípio de que a gramaticalização e a variação são instâncias relacionadas. Nesse sentido, conforme sugere Longhin (2003, p. 43), Sweetser nos leva a entender que a gramaticalização envolve momentos de variação, e que esta, por sua vez, gera ambigüidades no sistema lingüístico.

As mudanças semânticas que um item sofre vão tomando lugar através de estágios intervenientes de polissemia, resultado de seus usos metafóricos em vários domínios conceptuais diferentes. O estudo das várias polissemias de um item num plano sincrônico passa a desempenhar um papel importante nos estudos em mudança

semântica diacrônica, uma vez que seu entendimento se torna pistas capazes de recapitular e explicar a trajetória histórica de desenvolvimento de um item na língua. Se uma forma já significou anteriormente B e hoje significa A, é certo que houve uma época em que ela tenha significado AB, como ilustrado abaixo:

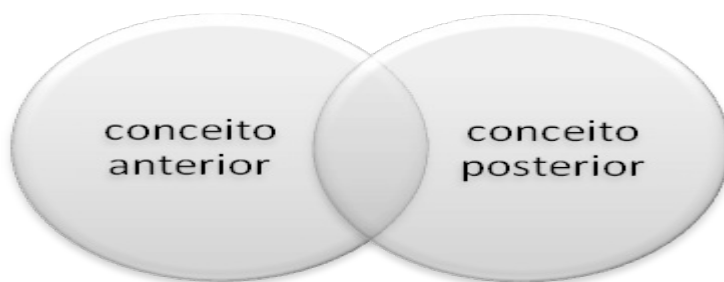


Figura 18: Atuação da polissemia na transferência entre conceitos

Lima (2006, p. 54) propõe que certas construções com *se* no PB são ambíguas, já que nem sempre fatores estruturais dão conta de resolver algumas dificuldades de interpretação. Faggion (2008, p. 147-150) demonstra que, a partir do século XX, um número grande de estruturas com *se* ambíguo passa a ocorrer em português. Uma estrutura que faz pensar numa nova forma de impessoalização no PB, com sujeito abstrato (ou metonímico), seguido de um *se* que não tem um *status* muito claramente definido, como em (399):

(399) *Ele disse: “Biluca é quem essa menina é sua?” Ela disse: “É, só tenho essa.” Ele disse: “E é.” Pronto por aí começou. Também não, não voltei não, né? Aí foi tempo que na Altinga, a casa do meu avô **queimou-se**, pegou fogo.* (VALPB – JRM – F – 1).

Já em (400), o *se* pode funcionar como um indeterminador, ou então é possível que a impessoalização do processo seja transferida ao coletivo, que funciona como uma nominalização, e o *se* preserva traços de reflexivo (Cf. Yamamoto, 2006). Qualquer uma

das interpretações possíveis cria um agente indeterminado, ou pelo caráter arbitrário do *se* ou pro um processo de impessoalização. Faggion (2008, p. 150) acredita que essa seja uma nova tendência para o agente indeterminador se manifestar: no meio do caminho entre a indeterminação passiva e a nominalização, está a indeterminação marcada por sujeitos em que cabem muitos e indefinidos referentes, acompanhados por uma construção sintática que guarda em si o multivalente e polissêmico *se*.

(400) ***Inscreviam-se*** o pessoal que queriam participar dos concursos, e ali seriam marcada oportunamente o dia das provas. (VALPB – ERG – M – 3).

O item morfossintático específico, caracterizado como sujeito indeterminado, parece confirmar a indeterminação obtida através da nominalização constituída pelo emprego do termo generalizante “o pessoal”. São duas formas de indeterminação sem que isso signifique, necessariamente, mais indeterminação. O que ocorre, na verdade, é um ponto de confluência a partir do qual a língua passe a escolher apenas uma das duas formas e abandone a outra, ou continue ainda, por uma duração imprevisível, a usar as duas formas. Será que o *se*, já completando um ciclo de uso, precisa se amparar em outra forma para que aquilo que se pretende comunicar seja eficientemente expresso? Esse enfraquecimento do *se* já pode ser verificado em diversos trabalhos, conforme apontei no capítulo 2 desta tese.

E o percurso de gramaticalização do *se* aqui passa a fazer todo sentido: o *se* indeterminador, que surgiu como extensões de uso do *se* apassivador, a partir do *se* reflexivo, reencontra sua origem no momento em que começa a deixar de ser empregado, e seu uso pode ser interpretado novamente como reflexivo ou passivo-indeterminado, se o sujeito presente na construção for generalizante. Este percurso passa a fazer mais sentido ainda se pensarmos como Galves (2001), para quem isso faz parte de um movimento geral da língua rumo ao plano discursivo. São os elementos da interação, do contexto situacional que parecem influenciar cada vez mais o sentido a ser formado em qualquer construção.

7.3.4.2 Os processos de Heine, Claudi & Hünemeyer (1991)

Heine, Claudi & Hünemeyer (1991) defendem que a criação de formas gramaticais se dá através de um mecanismo que se utiliza da exploração de meios antigos, já disponíveis na língua, para codificarem novas funções. Os autores trabalham com a noção de *deslizamento* para explicarem como acontece a gramaticalização das formas na língua: o deslizamento entre categorias cognitivas espelham o deslizamento entre categorias da gramática, do menos ao mais gramatical. Desse modo, a metáfora é vista para eles, assim como para Sweetser (1988, 1991) como uma estratégia cognitiva que permite a emergência de itens gramaticais, já que ela funciona como um veículo na transferência de significados, de um domínio mais concreto para outro mais abstrato.

Segundo Spaziani (2008, p.91), o surgimento de novas expressões lingüísticas através de estratégias que ampliam o uso de uma mesma expressão já existente na língua tem sido verificado pela movimentação de categorias cognitivas que levam a um crescente de abstratização no sistema lingüístico, ou seja, as categorias que são organizadas mais próximas do indivíduo (mais concretas) deslizam para outras mais distantes (mais abstratas). Nesse sentido, Sweetser (1997, p. 04) é categórica ao afirmar que não deveria ser um tema controverso o de que as relações entre forma e função na língua refletem a estrutura humana conceitual e os princípios de organização cognitiva.

Assim como os demais autores já vistos, Heine *et alii* (1991) também propõem alguns tópicos que indicam as condições para a crescente gramaticalização dos itens na língua. O primeiro deles diz que se uma categoria for etimologicamente derivada de outra, ela é gramaticalizada. Em diversas partes desta tese, podemos encontrar referência à ligação estabelecida entre as funções desempenhadas pelo *se* e sua origem latina reflexiva. O segundo propõe que se duas categorias gramaticais diferem pelo fato de que uma implica um participante animado, e outra, inanimado; então a última é mais gramaticalizada. O *se* reflexivo é caracterizado por estabelecer uma relação anafórica de correferência com um argumento externo que detenha os traços de [+ Agente] ou de [+ Iniciador]. O elemento representado no argumento externo deve produzir uma ação que não repasse a um outro elemento, mas que recaia nele próprio; daí que as construções com o *se* reflexivo impliquem a presença de um participante [+ animado]. Por fim, se duas categorias diferem porque uma é mais abrangente, a mais abrangente é mais gramaticalizada. Já foi discutida aqui a questão das ligações anafóricas com os diversos tipos de *se* em estudo. O *se* de uma construção reflexiva marca a coindexação

obrigatória e pontual dos elementos na construção (cf. Ilari, 2006). Já o *se* indeterminado, como salienta Bandeira (2007), só pode ser visto como um elemento anafórico, se a noção de anáfora for ampliada e estendida como propõe Marcuschi (2005).

Recuperando o que propõe Sweetser (1988) sobre a transferência de significado via metáfora, uma forma original A gera uma forma atual B, mas houve certamente um período em que A e B conviveram. Esse é também o pensamento de Heine *et alii* (1991), e os autores sugerem que, por conta da continuidade e do gradualismo que estão envolvidos na transferência semântica, esses significados intermediários (AB) podem ser melhor explicados em termos de metonímia do que em termos de metáfora.

De caráter eminentemente discursivo-pragmático, a metonímia lida com polissemias que surgem mediante o princípio da informatividade ou relevância, que pressiona os falantes a optarem a interpretação mais significativa. Para Longhin (2003, p. 54), são os fatores contextuais que engatilham os processos metonímicos. Então, Heine *et alii* (1991) acreditam que existam duas forças atuando conjuntamente nos processos de gramaticalização. Por um lado, a metáfora é a transferência conceptual através da qual se entende que a passagem de um sentido A para um sentido B se dá mediante projeções ou saltos associativos de um domínio para outro, em que o domínio-fonte é mais concreto e o domínio-alvo é mais abstrato. Por outro lado, a metonímia é a reinterpretção induzida pelo contexto, mediante a qual a transferência entre os sentidos acontece por meio de um processo lento, gradual e contínuo, em que cada um dos sentidos espelha uma inferência contextual que é convencionalizada. Nessa transição, existem os estágios intermediários de polissemia. Assim:

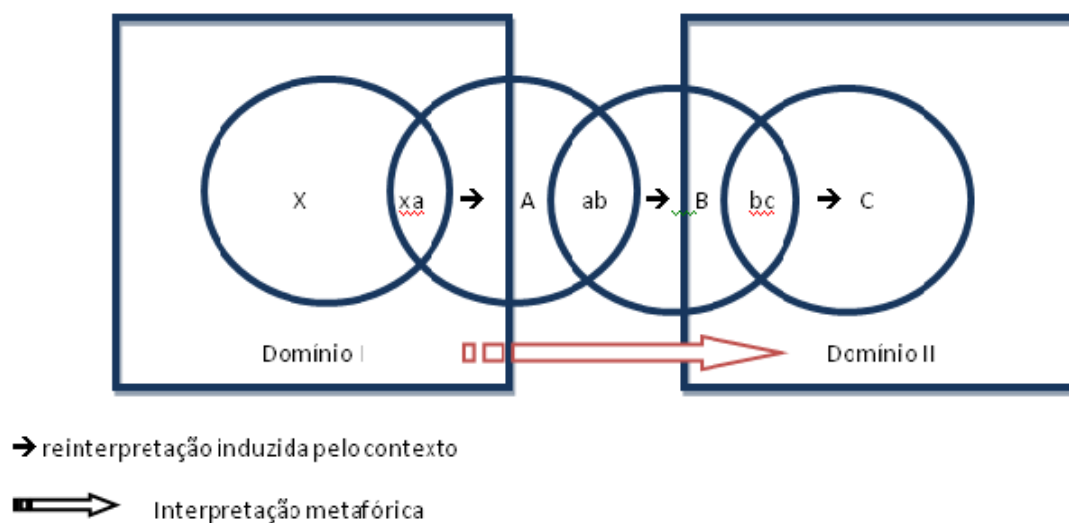


Figura 6: O modelo metafórico-metonímico (Adaptado de Heine et alii, 1991)

Em acréscimo a seu sentido central reflexivo (X), o *se* adquire um novo sentido (A), enfático, todas as vezes em que ele for usado no contexto específico de construções formadas por verbos de movimento (Lima, 2006). Ou ainda um *se* apassivador (B) começa a ser empregado como indeterminador (C), também em contextos muito particulares de uso. Isso pode resultar numa ambigüidade semântica, uma vez que ambos os sentidos podem estar implicados naquela dada situação comunicativa, e é ela mesma que poderá ajudar a decidir por um ou outro sentido. Bastante significativa aqui é a possibilidade de o falante empregar o *se* com um sentido e o ouvinte interpretá-lo com outro, como ocorre no exemplo retirado de Veado (1982):

Entrevistador: – *Você se lava no poço?*

Informante: – *Não senhora.*

Entrevistador: – *Você toma banho lá no poço?*

Informante: – *Tomo sim.*

De modo geral, as propostas de orientação cognitivista encontradas nos trabalhos de Sweetser (1988, 1991) e Heine *et alii* (1991) se encontram em vários pontos. O primeiro deles é que no processo de transferência de sentidos, alguns dos significados da forma de origem realmente se perdem, mas outros novos são sempre ganhos. A transferência metafórica entre domínios de conceituação é o principal mecanismo para as mudanças semânticas, e faz surgir formas polissêmicas que refletem diferentes estágios de gramaticalização do item. Além disso, eles concordam ainda que os

significados mais concretos são sempre usados para explicarem os significados dos domínios mais abstratos, e não o contrário.

7.3.5 Os critérios de Heine (2003)

Finalizando nossa lista para a checagem dos modelos teóricos na gramaticalização do *se*, estão os critérios selecionados por Heine (2003) que demonstram o *continuum* percorrido pelos itens durante seu processo de mudança na estrutura lingüística. Desse modo, ele propõe quatro processos que se mesclam na gramaticalização de uma forma:

- (1) *Dessementização* – também conhecido como redução semântica ou *bleaching*, diz respeito à perda de conteúdo semântico da forma em processo de mudança.
- (2) *Extensão* – generalização do item, que passa a ser usado em novos contextos.
- (3) *Decategorização* – perda das características de forma-fonte e ganho de outras propriedades que inserem a forma numa categoria distinta da original.
- (4) *Erosão* – também conhecida como redução fonética, envolve a perda de substância fonética do item gramaticalizado.

Na verdade, os critérios propostos por Heine (2003), altamente integrados, recuperam o que os demais autores já haviam apresentado como características próprias ao processo de gramaticalização de uma forma, funcionando como uma síntese mais ou menos geral sobre o que acontece quando um item entra em processo de mudança na estrutura lingüística. Devido à perda de certas propriedades semânticas típicas dos reflexivos, o *se* passa a ser usado generalizadamente em outros contextos que não aqueles de reflexividade propriamente dita. A alta frequência de uso e o desbotamento semântico que ele sofre levam a uma crescente perda de substância fônica, ao mesmo tempo em que essa erosão fonética sugere sua dessementização crescente, e o *se* deixa algumas características da forma-fonte reflexiva e se enquadra em uma outra categoria na língua, transitando do posto de clítico ao de afixo.

7.4 Avaliação do Capítulo

A partir da elaboração do capítulo anterior, ficou claro que o trabalho com a manipulação de números traz a consequência positiva de desfazer possíveis impressões equivocadas geradas pelo envolvimento do pesquisador com o objeto de análise, dada sua condição de falante nativo. A metodologia quantitativa é uma forma de trabalho que funciona como ponto de partida para as considerações teóricas da pesquisa, e nesse sentido, acredito que tenha sido uma etapa fundamental essa de medir a variação no uso do *se* e o impacto da interferência de certos condicionadores lingüísticos e sociais em seu comportamento.

A idéia, então, é a de que o papel da análise quantitativa foi apresentar como os fatores internos e externos ao sistema lingüístico apontam para a estabilidade ou não no uso do clítico, auxiliando na avaliação de seu processo de gramaticalização. A partir daí, elaborei este capítulo 7 para checar os modelos do Funcionalismo que teorizam sobre a gramaticalização de uma forma, com o objetivo de testar alguns princípios e mecanismos funcionalistas aplicados ao caso do *se* em João Pessoa.

O primeiro passo foi adaptar o princípio da marcação ao item, por acreditar que a variação não é apenas inerente às estruturas da língua, mas é também funcional a ela. Explico: a aferição da marcação do *se* demonstra como as estatísticas quantitativas das variantes se identificam com os atributos de mais ou menos marcadas para as formas da língua, e isso passa a gerar indicativos das direções e trajetórias de mudança dos itens em estudo, porque a atuação da marcação impõe restrições de uso às formas.

Depois que apliquei tais critérios às formas intersubstituíveis *se* X Ø e às sete classes distintas selecionadas para a pesquisa, o resultado final desta etapa da análise se fez bastante interessante para mim. A escala de marcação das classes partiu de uma função [+ marcada] de apassivador, seguido do *se* ergativo, indeterminado, recíproco, enfático, até chegar aos [- marcados] reflexivo e inerente.

Esta linha de ordenação é exatamente a mesma que seguiram as classes do clítico, a partir de uma maior probabilidade de sua manutenção junto ao verbo. Ou seja,

as categorias avaliadas como [+ marcadas] configuram ambientes sintático-semânticos mais favoráveis ao preenchimento do pronome, na mesma escala em que as [- marcadas] configuram ambientes que mais favorecem sua queda.

Este resultado pôde ainda ser confirmado pelas conclusões de Lima (2006), que apresentou como funções mais propensas ao apagamento aquelas que apresentei como [- marcadas]; da mesma maneira que destacou como mais propícias à manutenção do clítico as mesmas funções que rotulei de [+ marcadas] nesta pesquisa. Nesse sentido, penso que ter aplicado o princípio da marcação serviu como uma ferramenta útil para a sugestão do *se* como um caso de gramaticalização.

Se o item vai seguir as tendências evidenciadas em tantos outros trabalhos e chegar ao posto de elemento nulo na língua ainda não se pode dizer. Caso isso aconteça realmente, os próximos estudos sobre o clítico terão finalmente condições de abordar o assunto, apontando o término de uma longa trajetória. Mas até lá, o que pode ser afirmado é que este é um fenômeno que alavanca um incansável ciclo de gramaticalização: um *se* que encerra várias funções, algumas delas mais freqüentes na língua, outras caindo em desuso.

Penso que três características evidenciadas na pesquisa são importantes indícios do processo de mudança do clítico: sua inserção em contextos novos, sua neutralização para todas as pessoas pronominais e sua duplicação ou redobro. Oliveira (2006) acredita que sejam características típicas do dialeto nordestino. Isso eu não posso precisar, até porque como alerta a própria autora, faltam estudos sobre o *se* no Nordeste. Entretanto, confirmo que elas são, de fato, características do dialeto de João Pessoa, resultados de uma alta freqüência de uso que, por sua vez, promove a expansão de seus contextos de atuação.

Para o caso do *se* em João Pessoa, acredito que a proposta de gramaticalização defendida por Bybee *et alii* (1994) e Bybee (2001) explica bem o que ocorre na língua: as construções com *se*, freqüentemente utilizadas, passam a se tornar automatizadas como uma unidade única de processamento e, através do mecanismo de reanálise, as fronteiras entre os constituintes se re-arranjam, formando novas estruturas na língua. Assim, o composto [*se* + verbo] passa a funcionar como forma única, em que o *se* se

integra ao verbo operando como um afixo. Dessa maneira, o item em João Pessoa estaria obedecendo às etapas do cline de gramaticalização proposto por Hopper e Traugott (1993, p.103): item pleno > item gramatical > clítico > afixo. A próxima etapa é quando o item atinge o estágio final do percurso, deixando de ocorrer na língua. Em algumas regiões do país essa fase já pode ser detectada, mas este não é ainda o caso de João Pessoa.

Após aplicar ao *se* o princípio da marcação, voltei todas as minhas atenções para buscar evidências que sancionassem o estatuto gramatical do *se* como produto de um processo de gramaticalização em curso no português. Foi assim que selecionei os modelos teóricos propostos por a) Lehman; b) Hopper; c) Heine & Reh; d) Heine, Claudi & Hünemeyer; e) Sweetser; f) Heine para verificar os encaminhamentos processuais desses modelos através dos padrões funcionais do *se*.

A despeito das divergências teóricas existentes entre os autores que recuperei na análise, penso que sua aplicação tenha sido altamente produtiva, uma vez que vários dos parâmetros e princípios apresentados se mostraram relevantes na explicitação do comportamento sincrônico do *se*, funcionando como boas evidências de que esse seja mesmo um caso legítimo de gramaticalização no PB. Particularmente, considero este fato bastante positivo, por ter confirmado minhas intuições e por me habilitar a expandir minhas investigações sobre este elemento tão profícuo em língua portuguesa.

*Se fiz descobertas valiosas, foi mais por ter
paciência do que por qualquer outro talento
(Isaac Newton)*

uma dessas seções de orientação com a professora Odete Menon, ela chama a minha atenção para uma parte deste texto em que eu escrevi: “quando levantei os dados [...] não me atentei para o fato de que[...]” e me pergunta: “O que significa isso?” Eu não consegui responder, não enxerguei o que ela estava achando de “errado” ali. Ficamos alguns minutos nesse “embate”. Por um lado, ela querendo que eu explicasse o porquê daquele trecho; por outro, eu querendo entender por que não aquele trecho!

Quando ela realmente percebeu que “daquele mato não sairia coelho”, apontou para o *me* que eu usei antes do verbo *atentar*. Mas eu continuei sem compreender muito bem, porque para mim não havia nada de “estranho” com aquela construção. Então ela disse: “Interessante. Você foi a comprovação de que o uso do clítico é bastante confuso. Você que estuda o assunto de perto há pelo menos 4 anos ‘inventa’ de usar o pronome que naturalmente não o receberia – ‘alguém atenta para alguma coisa’. Relate isso na sua tese”.

De fato, para a prescrição gramatical, eu não poderia colocar o clítico naquela construção. Entretanto, para mim, nada de mais comum. Esse episódio ilustra bem o que se passa com o reflexivo: seus usos “flutuam” de acordo com os contextos situacionais e muitas vezes as realizações de fala dos indivíduos contrariam o que ditam as nossas gramáticas normativas. Como disse na introdução deste trabalho, às vezes achamos que o pronome “está sobrando” na frase; outras vezes, sentimos “sua falta” e consideramos a construção, no mínimo, esquisita. É uma luta com a gente mesmo para conseguir dissociar o falante do lingüista, ou usando a metáfora criada por Fauconnier (1997, p. 32): “é difícil ser zoologista e elefante ao mesmo tempo”!

Quando se pára para observar as várias possibilidades de emprego do *se* e dos outros reflexivos, o que se percebe é que tanto o pronome quanto os verbos a que ele se liga constroem contextos sintático-semântico distintos.

Assumi nesta pesquisa que o contexto da reflexividade é aquele em que a ação praticada pelo sujeito se reverte a ele próprio (Cf. Bechara, 2001): *João se penteou*. Acontece que não é raro encontrar construções em que o verbo está pronominalizado, mas a ação que ele expressa não tem como agente o sujeito gramatical, como *João se aposentou*.

A partir disso, pode ser proposto que a reflexividade em português recobre uma noção de reflexivização em que o pronome indica ao mesmo tempo agentividade e passividade, como em (401); e uma outra em que expressa o envolvimento do sujeito no processo verbal, sem que isso implique agentividade por parte do sujeito, conforme (402):

(401) [...] *depois quando era de madrugada a gente descia do da cumineira da casa ia pra cama da gente e ele ainda ia pegar a gente, a gente **se escondia**, e assim, + amanhecia o dia, a gente ria que só, ficava rindo, manganão dele* (VALPB – SMPS – F – 1).

(402) *Aí, primeira vez, né? a gente foi lá, foi dançô0, né? **se engraçô0** prum lado, aí fui dá0 uma voltinha na praia. + *Aí + pinteí e rolei, né? deitei e rolei, como di0 a história.* (VALPB – AFD – M – 1).*

Desse modo, apresentei no primeiro capítulo desta tese a descrição do objeto de estudo, delineando os traços que distinguem um *se* reflexivo, de um *se* recíproco, de um inerente, etc. Recuperei gramáticas latinas, históricas e normativas, mapeando o tratamento dado por elas ao *se*. Além disso, apresentei uma matriz sintático-semântica que criei após seleccionar todas as entradas lexicais dos verbos presentes no *corpus* para detectar que traços lhes eram mais ou menos comuns e verificar como a pronominalização se instancia neles.

Na observação das gramáticas históricas e normativas, os autores passam a listar outras funções para o clítico além da de reflexividade. Assim, o *se* pode adquirir traços de partícula apassivadora, indefinida, indeterminadora, elemento fossilizado junto a

verbos pronominais, índice de espontaneidade. Nesse momento, começa a se instaurar a confusão no trato com o item, e o que se vê é uma bibliografia complexa e uma série de opiniões controvertidas, conforme apontei na Avaliação do capítulo. O ponto mais problemático não é o de definir a reflexividade, até porque as definições nas gramáticas do português emprestam a definição herdada do latim. A dificuldade surge quando começa a se pensar nas demais funções desempenhadas pelo clítico a partir da forma-fonte reflexiva; e quando não são claramente estabelecidos critérios que classifiquem de modo mais eficaz os verbos a que o elemento se une.

A despeito de todas as confusões que o estudo do *se* promove, penso que seja possível serem rastreados pontos mais ou menos convergentes quando um *se* se une a uma forma verbal, tornando-a uma forma pronominalizada. Foi exatamente este o meu objetivo quando formulei a matriz sintático-semântica com as 307 entradas lexicais dos verbos nos dados, selecionando 12 critérios de análise para identificar os traços que fossem próprios a dados verbos e verificar como o processo de pronominalização os alcança.

A propósito da Revisão da Literatura feita no Capítulo 2, meu objetivo com ela foi o de traçar paralelos entre o pensamento de outros autores que já escreveram sobre o clítico e as idéias contidas nesta pesquisa, e assim verificar até que ponto minhas conclusões se aproximam ou se distanciam daquilo que outras tintas já anunciaram sobre o *se*.

A maioria dos trabalhos aponta para a questão do seu apagamento, enquanto que alguns outros focalizam o movimento inverso: o uso do clítico que se mantém cada vez mais freqüente e que se estende a contextos diversos. São trabalhos embasados teoricamente pelo Funcionalismo, pela Sociolinguística Variacionista e ainda pelo Gerativismo. Antes de pensar que esta confluência de teorias fragmente a pesquisa, penso que tal diversidade tenha contribuído para que o objeto fosse visto de vários ângulos diferentes, o que gera um debate bastante produtivo.

Dessa forma, recupero aqui os pontos que listei na Avaliação do Capítulo e que considereirei como as principais questões selecionadas sob a luz dos trabalhos elencados na Revisão:

1. Ainda que possam ser agrupados numa mesma classe de clíticos anafóricos, cada um dos tipos de *se* (reflexivo, recíproco, enfático, inerente, indeterminado, passivo e ergativo) apresenta uma configuração sintático-semântica específica que será fundamental na distinção entre os contextos de manutenção e queda do clítico no PB (Cf. Bandeira, 2007);

2. Juntamente à tendência ao apagamento, em PB o clítico *se* também ocorre em casos de redobre e de generalização para todas as pessoas gramaticais. Este duplo comportamento suscita o questionamento: os reflexivos estão mesmo rumando ao desaparecimento ou esse é um caso de variação estável na língua? (Cf. Pereira, 2007);

3. A partir de sua função original, o *se* gerou subtipos distintos que se separam em dois grupos, um reflexivo e outro não-reflexivo. Na evolução do Período Arcaico para o Moderno, ficou constatada uma elevação na frequência de todos os tipos de *se* nos dois grupos. Já na passagem do Moderno para o Contemporâneo, ocorre uma diminuição bastante sensível no emprego de todos os clíticos. Esse fato funciona como um forte indício à tendência geral de desaparecimento do item na língua (Cf. Lima, 2000);

4. Em alguns dialetos do país, como o mineiro, por exemplo, construções com *se* são de ocorrência baixa ou nula. Nas raras vezes em que são empregadas, elas aparecem nas estruturas ditas cristalizadas e em frases feitas, como *A gente tem que se virá*. Para expressar reflexividade, os falantes estão se valendo de estratégias alternativas, como o emprego de *ele mesmo* ou deixando um Ø no lugar do clítico, transferindo para os contextos lingüístico e situacional a tarefa de expressar a reflexivização. Mais interessante é perceber que a reflexividade através do pronome *se* não faz parte do dialeto em questão, na medida em que seu emprego provoca dificuldades de interpretação das sentenças da língua (Cf. Veado, 1982);

5. Se um mesmo item lexical verbal pode ser usado pronominalizado ou não, num mesmo recorte de tempo, por informantes distintos ou por um mesmo informante, como explicar as situações que sugerem um modelo para a omissão das marcas de reflexividade? Primeiramente, se o objeto direto não reflexivo está cada vez mais sendo omitido na língua, o objeto reflexivo também pode ser. Por sua vez, se o objeto direto

reflexivo em verbos acidentalmente pronominais pode ser suprimido, passa a ser suprimido também nos essencialmente pronominais. Nos primeiros, a ausência tem como fator preponderante uma característica sintática, ou seja, a já existente predisposição geral para a perda dos objetos diretos. Já nos segundos, a ausência é baseada num fator de ordem lexical, a saber, o da alta previsibilidade semântica do objeto que torna desnecessária a utilização da marca de reflexividade a ponto de se esvair (Cf. D’Albuquerque, 1988);

6. Se em algumas regiões do Brasil os reflexivos estão se perdendo, em outros eles continuam mantidos, cada vez mais utilizados, o que pode sugerir que estejam se gramaticalizando como afixos verbais. Um ponto de partida pode ser a investigação do modo como as alterações no quadro dos pronomes-sujeito (com a entrada de *você* e *agente*) afetam também os reflexivos. Mesmo depois de gramaticalizados, os novos pronomes-sujeito carregam reminiscências do traço verbal original. A partir disso, o emprego do *se* se generaliza para as demais pessoas, e a repetição passa a ter papel fundamental no processo de gramaticalização (Cf. Freitag, 2003);

7. Dois fatores parecem atuar no processo de pronominalização das formas verbais: as especificações lexicais do verbo e o contexto sintático da sentença. Ainda que estes dois pontos atuem positivamente para a presença do clítico, ele pode ser suprimido da construção e o crescente favorecimento à sua supressão no PB expressa uma mudança em curso na língua, sensível a fatores lingüísticos, como o tipo de clítico anafórico, o tipo de verbo e sua grade temática; e a fatores sociais, como o nível de escolaridade do falante (Cf. Nunes, 1995);

8. Na relação presença x ausência do clítico no PB, além de o tipo de pronome atuar de modo decisivo, parece que há uma simetria entre o maior preenchimento do sujeito e o aumento na supressão do *se*. A ordem de colocação do item na sentença também inibe sua presença, de modo que o modelo VS, que é a ordem não vigente no PB, favorece mais o apagamento que a ordem canônica SV. A hipótese seja a de que os falantes respeitem a prescrição da gramática tradicional, e como o verbo está em 1ª posição, não é usada a próclise. Por outro lado, como a ênclise é uma formação não-natural e atípica na língua, eles optam por fazer a omissão do clítico (Cf. Fernandes, 2000);

9. Para marcar a reflexividade e a reciprocidade na língua, o falante pode utilizar o clítico *se*, mas pode também empregar outras estratégias, como a substituição por *ele* ou mesmo o apagamento do item. Esta última alternativa está condicionada não apenas ao tipo de verbo e à função que o item desempenha na sentença, mas também a fatores de ordem extralingüística, como a idade dos falantes e sua classe social (Cf. Melo, 2005);

10. O verbo como centro estruturador dos enunciados estabelece relações com os demais constituintes da frase. A questão da reflexivização está diretamente relacionada à significação verbal. Desse modo, são as particularidades sintático-semânticas dos verbos que irão estabelecer gradações para este fenômeno, diferenciando níveis para a reflexividade (Cf. Christiano, 1991);

11. Verbos intrinsecamente reflexivos perdem a obrigatoriedade de trazer a marca do elemento anafórico como resultado da perda pelo *se* de possuir um índice referencial próprio. Se ele não remete mais a um antecedente, não é mais capaz de recuperar e envolver o sujeito na ação verbal; por conseguinte, não precisa mais ser realizado, já que se tornou opaco na função de denotar reflexividade (Cf. Lemle, 1985);

12. Um fator pragmático como o traço de [+ intencionalidade] presente nas construções reflexivas se sobrepõe a fatores sintáticos no que se refira à tendência à queda dos clíticos no PB, já que verbos considerados pronominais pelas gramáticas tradicionais não o são pelos falantes (cf. Seara, 2000);

13. O *se* que migra de um estatuto de clítico para o de afixo tem esvaziado seu conteúdo argumental e, com isso, deixa de receber papel temático do verbo. A consequência desse processo é sua generalização para as demais pessoas pronominais e sua inserção em distintos ambientes sintáticos (Cf. Silveira, 2007/2008).

O duplo comportamento do *se* em português é possível exatamente por se tratar de um caso de gramaticalização: um item começa a ser usado e esse uso vai gradativamente ganhando frequência cada vez mais expressiva. Essa força de uso passa a ser a responsável pelo desgaste do item, até que ele desapareça. Um ou outro são momentos diferentes do percurso, mas ambos são estágios de seu processo de mudança.

Ainda pensando em redimir eventuais dúvidas remanescentes utilizei o capítulo 3 para “fechar o cerco” e procurar estabelecer o que estou entendendo por cada uma das classes de *se* selecionadas na pesquisa. A base utilizada foi a proposta classificatória de Nunes (1995), mas recorri a outros autores também, sempre que julguei necessário, porque o meu interesse era o de minimizar quaisquer dificuldades restantes na descrição e na delimitação do objeto de estudo.

No Capítulo 4, procurei subsidiar teoricamente a pesquisa, e busquei as orientações do funcionalismo lingüístico, sobretudo aquelas referentes ao processo de gramaticalização, que indica como e por que uma forma “caminha” por diferentes classes, assumindo diferentes funções na língua. Utilizei, também, os pressupostos mais básicos da teoria da variação e mudança, nos moldes labovianos, na crença de que o uso da língua pressupõe uma situação comunicativa na qual estão em jogo indivíduos interagindo mutuamente. Esses indivíduos, por sua vez, organizam-se em sociedade. Nessa concepção, toda lingüística é sociolingüística (Cf. Labov, 1972).

Considero que para haver gramaticalização, o item em análise deve ser colocado numa categoria distinta daquela da sua forma-fonte. Como já havia salientado na Avaliação, mudanças que envolvam apenas um ou outro dos mecanismos presentes no processo não implicam necessariamente alteração de estatuto categorial. Na gramaticalização, seus vários mecanismos constituintes operam em parceria, mas isso não equivale a dizer que todos devam operar sempre. Isso permite afirmar que o processo não é definido por seus elementos constituintes, mas sim pela focalização na transferência de um item X de uma categoria a outra. Todo processo de gramaticalização envolve mudança na língua, mas nem toda mudança envolve gramaticalização.

No Capítulo 5, descrevi os procedimentos metodológicos dos quais me utilizei para a realização da pesquisa e o conseqüente delineamento de suas fases principais. Primeiramente, fiz uma leitura e um levantamento manual das entrevistas do VALPB e selecionei todas as ocorrências dos clíticos *me*, *te*, *se* e *nos* como complementos de verbos; depois, selecionei as ocorrências dos contextos em que esses clíticos sofreram apagamento; por fim, submeti os clíticos a uma divisão de acordo com as distintas

funções que eles desempenham a partir de uma análise dos contextos sintáticos em que eles ocorrem.

Selecionei como fatores influenciantes para a realização ou não do clítico não apenas aqueles de ordem lingüística, como também os elementos de ordem social, como sexo, idade e escolaridade, exatamente porque penso serem os fatos da língua uma confluência de fatores vindos dos mais diversos ambientes e seguindo as mais diversas direções. Amparada, então, pela metodologia da sociolingüística quantitativa, submeti os dados a uma avaliação estatística para verificar em que medidas as hipóteses que tinha no começo da pesquisa se confirmariam ou não.

A principal delas era a de que enquanto em algumas regiões do Brasil, o reflexivo está se perdendo (Cf. Nunes, 1995; Bittencourt, 2005; Lima (2006) e outros), na fala de João Pessoa ele se manteria e parecia estar se gramaticalizando como afixo verbal. Como minha hipótese inicial era a de que o *se* em João Pessoa passa pelo processo de gramaticalização num estágio de alta frequência de uso, considerei bem mais coerente selecionar como a aplicação da regra variável a presença do pronome. O primeiro resultado que os números trouxeram mostraram que as expectativas iniciais, de fato, se confirmaram: dos 1673 dados, 1406 apresentaram o clítico junto aos verbos, enquanto que em apenas 267 ele está ausente. Em termos percentuais, isso equivale a uma diferença entre 85% e 15%.

O que os resultados mostraram é que as alterações no sistema pronominal do português provocaram alterações no sistema verbal e, conseqüentemente, no quadro dos pronomes reflexivos, de modo que a regra do objeto nulo atingiu também os clíticos anafóricos, o que leva à tendência de um crescente apagamento do reflexivo. Esta mudança maior que afeta o sistema pronominal do português prevê uma crescente obrigatoriedade no preenchimento do sujeito paralelamente ao incremento da regra do objeto nulo no PB.

Tanto é assim que quando rodei nossos dados, o GF *transitividade* teve a categoria dos verbos transitivos, como em (403) e (404), com um peso relativo de presença bem menor que o peso dos verbos intransitivos, como em (405) e (406). A

lógica é a seguinte: se, na conjugação regular de um verbo, o objeto direto apaga, o complemento sob a forma de pronome reflexivo apagará também.

(403) *Minha infância, foi uma [in-] foi uma infância um pouco agitada : : de certa forma, porque meu pai **casou** três veze, viuvo duas, e casou três veze. E de qualquer maneira é um [com-] é uma convivência com (hes) com irmãos, com, vamos dizer assim, com duas mães diferente, mas fomos felizêo.* (VALPB – AAM – F – 5).

(404) *Cum cum cum o despertar que tá havendo atualmente, né, que do jeito que ia tava se o homem [tava cavan] tava cavanøo um buraco [pra ele se] pra ele mesmo **se enterrar**, né?* (VALPB – LGP – M – 5).

(405) *Setenta anos de de vida, e mais estudando, lendo, principalmente lendo, tem o que ensinar, né? Mas ele tá perto de **aposentar**, num tá com aquela preocupação, não.* (VALPB – ALA – M – 5).

(406) *E* Se você fosse presidente, o que faria pelo povo?
I* Acho que a primeira coisa era emprego. Dar emprego para o povo. E segundo: para poder **se empregar** tinha que ser capacitado.* (VALPB – RVA – M – 5).

Inicialmente, formulei uma hipótese com base em Lima (2006) para testar se poderia estabelecer um paralelo entre o percurso de gramaticalização do *se* em João Pessoa e em Minas Gerais. Os resultados de sua pesquisa apontaram um aumento de frequência no uso dos pronomes do grupo não-reflexivo (passivos e indeterminados); e uma diminuição de frequência entre os do grupo reflexivo (reflexivos, estilísticos e inerentes). Se resgatar os pesos relativos dos tipos de pronomes, será visível que os resultados da pesquisa se assemelharam aos de Lima (2006). Sobre uma maior probabilidade de os indeterminados apagarem menos o clítico que os reflexivos, Bittencourt (2005) argumenta ser esse um fato decorrente de uma referência mais indefinida, mais arbitrária, mais genérica, menos acessível em contextos de indeterminação, como em (407) e (408):

(407) *Olha, eu num vou dizeo que eu ensino. Eu num nem vou dizeo assim que não **se ensina**, poøque a não diretividade muitas veze é é é camuflada. Num existe uma ação neutra. Não existe.* (VALPB – AAM – F – 5).

(408) *E e isso é a partir da da distribuição de renda : : mais justa. Dando educação, sabe? Principalmente educação. Condições de [so-] de sobrevivências digna. **Se espera** dignidade: como é que pode se esperar dignidade e não violência* (VALPB – AAM – F – 5).

Quanto ao fato de o programa ter interpretado como relevantes as 3 variáveis sociais, penso que esse seja um dado bastante significativo, já que indica que os fatores extralingüísticos são determinantes para a manutenção ou não do *se* junto aos verbos. Nos dados, as mulheres apresentaram um peso de **.42** para a presença, encabeçando o fenômeno de variação. Se elas apagam mais o clítico do que os homens, é sinal de que este fenômeno, o do apagamento do *se*, mesmo que não seja a opção mais prestigiada, também não sofre restrições de estigma.

Tive novamente uma hipótese não confirmada quando supus que os jovens apagariam mais o item e que os idosos tenderiam a sua maior preservação. De fato, os informantes com mais de 50 anos foram os que mais apresentaram o *se* junto ao verbo, com peso de **.55**. Entretanto, entre jovens e adultos, o uso do item é mais favorecido naqueles do que nesses (**.49** e **.45**, respectivamente). Uma possível solução para esta distribuição está na interferência do fator escolaridade no comportamento lingüístico dos indivíduos. Como o contato dos jovens com a escola é mais freqüente, ela pode estar atuando como uma força de preservação no emprego da forma. Como diz Duarte (1989, p.29): “a escola é um meio que municia o indivíduo com a habilidade de usar o clítico, e esse fator, associado à idade, é relevante na realização de sua variante”.

Dentre todos os cruzamentos feitos, o mais interessante foi exatamente o realizado entre os GFs sociais faixa etária e escolaridade, porque separadamente os resultados de cada uma dessas variáveis não confirmaram as hipóteses iniciais da pesquisa, baseadas nas leituras já feitas de outros trabalhos em sociolingüística variacionista. Depois de ter sido feito o cruzamento entre os grupos, parece que a escola tem papel decisivo no caso do *se*, e que a faixa etária, por si só, não pode ser tomada como um indicador preciso de mudança lingüística. Cruzando escola e idade, o novo quadro foi este: desde que haja influência da escolaridade, os jovens são os que menos apagam o item – são 87% de preenchimento para os jovens de 4 a 8 anos de escolarização e 86% para os jovens de mais de 11 anos, contra 76% e 80% de presença para os adultos com formação Fundamental e Superior, respectivamente. Nos informantes sem escolarização, o movimento de mudança acompanha o que já é visto como resultado mais ou menos esperado em sociolingüística quantitativa – 25% de apagamento entre os jovens, contra 11% nos adultos e 5% nos idosos.

Penso que os resultados estatísticos apresentados através da análise quantitativa se mostraram úteis a favor da comprovação da gramaticalização do *se* em João Pessoa, num estágio em que suas taxas de ocorrência ainda apresentam valores bastante elevados. Minha idéia era a de me aproveitar dos números para fornecer considerações teóricas pertinentes acerca do fenômeno de mudança linguística que analiso.

Se no Capítulo 6, a idéia foi a de apresentar como os fatores internos e externos ao sistema linguístico apontam para a estabilidade ou não no uso do clítico, auxiliando na avaliação de seu processo de gramaticalização, no Capítulo 7, procurei checar os modelos do Funcionalismo que teorizam sobre a gramaticalização de uma forma, com o objetivo de testar alguns princípios e mecanismos funcionalistas aplicados ao caso do *se* em João Pessoa.

Primeiramente adaptei o princípio da marcação ao clítico, acreditando que a variação não é apenas inerente às estruturas da língua, mas é também funcional a ela. A aferição da marcação do *se* demonstra como as estatísticas quantitativas das variantes se identificam com os atributos de mais ou menos marcadas para as formas da língua, e isso passa a gerar indicativos das direções e trajetórias de mudança dos itens em estudo, porque a atuação da marcação impõe restrições de uso às formas.

Depois que apliquei tais critérios às formas intersubstituíveis *se* X Ø e às sete classes distintas selecionadas para a pesquisa, o resultado final desta etapa da análise se fez bastante interessante para mim. A escala de marcação das classes partiu de uma função [+ marcada] de apassivador, seguido do *se* ergativo, indeterminado, recíproco, enfático, até chegar aos [- marcados] reflexivo e inerente. Esta linha de ordenação é exatamente a mesma que seguiram as classes do clítico, a partir de uma maior probabilidade de sua manutenção junto ao verbo. Ou seja, as categorias avaliadas como [+ marcadas] configuram ambientes sintático-semânticos mais favoráveis ao preenchimento do pronome, na mesma escala em que as [- marcadas] configuram ambientes que mais favorecem sua queda. Nesse sentido, penso que ter aplicado o princípio da marcação serviu como uma ferramenta útil para a sugestão do *se* como um caso de gramaticalização.

Se o clítico vai chegar ao Estágio Zero do processo, desaparecendo da língua, ninguém pode precisar ainda. Até lá, o que pode ser afirmado é que este é um fenômeno que alavanca um incansável ciclo de gramaticalização: um *se* que encerra várias funções, algumas delas mais freqüentes na língua, outras caindo em desuso. Penso que três características evidenciadas na pesquisa são importantes indícios do processo de mudança do clítico: sua inserção em contextos novos, sua neutralização para todas as pessoas pronominais e sua duplicação ou redobro, resultados de uma alta freqüência de uso que, por sua vez, promove a expansão de seus contextos de atuação.

Para o caso do *se* em João Pessoa, acredito que a proposta de gramaticalização defendida por Bybee *et alii* (1994) e Bybee (2001) dá conta de explicar o que ocorre na língua: o uso elevado das construções com *se* faz com que elas sejam reanalisadas e o composto [*se* + verbo] passa a funcionar como forma única, em que o *se* se integra ao verbo operando como um afixo. Dessa maneira, o item em João Pessoa estaria obedecendo às etapas do cline de gramaticalização proposto por Hopper e Traugott (1993, p.103): item pleno > item gramatical > clítico > afixo. A próxima etapa é quando o item atinge o estágio final do percurso, deixando de ocorrer na língua: item pleno > item gramatical > clítico > afixo > Ø. Em algumas regiões do país essa fase já pode ser detectada, mas este não é ainda o caso de João Pessoa. Pelo menos não categoricamente.

Após aplicar ao *se* o princípio da marcação, voltei todas as minhas atenções para buscar evidências que sancionassem o estatuto gramatical do *se* como produto de um processo de gramaticalização em curso no português. Foi assim que selecionei os modelos teóricos propostos por a) Lehman; b) Hopper; c) Heine & Reh; d) Heine, Claudi & Hünemeyer; e) Sweetser; f) Heine para verificar os encaminhamentos processuais desses modelos através dos padrões funcionais do *se*.

A pesquisa no campo dos pronomes reflexivos me proporcionou resultados bastante satisfatórios. Quando comecei a estudar este fenômeno, as poucas informações de que dispunha diziam respeito à multivalência do *se*, presente em diversos contextos, codificando diversas funções. Quando as pessoas me perguntavam: “O que você estuda?” e eu respondia: “O *se*”, a expressão de surpresa era recorrente acompanhada da clássica pergunta: “E tem tanto assim pra *se* falar de apenas 2 letrinhas?” Antes, eu dizia: “Espero que tenha!”. Hoje, eu digo: “Ah, tem! E *se* tem!”.

Um dos pontos mais significativos para mim ao final das análises foi poder rastrear as diferentes configurações sintáticas e semânticas do item e verificar como isso interfere em seus padrões de uso em João Pessoa.

Outra questão de destaque foi verificar para o caso nordestino o mesmo que já havia sido verificado em outras pesquisas que enfocaram o *se* em outros dialetos no PB. Em sua evolução no tempo, o item passou a ocorrer menos em suas funções mais antigas e continuou estável em suas funções mais recentes, confirmando a idéia de gramaticalização defendida para o *se* em língua portuguesa (Cf. Lima, 2006).

O raciocínio é este: os *ses* mais usados, que apresentam uma frequência mais expressiva, são os que mais facilmente desaparecem na língua, exatamente pelo desgaste que sua força de uso provoca. Os *ses* mais recentes no inventário dos clíticos do português estão ainda “marcando seu terreno” na língua; portanto, não são atingidos ainda pela mesma força de desgaste que os outros. Tanto os primeiros *ses* quanto os últimos são formas em processo de transformação na língua. É certo que são mudanças em estágios diferenciados, mas seguramente mudanças.

São muitas as questões em torno do *se*. Em resumo, mesmo levando em consideração as divergências teóricas existentes entre os autores que recuperei na análise, os vários dos parâmetros e princípios apresentados se mostraram relevantes na explicitação do comportamento sincrônico do *se*, e atuaram como boas evidências de que esse seja mesmo um caso legítimo de gramaticalização no PB. Isso confirma minhas intuições e me habilita a expandir minhas investigações sobre este elemento tão profícuo em língua portuguesa.

BIBLIOGRAFIA

ALI, S. *Gramática secundária da língua portuguesa*. 4ed. São Paulo: Melhoramentos, 1964.

ALMEIDA, N. M. de. *Gramática metódica da língua portuguesa*. 44ed. São Paulo: Saraiva, 1999.

ALMENDRA, M. A. FIGUEIREDO, J. N. de. *Compêndio de gramática latina*. Porto: Porto Editora, 1977.

AMARAL, L. *A importância de variáveis estilístico-discursivas para as análises de fenômenos lingüísticos variáveis*. In: VANDRESSEN, Paulino (org). *Variação e mudança no português falado na região Sul*. Pelotas: Educat, 2006.

ANDRADE, T. C. *A criança: do arqui-reflexivo ao reflexivo. Um estudo sobre a aquisição em português*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica/RJ, 1997.

ANTONELLI, A. L. *O clítico se e a variação ênclise/próclise do português médio ao português europeu moderno*. Dissertação de Mestrado. Campinas: UNICAMP, 2007.

ARAUJO, L. E. A variável faixa etária em estudos sociolingüísticos. *Estudos Linguísticos*, XXXVI (2), 2007.

AZEREDO, J. C. de. *Fundamentos de gramática do português*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

BANDEIRA, G. dos A. F. *Presença/ausência de se nas posições sujeito e objeto: um estudo variacionista com dados do VARSUL do Paraná*. Tese de Doutorado. Curitiba: Faculdade de Letras da UFPR, 2007.

BECHARA, E. *Moderna gramática portuguesa*. 37 ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2001.

BIQ, Y. *Recent developments in Discourse-and-Grammar*. Extraído da internet. Acesso em 25/07/2005.

BITTENCOURT, R. L. *No rastro do apagamento: pronomes clíticos nas funções recíproca, reflexiva, apassivadora e indeterminadora*. Projeto de Pesquisa em nível de Mestrado. Salvador: UFBA, 2005.

BOLINGER, D. *The form of language*. Londres: Longman, 1997.

BUENO, F. da S. *Grande dicionário etimológico-prosódico da língua portuguesa*. 3 ed. São Paulo: Saraiva, 1967.

BYBEE, J. *Mechanisms of change in grammaticalization*. No site <http://www.unm.edu/~jbybee/mechhofchng.htm>. 20**a. Acesso em 07/07/2005.

BYBEE, J. *Cognitive processes in grammaticalization*. No site <http://www.unm.edu/~jbybee/cogprocess.htm>. 20**b. Acesso em 07/07/2005.

BYBEE, J. *The impact of use on representation: grammar is usage and usage is grammar*. No site <http://www.unm.edu/~jbybee.htm>. 2005. Acesso em 07/07/2005.

BYBEE, J.; PERKINS, R.; PAGLIUCA, W. *The evolution of grammar: tense, aspect, and modality in the language of the world*. Chicago: The University of Chicago Press, 1994.

BYBEE, J. & HOPPER, P. *Introduction to frequency and the emergence of linguistic structure*. In: BYBEE, Joan & HOPPER, Paul (eds). *Frequency and the emergence of linguistic structure*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 2001.

CAMACHO, R. G. Em defesa da categoria de voz média no português. *DELTA*, 19:1, 2003.

CÂMARA Jr., J. M. *Dicionário de filologia e gramática referente à Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro, J. Ozon Editor, 1964.

CÂMARA JR, J. M. *Estrutura da língua portuguesa*. 8ed. Petrópolis: Vozes, 1977.

CÂMARA JR, J. M. *Dicionário de Lingüística e Gramática*. 7ed. Petrópolis: Vozes, 1977.

CAMPBELL, L. What's wrong with grammaticalization. *Language Science*, v. 23, 2001.

CANÇADO, M. Uma aplicação da teoria generalizada dos papéis temáticos: verbos psicológicos. *Revista do GEL: Grupo de estudos lingüísticos do Estado de São Paulo*, nº 0, São Paulo: Contexto, 2002, p.93-125.

CANÇADO, M. *Um estatuto teórico para os papéis temáticos*. In: MÜLLER, A. L.; NEGRÃO, E. V. & FOLTRAN, M. J. (Orgs.) *Semântica formal*. São Paulo: Contexto, 2003, p. 95-124.

CASSEB-GALVÃO, V. C.; NASCIMENTO, A. M.. *Sociolingüística variacionista e funcionalismo: confluências epistemológicas*, 2007.

CASTILHO, A. de. Um Ponto de Vista Funcional Sobre A Predicação. *ALFA*, São Paulo, v. 38, p. 75-96, 1994.

CASTILHO, A. de. A gramaticalização. *Cadernos de Estudos lingüísticos e literários*, n. 19: 25-64, março-1997.

CASTILHO, A.. *Introdução à lingüística cognitiva*. Relatório Científico submetido à FAPESP, 2001.

CASTILHO, A. de. *Historiando o Português Brasileiro*. Em: www.mundoalfal.org/comissaodehistoriadoportugues, 2003.

CEGALLA, D. P. *Novíssima gramática da língua portuguesa*. 16 ed. São Paulo, Nacional, 1977.

CHAFE, W. *Meaning and the structure of language*. Chicago and London: Chicago University Press, 1970.

CHAMBERS, J. K. *Sociolinguistic theory*. Cambridge: Blackwell, 1995.

CHAMBERS, J. K.; TRUDGILL, P. *Dialectology*. Cambridge: Cambridge University Press, 1980.

CHOMSKY, N. *Language and mind*. New York: Harcourt Brace Javanovich, 1972.

CHOMSKY, N. *Lectures on government and binding*. Dordrecht: Foris, 1981.

CHOMSKY, N. *O Programa minimalista*. Tradução portuguesa de Raposo. Lisboa: Caminho, 1999.

CHRISTIANO, M. E. A. *As estruturas reflexivas em português e seu tratamento na gramática dos casos profundos*, 1991. Tese. (Doutorado em Linguística). UNESP, Araraquara.

CORRÊA, V. R. *Objeto direto nulo no português do Brasil*. Dissertação de Mestrado. Campinas: UNICAMP, 1991.

COSTA, S. B. B. *Adverbiais portugueses no século XVI*. In: MATTOS E SILVA, R. V.; MACHADO FILHO, A. V. L. (orgs). *O português quinhentista: estudos lingüísticos*. Salvador: EDUFBA/UEFS, 2002.

COUTINHO, I. de L.. *Pontos de gramática histórica*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1976.

CUNHA, C. & CINTRA, L. *Nova gramática do português contemporâneo*. 2ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

CYRINO, S. *Observações sobre a mudança diacrônica no português do Brasil: objeto nulo e clíticos*. In: ROBERTS, Ian & KATO, Mary. *Português brasileiro: uma viagem diacrônica*. 2ed. Campinas: Ed. UNICAMP, 1996.

CYRINO, S. *O objeto nulo no português do Brasil: uma investigação diacrônica*. Campinas: Ed. UNICAMP, 1990.

CYRINO, S. *Elementos nulos pós-verbais no português brasileiro oral contemporâneo*. In: NEVES, Maria Helena de Moura (org). *Gramática do português falado*. v. VII. Campinas: Ed. UNICAMP/FAPESP, 1999.

CYRINO, S. M. L.. *Para a História do português brasileiro: observação sobre a presença de complementos verbais nulos e a ausência de clíticos de 3ª pessoa*. Hand-

out de trabalho apresentado no XV Encontro da ANPOLL, 6 de junho, Universidade Federal Fluminense, Niterói/RJ: 2000.

D'ALBUQUERQUE, A. da C. A perda dos clíticos em um dialeto mineiro. *Revista Tempo brasileiro: sociolinguística e o ensino do vernáculo*. Rio de Janeiro: Tempo brasileiro, 1988, p. 97-121.

DIK, S. *The theory of functional grammar*. Functional Grammar Series, 9. Dordrecht: Foris Publications, 1989.

DUARTE, I. *A família das construções inacusativas*. In: Mateus et alii. *Gramática da Língua Portuguesa*. Lisboa: Caminho, 2003.

DUARTE, M. E. L.. *Construções com se apassivador e indeterminador em anúncios do século XIX*. In: ALKMIN, T. (org). *Para a História do Português Brasileiro*. Vol. III: Novos estudos. São Paulo: Humanitas/USP, 2002.

DUARTE, M. E. L. *Do pronome nulo ao pronome pleno: a trajetória do sujeito no português do Brasil*. In: ROBERTS, Ian & KATO, Mary. *Português brasileiro: uma viagem diacrônica*. 2ed. Campinas: Ed. UNICAMP, 1996.

DUARTE, M. E. L. *Clítico acusativo, pronome lexical e categoria vazia no português do Brasil*. In: TARALLO, Fernando (org.) *Fotografias Sociolinguísticas*. Campinas: Pontes, 1989.

DUARTE, M. E. L. *Variação e sintaxe: clítico acusativo, pronome lexical e categoria vazia no português do Brasil*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: PUC, 1986.

DUBOIS, J. *La estructura argumental preferida y el cero absoluto*. ALFAL, MS: Veracruz, 1993.

DUTRA, R. *Considerações sobre o se: o pronome camaleão*. In: MACRO, M.C.; DUTRA, R. (orgs). *Ensaio de Linguística – Cadernos de Linguística e Teoria da Literatura*. Minas Gerais: UFMG, 1981.

EVERETT, D. Why there are no clitics. An alternative perspective on pronominal allomorphy. *Publications in Linguistics* 123, S.I.L. and University of Texas at Arlington, 1996.

FAGGION, C. M. *A indeterminação em português: uma perspectiva diacrônico-funcional*. Tese de Doutorado. Porto Alegre: UFRGS, 2008.

FARIA, E. *Gramática de língua latina*. 2 ed. Brasília: FAE, 1995.

FELÍCIO, C. P. Gramaticalização do embora: um recorte sincrônico. *Caderno de Resumos*. XI Simpósio Nacional de Letras e Linguística/I SILEL. Uberlândia: UFU, 2006.

FERNANDES, L. P.. *De volta ao famigerado SE*. Dissertação de Mestrado. Londrina: Faculdade de Letras da Universidade Estadual de Londrina, 2000.

FERNANDEZ, L. R.; ROLAN, T. G. *Nueva gramática latina*. Madrid: Colóquio Editorial, 1990.

FERREIRA, A. B. de H. *O dicionário da língua portuguesa*. 6ed. Curitiba: Positivo, 2006.

FILLMORE, C. *The case for case*. In: BACH and HARMS (Eds.): *Universals in linguistic theory*. New York: Holt, Rinehart, and Winston, 1968.

FONTANA, D. *Curso de latim*. 6 ed. São Paulo: Saraiva, 1994.

FOUCONNIER, G. *Mappins in thought and language*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

FREITAG, R. M. K. Uma hipótese de gramaticalização do pronome reflexivo se na fala de Florianópolis. *Working papers em Lingüística*, n 7. Florianópolis, CPGLg, 2003.

FREITAG, R. M. K. Idade: uma variável sociolingüística complexa. *Línguas e Letras. Estudos Lingüísticos*, v. 6, n. 11, 2005.

FURLAN, O. A. *Latim para o português. Gramática, língua e literatura*. Florianópolis: EDUFSC, 2006.

GALVES, C. O objeto nulo no português do Brasil: percurso de uma pesquisa. *Caderno de Estudos Lingüísticos*. Campinas, v. 19, 1989.

GALVES, C. Ênclise e próclise: geometria ou álgebra, morfologia ou sintaxe? *D.E.L.T.A.*, v.6, n.2, 1990.

GALVES, C. *O enfraquecimento da concordância no português brasileiro*. In: ROBERTS, I. & KATO, M. *Português brasileiro: uma viagem diacrônica*. 2ed. Campinas: Ed. UNICAMP, 1996.

GALVES, C. *Ensaio sobre as gramáticas do português*. Campinas: Ed. UNICAMP, 2001.

GALVES, C. *et alii*. The change in clitic placement from classical portuguese to modern european portuguese: results from the Tycho Brahe corpus. *Journal of Portuguese Linguistics*, n.4, v.1, 2005.

GIVÓN, T. *On understanding Grammar*. Nova York: Academic Press, 1979.

GIVÓN, T. *Syntax: a functional-typological introduction*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1984.

GIVÓN, T. *Syntax: a functional-typological introduction*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1990.

GIVÓN, T. *Functionalism and grammar*. Amsterdã: John Benjamins, 1995.

- GIVÓN, T. *Syntax: an introduction*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 2001.
- GONÇALVES, S. C. L. *Gramaticalização, modalidade epistêmica e evidencialidade: um estudo de caso no português do Brasil*. Tese de Doutorado. Campinas: UNICAMP, 2003.
- GONÇALVES, S. C. L.; LIMA-HERNANDEZ, M. C.; CASSEB-GALVÃO, V. C.. *Introdução à gramaticalização: princípios teóricos e aplicação*. São Paulo: Parábola, 2007.
- GODOY, L. A. G. *Os verbos recíprocos no português brasileiro: interface sintaxe – semântica lexical*. Dissertação de Mestrado. Belo Horizonte: UFMG, 2008.
- GÖRSKY, E.; FREITAG, R. M. *Marcação e comportamento sociolinguístico de marcadores discursivos interacionais na fala de Florianópolis*. In: VANDRESSEN, P. (org). *Variação e mudança no português falado na região Sul*. Pelotas: Educat, 2006.
- GUY, G.. *Linguistic change and contact*. Austin: University of Texas, 1988.
- GUY, G.; ZILLES, A. *Sociolinguística quantitativa – Instrumental de análise*. São Paulo: Parábola, 2007.
- HALLIDAY, M. *An introduction to functionalism grammar*. Baltimore: Edward Arnold, 1985.
- HALLIDAY, M. *An introduction to functional grammar*. Great Britain: Edward Arnold, 1994.
- HAUY, A. B. *Da necessidade de uma gramática-padrão da língua portuguesa*. 2ed. São Paulo: Ática, 1986.
- HAUY, A. B. *Vozes Verbais: sistematização e exemplário*. São Paulo: Ática, 1992.
- HAWAD, H. F. *Tema, sujeito e agente: a voz pasiva portuguesa em perspectiva sistêmico-funcional*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: PUC/Rio, 2002.
- HEINE, B.. *Grammaticalization*. In: JOSEPH, B.; JANA, R. *The handbook of historical linguistic*. Oxford: Blackwell, 2003.
- HEINE, B.; CLAUDI, U.; HÜNNEMEYER, F. *Grammaticalization: a conceptual framework*. Chicago: Chicago Press, 1991 (1991a).
- HEINE, B.; CLAUDI, U.; HÜNNEMEYER, F. *From cognition to grammar: evidence from African languages*. In: TRAUGOTT, Elizabeth Closs; HEINE, Bernd. *Approaches to grammaticalization*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing, 1991 (1991b).
- HEINE, B.; REH, M. *Grammaticalization and reanalysis in African Languages*. Hamburg: Helmut Buske, 1984.

HOPPER, P. *Emergent grammar*. Berkeley Linguistic Society, v. 13, 1987.

HOPPER, P. On some principles in the grammaticalization. In: TRAUGOTT, Elizabeth Closs; HEINE, Bernd. *Approaches to grammaticalization*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing, 1991.

HOPPER, P.; TRAUGOTT, E.. *Grammaticalization*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

HORA, D. da; PEDROSA, J. L. (Orgs). *Projeto Variação Lingüística no Estado da Paraíba*. João Pessoa: Idéia, 5 vols, 2005.

ILARI, Rodolfo. *Lingüística românica*. São Paulo: Ática, 1992.

ILARI, R.; FRANCHI, C.; NEVES, M. H. de M.. *Os pronomes pessoais do português falado: roteiro para análise*. In: CASTILHO, A. de & BASÍLIO, M. (orgs). *Gramática do português falado*. v IV. Campinas: Ed. UNICAMP/FAPESP, 1996.

ILARI, R. Lingüística e ensino da língua portuguesa. *Revista da Abralin*, v.1, 2006.

IORDAN, I. *Manual de lingüística românica*. Editorial Gredos: Madrid, 1972.

JACOB, D. *A reflexividade no português brasileiro: entre a gramaticalização e a lexicalização*. Comunicação apresentada no VI Seminário do Projeto Para a História do Português Brasileiro, 2004.

JESPERSEN, O. *The Philosophy of Grammar*. London: George Allen &Unwin LTD, 1924.

JOSEPH, B. Is there such a thing as “grammaticalization”? *Language Science*, v. 23, 2001.

KATO, M. Apresentação: Como e por que escavar? In: ROBERTS, Ian; KATO, Mary (orgs). *Português brasileiro: uma viagem diacrônica*. Campinas: Pontes, 1996.

KATO, M. A restrição de mono-argumentalidade da ordem VS no português brasileiro. *Fórum Lingüístico*. Florianópolis, n.2, 2000.

KEMMER, S. *The middle voice*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 1993.

KEYNE, R. *French syntax – the transformational cycle*. Cambridge: Mit Press, 1975.

KOCH, I. G. V.; SILVA, M. C. P. S.. *Lingüística aplicada ao português: sintaxe*. 7 ed. São Paulo: Cortez, 1996.

KURY, A. da G.. *Novas lições de análise sintática*. 6ed. São Paulo: Ática, 1993.

- LABOV, W. *Sociolinguistics patterns*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1972.
- LABOV, Wllian. *Building on empirical foundations*. In: LEHMANN, W.; MALKIER, Y. (eds). *Perspectives on historical linguistics*. Amsterdam: John Benjamins, 1982.
- LABOV, W. The intersection of sex and social class in the course of linguistic change. *Language Variation and Change*. 2: 205-254, 1990.
- LABOV, W. *Princípios del cambio lingüístico*. vol. 1. Gredos: Madrid, 1994.
- LABOV, W. *Principles of linguistics change: external factors*. Cambridge/Philadelphia: Blackwell Publishers, 2001.
- LANGAKER, R. W. *Foundations of cognitive grammar: theoretical prerequisites*. Stanford, CA: Stanford University Press, 1987.
- LEHMANN, C. *Thought on grammaticalization*. Munich: Lincon Europa, 1995 [1982].
- LEHMANN, C. *Thought on grammaticalization*. Second, revised edition. Arbeitspapiere des Seminars für Sprachwissenschaft der Universität Erfurt, 2002.
- LEMLE, M. *Análise sintática: teoria geral e descrição do português*. São Paulo: Ática, 1984.
- LICHTENBERK, F.. *Multiple uses of reciprocal constructions*. Australian Journal of Linguistics, v. 5, 1985.
- LICHTENBERK, F.. On the gradualness of grammaticalization. In: TRAUGOTT, E. C.; HEINE, B. *Approaches to grammaticalization*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing, 1991.
- LIMA, B. *O percurso diacrônico das construções com o pronome 'se' na língua portuguesa como um processo de gramaticalização*. Tese de Doutorado. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, 2006.
- LIMA, R. *Gramática normativa da língua portuguesa*. 24ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1984.
- LIMA-HERNANDEZ, M. C. *O processamento das funções de base comparativa: proposta de análise funcional*. Seminários de Linguística Funcional. São Paulo: USP, 2004.
- LIMA-HERNANDEZ, M. C. *Interface sociolingüística/gramaticalização: estratificação de usos de tipo, feito igual e como. Sincronia e diacronia*. Tese de Doutorado. Campinas: UNICAMP, 2005.

LONGHIN, S. R.. *A gramaticalização da perífrase conjuncional SÓ QUE*. Tese de Doutorado. Campinas: UNICAMP, 2003.

LUFT, C. P. *Dicionário prático de regência verbal*. São Paulo: Ática, 2000.

LOPES, C. R. dos S.; DUARTE, M. E. L. De vossa mercê a você: a pronominalização de nominais nos séculos XVIII e XIX. In: *Boletim Informativo da Anpoll*. Gramado: UFRGS, 2002.

LUCHESI, D.; ARAÚJO, S. *A sociolinguística variacionista: fundamentos teóricos e metodológicos*. Projeto Vertentes do Portugues Rural do Estado da Bahia. Salvador: UFBA, s/d.

MACHADO, M. C. *Aspectos lingüísticos da fala dos negros de Porto Leocárdio*. II Encontro Nacional do GELCO: integração lingüística, étnica e social. Goiânia: UFGO, 2003.

MACIEL, M. *Grammatica descriptiva*. 11ed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1928.

MADUREIRA, E. D.. *Variação nas construções pronominais dos verbos psicológicos: uma decorrência de diferentes percursos históricos*. In: COHEN, M. & RAMOS, J. Dialeto mineiro e outras falas. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2002.

MARCUSCHI, L. A. *Anáfora indireta: o barco textual e suas âncoras*. In: KOCH, Ingedore Villaça; MORATO, E. M. & BENTES, A. C. (orgs). *Referenciação e discurso*. São Paulo: Contexto, 2005, p. 53-101.

MARTELOTTA, M. E.; OLIVEIRA, M. R. de; CUNHA, M. A. F. da (orgs). *Lingüística funcional: teoria e prática*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

MARTIN, J.; MATHIESSEN, M.; PAINTER, C. *Working with functional grammar*. London: Arnold, 1997.

MARTINS, M. A. *“Questiona-se verdades”: a variação da concordância verbal de terceira pessoa do plural*. Dissertação de Mestrado. Florianópolis, UFSC, 2003.

MARTINS, M. A. *Colocação de clíticos em contextos SV no português brasileiro*. Comemorações dos 75 anos do CLUL. Sessão de Estudantes. Lisboa, 2007.

MATTOS E SILVA, R. V. *Tradição gramatical e gramática tradicional*. São Paulo: Contexto, 1989.

MATTOS E SILVA, R. V. *Contradições no ensino de português: a língua que se fala x a língua que se ensina*. São Paulo: Contexto, 1996.

MATTOS E SILVA, R. V. *O português arcaico: morfologia e sintaxe*. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2001.

MATTOS E SILVA, R. V.. *O português arcaico: fonologia, morfologia e sintaxe*. São Paulo: Contexto, 2006.

MAURER JR., T.H. *Dois problemas da língua portuguesa – o infinito pessoal e o pronome se*. São Paulo: Ind. Gráfica José Magalhães, 1951.

MEILLET, A. *L'évolution des formes grammaticales*. Linguistique historique et linguistique générale. Paris: Libraire Honoré Champion, 1965 [1912].

MELLO, F. R. de. *O uso produtivo do pronome 'se' reflexivo na fala de João Pessoa: uma abordagem funcionalista* (Dissertação de Mestrado). João Pessoa: UFPB, 2005.

MELO, G. C. de. *Iniciação à filologia e à lingüística portuguesa*. 3ed. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1978.

MELO, N. da S. *O clítico 'se' com valor reflexo ou recíproco: uma abordagem sociolingüística*. Dissertação de mestrado. Belo Horizonte: UFMG, 2005.

MENON, O. *Analyse sociolinguistique de l'indétermination du sujet dans Le portugais parlé au Brésil, a partir des données du NURC/SP*. Tese de doutorado, Université de Paris VII, Paris, 1994.

MENON, O. O sistema pronominal do português do Brasil. *Letras*. n.44. Curitiba: Editora da UFPR, 1995, p.91-106.

MENON, O. *A indeterminação do sujeito no português do Brasil: NURC-SP e VARSUL*. In: VANDRESEN, P. (org). *Variação, mudança e contato lingüístico no português da Região Sul*. Pelotas: EDUCAT, 2006.

MIOTO, C.; SILVA, M. C. F.; VASCONCELOS, R. *Novo manual de sintaxe*. Florianópolis: Insular, 2004.

MIRA MATEUS, M. H.; BRITO, A. M.; DUARTE, I.; FARIA, I.. *Gramática da língua portuguesa*. Lisboa: Caminho, 1989.

MOLLICA, M. C. & BRAGA, M. L. (orgs). *Sociolingüística: o tratamento da variação*. São Paulo: Contexto, 2003.

MONTEIRO, J. L. *Pronomes pessoais*. Fortaleza: EUFC, 1996.

MONTEIRO, J. L. *Para compreender Labov*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

NARO, A. The genesis of the reflexive impersonal in Portuguese. A study in syntactic change a surface phenomenon. *Language*, 52, 1976.

NEVES, M. H. de M. *A gramática funcional*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

NEVES, M. H. de M. *Texto e gramática*. São Paulo: Contexto, 2006.

NEWMAYER, F. Deconstructing grammaticalization. *Language Science*, v. 23, 2001.

NISHIDA, C. *The spanish reflexive clitic 'se' as na aspectual class marker*. *Linguistics*, 32. In: TORRES, Natália Catalá; PERELLÓ, Sara Martí; BODAS, Sérgio. *Algunas observaciones sobre las construcciones medias em español*. VERBA, v 29, 2002.

NUNES, J. *O famigerado se: uma análise sincrônica e diacrônica das construções com se apassivador e indeterminador*. Dissertação de mestrado. Campinas: UNICAMP, 1990.

NUNES, J. *Se apassivador e se indeterminador: o percurso diacrônico no português brasileiro*. Caderno de Estudos Linguísticos, Campinas, (20), 1991.

NUNES, J. Ainda o famigerado se. *D.E.L.T.A.*, v.11, n.2, p.201-240, 1995.

NUNES, J. *Direção de cliticização, objeto nulo e pronome tônico na posição de objeto em português brasileiro*. In: KATO, M. & ROBERTS, I. (orgs). *Português brasileiro: uma viagem diacrônica*. 2ed. Campinas: EDUNICAMP, 1996.

NUNES, J. *Triangulismos e a sintaxe do português brasileiro*. In: CASTILHO, A. de et alii (orgs). *Descrição, história e aquisição do português brasileiro*. Campinas: Pontes, 2007.

OLIVEIRA, M. de. *Nós se cliticizou-se?* In: LOBO, T.; RIBEIRO, I.; CARNEIRO, Z.; ALMEIDA, N. (orgs). *Para a História do Português Brasileiro*. Vol: VI: Novos dados, novas análises. Salvador: EDU/UFBA, 2006.

OLIVEIRA E SOUSA, E.. *Noções de gramática e de língua portuguesa*. Curitiba: Imprensa Paranaense, 1953.

OMENA, N. P.. *Pronome pessoal de terceira pessoa: suas formas variantes em função acusativa*. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro: PUC, 1978.

PAGOTTO, E.. *A posição dos clíticos em português: um estudo diacrônico*. Dissertação de Mestrado. Campinas: UNICAMP, 1992.

PAGOTTO, E. *Clíticos, mudança e seleção natural*. In: KATO, M. & ROBERTS, I. (orgs). *Português brasileiro: uma viagem diacrônica*. 2ed. Campinas: EDUNICAMP, 1996.

PAIVA, M. da C.. *Visão de conjunto das variáveis sociais*. In: OLIVEIRA E SILVA, G. M.; SCHERRE, M. M. P. (orgs). *Padrões Sociolinguísticos: estudos de fenômenos variáveis do português falado no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.

PEREIRA, D. C.. *Variação e mudança no uso dos pronomes reflexivos no português popular da capital paulista: uma abordagem funcionalista e cognitivista*. Tese de Doutorado. São Paulo: USP, 2007.

PEREIRA, A. L. D. *Os pronomes clíticos do português brasileiro contemporâneo a perspectiva teórica da morfologia distribuída*. Tese de Doutorado. Florianópolis: UFSC, 2006.

PEREIRA, E. C. *Gramática expositiva: curso superior*. São Paulo: Editora Nacional, 1954.

PERINI, M. *Para uma nova gramática do português*. 4. ed., São Paulo: Ática, 1989.

PERINI, M. *Gramática descritiva do português*. São Paulo: Ática, 1996.

PERINI, M. *Sintaxe portuguesa: metodologia e funções*. 2 ed. São Paulo: Ática, 1994.

PEZATTI, E. G. *O funcionalismo em lingüística*. In: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Crhistina (orgs). *Introdução à lingüística: domínios e fronteiras*. v.3. São Paulo: Cortez, 2004. pp. 165-217.

PINTZUK, S. Varbrul programs. 1988.

PONTES, E. *Verbos auxiliares em português*. Petrópolis: Vozes, 1973.

QUIRK (et. al.). *A grammar of contemporary english*. Londam: Longman, 1972.

RAPOSO, E.; URIAGEREKA, J. Indefinite se. Natural language and linguistic theory, v. 14, n. 4, 1996.

REICH, U. *O morro é feito de samba: gramaticalização, prosódia e cada vez mais o famigerado se*. In: LOBO, Tânia; RIBEIRO, Ilza; CARNEIRO, Zenaide; ALMEIDA, Norma (orgs). *Para a História do Português Brasileiro*. Vol: VI: Novos dados, novas análises. Salvador: EDU/UFBA, 2006.

RIBEIRO, J. *Grammatica portugueza*. 19ed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1920.

RIBEIRO, M. P. *Gramática aplicada da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Metáfora, 1993.

ROBINSON, J.; LAWRENCE, H.; TAGLIAMONTE, S. (2001). *GoldVarb: a multivariate analysis application for Windows*. Department of Language an Linguistic Science, University of York. <http://www.york.ac.uk/depts/lang/webstuff/golvarb/>.

ROCHA, A. *Clíticos reflexivos: uma variante sociolingüística na cidade de Ouro Preto*. Dissertação de Mestrado. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

RODRIGUES, Â.; PEREIRA, D. *Reflexivos no português brasileiro popular*. Comunicação apresentada no VI Seminário do PHPB, 2004.

RODRIGUES, Â.; PEREIRA, D. *Pronomes reflexivos no português popular brasileiro*. In: VALÊNCIA, A. (ed.). XIV Congresso Internacional de La ALFAL. Monterrey (México), 2006.

SAID ALI, M. *Dificuldades da língua portuguesa*. 5ª ed., Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1957.

SAID ALI, M. *Gramática secundária e gramática histórica da língua portuguesa*. 3ª ed., Brasília: Universidade de Brasília, 1964.

SANKOFF, G. *The social life of language*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1986.

SANTOS, S. M. C.. *A variação no uso do modo subjuntivo no português afro-brasileiro*. Dissertação de Mestrado. Salvador: UFBA, 2005.

SCHLESINGER, I. *Cognitive space and linguistic case*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

SEARA, I. C. Estudo de uma hipótese semântico-pragmática para a omissão de clíticos pronominais. *Letras de Hoje*, Porto Alegre, n. 119, p. 165-187, 2000.

SHIBATANI, M. Passives and related constructions: a prototype analysis. *Language* 61, 4, 1985.

SHIMIDT-RISE, R. *Sobre mudanças e variedades no espanhol quinhentista: o caso das construções com se*. In: ALKMIN, Tânia (org). *Para a História do Português Brasileiro*. Vol: III: Novos estudos. São Paulo: Humanitas/UNICAMP-USP, 2002.

SILVA JR., P. da; ANDRADE, L. *Grammatica da língua portuguesa*. 3ed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1907.

SILVEIRA, L. M. *Eu se diverti muito: mais tinta sobre os clíticos no PB*. Anais do SETA, n. 1, 2007.

SILVEIRA, L. M.. *Quem pariu Matheus que se balance*. Anais do SETA, n. 1, 2008.

SOUZA, E. M. de. A realização do pronome “eles” no português brasileiro: um novo recurso de indeterminação do sujeito. *Caderno de Resumos do V Congresso Internacional da Associação Brasileira de Linguística*. Belo Horizonte: UFMG, 2007.

SOUSA DA SILVEIRA. *Lições de português*. 6ed. Rio de Janeiro: Livros de Portugal, 1960.

SPAZIANI, L. *A gramaticalização do item for a no português do Brasil: a unidirecionalidade do processo*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: USP, 2008.

SWEETSER, E. *Grammaticalization and semantic bleaching. Proceedings of the fourteenth annual meeting of the Berkeley Linguistics Society*, eds. AXMAKER, S. JAISSE, A. SINGMASTER, H., 1988.

SWEETSER, E. *From etymology to pragmatics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.

SWEETSER, E.. *Mental spaces and the grammar of conditionals constructions*. In: SWEETSER, E.; FAUCONNIER, G. (eds). *Spaces, words and grammar*. Chicago: The University of Chicago Press, 1996.

TABOR, W.; TRAUGOTT, E.. *Structural scope expansion and grammaticalization*. In: RAMAT, A. G.; HOPPER, P. (eds). *The limits of grammaticalization*. Amsterdam: Benjamins, 1988.

TALMY, L. *Toward a cognitive semantics*. Vol I: concept structuring systems. Cambridge, Massachusetts/London, England: The mit press, 2003.

TARALLO, F. *Relativization strategies in Brazilian Portuguese*. Tese de Doutorado. Philadelphia: University of Pensilvania, 1983.

TARALLO, F. *Tempos lingüísticos: itinerário histórico da língua portuguesa*. São Paulo: Ática, 1990.

TARALLO, F. *A pesquisa sociolingüística*. 7ed. São Paulo: Ática, 1995.

TAVARES, M. A. *Um estudo variacionista de aí, daí então e e como conectores seqüenciadores retroativo-propulsores na fala de Florianópolis*. Dissertação de mestrado: UFSC, 1999.

TAVARES, M. A. *A gramaticalização de e, daí, aí, então: estratificação/variação e mudança no domínio funcional da seqüenciação retroativo-propulsora de informações – um estudo sociofuncionalista*. (Tese de Doutorado). Florianópolis: UFSC, 2003.

TRAUGOTT, E. C.; HEINE, B. *Approaches to grammaticalization*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing, 1991.

TRAUGOTT, E. C.; KÖNING, E. *The semantic-pragmatics of grammaticalization revisited*. In: TRAUGOTT, E.; HEINE, B. (orgs). *Approaches to gramaticalization*. Vol.I. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 1991.

TRAUGOTT, E. C.; DASHER, R. B. *Regularity in Semantic Change*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

VALENTE, M. *Gramática latina*. 71 ed. Porto Alegre: Livraria Selbach, 1952.

VALLE, C. R. M. *Sabe? Não tem? Entende?: itens de origem verbal em variação como requisitos de apoio discursivo*. Dissertação de mestrado. Florianópolis: UFSC, 2001.

VEADO, R. M. A. *Comportamento lingüístico do dialeto rural*. Belo Horizonte: UFMG/PROED, 1982.

VILELA, M.; KOCH, I. *Gramática da língua portuguesa*. Porto: Almedina, 2001.

VITRAL, L. A forma *cê* e a noção de gramaticalização. *Revista de Estudos da Linguagem*, v. 5, 1996.

VOTRE, S. J. Um paradigma para a lingüística funcional. *ALFA – Revista Lingüística*, São Paulo, n. 41, p. 25-40, 1997.

WEINREICH, U; LABOV, W. & HERZOG, M. *Empirical foundations for a theory of linguistic change*. In: LEHMANN, W. & MALKIEL, Y. (eds.), 1968.

WENCESLAU, F. de L. *Verbos Beneficiários: um estudo na interface entre semântica e sintaxe*. Dissertação de Mestrado. UFMG. Belo Horizonte, 2003.

YAMAMOTO, M. *Agency and impersonality: their linguistic and cultural manifestations*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 2006.

ZILLES, A. M. *The development of a new pronoun: the linguistic and social embedding of a gente in Brazilian Portuguese. Language variation and change*. Cambridge, v. 17, n. 1, 2005.

ANEXOS

Tabela 1: Matriz sintático-semântica no processo de pronominalização verbal

VERBO	REG OD/SN	REF	REC	INER	O D - AN	SGDO	RV	PRE P	APA G	NOV O	ESTAR/FI - CAR + DO
Abaixar	+	+	-	-	+	-	-	-	+	-	+
Aborrecer	+	+	-	-	+	-	+	com	-	-	+
Abraçar	+	+	-	-	+	-	+	com	+	-	+
Abrir	+	+	-	-	-	+	-	-	+	-	+
Abrir (confidenciar)	-	-	-	+	-	-	+	com	-	-	-
Acabar	+	+	-	-	-	+	-	-	+	-	+
Acalmar	+	+	-	-	+	-	+	com	-	-	+
Acanhar	+	+	-	-	+	-	+	com	-	-	+
Acomodar	-	-	-	+	-	-	+	com	-	-	+
Acordar	+	+	-	-	+	-	-	-	+	-	+
Acostumar	+	+	-	-	+	-	-	-	+	-	+
Acumular	+	+	-	-	+	+	-	-	-	-	+
Adequar	+	+	-	-	+	+	-	a	-	-	+
Afastar	+	+	-	-	+	+	-	de	-	-	+
Afogar	+	+	-	-	+	-	-	-	-	-	+
Agarrar	+	+	-	-	+	+	-	com	-	-	+
Agitar	+	+	-	-	+	+	-	-	-	-	+
Agüentar	+	+	-	-	+	+	-	-	-	-	-
Ajoelhar	+	+	-	-	+	-	-	-	+	-	+
Alegrear	+	+	-	-	+	-	+	com	-	-	+
Alimentar	+	+	-	-	+	+	-	-	-	-	+
Alterar	+	+	-	-	-	+	-	-	-	-	+
Amar	+	+	-	-	+	+	-	-	-	-	+
Amarrar	-	-	-	+	-	-	+	em	-	-	+
Amigar	-	-	+	-	-	-	+	com	-	-	+
Apaixonar	-	-	-	+	-	-	+	por	-	-	+
Apanhar (pegar)	+	+	-	-	+	+	-	-	+	+	+
Aparecer	-	-	-	+	-	-	+	-	+	+	+
Apartar	+	+	-	-	+	+	-	de	-	-	+
Apegar	-	-	-	+	-	-	+	a	-	-	+
Aperrear	+	+	-	-	+	-	+	com	-	-	+
Apoderar	-	-	-	+	-	-	+	de	-	-	+
Aposentar	+	+	-	-	+	+	-	-	+	-	+
Apossar	-	-	-	+	-	-	+	de	-	-	+
Aprender	+	+	-	-	-	+	-	-	+	+	-
Apresentar	+	+	-	-	+	+	-	-	-	-	+
Aprimorar	+	+	-	-	-	+	+	em	-	-	+
Aprofundar	+	+	-	-	-	+	+	em	-	-	+
Aproveitar	-	-	-	+	-	-	+	de	-	-	+
Aproximar	+	+	-	-	+	+	+	de	-	-	+
Aprumar	+	+	-	-	+	+	-	-	-	-	+
Aquietar	+	+	-	-	+	-	+	com	-	-	+
Arrasar	-	-	-	+	-	-	+	com	-	-	+
Arrastar	+	+	-	-	+	+	-	-	-	-	+

Arreperder	-	-	-	+	-	-	-	+	de	-	-	+
Arriar	+	+	-	-	+	+	-	-	-	+	-	+
Arriscar	+	+	-	-	-	+	-	+	a	-	-	+
Arrumar	+	+	-	-	+	+	-	-	-	-	-	+
Assentar	+	+	-	-	+	+	-	-	-	+	-	+
Assombrar	+	+	-	-	+	-	-	+	com	-	-	+
Assubir	+	+	-	-	+	+	-	-	-	+	-	+
Assumir	-	-	-	+	-	-	+	-	-	-	-	+
Atualizar	+	+	-	-	-	+	-	+	em	-	-	+
Aumentar	+	+	-	-	-	+	-	-	-	+	-	+
Aventurar	+	+	-	-	-	+	-	+	a	+	-	+
Avexar	+	+	-	-	+	-	-	+	com	-	-	+
Bater	+	+	-	-	+	+	-	-	-	-	-	+
Bater (relacionar)	-	-	-	+	-	-	-	+	com	-	-	-
Beijar	+	+	-	-	+	+	-	-	-	-	-	+
Brigar	-	-	+	-	-	-	-	+	com	-	-	+
Brincar	-	-	-	+	-	-	-	-	-	+	+	-
Calar	+	+	-	-	+	-	-	-	-	+	-	+
Cansar	+	+	-	-	+	-	-	+	de	+	-	+
Caracterizar	+	+	-	-	+	+	-	-	-	-	-	+
Casar	-	-	-	+	-	-	+	+	com	+	-	+
Chamar	+	+	-	-	+	+	-	-	-	-	-	+
Chatear	+	+	-	-	+	-	-	+	com	-	-	+
Chegar	-	-	-	+	-	-	-	-	-	-	-	+
Cheirar	+	+	-	-	+	+	-	-	-	-	-	+
Chocar	+	+	-	-	-	+	-	+	com	-	-	+
Classificar	+	+	-	-	+	+	-	-	-	-	-	+
Colocar	+	+	-	-	+	+	-	+	em	-	-	+
Combinar	+	-	+	-	-	+	-	+	com	-	-	+
Começar	+	+	-	-	-	+	-	-	-	+	-	+
Comparar	+	+	-	-	+	+	-	+	a	-	-	+
Comportar	-	-	-	+	-	-	+	-	-	-	-	+
Comunicar	+	+	-	-	-	+	-	-	-	-	-	+
Concentrar	-	-	-	+	-	-	+	+	em	-	-	+
Confessar	+	+	-	-	-	+	-	-	-	+	-	+
Conformar	-	-	-	+	-	-	-	+	com	-	-	+
Confundir	+	+	-	-	+	+	-	+	com	-	-	+
Conhecer	+	+	-	-	+	+	-	-	-	-	-	+
Conscientizar	+	+	-	-	+	-	-	+	de	-	-	+
Consertar	+	+	-	-	-	+	-	-	-	-	-	+
Considerar	+	+	-	-	+	+	-	-	-	-	-	+
Constituir	+	+	-	-	-	+	-	-	-	-	-	+
Contentar	+	+	-	-	+	-	-	+	com	-	-	+
Conter	+	+	-	-	+	+	-	-	-	-	-	+
Contradizer	+	+	-	-	+	+	-	-	-	-	-	-
Controlar	+	+	-	-	+	+	-	-	-	-	-	+
Conversar	+	-	+	-	-	-	-	+	com	-	-	+

Conviver	-	-	+	-	-	-	-	+	com	+	-	-
Corrigir	+	+	-	-	+	+	-	-	-	-	-	+
Corromper	+	+	-	-	+	+	-	-	-	-	-	+
Criar	+	+	-	-	+	+	-	-	-	-	-	+
Cuidar	+	+	-	-	+	+	-	-	-	-	-	+
Danar	-	-	-	+	-	-	-	-	-	-	-	+
Dar	-	-	-	+	-	-	+	+	com	-	-	-
Dar (as mãos)	+	-	+	-	-	+	-	-	-	+	-	+
Dar (atribuir)	+	+	-	-	-	+	-	-	-	-	-	+
Dar (ocorrer)	-	-	-	+	-	-	-	-	-	-	-	+
Debruçar	+	+	-	-	+	+	-	+	em	+	-	+
Decepcionar	+	+	-	-	+	-	-	+	com	-	-	+
Declarar	+	+	-	-	+	+	-	-	-	-	-	+
Dedicar	-	-	-	+	-	-	+	+	a	-	-	+
Defender	+	+	-	-	+	+	-	+	de	-	-	+
Deitar	+	+	-	-	+	+	-	-	-	+	-	+
Deixar (separar)	-	-	-	+	-	-	+	+	de	+	-	+
Deparar	-	-	-	+	-	-	-	+	com	-	-	+
Derrubar	+	+	-	-	+	+	-	+	em	-	-	+
Descer	+	+	-	-	+	+	-	-	-	+	+	+
Desdobrar	-	-	-	+	-	-	+	+	em	-	-	+
Desempregar	+	+	-	-	+	-	-	-	-	-	-	+
Desenrolar	+	+	-	-	-	+	-	-	-	-	-	+
Desentender	-	-	+	-	-	-	-	+	com	-	-	+
Desenvolver	+	+	-	-	-	+	-	-	-	-	-	+
Desesperar	+	+	-	-	+	-	-	+	com	-	-	+
Desligar	+	+	-	-	+	+	-	+	de	-	-	+
Desorganizar	+	+	-	-	-	+	-	-	-	-	-	+
Despedir	-	-	-	+	-	-	-	+	de	-	-	-
Despertar	+	+	-	-	+	-	-	-	-	+	-	+
Desquitar	-	-	-	+	-	-	-	+	de	-	-	+
Destacar	+	+	-	-	+	+	-	-	-	-	-	+
Destruir	+	+	-	-	+	+	-	-	-	-	-	+
Desviar	+	+	-	-	+	+	-	+	de	-	-	+
Diminuir	+	+	-	-	+	+	-	-	-	-	-	+
Dirigir (falar)	-	-	-	+	-	-	-	+	a	-	-	+
Discutir	+	-	+	-	-	+	-	+	com	+	+	+
Distanciar	+	+	-	-	+	+	-	+	de	-	-	+
Distrair	+	+	-	-	+	-	-	+	com	-	-	+
Divertir	+	+	-	-	+	-	-	+	com	-	-	+
Divorciar	-	-	-	+	-	-	-	+	de	-	-	+
Dizer (achar)	-	-	-	+	-	-	-	-	-	-	-	-
Doer	-	-	-	+	-	-	-	-	-	-	-	+
Elitizar	+	+	-	-	+	+	-	-	-	-	-	+
Embriagar	+	+	-	-	+	-	-	-	-	-	-	+
Empenhar	+	+	-	-	-	+	-	+	em	-	-	+
Empolgar	+	+	-	-	+	-	-	+	com	-	-	+
Empregar	+	+	-	-	+	-	-	-	-	-	-	+

Encabular	+	+	-	-	+	-	-	+	com	-	-	+
Encaixar	+	+	-	-	+	+	-	+	em	-	-	+
Encaminhar	+	+	-	-	+	+	-	+	a	-	-	+
Encontrar	+	+	-	-	+	+	-	+	em	-	-	+
Encontrar (estar)	-	-	-	+	-	-	-	-	-	-	-	+
Enforçar	+	+	-	-	+	-	-	-	-	-	-	+
Enganar	+	+	-	-	+	-	-	+	com	-	-	+
Engraçar	-	-	-	+	-	-	-	+	com	-	-	+
Enquadrar	+	+	-	-	-	+	-	+	em	-	-	+
Enquadrumar	-	-	-	+	-	-	-	-	-	+	+	+
Enquadrungar	-	-	-	+	-	-	-	-	-	+	+	+
Enrolar	+	+	-	-	+	+	-	-	-	-	-	+
Ensinar	+	+	-	-	+	+	-	-	-	+	+	+
Entender	+	+	-	-	+	+	-	+	de	-	-	+
Entender (bem)	-	-	+	-	-	-	-	+	com	-	-	+
Enterrar	+	+	-	-	+	+	-	-	-	-	-	+
Entrar	-	-	-	+	-	-	-	-	-	+	+	-
Entregar	+	+	-	-	+	+	-	+	a	-	-	+
Entreter	+	+	-	-	+	-	-	+	com	-	-	+
Entrosar	+	+	-	-	+	-	-		com	-	-	+
Envergonhar	+	+	-	-	+	-	-	-	-	-	-	+
Envolver	+	+	-	-	+	+	-	-	-	-	-	+
Escapar	-	-	-	+	-	-	-		de	+	+	-
Esconder	+	+	-	-	+	+	-	-	-	-	-	+
Escutar	+	+	-	-	+	+	-	-	-	-	-	-
Esforçar	-	-	-	+	-	-	-	-	-	-	-	-
Espantar	+	+	-	-	+	-	-	+	com	-	-	+
Especializar	+	+	-	-	+	+	-	+	em	-	-	+
Esperar	+	+	-	-	+	+	-	-	-	+	+	+
Espreguiçar	-	-	-	+	-	-	-	-	-	+	-	-
Esquecer	+	+	-	-	+	+	-	+	de	+	-	+
Esquivar	+	+	-	-	+	+	-	+	de	-	-	+
Estar	-	-	-	+	-	-	-	-	-	+	-	-
Estranhar	+	+	-	-	+	+	-	-	-	-	-	-
Excluir	+	+	-	-	+	+	-	-	-	-	-	+
Exercitar	+	+	-	-	+	+	-	-	-	-	-	+
Exibir	+	+	-	-	+	+	-	-	-	-	-	+
Explicar	+	+	-	-	-	+	-	-	-	-	-	+
Expressar	+	+	-	-	-	+	-	-	-	-	-	+
Falar	+	-	+	-	-	+	-	+	com	-	-	+
Fazer	-	-	-	+	-	-	+	+	de	-	-	-
Ferir	+	+	-	-	+	+	-	+	com	-	-	+
Ficar	-	-	-	+	-	-	-	-	-	+	+	-
Firmar	+	+	-	-	-	+	-	-	-	-	-	+
Formar	+	+	-	-	+	+	-	+	em	-	-	+
Formar (constituir)	+	+	-	-	-	+	-	-	-	-	-	+
Formar (menstruar)	-	-	-	+	-	-	-	-	-	-	-	+

Furar	+	+	-	-	+	+	-	-	-	-	-	+
Gostar	+	+	-	-	+	+	-	-	-	-	-	-
Identificar	+	+	-	-	+	+	-	+	com	-	-	+
Igualar	+	+	-	-	+	+	-	+	a	-	-	+
Imaginar	+	+	-	-	+	+	-	-	-	-	-	+
Impor	-	-	-	+	-	-	+	+	a	-	-	-
Importar	-	-	-	+	-	-	+	+	com	-	-	-
Impressionar	+	+	-	-	+	-	-	+	com	-	-	+
Informar	+	+	-	-	+	+	-	-	-	-	-	+
Iniciar	+	+	-	-	-	+	-	+	em	-	-	+
Inscriver	+	+	-	-	+	+	-	+	em	-	-	+
Inteirar	-	-	-	+	-	-	+	+	de	-	-	+
Interessar	+	+	-	-	+	-	-	+	por	-	-	+
Internar	+	+	-	-	+	-	-	-	-	-	-	+
Intrometer	-	-	-	+	-	-	-	+	em	-	-	+
Ir	-	-	-	+	-	-	-	-	-	+	-	-
Ir (desempenho)	-	-	-	+	-	-	-	-	-	+	-	-
Irritar	+	+	-	-	+	-	-	+	com	-	-	+
Jogar (ir)	-	-	-	+	-	-	+	-	-	-	+	-
Julgar	+	+	-	-	+	+	-	-	-	-	-	+
Juntar	-	-	+	-	-	-	-	+	com	-	-	+
Lembrar	+	+	-	-	+	+	-	+	de	+	-	+
Ler	+	+	-	-	-	+	-	-	-	+	+	+
Levantar	+	+	-	-	+	+	-	+	de	+	-	+
Ligar (atentar)	-	-	-	+	-	-	-	+	em	-	-	+
Limitar	+	+	-	-	+	+	-	+	a	-	-	+
Machucar	+	+	-	-	+	-	-	+	com	+	-	+
Manter	+	+	-	-	+	+	-	-	-	-	-	+
Matar	+	+	-	-	+	-	-	-	-	-	-	+
Meter	-	-	-	+	-	-	-	+	em	-	-	+
Meter (intrometer)	-	-	-	+	-	-	-	+	em	-	-	+
Modificar	+	+	-	-	+	+	-	-	-	-	-	+
Mostrar	-	-	-	+	-	-	+	-	-	-	-	+
Mudar	+	+	-	-	+	+	-	-	-	+	-	+
Namorar	+	-	+	-	+	-	-	+	com	+	-	-
Nascer	-	-	-	+	-	-	-	-	-	+	+	-
Negar	+	+	-	-	-	+	-	-	-	-	-	+
Ocupar	+	+	-	-	+	+	-	+	com	-	-	+
Oferecer	+	+	-	-	+	+	-	+	a	-	-	+
Olhar	+	+	-	-	+	+	-	-	-	-	-	-
Operar	+	+	-	-	+	+	-	-	-	+	-	+
Organizar	+	+	-	-	-	+	-	-	-	-	-	+
Orientar	+	+	-	-	+	+	-	-	-	-	-	+
Ouvir	+	+	-	-	+	+	-	-	-	-	-	-
Pabular	+	+	-	-	+	+	-	+	de	-	-	+
Parecer	+	+	-	-	+	+	-	+	com	+	-	+
Passar	-	-	-	+	-	-	-	-	-	+	-	-

Passar (acabar)	-	-	-	+	-	-	-	-	+	-	-
Passar (ficar)	-	-	-	+	-	-	-	-	+	-	-
Passar (ocorrer)	-	-	-	+	-	-	-	-	+	-	-
Pegar (brigar)	-	-	+	-	-	-	+	com	-	-	-
Pensar	-	-	-	+	-	-	-	-	+	+	-
Perder	+	+	-	-	+	+	-	-	-	-	+
Picar	+	+	-	-	-	+	-	-	-	-	+
Pintar	+	+	-	-	+	+	-	-	-	-	+
Prejudicar	+	+	-	-	+	+	-	-	-	-	+
Preocupar	+	+	-	-	+	-	-	+	com	-	+
Preparar	+	+	-	-	+	+	-	-	-	-	+
Prestar	-	-	-	+	-	-	-	+	a	-	-
Produzir	+	+	-	-	+	+	-	-	-	-	+
Prolongar	+	+	-	-	-	+	-	-	-	-	+
Propor	+	+	-	-	-	+	-	+	a	-	+
Prostituir	+	+	-	-	+	-	-	-	-	-	+
Proteger	+	+	-	-	+	+	-	-	-	-	+
Purificar	+	+	-	-	+	+	-	-	-	-	+
Quebrar	+	+	-	-	-	+	-	-	-	-	+
Queimar	+	+	-	-	+	+	-	-	-	-	+
Queixar	-	-	-	+	-	-	-	+	de	-	-
Realizar	+	+	-	-	-	+	-	-	-	-	+
Recordar	+	+	-	-	+	+	-	+	de	+	+
Recuperar	-	-	-	+	-	-	+	+	de	-	+
Recusar	+	+	-	-	-	+	-	+	a	-	+
Referir	-	-	-	+	-	-	-	+	a	-	+
Rejeitar	+	+	-	-	-	+	-	+	de	-	+
Relacionar	-	-	+	-	-	-	-	+	com	-	+
Remexer	+	+	-	-	-	+	-	-	-	+	+
Representar	+	+	-	-	+	+	-	-	-	-	+
Resolver	+	+	-	-	-	+	-	-	-	-	+
Respeitar	+	+	-	-	+	+	-	-	-	-	+
Responsabilizar	+	+	-	-	+	-	-	+	por	-	+
Retirar	+	+	-	-	+	+	-	+	de	-	+
Reunir	+	+	-	-	+	+	-	+	com	-	+
Revoltar	+	+	-	-	+	-	-	+	com	-	+
Sair	-	-	-	+	-	-	-	-	-	+	-
Sair (bem)	-	-	-	+	-	-	-	-	-	-	-
Saltar	+	+	-	-	-	+	-	-	-	+	-
Salvar	+	+	-	-	+	+	-	-	-	-	-
Segurar	+	+	-	-	+	+	-	+	em	+	+
Sentar	+	+	-	-	+	+	-	-	-	+	+
Sentir	-	-	-	+	-	-	+	-	-	-	-
Separar	-	-	-	+	-	-	+	+	de	+	+
Ser	-	-	-	+	-	-	-	-	-	+	-
Situar	+	+	-	-	+	+	-	-	-	-	+
Sobressair	-	-	-	+	-	-	-	-	-	+	-
Solidificar	+	+	-	-	-	+	-	-	-	-	+

Soltar	+	+	-	-	+	+	-	+	de	-	-	+
Suicidar	-	-	-	+	-	-	-	-	-	-	-	-
Surpreender	+	+	-	-	+	-	-	+	com	-	-	+
Sustentar	+	+	-	-	+	+	-	-	-	-	-	+
Ter	+	+	-	-	-	+	-	-	-	-	-	+
Tirar	+	+	-	-	-	+	-	-	-	-	-	+
Tocar	+	+	-	-	+	+	-	-	-	-	-	+
Tomar	+	+	-	-	-	+	-	-	-	-	-	+
Tornar	-	-	-	+	-	-	-	-	-	-	-	-
Transformar	+	+	-	-	+	+	-	+	em	-	-	+
Tratar	+	+	-	-	+	+	-	-	-	-	-	+
Tremer	+	+	-	-	-	+	-	-	-	+	-	+
Trepar	+	+	-	-	-	+	-	-	-	+	-	+
Unir	+	+	-	-	+	+	-	-	-	-	-	+
Usar	+	+	-	-	+	+	-	+	de	-	-	+
Utilizar	+	+	-	-	+	+	-	+	de	-	-	+
Valer (aproveitar)	-	-	-	+	-	-	+	+	de	-	-	-
Vender	+	+	-	-	-	+	-	-	-	-	-	+
Ver	+	+	-	-	+	+	-	-	-	-	-	-
Ver (considerar)	+	+	-	-	+	+	-	-	-	-	-	-
Vestir	+	+	-	-	+	+	-	-	-	-	-	+
Viciar	+	+	-	-	+	-	-	+	em	+	-	+
Vir	-	-	-	+	-	-	-	-	-	-	-	-
Virar	+	+	-	-	+	+	-	-	-	+	-	+
Virar (manter)	-	-	-	+	-	-	+	-	-	-	-	-